



UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Rádio Nacional: construindo uma nação

(A Rádio Nacional e as instituições de política cultural como estrutura de política pública na constituição do bloco histórico nacionalista)

Victor Nigro Fernandes Solis

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Maria Conceição Pinto de Góes

Rio de Janeiro

Julho de 2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## Agradecimentos

Algumas pessoas foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais (a quem inegavelmente, embora involuntariamente da parte deles, devo meu gosto pelo tema estudado) por me incentivarem a produzir um trabalho com alguma qualidade através de sugestões, idéias, buscas, entre outras formas de estímulo; eram eles as pessoas a quem sempre me dirigia na procura de uma solução, por menor que fosse ou parecesse o problema, num esforço quase que de co-orientação nas suas horas vagas. Mas, principalmente, agradeço pelo carinho e atenção dispensados a mim em todos os outros momentos que não os de trabalho e pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRJ por permitirem meu acesso e pelo tratamento lá dentro dado, após um início de 2008 conturbado, quando de um acontecimento atípico com o fechamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP).

Agradeço também à minha orientadora Conceição pela segurança e firmeza que sempre me trazia ao indicar sugestões de estudos, idéias e caminhos possíveis ao longo desses pouco mais de dois anos, propiciando a plena realização deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles (sem citar nomes para não trazer mágoas num eventual esquecimento) que também contribuíram com sugestões, dicas de locais para pesquisa e informações, mas principalmente por permitirem alguns momentos de distração e até de divertimento.

*“Não há, ó gente, oh! não, luar como esse do Sertão”.*

*(Luar do Sertão, de João Pernambuco e Catulo da Paixão Cearense)*

## Resumo

Este trabalho que apresentamos tem por objetivo principal a análise da ação da PRE- 8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro como instituição de Estado na constituição de políticas públicas de recorte nacionalista que permitiram a formação e suporte do bloco político oriundo da Revolução de 1930 no Brasil. Investigaremos, a partir das condições históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais que tornaram o Rio de Janeiro o lugar por excelência para o desempenho de uma ação centralizadora da República, o papel nela exercido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro enquanto instituição político-cultural do Estado Vargas e como possibilitadora de sua política cultural vinculada às idéias de soberania nacional e nacionalismo. Para isso, identificaremos sua relação com as demais instituições de Estado nessa proposta nacionalista e com as classes e grupos sociais existentes na época, sua influência na população, assim como examinaremos sua programação e condições físicas e materiais de transmissão, relacionando-as com as regras da radiodifusão brasileiras vigentes na época.

**Palavras-chave:** Rádio Nacional; hegemonia; nacionalismo; identidade nacional.

## Abstract

The main objective of this work we present is the analysis of the effect of PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro as a state institution in the formation of nationalists public policies who allowed the formation and maintenance of the political bloc that arose from the 1930<sup>th</sup> Revolution in Brazil. We are going to investigate, from historical, economic, social, political and cultural conditions that made the Rio de Janeiro the place par excellence for the performance of a centralized power in the Republic, the role Rádio Nacional do Rio de Janeiro played as a political-cultural state institution in Vargas period and as enabler of their cultural policies linked to ideas of national sovereignty and nationalism. To do this, we will identify their relation with other state institutions inside the nationalist proposal and with social classes and groups that existed at that period, their influence on population, as well as examine their schedule and their physical and material conditions of transmission, relating them to the brazilian broadcasting rules of that time.

**Keywords:** Rádio Nacional; hegemony; nationalism; national identity.

## Sumário

Introdução.....	8.
Capítulo 1 – A Consolidação da Hegemonia de Estado.....	25.
1.1- Contextualização Histórica.....	25.
1.2- Hegemonia.....	29.
1.3- O Bloco Histórico e os Aparelhos de Estado.....	32.
1.4- Os Grupos Sociais em Disputa Hegemônica no País.....	35.
1.4.1- A Burguesia Industrial.....	35.
1.4.2- O Estado.....	38.
1.4.3- Os Trabalhadores.....	50.
1.5- Considerações Finais.....	60.
Capítulo 2- O Nacionalismo Hegemônico e a Identidade Nacional.....	63.
2.1- Ideologia.....	65.
2.2- A Construção da Identidade Nacional Pelos Intelectuais.....	67.
2.3- A Crise do Modelo Liberal.....	74.
2.4- Os Tipos de Nacionalismo em Disputa Hegemônica.....	78.
2.5- Instituições Inscritas no Projeto Nacional.....	91.
Capítulo 3- A Rádio Nacional como Instituição Difusora de Cultura Popular no Projeto Nacionalista e de Integração Nacional.....	104.
3.1- Aparelhamento Tecnológico e Reorganização Estrutural da Emissora.....	109.
3.2- O Rádio Comercial como Projeto de Estado.....	114.
3.3- O Embate Entre as Rádios Pública e Privada.....	121.

3.4- O Rádio e a Música Popular Inseridos na proposta Nacionalista.....	125.
3.5- O Nacionalismo da Regulação da Radiodifusão Brasileira.....	131.
3.6- A Eficácia Simbólica da Programação da Rádio Nacional.....	135.
3.7- A Importância das Demais Programações Principais na Proposta Nacionalista da Emissora.....	145.
Conclusão.....	156.
Referências Bibliográficas.....	174.



## Introdução

Passados quase 75 anos de sua fundação, ainda é difícil compreender a importância desempenhada pela PRE-8 (prefixo da emissora): Rádio Nacional do Rio de Janeiro na formação cultural da população brasileira. Seu alcance, aliado à qualidade técnica e artística da emissora, seria responsável por arrebanhar uma legião de fãs durante a chamada “era de ouro” do rádio, permanecendo no imaginário popular por décadas, de tal modo que ainda hoje é possível encontrar resquícios bastante vivos na memória coletiva da população. Em seu período de auge, além da liderança absoluta em termos nacionais, a PRE-8 se tornaria a principal emissora da América Latina e uma das cinco maiores do mundo, feito extraordinário se levarmos em consideração as feições preponderantemente agrárias do país e periféricas no sistema mundial, embora o processo de urbanização e industrialização nem de longe alcançasse o patamar das principais economias do mundo.

A Rádio Nacional se tornaria, portanto, mais do que a maior e mais importante emissora de radiodifusão do Brasil, referência para todas as demais, assim como para as somente posteriormente difundidas, emissoras de televisão. O Rádio brasileiro ganha sua “cara” por meio da programação da Nacional. Ela ensina às outras como deveria ser feita uma transmissão radiofônica; em suas atrações estavam presentes todos os elementos necessários em termos de qualidade, os quais garantiriam seu sucesso, inigualável por duas décadas. Uma das nossas hipóteses de trabalho é a de que seu domínio na audiência teve relação direta com a incorporação da mesma ao patrimônio da União, ainda que não houvesse maiores intervenções internas. O contexto mundial era o de fortalecimento dos Estados Nacionais, em virtude da crise sócio-econômica e do agravamento das tensões políticas. O bloco político que se tornou hegemônico pós-1930, ao contrário dos anteriormente dominantes, adquire a capacidade de pensar o país como um todo e não apenas regionalmente. Nesse sentido, somente uma emissora estatal de radiodifusão possuiria as condições necessárias para implementar uma programação de abrangência nacional, integrando os valores e peculiaridades regionais e locais em torno de um projeto de constituição de uma identidade comum e de garantia da soberania.

À data de sua inauguração, então com o nome de Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, em 12 de setembro de 1936, a emissora em nada se assemelhava à sua grandeza, importância e popularidade adquiridas anos depois. A transmissão inaugural, assistida por um seletor público, composto de ministros de Estado, embaixadores, acadêmicos, políticos, clérigos e figuras da alta sociedade carioca, no primeiro auditório da emissora, teve Celso Guimarães, primeiro diretor de *broadcasting* da mesma, como mestre de cerimônias, responsável pelas primeiras palavras emitidas por seus microfones (“Alô, alô Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro!”<sup>1</sup>), as quais foram seguidas pela execução do Hino Nacional pela orquestra do Teatro Municipal. A pretensão inicial da direção da PRE-8 era a de conquistar a liderança da audiência, desbancando a PRA-9: Mayrink Veiga, dirigida por César Ladeira. Em um primeiro momento, embora bons índices tenham sido alcançados, esta tarefa não conseguiu ser cumprida.

Assim como a maioria das estações existentes na então capital da República brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional PRE-8 situava-se no centro da cidade, mais precisamente na Praça Mauá, e pertencia ao grupo A Noite, dono de um jornal homônimo, além das revistas A Noite Ilustrada, Vamos Ler e Carioca. Possuía como sede o famoso edifício A Noite, considerado o primeiro arranha-céu do Rio de Janeiro e do Brasil, e inaugurado no ano de 1929. Neste momento ainda não se pensava na criação de uma emissora de rádio pela empresa. Em pouco tempo este prédio se tornaria um marco da cidade, um cartão de visitas aos turistas que desembarcavam no Porto, uma das entradas do Rio de Janeiro, logo em frente. Sua grande altura tornar-se-ia referência e, não demoraria muito, seria citada até em música (a canção “Com açúcar”<sup>2</sup>, de Wilson Batista e Darci de Oliveira, gravada em 1940 por Moreira da Silva).

Toda essa grandiosidade, no entanto, geraria enormes gastos, de modo que, em decorrência das dívidas oriundas da construção de sua nova sede, a empresa acabou por ser absorvida pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, de posse estrangeira e conhecida como Brazil Railway Company, empresa norte-americana do capitalista Percival Farquhar. Esta empresa já havia se aventurado no país com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. A mudança na direção do grupo A

---

<sup>1</sup> SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. 2005. **Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Pág. 51.

<sup>2</sup> “Quis se atirar da “A Noite” / mas seu corpo estremeceu/ desceu mesmo pela escada/ com açúcar até eu”.

Noite gerou também uma nova orientação para a empresa no sentido de investir na criação de uma estação de rádio. Em 18 de maio de 1933, o grupo resolveu constituir sua emissora de rádio, inaugurada três anos depois <sup>3</sup>. Para a Nacional, inicialmente seriam destinados dois andares do edifício, posteriormente ampliados para quatro.

O Rádio começava a apresentar melhores condições de funcionamento do que na época das iniciativas pioneiras de transmissão dos idos de 1922. Foram dadas, através dos primeiros decretos baixados por Vargas sobre radiodifusão, concessões de prefixos a empresas jornalísticas (Jornal do Brasil, A Noite e Diários Associados), e presenciava-se também o crescente interesse de empresários e ouvintes. No entanto, a aparentemente sólida Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande também se encontrava endividada frente ao patrimônio nacional, de tal forma que foi uma das razões para a assinatura do decreto-lei no. 2.073, de 8 de março de 1940, o qual incorporou todos os seus bens à União, estando aí incluída a Rádio Nacional e todo o Patrimônio de A Noite, o que pegou de surpresa todos os funcionários da empresa que viram seus empregos e o futuro da mesma em risco, estando aí incluída a emissora.

Todavia, rapidamente todo o pânico e desconfianças dos funcionários da emissora seriam desfeitos. A Rádio Nacional não só não fecharia suas portas como, pelo contrário, seriam ampliados seus recursos, sua estrutura interna e externa e seriam criadas as condições para sua consolidação no imaginário popular ao tornar-se a principal do país. Conforme veremos ao longo do trabalho, a PRE-8 seria a primeira e mais eficiente instituição capaz de difundir a cultura brasileira de uma forma efetivamente nacional, levando em consideração sua variedade em todas suas regiões e enfatizando seus pontos de identificação com o todo da população. Tornou-se um fenômeno de popularidade de tal modo que foi decisiva não somente quanto à integração nacional, como também no tocante a todo o processo de transformações pelo qual o Brasil atravessava, trazendo informações, construindo valores e até mesmo contribuindo na formação de um mercado nacional.

O presente trabalho se baseará nos pressupostos da História comparada com o intuito de trazer uma maior variedade de elementos e, conseqüentemente, enriquecer a discussão acerca do tema. Embora seu objeto seja único, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro em sua época de auge, ou seja, nos anos 1940, 1950, e início dos 1960, diversos são os aspectos que permitem sua comparação, num esforço que possibilita ainda mais

---

<sup>3</sup> PINHEIRO, Claudia. 2005. **Rádio Nacional: Alguns Momentos que Contribuíram para o Sucesso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

clarificar e fornecer novos atributos para a compreensão da realidade histórica em variados níveis nesse período de incontestável importância para as sociedades brasileira e mundial. A investigação comparativa nos permite estabelecer relações entre diversos fenômenos históricos em suas similaridades e diferenças, identificando de forma mais ampla os significados que eventualmente possam ter para cada sociedade. De acordo com Thémel e Bustamante, “o ‘fazer histórico’ corresponde a uma operação concreta de captura e de redefinição do mundo e é historicamente construído”<sup>4</sup>.

Dessa maneira, o trabalho em questão adota a perspectiva de um estudo de caso cujas derivações não são naturalmente observáveis, porém, estão inerentes ao estudo. Por característica, a análise de caso perpassa inúmeras variáveis que podem contribuir na precisa definição de um fenômeno específico, sendo dessa maneira possível adequar seu estudo ao modelo proposto por Detienne<sup>5</sup>, no qual é possível buscar comparar aspectos *a priori* incomparáveis, os quais, no entanto, se profundamente investigados, possuem uma infinidade de complexos elementos que se aproximam ou afastam do tema em pesquisa. A análise histórica em questão, portanto, não se dará de maneira linear, de modo a permitir a comparação entre os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais da temática proposta. Sendo assim, é importante determinar mais uma vez a sua não obviedade, ou seja, a relevância da especulação. Para essa hipótese levantada, há um número importante de premissas básicas de caráter histórico-sociológico que permitirão a existência de uma originalidade no tema.

Em primeiro lugar, postulamos que a constituição e a integridade do Brasil como nacionalidade possível foi dada pela contraposição oferecida às forças centrífugas regionais e de Mandonismo local, pelo papel realizado no campo econômico-político e militar por um poder central localizado na corte - capital do país - e posteriormente, na capital da República. Este poder tornou-se estruturalmente imprescindível ao próprio exercício da política e ao desenvolvimento econômico do país.

Em segundo lugar, condições ligadas ao desenvolvimento histórico da economia do país, fizeram do Rio de Janeiro o lócus privilegiado para execução do papel econômico e político centralizador da República.

Em terceiro lugar, os interesses da oligarquia agro-exportadora, especialmente a cafeeira, ligados ao comércio exterior, fizeram com que a capital do Brasil, símbolo do

---

<sup>4</sup> THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. 2007. História comparada: olhares plurais. In: **Revista de História Comparada**, Vol. 1, n.1, jun. Pág. 15.

<sup>5</sup> DETIENNE, M. 2000. **Comparer l'incomparable**. Paris: Seuil.

poder político desta oligarquia, lançasse mão de sua localização geográfica - determinação geográfica - como um grande porto exportador-importador, e como centro político-financeiro para sua afirmação na divisão internacional do trabalho e do comércio mundial, condição maior para realização de seus interesses de classe.

Afirmamos ainda, em quarto lugar, que os interesses cosmopolitas das classes, e frações de classe no poder durante a República Velha produziram a um só tempo, condições para a fragmentação econômica, política e sócio-cultural do país, e ao mesmo tempo, dialeticamente, condições simbólico-políticas e sociais para a construção teórica e prática de valores inscritos de um marco político nacional.

Em quinto, tomaremos por base o papel exercido pela Cidade do Rio de Janeiro - capital da República e um dos mais importantes mercados do país - como marco simbólico, síntese desta nacionalidade (a “Cidade Maravilhosa”, o “Coração do Brasil”) e como principal fiador da realização da inserção comercial do Brasil, na divisão internacional do trabalho capitalista, e como principal requisito para a realização dos interesses político-econômicos e culturais, em nível internacional, das classes e frações de classe no poder.

O poder político da cidade como Distrito Federal propiciou o desenvolvimento de oportunidades econômicas, comerciais, industriais e de serviços que a colocaram como um grande mercado financeiro e de trabalho no país. Nesse sentido, produziu-se um adensamento populacional e demográfico, que em razão do amplo fluxo migratório interno e externo, somado à população já existente na localidade, gerou uma diversificada estrutura social, a qual, de certa forma, sintetizava a estrutura populacional brasileira.

Além dessas premissas, temos como uma das hipóteses principais deste trabalho o fato de que, apesar da ruptura parcial da estrutura e dominação política produzida pela Revolução de 1930, o papel da Cidade do Rio de Janeiro, enquanto Metrópole teria propiciado as condições e demandas sócio-políticas e culturais para produzir, pela primeira vez, a construção de um marco político baseado na concepção de nação e da ideologia que lhe deu suporte: o nacionalismo.

## **Um Contexto, uma Cidade**

Podemos afirmar que as transformações na sociedade brasileira adquirem maiores significados a partir da chegada da corte portuguesa no Brasil, ainda no início do século XIX. Buscando aperfeiçoar a administração pública do Reino, foram tomadas as primeiras medidas de abertura comercial e implantadas novas instituições, num esforço representativo do início da intervenção estatal no país. A transição será a partir daí, marcada por uma crescente atuação do Estado. Até aquele momento, o poder político encontrava-se disperso por todo o vasto território da colônia, de modo que a vinda da Metrópole para o Brasil significou, ainda que tímida, uma forma de ruptura, consolidada anos mais tarde com a independência política. O papel centralizador de uma capital colonial se restringia às questões de interesse ligadas ao pacto colonial, assim como aos interesses políticos e econômicos da Metrópole.

Mesmo após a independência, os movimentos contestatórios e separatistas, cujas raízes vinham do período colonial, não se extinguiram. Pelo contrário, as forças centrífugas regionais e de mandonismo local passaram a atuar buscando a obtenção de maior poder político-econômico, recusando sua subordinação ao governo central. Este, por sua vez, voltou suas ações contra essas revoltas a fim de evitar a desintegração do território.

Nesse sentido, o poder central, localizado inicialmente na corte, na capital do Império e posteriormente, na capital da República, foi determinante na constituição do Brasil, garantindo a integridade de seu território e a possibilidade de tornar-se uma Nação. O papel realizado nos campos político (ao garantir o apoio das oligarquias), econômico (ao financiar as obras necessárias) e militar (ao combater e garantir a ordem e unidade territorial), contrapondo-se às forças e resistências locais ou regionais, tornou o poder central estruturalmente imprescindível ao desenvolvimento econômico e ao próprio exercício da política no país.

Essas medidas permitiram a aproximação das oligarquias regionais com o poder central, como no caso, por exemplo, da solução ocorrida na revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, inicialmente separatista, porém concluída através de acordos políticos e econômicos entre a oligarquia gaúcha e o governo imperial, visto que o capital comercial situava-se na cidade do Rio de Janeiro e esta alternativa seria mais vantajosa do que a ruptura, para ambos os grupos, em detrimento dos demais revoltosos.

O crescimento do Rio de Janeiro deve-se ao aproveitamento do mercado interno já existente por meio da troca de mercadorias das atividades mercantilistas. Com a abertura dos portos, em 1808, as cidades brasileiras ganham a condição de crescimento

baseado no comércio exterior, eminentemente agrícola no país, onde prevalecia econômica e politicamente o latifúndio rural. O capital comercial, face urbana dessa supremacia rural, possibilitou o crescimento das principais cidades brasileiras. No caso do Rio de Janeiro, maior mercado nacional, a cidade transacionava comercialmente com o Brasil inteiro pelo fato de ter sido a corte e, naquele momento, ser ainda a capital do país. As atividades comerciais, de exportação e fiscalização centralizavam-se no Rio de Janeiro, garantindo o domínio mercantil e permitindo a concentração na área urbana dos excedentes dessas atividades.

A imigração dos excedentes do trabalho escravo no campo, processo iniciado com o esgotamento das minas de ouro e continuado a partir da decadência das fazendas produtoras agrícolas voltadas para exportação foi outro fator para o crescimento da sede do poder político nacional. A mão de obra livre também era atraída para o Rio de Janeiro, que necessitava cada vez mais de trabalhadores para desempenhar as diversas funções necessárias na cidade. Por ser o maior mercado do país, desenvolveu-se a produção nela localizada, criando novos e diversificados produtos para consumo interno de forma ainda pré-industrial (em sua maioria oficinas, trabalhos domésticos e manufaturas). Cabe lembrar que os impostos cobrados pela corte no século XIX ficavam em sua maior parte na própria corte, onde situava-se a máquina administrativa.

Entretanto, a capital do país não apresentava uma urbanização propriamente dita, mas sim um grande adensamento populacional, de modo que juntamente com o crescimento da população do Rio de Janeiro, aumentavam os seus problemas urbanos. O saneamento básico era praticamente ausente, as condições de saúde dos habitantes se agravavam, havia um déficit cada vez maior de moradia, a infraestrutura da cidade era inadequada para a realização de suas atividades e aumentavam os problemas de segurança, entre outros. Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro não possuía as condições de salubridade desejáveis para a realização de negócios e manutenção do mercado interno. Doenças e epidemias, como a febre amarela, varíola, peste bubônica, tuberculose, entre outras, se espalhavam, dizimando boa parte da mão de obra da cidade.

Todavia, a corte não estava preocupada ou não tinha soluções econômicas para resolver esses problemas. Ao contrário dos países mais desenvolvidos, onde boa parte do financiamento da urbanização das cidades se dava pelo capital industrial ou com a participação ativa do Estado, que concentrava o capital da empresa industrial, no Brasil, devido à subordinação do Estado brasileiro aos interesses das oligarquias agro-

exportadoras ligadas ao capital comercial, isso não acontecia. O Rio de Janeiro, portanto, concentrava esse capital da empresa de caráter comercial que não possuía recursos suficientes para solucionar os problemas da cidade. A alternativa encontrada foi a busca por investimentos externos, oriundos de fora da economia mercantil, em outras palavras, oriundos do capital industrial estrangeiro <sup>6</sup>.

Mas para que fossem buscados esses recursos, era preciso que a capital do Brasil se apresentasse como Metrópole, porto exportador-importador e como centro político-financeiro capaz de se afirmar, aos olhares externos, na divisão internacional do trabalho e do comércio mundial. A classe dominante agro-exportadora, especialmente a oligarquia cafeeira, lança mão da localização geográfica da cidade para torná-la um importante porto de exportações e importações em nível mundial, permitindo que seus interesses, enquanto classe, se realizassem, aumentando o número de trocas comerciais e operações financeiras com o exterior. No entanto, essa inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e do comércio mundial somente se deu de forma subordinada, o que ainda assim permitiu a entrada de capitais estrangeiros, especialmente ingleses, aproveitando-se do mercado já existente na cidade. Nesse sentido, a rede básica de esgotos do Rio de Janeiro passou a ser construída e a cidade, saneada, abrindo espaço para a construção civil e para serviços de gás, energia e transportes.

No entanto, o ainda nascente capitalismo industrial brasileiro necessitava de estrutura para a realização de seus negócios. Daí o governo se impõe decisivamente como elemento disciplinador do espaço urbano por meio de um ideário modernizante, no qual o governo nacional entraria com investimentos onde as iniciativas privadas não se interessavam ou não tinham condições para investir, algo típico de um Estado liberal. Nesse sentido, têm lugar as reformas modernizantes da cidade do Rio de Janeiro, mudanças estas que acabaram por expulsar grande parte das camadas mais pobres da população das proximidades do centro, em direção às áreas suburbanas. Realizava-se o saneamento prioritário do Porto do Rio de Janeiro, a fim de atender aos anseios dos setores cafeeiro e industrial, e novas ruas e avenidas seriam criadas ou ampliadas, visando facilitar a circulação de mercadorias e a instalação de empresas nas proximidades <sup>7</sup>. “As desapropriações constituíram um dos mecanismos acionados pelo Estado para executar os melhoramentos urbanos em proveito do grande capital

---

<sup>6</sup> A esse respeito, conferir SOLIS, Sydney Sérgio F. e RIBEIRO, Marcus Venício T. 1985. O Rio onde o sol não brilha. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, v.1, n. 1, Agosto, pp.45-59.

<sup>7</sup> Ver ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. 1985. Porto do Rio de Janeiro: estigma e história. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, v.1, n. 1, Agosto, pp. 87-93.



comercial e financeiro e de seus ‘sócios menores’”<sup>8</sup>. Dessa forma, o centro da cidade estava entregue ao capital, enquanto a cidade se expandiria para outras áreas. Seus bairros mais nobres seriam as zonas sul e norte, enquanto no subúrbio habitariam as camadas mais pobres e também se instalariam desordenadamente indústria e comércio.

Por outro lado, a imensa parcela da população desalojada com as demolições da região central sofreu com o agravamento da questão da moradia na cidade, tendo em vista que, sem condições de habitar nas zonas mais nobres e até mesmo nos subúrbios da mesma, distantes de seus locais de trabalho, tiveram de buscar como saída novas habitações, geralmente em condição precária. De acordo com Engels, a crise da habitação é produto da forma social burguesa, sua história, portanto, está subordinada ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção no espaço urbano carioca, assim como à apropriação capitalista desse mesmo espaço<sup>9</sup>.

As oligarquias agro-exportadoras, embora dominantes política e economicamente, necessitavam que as contestações ao seu predomínio fossem baixas ou pontualmente reprimidas e controladas, de forma a não se espalharem ou servirem de exemplo para novas revoltas no país, permitindo a plena realização de seus interesses de classe. As frações de classe dominantes necessitavam, portanto, de uma aceitação ideológica, consensual a fim de se perpetuarem no poder, evitando, ao máximo, distúrbios. Simbolicamente, o poder das camadas dominantes liberais no Brasil da primeira República deveria ser reconhecido como não-arbitrário, deveria ser de aceitação, de maneira a permitir à população brasileira o reconhecimento do benefício que a sua perpetuação como dominante traria ao país.

Sendo assim, a cidade do Rio de Janeiro se apresentaria para a oligarquia agro-exportadora como o local por excelência para o direcionamento dos seus esforços em busca dessa aceitação simbólico-ideológica. O Rio de Janeiro já se apresentava como este ambiente propício desde antes de se tornar o município neutro da corte. O fato de ser a capital da Colônia desde 1763 tornava a cidade o espaço onde se centralizavam as relações com a Metrópole portuguesa. Porém, àquela época isto não representava muito, tendo em vista que uma capital de colônia era basicamente mais uma cidade cujo funcionamento se dava de maneira altamente subordinada à Coroa portuguesa e levando

---

<sup>8</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. 1990. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

<sup>9</sup> ENGELS, Friedrich. 1988. **A Questão da Habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica.

em conta o pequeno tamanho da cidade, a qual terminava nas proximidades do que hoje é a Rua Uruguaiana, na região central.

O exclusivismo comercial com Portugal, durante o período colonial, também limitava a possibilidade do Rio de Janeiro expressar-se como síntese da nacionalidade, embora, dada sua heterogeneidade, no início do século XIX, a população da cidade já fosse representativa do país como um todo. O monopólio não trazia grandes possibilidades de incremento dos negócios dos agro-exportadores com o exterior. A partir da chegada da Família Real portuguesa ao país, e da decisão de seguir ao Rio de Janeiro, após aportarem em Salvador, por considerarem a capital da Colônia mais estruturada e capaz de abrigar a corte, acelera-se a possibilidade da transformação da cidade em um local cosmopolita, e esta se torna, portanto, um ponto de confluência para imigrantes vindos de outras regiões do país e do mundo.

Naquele momento, a necessidade que se fazia presente era a de instalação das instituições necessárias para a administração do Império português. O Rio de Janeiro deixa de ser uma simples capital de colônia, tornando-se provisoriamente a sede do Reino Unido a Portugal e Algarves e, posteriormente, a capital imperial do país. É nesse sentido que ocorre a transformação da cidade num local que permitiria a construção da aceitação simbólica das oligarquias agro-exportadoras. Ao pretender-se cosmopolita, o Rio de Janeiro não poderia apresentar os problemas tão comuns de habitação, transporte, luz, segurança, água e esgoto, entre outros.

A necessidade mais imediata para as elites dirigentes será a do saneamento básico, seguida da urgência em trazer um mínimo de habitabilidade para a população trabalhadora. Ao buscar se transformar no símbolo do país, presenciaremos o esforço de tornar o Rio de Janeiro, expressão do poder político local e regional, numa cidade mais bonita de se ver. Cientes das belezas naturais da cidade, as oligarquias (especialmente a oligarquia paulista) criam para o Rio de Janeiro, por volta da década de 1910, o famoso lema “Cidade Maravilhosa”<sup>10</sup>. A capital do país teria importante papel na realização dos interesses político-econômicos e agora também culturais das camadas dominantes em nível internacional.

No cerne dessas transformações estava o fato de que não era interessante economicamente para a elite no poder, a alta mortalidade de seus empregados. Ainda

---

<sup>10</sup> Já em 1908, o escritor Coelho Netto, ligado ao comércio importador-exportador da capital da República apresentava pela primeira vez, em artigo, a expressão “Cidade Maravilhosa”, que se tornaria marca da cidade do Rio de Janeiro, coincidindo com as amplas reformas urbanas promovidas por Pereira Passos e Lauro Müller durante o primeiro governo de Rodrigues Alves.

que as funções requeridas não demandassem trabalhadores especializados e a reposição das perdas fosse relativamente rápida, devido ao abundante “exército de reserva”, as consecutivas mortes de trabalhadores atrapalhavam o andamento da produção. Até o início do século XX, a massa trabalhadora não tinha quaisquer garantias, sendo datadas do final da década de 1910 as primeiras leis sociais. No entanto, essas leis não atendiam bem às exigências da população e a insatisfação dos trabalhadores apresentava um crescimento considerável. Exemplo disso são as greves de 1917 em São Paulo e 1919 no Rio de Janeiro, as campanhas populares contra a carestia da vida e a constituição de algumas instituições de trabalhadores, como a Confederação Operária do Brasil (1912-1913), o fortalecimento dos Sindicatos reformistas, anarco-sindicalistas e a constituição do Partido Comunista em 1922. Por muitos anos ainda, a questão social continuou a ser tratada como “um caso de polícia”.

### **Um Consenso a Construir**

Embora não represente uma total ruptura na estrutura de dominação política, a chamada revolução de 1930 é a expressão clara do declínio de poder dos produtores de café, um reflexo da crise que marcou o esgotamento do sistema capitalista liberal. Dessa forma, as modificações que se verificam decorrem de um processo que se configura por mais de trinta anos e deságua no movimento revolucionário. A oligarquia cafeeira foi se tornando cada vez mais dependente do capital financeiro e, conseqüentemente, vulnerável a crises internacionais. Nesse mesmo período, em virtude da urbanização de várias cidades brasileiras, juntamente com a formação de uma classe operária, cresceu a classe média urbana. A opinião pública vinculada a alguns setores dessa classe média se expandiu em relação à força e conteúdo, mas ainda assim, esses não tiveram capacidade de alcançar o poder com as transformações pós-1930. O Estado, por sua vez, expande o seu grau de autonomia frente às demais classes, incapazes de gerir o processo político nacional.

O poder central, que até então havia se aproveitado da crise hegemônica para se consolidar, mas sem possuir ainda um instrumento propício para transplantar o ideário nacionalista que convinha funcionalmente aos interesses do grupo vencedor de 1930 e

1932, adquire esta possibilidade com a Rádio Nacional. A PRE-8 se apresenta ao Estado como um aparelho ideológico, como um dos meios de assegurar o poder e a legitimação estatal como condutor na formação de uma nova hegemonia urbano-industrial. A incorporação da Rádio Nacional e do Jornal A Noite, daria as condições necessárias para a ampliação do alcance de sua mensagem por dois meios anteriormente inexistentes na mão do Estado.

O fato de situarem-se na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, um dos mais importantes mercados do país e síntese desta nacionalidade, levando em consideração a variada origem de sua população, legitimava a sua ideologia e, conseqüentemente, a ação do Governo Federal. Esse papel simbólico da cidade, de sintetizar toda uma nação, aliado à imagem construída pela elite agro-exportadora cafeeira de “Cidade Maravilhosa”<sup>11</sup> tornaria o Rio de Janeiro, em virtude de seu cosmopolitismo, o principal fiador da inserção comercial do país na divisão capitalista do trabalho internacional e, por conseguinte, criaria uma imagem positiva do Brasil no exterior (imagem esta que em muitos aspectos ainda subsiste).

O referido papel simbólico da cidade oferecia também, aos novos governantes oriundos da vitória na revolução de 1930, uma agenda de demandas sócio-econômicas que a estrutura dos interesses sociais e políticos existentes na capital da República tornava absolutamente necessária como resposta ao novo governo central, o que jamais aconteceu no governo liberal da Primeira República, e cuja solução marcaria, também, o limite de ruptura política entre o governo revolucionário e o governo liberal derrotado.

Dentre essas demandas sociais e econômicas surgia a necessidade do governo Vargas de mostrar que estava ao lado do povo, especialmente o da capital. A Rádio Nacional aparece como um dos meios propícios para tal, por trabalhar com ondas sonoras. Surge como uma das peças-chave nesse mosaico de instituições inscritas no marco teórico do nacionalismo, tais como, as instituições de proteção e enquadramento do trabalho (Ministério do Trabalho e sindicalismo oficial), instituições de proteção da educação e saúde generalizada para toda a nação (Ministério da Educação e Saúde), as políticas de centralização do poder advindas com o Estado Novo, as instituições de proteção e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural (SPHAN), a instituição do salário mínimo e a consolidação das leis do trabalho, entre outras, conforme veremos mais adiante. Esse mosaico adquiria lógica e unidade a partir do projeto de nação,

---

<sup>11</sup> Imagem consolidada em 1935 pela marcha carnavalesca de André Filho “Cidade Maravilhosa”, que caracterizava a cidade como o “Coração do Brasil”.

montado pelos intelectuais orgânicos do governo que ganhara força com a consolidação da vitória do movimento revolucionário de 1930. Fazia parte da agenda política de demandas que o Estado necessitava atender.

Na medida em que eram atingidas algumas das demandas das classes trabalhadoras, crescia a importância da divulgação das melhorias empreendidas pelo governo. Embora o crescimento da PRE-8 não se devesse unicamente à atuação governamental, tendo em vista que seus funcionários faziam parte dos profissionais mais capacitados para trabalhar no Rádio, o apoio do Estado brasileiro à Rádio e sua própria forma de organização, inspirada na racionalidade que se buscava trazer às instituições nacionais, permitiram a chegada desta à liderança de audiência. Nesse sentido, são implementadas algumas medidas internas visando à maior eficiência da estrutura da emissora, tais como a realização de testes de aptidão na procura por novos talentos artísticos, eliminando a possibilidade de “pistolões” nas suas contratações.

A PRE-8 disputaria, ainda, concorrencialmente com as demais emissoras, buscando criar o costume de ouvir rádio por todo o território nacional. A sua diversificada programação teve o intuito de transmitir para todo o país, visando à conformação de uma identidade comum entre os variados segmentos da população. Seus objetivos internos, portanto, eram os de promover uma integração nacional, permitindo a sintonização por todos os cantos do Brasil.

A própria música escolhida para ser o prefixo da Rádio se encaixava perfeitamente nesse ideário: Luar do Sertão (de Catulo da Paixão Cearense e João Pernambuco) representava a chegada da Nacional aos mais longínquos pontos do país, com o Rádio possuindo esse papel de “trazer uma luz na escuridão”, tal como a imagem da lua no céu à noite. Dessa maneira, diversas ações seriam realizadas visando trazer melhorias na qualidade e alcance da transmissão da Rádio Nacional, como por exemplo, a instalação de uma estação de ondas curtas com a potência de 50 Kilowatts, em 1941, e a inauguração de seu auditório com capacidade para 486 lugares sentados, em 1942. Assim, estariam dadas as condições para a integração completa do Rádio à população brasileira e, conseqüentemente, para a realização dos interesses do Estado no âmbito da divulgação e perpetuação da concepção de Nação e do ideário nacionalista.

## Uma Proposta

Nesse sentido, durante o estudo será possível encontrar, em diversos aspectos, análises comparativas acerca dos elementos que circundam o debate sobre o papel desempenhado pela Rádio Nacional. No primeiro capítulo, buscaremos discutir os conceitos de Hegemonia e Aparelho Ideológico de Estado para identificar a inserção da rádio como instituição criada ou transformada pelo bloco político vencedor da Revolução de 1930 e que se tornaria hegemônico em seguida. Para isso, será preciso examinar e definir outros conceitos tais como Bloco Histórico, Intelectuais Orgânicos e o próprio conceito de Estado. Dessa forma, o arsenal teórico que envolve a dissertação se baseia principalmente nas idéias apresentadas por Antonio Gramsci e pelo marxismo.

Ainda haverá espaço para a análise das transformações pelas quais passaram os principais agentes sociais do período, mais precisamente, as classes trabalhadora e burguesa, suas lutas políticas, suas tensões sociais, assim como sua relação com o Estado, este o principal agente histórico da época, e também as relações do Estado com os demais grupos sociais em ação e seus traços que definem seu processo de fortalecimento ou decadência. A conjunção dessas camadas sociais com o Estado será de crucial importância para compreender a atuação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro como um aparelho de Estado difusor de cultura de acordo com o projeto nacionalista elaborado pelos intelectuais orgânicos do bloco histórico que se tornaria hegemônico após sair vitorioso e consolidado no poder em 1930 e 1932.

A questão do nacionalismo, por seu turno, será tratada mais detalhadamente no segundo capítulo. Primeiramente, buscaremos definir o que compreendemos por Ideologia ao longo do texto, para identificar o nacionalismo hegemônico do período como uma de suas formas. Analisando a trajetória histórica do pensamento sócio-político nacionalista no país torna-se possível compreender por que o nacionalismo levado adiante pelo grupo hegemônico foi a solução encontrada pelos intelectuais de 1930 para contrapor-se ao regionalismo liberal-oligárquico em crise, uma alternativa que se torna vitoriosa dentre os tipos de nacionalismo em disputa para um novo modelo de nação que se intencionava construir rumo ao futuro. A refundação de valores necessária à elaboração de uma nova identidade nacional seria a prerrogativa determinante para as pretensões de transformação da estrutura estatal, na qual novas

instituições e novas legislações seriam edificadas, neste período em que o Estado brasileiro atuou de maneira mais presente em toda sua história.

A construção do novo, baseada na urbanização e industrialização do país, conforme veremos, estaria inserida numa proposta em elaboração para o Estado e a nação, transformando padrões da sociedade e buscando torná-la mais integrada. Dessa maneira, a Rádio Nacional, juntamente com as demais instituições inscritas no projeto de nação, apareceria como o elemento capaz de produzir esta integração, especialmente no tocante à defesa da soberania nacional num momento crítico de guerra. Intencionaremos ainda analisar a polifonia do discurso estatal, a qual se faz presente no próprio discurso transmitido involuntariamente ou não pela PRE-8, de modo que sua multiplicidade dará o tom hegemônico capaz de transformar culturalmente a população de acordo com a proposta varguista/trabalhista de disciplinamento das massas pela virtual eliminação do conflito entre as classes.

O terceiro capítulo visa tratar mais diretamente a programação da Rádio Nacional em seus anos dourados, uma instituição cultural inserida no projeto nacionalista hegemônico. Para isso, procuraremos demonstrar o nexos causal que passa a existir a partir de sua inclusão ao Patrimônio da União em 1940, por meio do radical incremento tecnológico da emissora, em sua estrutura interna e externa, assim como seu crescimento em termos de prestígio para o público e para os próprios artistas, ambos cada vez mais atraídos pela Nacional. A disputa concorrencial e política da emissora da Praça Mauá, enquanto empresa pública, com as instituições radiofônicas privadas, vinculadas aos interesses liberais e estrangeiros, também será foco de análise. Buscaremos ainda examinar o caráter nacionalista da regulação das leis sobre a radiodifusão, tidas como um bem público, as quais seriam a alavanca necessária ao desenvolvimento do veículo radiofônico no país.

Feito isto, o passo seguinte será a análise histórica da trajetória da Rádio Nacional, dos fatores que permitiram à mesma adquirir uma grande eficácia simbólica como mecanismo de transformação cultural brasileira, do mesmo modo como se deu a perda dessa força simbólica frente à população. Examinaremos ainda o papel desempenhado pela PRE-8 na criação de um mercado ouvinte de rádio em nível nacional. O costume da população de se ouvir ao rádio seria fundamental para o desenvolvimento do mercado publicitário no país, o qual concomitantemente influenciou e foi influenciado pela organizada estrutura burocrática que a emissora montava. A programação da Nacional também será examinada em suas diversas

atrações, a importância desempenhada pelo auditório na formação de ídolos, suas novelas, programas humorísticos, seus noticiários, entre outras programações, ressaltando o caráter nacionalista das mesmas, especialmente no que diz respeito aos musicais e à música popular brasileira, que passaram por transformações sem perder sua brasilidade. Veremos de que maneira estas atrações contribuíram na difusão cultural do projeto nacionalista de Estado.

### **A Revitalização de uma Ideia**

Este projeto de pesquisa e trabalho começou a se cristalizar como ideia a partir da iniciativa em 2003 pela revitalização da Rádio Nacional. Este esforço chamou minha atenção no sentido de buscar compreender como foi possível a uma emissora pública transformar-se no principal veículo divulgador da cultura brasileira e até que ponto sua capacidade de fazer-se popular seria devido ao seu caráter estatal. O debate recente em torno da necessidade de construção de uma rede pública de transmissões de Rádio e Televisão também contribuiu para que se levantasse acerca desse tema a discussão sobre a diferença entre a função de comunicação pública e a de comunicação governamental, distinguindo questões de Estado e de nacionalidade de um simples projeto de governo. A própria crise do modelo neoliberal, ainda não completamente superada, também nos permite traçar um paralelo com o momento histórico que me proponho estudar nessa pesquisa de trabalho, no qual o velho liberalismo encontrava-se esgotado, e novos atores sociais seriam responsáveis pela busca de sua superação por um novo paradigma. Embora a conjuntura atual não seja a mesma da época em questão neste estudo, na qual a solução encontrada foi o fortalecimento do poder estatal, tendo destaque os esforços para a construção de uma identidade nacional calcada no nacionalismo e para defesa da soberania do país, alguns elementos em comum podem ser analisados comparativamente, como é o caso do fortalecimento do Estado nas formas públicas de comunicação.

Diversos trabalhos felizmente vêm sendo lançados sobre esta temática da radiodifusão no Brasil e no mundo, assim como surgem variados livros e artigos sobre a Rádio Nacional. Todavia, o foco de análise não será o mesmo destes, fator que representa a tentativa de trazer alguma originalidade ao tema. Enquanto geralmente a Rádio Nacional era tratada como sendo basicamente uma instituição veiculante de um



conteúdo difuso, sendo representante das múltiplas correntes de pensamento presentes no interior do poder de Estado, ou, de modo diametralmente oposto, considerando a emissora como independente do ideário dominante da época, nossa proposta é outra. Iremos examinar a PRE-8, como instituição inserida no projeto do grupo no poder, tendo sido estruturada por profissionais, os quais, aqueles do alto escalão, ao mesmo tempo em que possuíam a confiança deste bloco dominante, se apresentavam capacitados profissionalmente para a atuação no meio radiofônico, de modo que grande liberdade lhes era permitida, não sendo possível caracterizar a Nacional como mera reprodutora dos ideais do Estado.

Conforme veremos mais adiante, houve a percepção pelo governo Vargas da necessidade de instituições que contribuíssem para a formação de um consenso em torno de seu projeto. Vargas tomou conhecimento do fato de que a utilização unicamente de meios coercitivos, embora fosse capaz de garantir por algum tempo a dominação de seu bloco político, não seria efetivamente capaz de constituir e sustentar um projeto político, sendo necessária uma contrapartida social e popular. Nesse sentido, o lugar da Rádio Nacional se encontra justamente na sua capacidade de promover a difusão da cultura popular, diretamente ligada à sua transformação em emissora pertencente ao patrimônio da União, portanto, uma emissora do Estado, mas, por outro lado com total liberdade, dentro dos limites permitidos pelos aparelhos de repressão e censura do regime, na criação de suas programações, e independência na busca por recursos que a financiariam. O consenso em torno da ideologia varguista e trabalhista no interior da PRE-8 foi de tal forma amplo, que não foi necessário, nem seria interessante à elite hegemônica brasileira da época, uma intervenção estatal mais direta.

# Capítulo 1

## A Consolidação da Hegemonia de Estado

### 1.1- Contextualização Histórica

Para analisarmos a ação da PRE- 8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro em comparação com as demais instituições de Estado existentes no período focalizado neste trabalho é necessário que demonstremos como se deu a consolidação da hegemonia no Estado pelo bloco político vencedor do movimento de 1930. Para tanto, é preciso apresentar o contexto histórico, além dos agentes e condições sociais, políticas, econômicas e culturais que possibilitaram a ação centralizadora da República com esse intuito de estabelecer-se hegemônico no país.

A década de 1930 apresenta desde seu início uma nova situação em termos político-econômicos para o mundo e, conseqüentemente, para o Brasil. O ideário liberal já se encontrava esgotado no país em virtude das transformações crescentes na sociedade, que passaria a incluir novos atores sociais no espectro de demandas e reivindicações (especialmente as camadas médias e trabalhadoras urbanas). A crise econômica do fim da década anterior em poucos anos inviabilizaria o modelo agro-exportador cafeeiro predominante, todavia, esse segmento de classe buscaria inicialmente continuar a desfrutar de seu poder e prestígio na sociedade. A oligarquia cafeeira permaneceria por alguns anos como o mais poderoso grupo do Brasil em virtude da debilidade dos demais grupos de elite, no entanto, sua capacidade de influenciar e dirigir as políticas no país seria drasticamente reduzida.

Podemos afirmar que a revolução de 1930 marcou um momento decisivo na história do Brasil. A chamada “revolução” se caracterizaria mais por um rearranjo do quadro de poder, sem qualquer participação efetiva das classes subalternas e camadas médias da população, o que pode ser denominado em termos gramscianos de “revolução passiva”. Neste rearranjo, os grupos tradicional agrário e urbano, este último de caráter emergente, buscaram uma estratégia conciliadora, efetivada com a subida de Vargas ao poder. O Estado passou a atuar como árbitro das disputas das frações dominantes,

mediando os interesses dos grupos envolvidos, no que ficou conhecido como “Estado de compromisso”<sup>12</sup>. A crescente disputa pelo controle dos aparelhos de Estado acarretou o progressivo fortalecimento do Estado até o seu auge com a implantação da ditadura do Estado Novo, onde o aparato estatal deixa de agir como mero árbitro.

O governo vitorioso em 1930 não alteraria significativamente a política de exportações cafeeiras no imediato período pós-revolucionário. No entanto, o modelo econômico liberal enfrentava a maior crise da história do capitalismo e não possuía condições para sustentar-se. A capacidade de investimento desse grupo encontrava-se praticamente nula devido à ausência de crédito disponível para financiá-la, assim como em decorrência de suas altas dívidas frente aos mecanismos de crédito. Em resumo, não havia mais condições econômicas para ser mantido o modelo então vigente no Brasil.

Este modelo liberal que vinha sendo amplamente questionado baseava-se na imagem do cosmopolitismo que o país apresentaria para os estrangeiros, sintetizada na capital da República. O Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aparecia como o local propício para a realização de negociações comerciais, devido não somente às suas belezas naturais, mas também por possuir em sua infraestrutura interna um porto com capacidade para realizar as transações comerciais, uma arquitetura de estilo inspirado na arquitetura francesa, que reforçava esse traço cosmopolita da cidade, além de um mercado interno representativo da população nacional. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro aparecia como chamariz para a realização dos negócios da elite oligárquica liberal por ser um ótimo cartão de visitas para os estrangeiros. Por ser a capital da nação, a população do Rio de Janeiro era bastante heterogênea, representando a síntese da ampla variedade populacional brasileira e reforçando ainda mais o caráter cosmopolita da cidade.

Podemos dizer que há a clara percepção por parte do grupo vencedor pós- 1930 de que esse cosmopolitismo liberal não possuía condições de ser mantido como principal forma política, econômica, social e cultural determinante do novo governo. Havia a necessidade de mudança a fim de evitar as perspectivas de sucumbir juntamente com o modelo liberal. O país enfrentava uma crise política e econômica, sendo obrigatória a busca por uma solução diferente do liberalismo. Na ausência de um grupo social capaz de tomar as rédeas de um novo projeto político de forma independente, o Estado vai buscar se consolidar nesse papel. Todavia, para a concretização dessa tarefa

---

<sup>12</sup> FAUSTO, Boris. 1970. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense.

era necessário conciliar as reivindicações dos variados grupos da sociedade, reivindicações estas que muitas vezes contrapunham-se umas às outras.

Embora o nível de organização e o poder de pressão das classes trabalhadoras ainda fosse muito restrito durante a década de 1930, suas necessidades não podiam mais ser simplesmente ignoradas, tendo em vista seu rápido crescimento nas últimas décadas. A importância da classe trabalhadora urbana brasileira já se fazia sentir desde a década de 1910, com uma quantidade crescente de greves até os anos de 1917/19, quando fica clara a necessidade de abandono do pressuposto liberal de livre mercado na questão trabalhista e o Estado passa, através de tímidas leis sociais que satisfaziam aos anseios da classe oligárquica dominante e continuavam excluindo os trabalhadores urbanos e rurais, a regular o mercado de trabalho.

Essas primeiras leis sociais, contudo, não seriam suficientes para acalmar os anseios dos trabalhadores, que possuíam um regime desumano de trabalho. O crescimento e a radicalização de alguns setores da classe proletária traziam apreensão ao bloco vencedor do movimento de 1930 no sentido de que era preciso trazê-los para seu lado e conquistar seu apoio. A sustentação e consolidação deste grupo no poder não poderia prescindir da mais numerosa parcela da população urbana. Em um momento de crise de hegemonia, onde nenhum dos segmentos dominantes da sociedade possuía plenas condições para organizar um projeto próprio para o país, os compromissos entre as classes foram uma eficiente solução encontrada pelo governo para fortalecer-se.

Dessa forma, tendo atuado primeiramente como mero árbitro das elites, o Estado, diante da incapacidade já mencionada das mesmas em dirigir o país nesse momento de crise, tornar-se-ia o principal agente político brasileiro. A burguesia nacional, em virtude da industrialização ainda incipiente no país, não havia adquirido forças suficientes para ditar os rumos da política econômica nacional, tal como outrora fizeram os oligarcas cafeicultores paulistas. Sendo assim, o compromisso entre Estado e burguesia industrial buscava promover a industrialização no Brasil, mas seria dada a preferência para as indústrias que atendessem aos interesses estatais. A elite agroexportadora veria seu espaço ser continuamente reduzido dentro do projeto de país que se buscava construir.

Nesse sentido, estava em questão para esse bloco de vencedores da chamada “Revolução de 1930” a conquista da hegemonia entre os setores dominantes e, conseqüentemente, a definição do projeto político, econômico, cultural e social que predominaria e ditaria os rumos para a saída da crise. A disputa hegemônica entre as

elites teria como episódio mais emblemático a chamada “Revolução Constitucionalista”, de 1932, quando os setores da oligarquia agroexportadora se rebelaram em São Paulo contra o governo provisório de Vargas na tentativa de recuperar sua já perdida hegemonia política. Essa revolta viria a fracassar e sofreria dura repressão do Estado, no entanto, após a vitória, Vargas também adotará uma política conciliatória com São Paulo, neutralizando boa parte das reivindicações da oligarquia e dando continuidade à construção da hegemonia estatal.

Se formos pensar o Estado na tradição de pensamento marxista, este é um organismo a serviço da classe dominante que pela combinação da coerção com o consenso garantem sua dominação. A hegemonia não é construída somente com base nos aparelhos coercitivos, é preciso garantir o consenso. Gramsci afirma que o Estado é uma instância política, sendo a hegemonia construída no interior da luta de classes. Este conceito não pode ser reduzido, dessa forma, à sociedade civil, tendo em vista que a classe dominante se utiliza dos aparelhos de coerção (da sociedade política) na construção de uma hegemonia.

Nesse sentido, podemos dizer que a noção de bloco histórico também está relacionada à questão da hegemonia de um grupo, ou seja, a conquista da estrutura conjuntamente com a da superestrutura representa o alcance do bloco histórico dominante. Ainda segundo Gramsci, o processo de conquista da hegemonia não exclui a luta pela conquista do poder. No interior dessa luta, toda classe produz os intelectuais que atuarão na defesa de seus interesses. Serão chamados de intelectuais orgânicos por estarem organicamente ligados à classe, no entanto, estes nem sempre agem conscientemente. A tomada de consciência é um processo construído aos poucos e não algo espontâneo, os intelectuais orgânicos somente vão se descobrir pertencentes a uma classe por meio da luta, da experiência. Thompson é um autor que valoriza essa questão da experiência no sentido de demonstrar que a classe operária é fruto de um processo histórico de formação<sup>13</sup>. Sendo assim, ao longo dos anos, uma série de valores culturais vão sendo formados no interior das classes a partir de suas ações.

Podemos claramente perceber, portanto, que a partir da década de 1930 há uma reestruturação nas máquinas administrativa e burocrática durante o governo Vargas. Nesse período começa a ser construída uma corrente ideológica que apontava para uma nova tendência, não mais centrada na produção rural, mas sim voltada para o

---

<sup>13</sup> Mais informações, consultar: THOMPSON, E. P. 2001. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Organização Antonio Luigi Negro, Sergio Silva. Campinas: Ed. Unicamp.

desenvolvimento industrial. Desse modo, são elaborados os projetos da burguesia nacional, por meio de seus intelectuais orgânicos. Esses projetos trazem inspirações do movimento modernista e das idéias nacionalistas. A já mencionada incapacidade da classe burguesa em comandar um projeto autônomo de industrialização do país a levará a aderir à proposta do Estado varguista, podemos dizer, a mais cômoda dentro do possível para seus interesses - de obtenção de lucros imediatos.

O Estado tornar-se-á o único capaz de comandar as transformações almejadas pelos diversos segmentos da sociedade. A burguesia nacional, como afirmamos acima, ficará satisfeita com as medidas de promoção da industrialização do país. A indústria favorecida, entretanto, será aquela que atenderá aos interesses estatais. No que diz respeito à classe trabalhadora, o Estado atenderia a alguns dos seus interesses, concedendo direitos sociais com a contrapartida dos sindicatos estarem sob seu controle (os chamados sindicatos “pelegos”, que poderiam ser também considerados, de certa maneira, como uma extensão histórica do sindicalismo “amarelo” da década de 1910 e 1920, que se caracterizariam por uma postura não revolucionária, favorável à negociação e à conciliação reformista de classes). A intenção do Estado nesse momento era a de conciliação entre as classes baseada na exigência de compromissos tais como o apoio da classe industrial ao governo e a passividade da classe trabalhadora.

A oligarquia agrária voltada para o mercado interno, por sua vez, embora vitoriosa com os acontecimentos de 1930, não possuía condições para se sustentar no bloco dominante e, aos poucos, perde seu espaço político. A produção agrária nesse momento deixava de ser prioridade para o governo, pois, o grupo vencedor de 1930, por falta de outras opções, já havia começado a pensar em construir um novo projeto para o país, baseado em novas instituições e na industrialização dos setores estratégicos para o Estado. Pela primeira vez no país seriam dadas as condições objetivas para pensar um projeto devidamente nacional, centralizado pelas mãos do Estado e sem o predomínio das concepções localistas e regionalistas.

## **1.2- Hegemonia**

Retornaremos mais adiante a falar sobre as camadas sociais e seu relacionamento com o Estado, mas para melhor compreensão dessa nova proposta estatal, convém neste momento explicitar o que venho tratando como hegemonia. Levando em consideração o que foi acima mencionado, hegemonia não se possui, mas se exerce. Todavia, esse exercício em uma sociedade não ocorre somente através de idéias, mas também por práticas. O estabelecimento da hegemonia equivale à construção de um conjunto de relações de subordinação e consenso que resulte na proposição e no acatamento de um discurso político de classe que se, por um lado, garante a dominação, por outro, “naturaliza” a estrutura social de poder que dela resulta e seu acatamento pelos “de baixo”. Nesse sentido, a construção e o exercício da hegemonia equivalem à elaboração de um discurso político que permite a adesão das classes subalternas ao projeto político socialmente dominante.

O conceito de hegemonia é mais amplo do que o de ideologia, englobando a este, mas não podendo ser simplesmente reduzido a ele. Antonio Gramsci<sup>14</sup> vai utilizar hegemonia para designar a forma praticada pelo poder dominante para garantir o consentimento dos dominados. O poder de classe não pode ser exercido somente com base na coerção, faz-se necessária a obtenção do consenso dos grupos sociais aliados ou próximos a essa mesma classe dominante. A coerção, por sua vez, é exercida sobre as classes antagônicas, mas não devemos deixar de lado a questão da negociação levantada por Gramsci: as classes hegemônicas sempre devem levar em conta os interesses dos hegemonzados, caso contrário há apenas coerção e não há hegemonia, somente dominação em sua mais cruel feição. A supremacia de um grupo social sobre outro, portanto, deve ser tratada como ocorrendo por uma relação dialética (entre coerção e consenso).

Constituir-se como classe hegemônica significa protagonizar as reivindicações de outros grupos sociais na construção do discurso hegemônico que garante o poder político, reunindo em seu entorno esses grupos para a realização de alianças. Como já foi dito, essa noção implica na articulação e submissão dos interesses dos grupos subalternos ao estrato social do grupo dominante. Todavia, segundo Gramsci, a hegemonia não se constrói unicamente baseada na estrutura econômica e na organização

---

<sup>14</sup> GRAMSCI, Antonio. 1982. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed; GRAMSCI, Antonio. 1978. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira.

política social, mas também sobre a orientação ideológica e sobre o modo de pensar. É uma noção relacional dinâmica, uma expansão e enriquecimento do conceito de ideologia, como falamos acima.

Nesse sentido, a formação do consenso que possibilitará a atuação do Estado, a partir de um ativo consentimento das classes que compõem a base da constituição hegemônica, torna-se imprescindível para a compreensão desse conceito de hegemonia. A conservação do poder tornar-se-á mais seguramente realizável através da mescla entre as atitudes tomadas “pelo alto”, como é o caso das ações coercitivas, e as atitudes baseadas no consenso.

Gramsci, ao analisar o Estado burguês como uma poderosa fonte de hegemonia política, destacará o seu caráter de suposta neutralidade, não sendo mera ilusão ideológica, portanto. Há uma autonomia relativa do poder político diante das esferas sociais e econômicas na sociedade, contrariamente ao que ocorre na organização política das formações pré-capitalistas. Cabe ainda acrescentar que a hegemonia é mantida, além dos aspectos ideológicos, econômicos, políticos e sociais, também por aspectos culturais. Gramsci dá certa ênfase à necessidade de se transformar os mecanismos culturais da sociedade e não apenas o Estado.

Os agentes responsáveis por essa transformação dos mecanismos culturais de uma sociedade são denominados por Gramsci de intelectuais orgânicos<sup>15</sup>. Estes são o produto de uma classe social de caráter emergente e desempenham o papel de emprestar a essa classe alguma autoconsciência homogênea nos seus diversos campos (como por exemplo, os campos cultural, político e econômico). Sua ação ocorre no sentido de trazer forma e coesão a essa autoconsciência, provocando uma união entre teoria e prática. Em outros termos, podemos dizer que, sem deixar de levar em conta o viés revolucionário do pensamento gramsciano, que consiste em buscar a unidade política entre teoria e prática, a função dos intelectuais orgânicos é a de “forjar a relação entre “teoria” e “ideologia”, criando uma passagem em ambas as direções entre a análise política e a experiência popular”.<sup>16</sup>

Atuando em sentido contrário aos intelectuais orgânicos estariam os chamados intelectuais “tradicionais”. Estes podem até já ter desempenhado um papel orgânico no passado, mas não mais o fazem, acreditam atuarem independentemente da vida social.

---

<sup>15</sup>GRAMSCI. 1982. Op. Cit.

<sup>16</sup> EAGLETON, Terry. 1997. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, Pág. 111.



Se formos pensar no âmbito da ideologia, o intelectual tradicional representa a ideologia como pensamento desprendido da realidade, ao passo que, para o intelectual orgânico, a ideologia seria a existência de idéias ativamente a serviço de um interesse de classe.

### **1.3- O Bloco histórico e os Aparelhos de Estado**

Na análise de Gramsci, devido à sua peculiaridade de ter sido ele também um militante político, os aparelhos de hegemonia são todos eles locais da arena, do confronto entre todas as forças que se contrapõem. A título de exemplificação cito Bourdieu que, em seu exame acerca do ambiente escolar (a escola, assim como a família e as instituições de Estado, é um aparelho de hegemonia), chama bastante atenção à sua faceta reprodutora. Sem ignorar este aspecto reprodutor, de qualquer lugar de disputa hegemônica, tendo em vista a intenção de o grupo dominante manter-se dominante, esse espaço está aberto a diversas possibilidades de criação, como resultado das estratégias e esforços dos dois grupos (hegemônicos e contra-hegemônicos) na manutenção ou alteração desse quadro, consolidando ou não sua hegemonia.

Para melhor compreensão dessa disputa hegemônica, o conceito de Bloco Histórico será de grande valia. Tal como apresentado por Antônio Gramsci<sup>17</sup>, define-se por um conjunto estruturado de alianças políticas de classes e frações de classes que viabiliza um projeto de política de Estado, bem como, ao resultado da ação política de seus intelectuais orgânicos, numa dada conjuntura histórica, na estruturação do bloco e dos instrumentos que dispõem ou constroem. Esses instrumentos são as instituições de Estado formadas no primeiro governo Vargas e nele atuantes – Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Saúde, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), os sindicatos, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e entre eles a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, objeto desse trabalho.

O bloco vitorioso em 1930 e, posteriormente, em 1932 seria o responsável pela difusão de um novo projeto de Estado, no qual estariam incluídas as tentativas de calcificação de uma identidade nacional própria e de constituição de um ideário nacionalista que a justificasse e que também objetivasse a garantia da soberania

---

<sup>17</sup>GRAMSCI, 1982. Op. Cit.; GRAMSCI, 1978. Op. Cit.

nacional. Não devemos desconsiderar, dessa maneira, que toda identidade é uma forma de ideologia e a identidade nacional, portanto, não escapa dessa classificação. A identidade é uma construção, levada a cabo por um projeto hegemônico no sentido de, ideologicamente, suturar as contradições, mas não apenas isso, pois tende geralmente à homogeneização de traços irreconciliáveis entre os atores sociais.

Se formos considerar os escritos de Louis Althusser, sem tratar da excessiva ênfase dada pelo autor às estruturas e, conseqüentemente, da pouca relevância atribuída ao papel do sujeito na história, podemos ressaltar sua afirmação de que a ideologia é formadora tanto dos sujeitos quanto dos grupos sociais. Ao criar a noção de “aparelho ideológico de Estado”<sup>18</sup>, Althusser subordina a Igreja, a escola, os meios de comunicação e diversos órgãos da sociedade ao aparato estatal. Por ser o principal meio de comunicação do período que focalizo em meu trabalho, o Rádio e, em especial, a PRE- 8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro cumpria importante papel de ser mais um aparelho de Estado atuante na criação de uma hegemonia, na medida em que contribuía decisivamente na formação de uma coesão social em determinadas estruturas, isto é, na massa da população que fazia o uso desse meio. O rádio teria, ainda, papel fundamental na disseminação da ideologia política do trabalhismo, um dos pilares centrais da ideologia do Estado varguista.

Também analisando os aparelhos de Estado, Nicos Poulantzas<sup>19</sup> centralizaria seus estudos na constituição e exercício do poder político. O autor em questão seria um crítico à simples redução da ideologia à expressão de uma classe social. A classe dominante, para ele, também não deve ser reduzida à “essência” da formação social, devendo ser levadas em conta conjuntamente as classes subordinadas. Para Poulantzas, ainda que o modo de produção seja responsável por restrições determinantes, não é a classe hegemônica a única responsável pela união da sociedade, mas sim a unidade de uma formação social é uma questão estrutural, “efeito da superposição de vários “níveis” ou “regiões” da vida social”<sup>20</sup>. Levando-se em conta que Poulantzas faz uma leitura da estrutura social extremamente influenciada pelas posições antropológicas estruturalistas (que o faz elidir, quase sempre, que a referida estrutura social é ela própria o produto histórico do embate político ideológico que ocorre numa formação social antes, durante e depois de sua constituição), não custa remarcar que, embora seja

---

<sup>18</sup> ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Ed. Presença, 1974

<sup>19</sup> POULANTZAS, Nicos. 1972. **Poder político e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Editorial Presença.

<sup>20</sup> EAGLETON, 1997. Op. Cit. Pág. 113.

aceitável que a situação de hegemonia se exerça numa determinada estrutura social, não é menos verdade que tal estrutura é a expressão de um processo histórico que resulta na dominação política e social de classe e na conformação que tal dominação estabelece para todos os níveis da estrutura de uma formação social.

Parece-me que tanto do ponto de vista de Althusser, quanto de Poulantzas, a construção da teoria estabelece a prioridade lógica da estrutura, aí considerada quase como um atributo “natural” das sociedades humanas, cuja razão da existência está na manutenção da coesão social. Só então deveria ser considerada a luta política enquanto subordinada aos ditames da estrutura e aos seus limites. Falta estabelecer que esta citada coesão não é um atributo natural, mas o resultado consolidado dos interesses da classe dominante em cada período histórico.

Isto posto, a ideologia dominante, mais do que constitutiva, é um reflexo da unidade social. Na tarefa de recriação da unidade da formação social em nível imaginário, e não apenas garantindo uma consciência coerente dos governantes, a ideologia dominante é um reflexo da visão de mundo destes, assim como também das relações entre as classes dominantes e classes subordinadas na sociedade como um todo. Não se deve considerar a ideologia isoladamente baseada na consciência do bloco governante, esta deve ser pensada no campo da luta de classes. Deve-se novamente salientar a necessidade de toda e qualquer classe hegemônica levar em consideração, ao menos parcialmente, os anseios, interesses e tendências das classes sob as quais seu poder é exercido, da mesma forma como devem se preparar para soluções de compromisso entre as classes.

Nesse ambiente das lutas de classes, Poulantzas identificará o conceito de “bloco no poder” correlativamente ao de hegemonia. A classe ou fração de classe hegemônica constitui o elemento dominante do bloco característico por ser uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes politicamente. Em suas palavras, “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*”<sup>21</sup>. Isso significa que, mesmo estando unidas no interior de um bloco, o poder do Estado não é repartido entre as classes ou frações constituintes, mas sim fica este nas mãos de sua fração hegemônica. Esta será a responsável pela polarização dos diversos e contraditórios interesses específicos das classes e frações constituintes do bloco.

---

<sup>21</sup> POULANTZAS, 1972. Op. Cit. Págs. 68-69 (grifos do autor).

As diversas instituições sociais e, no caso, especificamente os aparelhos de Estado, não possuem o poder propriamente, mas podemos dizer que as classes são as detentoras desse poder. Ainda que as instituições possuam certa autonomia, o poder que se concentra numa instituição é um poder de classe e o Estado é o local onde este se exerce. A hegemonia de classes será exercida e concentrada nas mesmas mãos que desempenharão a função hegemônica no bloco histórico de poder, ou seja, a classe ou fração de classe hegemônica no interior da sociedade também obterá a hegemonia para exercer o poder no Estado e em suas instituições.

Dessa maneira, após a incorporação da PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro e de todo o patrimônio do grupo A Noite, em 8 de março de 1940, o poder político estatal passaria a dispor pela primeira vez de meios de comunicação que pudessem atuar como aparelhos ideológicos de Estado no sentido de difundir o projeto hegemônico do bloco histórico que se consolidava desde a década anterior. Conforme já afirmamos e veremos de forma detalhada mais tarde, este projeto hegemônico seria baseado no nacionalismo em contraposição ao ideário cosmopolita e regionalista dos liberais. Este bloco viria a disputar e construir a hegemonia em diversas esferas da sociedade, preconizando um consenso em torno de suas idéias e, sendo assim, a Rádio Nacional seria de extrema importância no âmbito cultural ao transmitir em suas ondas uma diversificada grade de programação, a qual atenderia aos gostos dos diversos segmentos sociais brasileiros. Para que essas afirmações sejam melhor compreendidas, faz-se necessário detalhar um pouco mais quais seriam essas classes e setores de classe existentes e que viriam a adquirir destaque na disputa pela hegemonia na sociedade brasileira.

## **1.4- Os Grupos Sociais em Disputa Hegemônica no País**

### ***1.4.1- A Burguesia Industrial***

Primeiramente, vamos analisar a camada da burguesia brasileira, que logo após o episódio da depressão econômica oriunda da quebra da bolsa norte-americana conseguiu

uma rápida recuperação de seus patamares de produção. Contrariamente ao setor agro-exportador, cuja fragilidade econômica advinda do endividamento externo a impossibilitava de manter a direção no processo político no país, a classe burguesa encontra condições para se organizar e aos poucos ocupar o lugar de destaque onde anteriormente estaria a burguesia agrária. No entanto, a situação da indústria não era de estabilidade e necessitava de incentivos que eram reivindicados ao governo, tais como a redução de tarifas, a restrição às importações de máquinas, num primeiro momento, e o seu posterior incentivo à importação, quando as máquinas se tornarão baratas no exterior em função da crise, além de pressões contra a diminuição da jornada de trabalho e pelo estabelecimento de escalas de salário mínimo.

Essas exigências da parte dos industriais, especialmente os da indústria têxtil, a principal do país na época, não eram uniformes, em outras palavras significa dizer que eles não possuíam um projeto claro construído, demandando do governo ora umas, ora outras dessas reivindicações listadas acima. Isso equivale a dizer que a burguesia brasileira nesse momento não possuía capacidade para compreender a sua situação e elaborar a solução de seus problemas de forma autônoma. A questão chave para essa classe era a de como manter e até ampliar sua produção e lucratividade voltando-se para um mercado interno de consumidores majoritariamente de baixa renda.

Grande parte dos industriais estava bastante temerária quanto ao futuro da política estatal, o que se mostrou sem fundamento a partir das medidas adotadas em 1931 para promoção e desenvolvimento das atividades industriais<sup>22</sup>. Nesse mesmo ano, a indústria têxtil algodoeira declarou estado de superprodução, ao lançar mão da ampliação da jornada de trabalho para mais do que as 10 horas habituais, assim como do aumento de seu horário de funcionamento (chegando a funcionar de 16 a 24 horas por dia). Isso ocasionava segundo Stanley Stein, “uma situação paradoxal na década de trinta: uma indústria que, supostamente, estava em estado de superprodução quando muitas fábricas funcionavam em ritmo febril e estendiam a jornada normal de trabalho”<sup>23</sup>. Essa superexploração gerou insatisfações e, em uma justa alegação de estado físico de estafa, em 1936 os trabalhadores passaram a se recusar a fazer serão.

A restrição às importações de máquinas, outro desejo atendido pelo governo em sua política conciliatória, permitiu o nascimento no país da indústria de teares. Fato

---

<sup>22</sup> Consultar CARONE, Edgard. 1978. **O Centro do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**, Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, Págs. 116- 117.

<sup>23</sup> Consultar STEIN, Stanley J. 1979. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil- 1850/1950**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, Pág. 148.

curioso é o da qualificação atribuída a esses teares, de serem grosseiras imitações de seus congêneres produzidos na Inglaterra e na França, os quais, no entanto, viriam a ser exportados para a Argentina apesar da crítica. Em 1937, o Congresso não prorrogou a restrição às importações de máquinas e equipamentos, apesar das pressões, o que gerou uma nova onda de importações somente atenuada com o advento da Segunda Guerra Mundial. Podemos afirmar que a restrição às importações atenuou o ritmo de expansão da indústria têxtil e, conseqüentemente, minimizou o quadro da superprodução de 1931 ao início de 1937 se combinarmos com o baixo poder aquisitivo da população e o desinteresse industrial em investir capital em equipamentos mais modernos no período da grande depressão.

O golpe do Estado Novo em 1937 alteraria a política da relação entre Estado e a indústria têxtil brasileira. A respeito da crise por estes enfrentada, o governo passou a condenar a sua dependência ao aparelho estatal, obrigando os industriais a buscarem novas soluções. O Estado abandona a Constituição democrática de 1934 e assume plenamente seu caráter corporativo. O poder político passava das mãos da sociedade civil para o interior do Estado corporativo, tornando-se este último o árbitro dos conflitos e responsável por harmonizar os interesses de classe. A eclosão da Segunda Guerra Mundial facilitou essa nova orientação política do Estado. Isso porque não tinham mais cabimento as reivindicações industriais baseadas nos argumentos da superprodução e do subconsumo, tendo em vista que todo o excedente não absorvido pelo mercado interno passou a ser enviado para as nações beligerantes que necessitavam dos produtos têxteis produzidos no país.

A situação dos equipamentos e máquinas, entretanto, não era das melhores, estavam velhos e obsoletos. Havia ainda uma grande discrepância entre as indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo se comparadas com as do interior e norte/nordeste do país, ainda mais precarizadas. Nesse sentido, não eram poucos os pedidos de apoio governamental para financiar o reequipamento e por melhores condições de crédito, negados um a um em virtude dos novos planos do governo Vargas. Este visava direcionar o grosso dos recursos do país para investir em um novo modelo de industrialização que daria um salto de qualidade nesse aspecto. As indústrias têxteis deixavam de ser o centro das atenções governamentais, mas durante o período da guerra adentraram num novo ciclo de prosperidade econômica, apesar das máquinas obsoletas.

O crescimento econômico apresentado pela indústria têxtil e por outras menores no Brasil permitiu o desenvolvimento da indústria do país, todavia, não é possível dizer

que tenham formado um mercado industrial. Em outras palavras, não foi capaz de se reproduzir e abranger a todos os setores da economia, apesar de ter gerado um grande mercado de bens de consumo não-duráveis. A parte da burguesia têxtil de fora do grande eixo Rio – São Paulo não possuía condições políticas, financeiras, nem parecia estar muito interessada na criação e direção de um projeto para o país, o qual permitisse a ampliação do mercado consumidor interno e externo, além dos melhoramentos de seus equipamentos sem a ajuda estatal. Isso exigiria melhores condições salariais e de trabalho para seus empregados, além de uma autonomia da burguesia diante do Estado, à qual não estavam acostumados. Fato é que, nos períodos de bonança econômica, não se esforçaram em levar a cabo tais medidas e acabaram relegados a segundo plano.

A outra camada da burguesia (principalmente do eixo Rio- São Paulo) adere ao projeto varguista percebendo não haver outra saída diante da estagnação do setor têxtil. A entrada no ramo das indústrias de base preconizada pelo Estado viria a se mostrar extremamente vantajosa para esse segmento de classe. Vargas soube se aproveitar da disputa- política e econômica- entre as nações em guerra para, durante a negociação do apoio brasileiro no conflito, conseguir vantagens econômicas e técnicas na implantação desse setor de indústrias pesadas. A possibilidade da chegada de investimentos do capital estrangeiro foi um grande atrativo para o financiamento desse setor de que a parcela mais favorecida da burguesia nacional passava nesse momento a fazer parte. Inspirados pelas concepções modernistas e nacionalistas em desenvolvimento desde as décadas anteriores, esses setores da burguesia incorporaram os anseios por mudanças sociais e institucionais na busca por um país mais moderno que pudesse enfim se inserir no sistema capitalista internacional. É dessa época a fundação de duas das mais importantes empresas estatais brasileiras do período (hoje em dia estão nas mãos de grupos privados): a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia siderúrgica Nacional (CSN).

### ***1.4.2- O Estado***

No entanto, apesar dessa reorganização da burguesia nacional, neste período é o Estado o principal agente condutor das mudanças sociais, políticas, econômicas e

culturais do país. Apoiado no discurso nacionalista, Vargas buscava conciliar os interesses da burguesia e dos trabalhadores para a realização de seu projeto de Estado. Em carta direcionada ao presidente datada de janeiro de 1934, o general Góis Monteiro já havia delineado todas as principais mudanças necessárias para seu governo. Dentre as medidas listadas estavam: o fortalecimento do espírito de nacionalidade; a regulação da vida econômica do país, visando impedir o colapso da produção brasileira, assim como, o aumento de sua riqueza; a refundação das instituições do Estado e o saneamento da administração geral, de modo a conseguir realizar os demais objetivos propostos<sup>24</sup>.

Outra questão de extrema importância tratada no documento dizia respeito à reorganização das Forças Armadas. Historicamente estas sempre trouxeram problema ao país por serem mal treinadas, mal remuneradas e mal equipadas. Dessa forma, haviam sido em alguns aspectos, desastrosas para o Estado. O movimento tenentista na década anterior já havia levantado essas preocupações para o Estado quanto à urgência na reformulação das Forças Armadas. Fazia-se necessária a constituição de Forças Armadas em nível federal com condições de garantir a superioridade bélica e logística do governo central frente a possíveis levantes ou insurreições regionais. Somava-se a isso a alegação da necessidade de combate ao “perigo comunista”, duramente reprimido após o levante de 1935, o qual seria utilizado como pretexto para o golpe de 1937 com a “suposta” divulgação do falso Plano Cohen. Dentre as principais justificativas para a reformulação das forças militares estava, portanto, a necessidade de garantia da soberania nacional devido aos recentes episódios que punham em xeque a capacidade brasileira de defesa nos planos interior e exterior.

Sendo assim, o golpe do Estado Novo seria realizado com o apoio das Forças Armadas e se aproveitando das fraquezas das classes e grupos dominantes, por um lado, e classes subalternas desorganizadas fruto do desmantelamento recente de suas lideranças, por outro, para imprimir as transformações necessárias em seu projeto de construção nacional. As pressões e descontentamentos opositores ao regime da parte da elite eram acalmados sob a forma de compromissos em virtude da dependência em que se encontravam frente ao poder central. O poder executivo se aproveitou desde o início da década para se promover como o salvador do decadente setor agro-exportador, e com isso elevar a balança de pagamentos deficitária, ao mesmo tempo em que patrocinava o

---

<sup>24</sup> Para maiores informações, consultar a Carta de Góis Monteiro a Getúlio Vargas, datada de 04/01/34 (fotocópia).



setor industrial, que apresentava perspectivas de desenvolvimento, permitindo a reformulação da máquina estatal.

Durante o novo regime instaurado por Vargas, o poder do Estado se consolidará progressivamente e definitivamente, dando continuidade às reformas iniciadas nos anos anteriores. Os setores de oposição ao regime seriam isolados pelo uso da repressão física até 1938 e o governo buscava desvincular-se de quaisquer identificações partidárias. A reforma do quadro administrativo consolidou-se em 1941 possibilitando a hegemonia do Estado. Nas palavras de Lourdes Sola, ela “introduziu os instrumentos de controle, que permitiram a definida centralização do poder e a integração nacional”<sup>25</sup>. O poder regional seria duramente afetado por esse mecanismo centralizador, no entanto, não viria a se esgotar, apesar de suas dificuldades crescentes, perpetuando-se as estruturas de poder coronelistas e de mandonismo local.

A movimentação em torno da guerra favoreceu aos interesses estatais por reformulações na medida em que, através do jogo político e econômico, possibilitou o já mencionado reaparelhamento industrial por meio da substituição de importações, que acabou por desenvolver as indústrias locais, satisfazendo a burguesia. O esforço de guerra, não devemos esquecer, também permitiu intensificar a diversificação da produção agrícola, em parte estimulada pelo governo. A integração entre os setores rural e urbano foi permitida pela abolição das taxas interestaduais de exportação, contribuindo para o desenvolvimento de um mercado efetivamente nacional. Os apelos e discursos nacionalistas acabaram por trazer para seu lado boa parte da massa trabalhadora, sob o argumento da segurança nacional e defesa da soberania (apesar da relativa demora em assumir esse discurso).

Porém, o caráter concessivo atribuído por Vargas aos direitos sociais, em consonância com esse discurso nacionalista, seria o grande responsável pela enorme adesão de parcela da massa trabalhadora ao projeto de Estado. Nesse sentido, foi possível forjar um elevado grau de consenso nacionalista, consenso este que garantiu o triunfo do regime autoritário varguista, assegurando a paz interna e a conciliação dos interesses em torno de um inimigo em comum (o nazi-fascismo) e de uma identidade nacional fortalecida para o combate a esse inimigo.

---

<sup>25</sup> Consultar: SOLA, Lourdes. “O Golpe de 37 e o Estado Novo”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1987. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 16ª edição, pág. 268.

A partir da regulação das relações entre operários e trabalhadores urbanos, de um lado, e patrões, do outro, foi possível ao Estado realizar inovações econômicas mais profundas. Até então, o Estado havia organizado e centralizado processos econômicos já existentes na agricultura e na indústria, intensificando-os. Nesse novo momento, o Estado passa a assumir um papel inédito, desde a proclamação da República, de principal investidor. Foram planejados com isso (em um plano quinquenal elaborado por Getúlio Vargas e pelo ministro da Fazenda Souza Costa), a construção de hidrelétricas, estradas de ferro e rodagem, usinas e fábricas, além da compra de navios para o Lloyd brasileiro, de destróieres e aviões, boa parte desse plano concretizada nos anos subsequentes. Dessa forma, estavam criadas conjuntamente as bases institucionais para a emergência de uma espécie de burocracia industrial, surgindo assim, como ficou posteriormente conhecido, o “tecnocrata”<sup>26</sup>, agente dotado de importante papel econômico e político em uma sociedade que de forma ainda incipiente passaria a crescer seus níveis de racionalização.

Outro ponto merece ser destacado quanto a esse papel central do Estado: os investimentos direcionados em sua maioria à indústria pesada, não atraíam interesses da burguesia industrial, em virtude de exigir uma grande massa de capital que a classe burguesa não possuía, a qual só o poder de concentração de capital do Estado era capaz de conseguir, e tendo em vista que o retorno financeiro desses investimentos viria a médio e longo prazo. Aliás, historicamente o Estado brasileiro sempre se ocupou dos setores “desprezados” pelos investidores particulares, inclusive estrangeiros, que estavam ocupados no esforço de guerra. No caso em questão, o investimento estatal nesse setor resultou na restauração das condições de infraestrutura que propiciaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Foi notório também o interesse ativo das Forças Armadas brasileiras em dar o suporte político necessário aos programas governamentais. Em um período crítico de guerra, a execução de políticas nacionais que garantissem a segurança e soberania do país viria de acordo com as pretensões militares, as quais, até o fim da guerra, se empenharam em garantir a paz social interna.

O Estado, no entanto, não seria somente o principal diretor do processo de industrialização brasileira. Também seria responsável por dar condições a uma parcela da burguesia para crescer em áreas estratégicas até então inexistentes na indústria nacional. Além de atender a essa já existente burguesia, o governo Vargas seria

---

<sup>26</sup> IANNI, Octávio In. Estado e capitalismo. Civilização Brasileira, 1965 apud SOLA, Lourdes “O Golpe de 37 e o Estado Novo”. In: MOTA. 1987. Op. Cit. Pág. 275.

responsável pela criação de uma nova, de caráter industrializante, essencial para o projeto de país hegemônico do grupo vitorioso pós-1930. Embora não se possa dizer que esse projeto fosse algo engessado e definitivo em todos os seus níveis, pois de fato não o era, buscar-se-ia estendê-lo aos mais diversos âmbitos, tais como os trabalhadores, que veremos adiante, e a burguesia. Era projeto do Estado, nesse sentido, a criação de uma burguesia nacional forte e com capacidades de investimentos e produção no futuro, uma burguesia, acima de tudo, nacionalista e industrializante. Não por acaso, muitos desses membros da burguesia em construção se tornariam ferrenhos defensores de Vargas e do trabalhismo em oposição aos liberais e defensores da grande presença do capital estrangeiro na economia.

Todas essas realizações do Estado passaram, portanto, a trazer o atributo nacionalista como justificativa legitimadora de sua hegemonia. Apesar da ausência momentânea de hegemonia política direta entre as classes dominantes, as transformações em curso propiciaram a recomposição delas ao nível do poder, a partir da ação estatal que fornecia seus instrumentos de realização de interesses, gerando uma colaboração entre ambas. Isso somente foi possível devido a uma questão estrutural de inexistência de interesses antagônicos entre as oligarquias rurais, por um lado, e a burguesia industrial, por outro. Explicando de forma mais clara, os investimentos industriais eram altamente dependentes da acumulação de capital da agricultura, que refletiam no aumento dos créditos e financiamentos bancários.

As oligarquias rurais já não mais possuíam o poder político e econômico de outrora, no entanto, as relações clientelistas do coronelato continuavam a ser a tônica da vida no campo. As bases sociais e econômicas de sua dominação sobre os trabalhadores camponeses permaneceram intactas durante o Estado Novo, representadas na não-extensão das leis sociais ao meio rural. A acumulação primitiva das oligarquias agrárias, portanto, foi permitida através da superexploração e da expropriação das populações do campo, de tal modo que, durante a ditadura estado-novista, apesar de representarem numericamente e economicamente uma significativa participação social, os trabalhadores camponeses seriam ignorados e deixados de lado pelo poder central. O foco das ações estava claramente voltado para o ambiente urbano, que viria a absorver os excedentes de mão de obra decorrentes da evasão rural gerada pelo imobilismo econômico da situação rural brasileira e da incapacidade das oligarquias em garantir a permanência e a subjugação dos trabalhadores rurais junto a suas iniciativas. Todavia, as áreas rurais não ficariam completamente esquecidas pelo governo, em virtude de

ainda possuem a maioria da população brasileira, embora o foco fosse mesmo o espaço urbano nacional.

No plano das cidades a concessão de direitos sociais passaria a se somar à introdução de novas técnicas de propaganda e outras que visavam trazer os trabalhadores para o lado do Estado, reforçando as identificações entre as massas e a figura de Vargas. Embutidas por um caráter nacionalista, essas medidas incluíam grandes demonstrações públicas no dia primeiro de maio, nas quais Vargas proclamava novas concessões, além das falas especiais deste e do ministro do Trabalho Marcondes Filho no programa de rádio obrigatório a “Hora do Brasil”. Essas medidas seriam representantes do ideário trabalhista em construção. Ainda de acordo com essa proposta, em 1943 seria elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ampliando dessa forma a proteção dos trabalhadores contra as pressões patronais.

O projeto trabalhista passou a ser efetivamente difundido e implementado, portanto, a partir da necessidade de reorientação dos rumos do Estado Novo. Seu governo não conseguiria se sustentar se fosse baseado apenas na repressão. O ideário trabalhista não foi construído em decorrência imediata do combate ao comunismo, nem surgiu simultaneamente à orientação política de sancionamento e fiscalização do cumprimento das leis de regulamentação do mercado de trabalho. Manteve fortes laços com ambos os acontecimentos políticos, mas foi posterior aos dois. Segundo Ângela de Castro Gomes<sup>27</sup>, o que se buscava era a promoção de um Estado legítimo, o qual, contrariamente ao liberalismo, que trazia valores europeizantes e simplistas a respeito do nacional - como sendo de raça e caráter inferiores-, buscava recuperar o povo brasileiro. Dessa forma, seriam reconhecidas sua realidade, suas necessidades, potencialidades e seria possível reescrever a história do país.

Conforme veremos no capítulo seguinte, o nacionalismo preconizado pelo bloco hegemônico não se iniciaria com sua chegada ao poder, mas possuiria raízes ainda no século XIX. Todavia, será com o modernismo que presenciaremos a criação de uma concepção mais próxima à adotada por Vargas. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi o marco do surgimento do modernismo no país e um dos reflexos da crise do sistema então vigente, no caso, uma crise ideológica e cultural. Buscando romper com esse paradigma, os modernistas, em um primeiro momento, adotariam uma postura bastante radical e, por vezes, iconoclasta especialmente no campo das artes plásticas e da

---

<sup>27</sup> In: GOMES, Ângela M. de Castro. 1994. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ. 2ª Ed.

literatura. Não seriam, nesse sentido, facilmente aceitos pela sociedade, mas, ao longo dos anos consolidariam seu espaço nas artes nacionais.

A perspectiva nacionalista, que caracterizava a vanguarda do pensamento modernista, pode ser dividida em duas tendências conflitantes entre si: uma mais próxima do pensamento popular e de esquerda, que teve como exemplo os manifestos “Pau Brasil” e “Antropofágico” cujos representantes eram, dentre tantos outros, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Este último foi lançado em resposta ao manifesto “Verde-Amarelo”, editado pelos representantes da outra tendência mais aproximada com a extrema-direita e bastante identificado com o fascismo e com o integralismo. Os autores e artistas modernistas, especialmente aqueles mais próximos da perspectiva popular, intencionariam retratar realisticamente o brasileiro, realçando seus traços, sua condição social, o ambiente em que viviam, num esforço que contribuiria para a posterior definição da identidade nacional e para a consolidação do nacionalismo como hegemônico em contraposição ao regionalismo então vigente dos liberais.

Cabe neste momento diferenciar o regionalismo liberal-oligárquico, dominante até 1930, da outra forma de regionalismo, surgida no bojo deste mesmo movimento modernista. O regionalismo que viria a perder espaço para o bloco hegemônico pós-revolução de 1930 seria aquele preconizado pela elite oligárquica vinculada à agro-exportação e aos capitais estrangeiros. A crise do modelo liberal, apesar de só estourar definitivamente em 1929, já se demonstrava no Brasil com a decadência de grandes fazendas produtoras para exportação e com a dificuldade para obtenção de condições de crédito para financiar suas plantações. No novo projeto em construção, os oligarcas regionais seriam gradativamente suplantados pela elite nacionalista que buscava desenvolver instituições internamente voltadas para o desenvolvimento de formas diversificadas de produção e consumo.

O regionalismo de escritores tais como José Lins do Rego e Graciliano Ramos, por exemplo, em nada tem a ver com o da elite oligárquica. Os romancistas, ao contrário da elite decadente pós-1930, buscariam em seus textos compreender o país se aproximando do popular. Dessa maneira, esses regionalistas tratarão dos traços culturais da região em questão no texto, de modo a compreender a condição da mesma no presente, examinando a trajetória da elite, as desigualdades sociais e o meio ambiente, por exemplo. As relações humanas, nesse sentido, serão investigadas e suas ligações com o meio social, com o clima e a paisagem, com a linguagem, a falta dela, traços lingüísticos específicos de cada região e estrato dessa população, e com os demais

traços culturais existentes. Essa forma de regionalismo em muito difere do regionalismo oligárquico por permitir, através dessas especificidades, realizar uma síntese da nacionalidade, do povo brasileiro por meio de suas semelhanças e particularidades.

Nesse sentido, conforme veremos no próximo capítulo, o conceito de nação deixaria de ser visto como exterior ao indivíduo, tal como no ideário liberal, e passaria a ser um fato interior a ele. Por não ter sido diretamente uma conquista por meio das lutas dos trabalhadores, e sim certa “esperteza” do Estado, que tomara para si a concretização das conquistas e reivindicações dos trabalhadores vindas de suas lutas desde fins do século XIX, a legislação trabalhista necessitava de divulgação e esclarecimentos. O Rádio, dessa maneira, aparecia como o meio propício para essas realizações, pois, por suas próprias características, por um lado, trazia a idéia de um diálogo entre o Estado e o povo e, por outro, dada a dificuldade de o poder público chegar a todas as regiões geográficas do país e a ignorância de grande parte da população brasileira. Sendo assim, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lourival Fontes, criado em 1939 para ser um órgão de controle dos meios de comunicação, principalmente a radiodifusão, materializou o dispendioso esforço de controlar os instrumentos necessários à construção e implementação do projeto político hegemônico do regime.

No entanto, a aplicação de benefícios aos trabalhadores por parte do Estado não significou a mera pacificação e subordinação da classe trabalhadora. Sua luta de resistência política não findou, mas havia o reconhecimento de interesses e necessidade de retribuição. Havia um pacto implícito nas ações, tanto dos trabalhadores, quanto do Estado. Segundo Marcel Mauss, a dádiva é um ato que, se por um lado é aparentemente livre, gratuito e generoso, por outro, institui a necessidade de retribuição<sup>28</sup>. Há também uma feição obrigatória entre quem doa, no caso, o Estado reconheceu sua dívida para com os trabalhadores, embora pensasse a questão social de uma maneira totalista, ou seja, de todos os homens e classes, e não apenas como uma questão operária. As leis sociais eram uma dívida da coletividade nacional e dariam a possibilidade do bem-estar material aos trabalhadores. Comportavam, ainda, o sentimento da generosidade e virtude do estadista e do Estado nesse ideário de fortalecimento da nação.

O caráter nacionalista das ações de Estado viria a se reforçar ainda mais com a entrada do Brasil na guerra, pouco antes, em 1942. Após um período de indefinição na

---

<sup>28</sup> Mais informações, consultar: MAUSS, Marcel. 2003. “Ensaio Sobre a Dádiva: a Forma e a Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas” [1924]. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, Págs. 183-314.

decisão de integrar a aliança mundial contra o nazi-fascismo (fruto de um jogo político-econômico de negociação por vantagens), Vargas toma a decisão logo após o afundamento de navios mercantes brasileiros pela marinha alemã. Esse ataque intensificaria a onda de manifestações públicas de indignação e de campanhas populares pela entrada do Brasil na guerra promovidas principalmente pela ANL e pelo PCB. O governo aproveitaria essa oportunidade para ampliar o prestígio de Vargas com relação às camadas populares, obtendo êxito nessa empreitada. A existência de inimigos comuns a serem enfrentados por toda a nação sob a perspectiva de uma “União Nacional”, a qual unificaria os esforços em termos nacionais (nacionalistas), permite por algum tempo o abafamento das vozes contrárias ao regime autoritário em curso.

Agindo de acordo com essa política de União Nacional contra o nazi-fascismo, o governo Vargas viria a desbaratar estações de rádio nazistas em território nacional. Dessa forma, a Rádio Nacional teve grande importância ao possibilitar a consolidação e sustentação da hegemonia do bloco vencedor de 1930 e 1932. A PRE-8, embora se caracterizasse como uma emissora em disputa comercial por anunciantes e sem intervenções diretas do Estado em sua programação e rotina de trabalho, após sua incorporação viria a se tornar uma espécie de “vitrine” do governo. As iniciativas do então diretor da rádio, Gilberto de Andrade, nomeado logo após a incorporação da mesma à União, seriam prontamente atendidas sem maiores entraves burocráticos ou contenções de recursos. Estavam dadas, nesse sentido, as condições para a ampliação interna e externa da Rádio Nacional.

Em 1942 a estação passou a transmitir em ondas curtas, ampliando seu alcance para todo o território nacional e para além dele. Se, por um lado, o aumento do alcance da rádio trazia à tona seu caráter fundamental de aparelho ideológico do Estado, especialmente nesse caso de afirmação do Estado Novo e do bloco político dele constitutivo, por outro revelava a necessidade urgente de ação governamental frente às pressões internas e externas diante do aumento das tensões internacionais em um momento crítico de guerra. A decisão de qual lado iria o Brasil atuar no conflito viria após uma bem realizada negociação por vantagens econômicas, comerciais e políticas, já acima mencionada, ingressando assim o país na aliança antifascista.

Essa adesão a um movimento de cunho democrático como a Frente Única antinazista representava, entretanto, uma primeira ruptura com o padrão autoritário do regime estadonovista visto até então, e isto traria efeitos políticos claros internamente. A



luta mundial contra os regimes totalitários do eixo<sup>29</sup> viria a tornar incongruente e anacrônico um governo ditatorial aliado nesse combate. Todavia, o Estado Novo permaneceria afrouxando-se aos poucos. Os mecanismos coercitivos, tais como a polícia política, avassaladora em seu início, e o DIP, no âmbito da propaganda, reduziriam sua eficiência e raio de ação, abrindo espaço para novas manifestações e protestos populares. O governo Vargas, no entanto, percebendo a inevitabilidade do restabelecimento do sistema democrático-representativo, se utilizaria da máquina estatal para capitalizar essas transformações, promovendo os feitos de seu regime nos campos econômico, social e militar por meio dos instrumentos de propaganda e de manifestações públicas a seu favor.

Porém, apesar da grande base social clamando por sua permanência no governo, (representada na idéia de “constituente com Getúlio”), o fim da guerra enfraqueceria os quadros técnicos e políticos vinculados ao Estado Novo. Em contrapartida à criação da UDN (União Democrática Nacional), de caráter liberal entre a maioria de seus integrantes, Vargas supervisionaria a criação do PSD (Partido Social Democrático), composto por oligarcas rurais, industriais e banqueiros. Este seria o partido “oficial” do governo e, nas eleições de 1945, elegeria o general Dutra baseado na popularidade de Vargas. O governo buscava ainda criar um partido político que reforçasse a tradição trabalhista criada por Vargas e que fosse uma força contra a ascensão política do PCB, prestigiados por comandarem a luta pela União Nacional na frente antifascista no interior da ANL. Esse será o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual se voltará para as camadas populares urbanas.

Nesse período, o quadro econômico havia sofrido algumas alterações. A balança de pagamentos estava superavitária devido ao aumento do preço e das exportações de café e às reduzidas importações, gerando pressões dos grupos comerciais ligados aos interesses internacionais pelo fim das medidas protecionistas. Os capitais estrangeiros, especialmente norte-americanos, pressionariam na mesma direção de olho nas oportunidades de investimento nas indústrias. Estas, nas mãos do Estado e agora rentáveis, viriam a ser o alvo de boa parcela da burguesia nacional que passava a defender o Estado como apenas complementar na economia. Getúlio buscava mobilizar os trabalhadores urbanos adotando supostas medidas nacionalistas como a lei antitruste

---

<sup>29</sup> Embora o totalitarismo em si seja apenas um conceito abstrato, tendo em vista que toda forma de dominação autoritária possui em contrapartida uma forma de resistência, como ocorreu com as potências do eixo.



(“lei malaia”), mais aparente do que efetivamente provocadora de alterações econômicas, segundo análise realizada por Luiz Francisco Corsi<sup>30</sup>.

O final de 1945 seria marcado pela deposição de Vargas por meio de um golpe. Este pode ser caracterizado como uma tentativa das forças conservadoras de reverter o processo de democratização em curso durante o fim do Estado Novo. Os liberais, já haviam lançado em 1944 o “Manifesto dos Mineiros” em oposição à continuidade de Vargas e, nesse momento, receberiam o apoio dos Estados Unidos por estarem temerosos quanto à aproximação de Vargas com os trabalhadores, num certo nacionalismo “oportunista” diante da emergência da União Soviética como potência mundial. O caráter conservador do golpe, portanto, fica explicitado após sua deflagração, na medida em que os acontecimentos revelam que o alvo não era Vargas, mas os movimentos democráticos e especialmente o PCB após ataques da polícia à sua sede e aos seus membros.

As forças democráticas, entretanto, não interromperam suas lutas pela continuidade do processo de democratização iniciado ao findar da guerra e o golpe não se deu por completo por estas pressões, sendo eleito, logo depois do pleito eleitoral de 1945, como já foi dito anteriormente, o general Eurico Gaspar Dutra. Os setores populares buscaram uma aproximação com Dutra, mas a prática mostrou a impossibilidade de se realizar alianças entre esses setores, mais especificamente, o PCB e setores do governo, diferentemente do que ocorrera no final do governo Vargas. No plano econômico, Dutra viria a satisfazer os interesses estrangeiros (principalmente dos Estados Unidos, que saíam da guerra com o status de principal potência ocidental) importando uma sucessão de produtos supérfluos sem precedentes no país, o que resultou no rápido esgotamento dos lucros obtidos em função da guerra. Isso não agradou à burguesia brasileira, que intencionava utilizar esses recursos para benefício de suas próprias fábricas.

Em termos políticos, o governo de Dutra ficou marcado pela intolerância frente aos setores populares mais progressistas da sociedade, como fica latente na volta do PCB à ilegalidade, na cassação dos deputados e senador eleitos pelo partido em 1945 e na violenta repressão e prisão de dirigentes e militantes comunistas. A suposta democracia continuava muito limitada, com os aparelhos policiais e repressivos funcionando em níveis somente inferiores ao período precedente e inicial do Estado

---

<sup>30</sup> Para maiores informações, consultar: CORSI, Luiz Francisco. 2000. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP.

Novo, auge da repressão política brasileira até o momento em questão. Porém, a presença de círculos mais progressistas no interior das Forças Armadas permitiu, por outro lado, o lançamento da campanha “O Petróleo é nosso” que tomaria as ruas, a qual objetivava o monopólio estatal da produção e refino do petróleo, culminando em 1953, novamente sob o governo Vargas, na criação da Petrobrás.

Como foi adiantado acima, Vargas retornaria ao poder, dessa vez eleito com o apoio de boa parte das camadas subalternas e da burguesia nacional. Seu retorno ao poder dessa vez buscaria concretizar os projetos deixados em pauta com o fim de seu primeiro governo. Nesse sentido, era retomada a política industrializante, baseada nas teses do nacionalismo e da presença maciça do Estado na economia. Este plano industrializante objetivava a construção do setor de bens de capital pesados, o qual justificava a forte atuação estatal em um setor onde apenas o Estado era capaz de reunir a quantidade de capitais necessária para a empreitada. Nesse contexto foi criada e implantada a Petrobrás e tentou-se apresentar a proposta de criação de uma empresa estatal para atuar no setor elétrico. Essas iniciativas despertaram a ira dos trustes multinacionais do petróleo, das empresas estrangeiras controladoras do setor elétrico até então e também dos setores nacionais ligados ao capital comercial, agro-exportador e importador, e ao capital estrangeiro.

Politicamente, as pressões desses setores ligados ao capitalismo liberal foram responsáveis por um clima de grande instabilidade. Por terem sido vitoriosos em um momento de crise mundial do liberalismo, o bloco político que viria a se tornar hegemônico nos anos 30, 40 e 50 não teve a preocupação do desenvolvimento da democracia no país. Pelo contrário, o que se buscou foi o fortalecimento do Estado em detrimento da falida democracia liberal, ou seja, era preciso fortalecer e criar instituições políticas, econômicas, sociais e culturais que permitissem o desenvolvimento do país, e a saída encontrada, nesse caso, foi o governo autoritário do Estado Novo. Somente com o desenrolar da 2ª Guerra Mundial é que se tornou necessária uma virada, rumo à abertura democrática para que o consenso em torno do grupo hegemônico fosse mantido.

A disputa entre estes setores liberais e os grupos nacionais gerou tensões crescentes até o estopim da crise com a morte de Getúlio Vargas em 1954, que adiou essa disputa por dez anos. Porém, isso pareceria uma afirmação por demasiado simplista. Segundo Jorge Luís Ferreira, o recuo dos golpistas também se deu pela entrada no cenário político de uma multidão popular amargurada, revoltada e enfurecida

que questionou, assustou e ameaçou o grupo oposicionista que tramava a tomada do poder<sup>31</sup>. Por outro lado, a crise se apresentava pelo fato de a política brasileira, durante a primeira metade dos anos 1950, buscar um rearranjo nas relações intra-elites, legitimando em curto prazo as lideranças e instituições civis. Sendo assim, segundo Maria Celina D'Araújo “o fato de não ter havido uma solução militar” naquele momento “se deveu à capacidade de as elites políticas gerirem a crise, e não à circunstância de os militares ainda não deterem condições de assumir o poder”<sup>32</sup>.

Na realidade, a democracia brasileira, desde o seu retorno com o general Dutra, possuía grandes limitações e o clima de golpismo perduraria até sua efetivação em 1964. O suicídio de Vargas seria um duro golpe no chamado nacional-estatismo, no qual -por definição- o capital estatal ocupa os postos-chave da economia. Este seria substituído pelo que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentismo, no qual a idéia central seria desenvolver a economia, não importando se o capital estrangeiro seria dominante e o capital nacional aparecesse somente como associado. Esta orientação econômica do desenvolvimentismo veio a prevalecer por algumas décadas, ainda que modificando algumas de suas prioridades. Todavia, essa democracia ainda em formação não resistiria às pressões do capital ligado ao estrangeiro e de setores militares inconformados com a aproximação do Estado com os trabalhadores, e em 1964 seria dado um golpe.

### ***1.4.3- Os Trabalhadores***

A classe trabalhadora urbana, embora fosse a que apresentasse o maior crescimento e o maior número em termos absolutos na população das cidades, era o grupo social com menor força efetiva no período em questão. No entanto, embora limitada, sua força e participação crescentes- vide os exemplos das greves gerais de 1917, em São Paulo, e 1918, no Rio de Janeiro- tornavam o proletariado objeto de especial atenção do Estado no sentido de trazê-lo para seu lado, evitando manifestações

---

<sup>31</sup> FERREIRA, Jorge Luís. “O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Villas-Bôas Corrêa [et. al.]. 1994. **Vargas e a Crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

<sup>32</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. 1982. **O Segundo Governo Vargas, 1951-1954**. Rio de Janeiro: Zahar. Pág. 33.

e greves contrárias ao regime. Se examinarmos a fundo, não podemos considerar essa camada da população homogênea, em virtude tanto de sua diversidade de funções, quanto (e principalmente) por sua pouco desenvolvida consciência de classe naquele momento. Todavia, as lutas das organizações dos trabalhadores no Brasil já haviam se iniciado algumas décadas antes, não sendo tão recente assim sua trajetória. Desde os fins do século XIX, na recém proclamada República oligárquica, os trabalhadores buscavam romper com seu isolamento frente aos outros setores da sociedade, fruto do grande contingente de “exército de reserva”, especialmente no Distrito Federal, então cidade mais populosa e centro comercial-financeiro do país e que, apesar disso, possuía um limitado mercado de trabalho.

Os primeiros movimentos organizados dos trabalhadores no Brasil foram o anarquismo e o anarco-sindicalismo. Trazendo idéias de seus países de origem, os imigrantes europeus foram fundamentais na disseminação dessas correntes. Atuando na forma de juntar o ideário anarquista com os sindicatos para lutar por transformações na sociedade, o anarco-sindicalismo viria a ser o movimento mais influente e atuante no Brasil, especialmente em sua capital, o Rio de Janeiro. Segundo Maria Conceição de Góes, estes definiam “o sindicato como meio a ser utilizado na luta contra o poder do Estado, do capital e da Igreja”<sup>33</sup>. De acordo com Ângela de Castro Gomes: “Não é necessário chegar-se a um determinado tipo de ‘consciência’ ou ‘solidariedade’- muitas vezes identificado com a formação do partido político- para se falar em ação política de uma classe social”<sup>34</sup>. O anarco-sindicalismo perduraria como principal movimento político dos trabalhadores até ser fortemente reprimido pelo Estado e pelos patrões, além de serem criadas leis proibitivas ainda na década de 1910.

Anos mais tarde, em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir de dissidências radicais do movimento anarco-sindicalista. Sua intenção será a de combater tanto os sindicalismos anarquistas por um lado, quanto os “amarelos”, por outro, considerados reformistas. No entanto, inicialmente não conseguirão muitos adeptos por seu sectarismo e por suas dificuldades de organização no interior de um movimento operário atuando em espasmos e bastante reprimido.

A crise oligárquica, além dos aspectos já mencionados nesse trabalho, apresentava um viés cultural, que se expressaria claramente nas transformações e

---

<sup>33</sup>In: GÓES, Maria Conceição Pinto de. 1988. **A Formação da Classe Trabalhadora: movimento anarquista no rio de Janeiro, 1888-1911**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Pág. 66.

<sup>34</sup>In: GOMES, Ângela M. de Castro. 1979. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social No Brasil, 1917/1937**. Rio de Janeiro: Campus. Pág. 118.

acontecimentos da década de 1920. Falamos nesse caso da Semana de Arte Moderna, da chegada do Rádio ao país, do movimento tenentista e da fundação do PCB, todos com o marco do ano de 1922. Poucos anos após sua fundação, o PCB defenderá a aliança com os tenentes, tendo em vista que estes, contrariamente aos operários, já possuíam capacidades de mobilização. Entretanto, as reivindicações tenentistas não se assemelhavam às do proletariado, eram basicamente as mesmas das oligarquias dissidentes, em outras palavras, eram de cunho liberal, o que impediu a aproximação dos dois movimentos por algum tempo. Somente anos mais tarde, quando algumas das principais lideranças tenentistas já haviam abandonado os preceitos liberais, como foi o caso de Luiz Carlos Prestes, é que, quase por imposição da Internacional Comunista (IC) e a contragosto de muitos de seus militantes, o PCB viria a aceitar suas entradas nos quadros do partido.

A disputa no interior da classe trabalhadora pela conquista de seus membros será intensa. O PCB será responsável por diversas manifestações com a intenção de trazer para seu lado os operários e lutaria pela conquista dos sindicatos “oficiais” após o fracasso de sua orientação anterior que buscava a criação de sindicatos paralelos em contraposição a estes. O seu principal adversário nesse aspecto, especialmente a partir dos anos 1930, será o já mencionado sindicalismo reformista, prestigiado pelo poder central em sua tentativa de trazer as massas para seu lado. A edição de diversas leis trabalhistas seria um duro obstáculo enfrentado pelos militantes do PCB na disputa pelas lideranças sindicais contra os reformistas e geraria uma sucessão de mudanças estratégicas visando à ampliação do apoio das massas.

Uma das decisões que viria a trazer adeptos às causas comunistas foi a mencionada aceitação do ingresso no partido de Luiz Carlos Prestes (o “Cavaleiro da esperança”), em 1934, após algumas negativas. Havia na sociedade brasileira um forte personalismo que, somado à desilusão crescente quanto aos resultados do movimento de 1930, traziam no imaginário popular a figura de um salvador para as mazelas do país. A imagem de Prestes como um dos principais heróis do movimento tenentista acendia uma esperança às camadas subalternas. Ainda no ano de 1934, a luta antifascista obteria um avanço com uma mudança nas políticas dos PC's pelo mundo (confirmada em 1935 no VII congresso da IC) e do PCB, sendo formada a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O nome de Luiz Carlos Prestes contribuiu para a aceitação de diversos setores civis e militares da sociedade às suas teses.

A mobilização contra a “lei monstro”, que propiciou a unificação das forças militares, pois foi uma medida que tratava do expurgo de elementos “indesejáveis” do exército, constituindo, dessa forma, Forças Armadas “confiáveis”, foi o acontecimento chave para a criação da ANL, na qual setores militares tiveram papel de destaque. Os setores da marinha e do exército desempenhariam o papel de caixa de ressonância do descontentamento geral do país. O governo central buscava trazer para seu lado as Forças Armadas, reduzindo esse descontentamento e garantindo a implantação de um poder centralizado autoritário e corporativo. A ANL, por sua vez, encontraria ampla aceitação nos meios civis e militares, inconformados com a “lei monstro”. A conspiração teria um alcance maior do que no período do tenentismo, atingindo também os chamados “praças” (soldados, cabos, marinheiros, por exemplo). Esse momento histórico foi marcado por grandes mobilizações, era grande o anseio popular por mudanças, havia um clima de efervescência política na sociedade brasileira urbana. Se por um lado, o clima de insatisfação estava latente, por outro, a esperança por mudanças e pela busca de uma unidade entre os diversos setores em ebulição na sociedade, era muito grande.

Nesse sentido, dada a heterogeneidade do movimento, é incorreto considerar a ANL como mero braço legal do PCB. No entanto, por ser majoritário no interior da aliança, o PCB consegue conquistar a hegemonia nesse espaço. Cabe salientar que o programa político da ANL, baseado primordialmente no antiimperialismo, antilatifundismo e antifascismo, nasce com muitas similaridades com relação ao programa comunista, em nada lembrando o liberalismo radical dos “tenentes” dos anos 1920, nem o projeto autoritário, centralizador e corporativo governista, identificando-se assim com as massas trabalhadoras. A formação da ANL representou para o povo brasileiro um importante momento de lutas que contribuíram para a desmoralização do integralismo junto à população, na medida em que contribuiu para a formação de uma consciência democrática (ao combater o nazi-fascismo e sua versão brasileira, o integralismo), antiimperialista (de fortalecimento da soberania nacional) e a favor da reforma agrária, tal como definiam suas principais teses acima mencionadas.

O crescimento da força da ANL perante as massas urbanas ganhou uma amplitude a tal escala que se tornou uma ameaça potencial ao governo. No entanto, faltava aos aliancistas, segundo Anita Prestes “organização e capacidade de mobilização

dos setores populares”<sup>35</sup> para reagirem ao seu fechamento oficial por parte do governo. Apesar de alguns membros insistirem nas afirmações de que a organização atuava de acordo com a lei, as perseguições da polícia do Distrito Federal, comandadas por Filinto Müller, e dos demais órgãos repressores, aos comunistas, aliancistas e antifascistas eram intensificadas, enquanto era garantida a liberdade de atuação dos integralistas. Isso provocou o acirramento dos ânimos expresso nas declarações de “todo poder à ANL” e no “Manifesto de 5 de julho”, assinado por Prestes e que representava a radicalização dos movimentos populares. Na iminência de fechamento da ANL, o povo foi conclamado a fazer uma greve geral caso isso se concretizasse. Porém, devido à intensa repressão e à desorganização das massas essa greve não ocorreu, apesar de inúmeros protestos políticos menores. Em suma, a ANL não estava preparada para conter essa ação e entrou na ilegalidade em julho de 1935.

Com a proibição oficial da ANL, muitos de seus militantes se afastaram da luta, temerosos da repressão ou desanimados com os rumos tomados. Permaneceriam dispostos a continuar no movimento as parcelas mais conscientes e destemidas, como foi o caso dos comunistas filiados ao PCB, que passariam a controlar a entidade. Nesse momento, a intenção do PCB e da ANL era realizar lutas armadas parciais que permitiriam às massas o desencadeamento de uma insurreição nacional que derrubaria o governo e instalaria um Governo Nacional Popular Revolucionário (GNPR) com Prestes à frente para a realização do programa da ANL. As massas deveriam ser organizadas para esse objetivo, evitando-se o golpismo, muito presente na sociedade brasileira. No entanto, as influências golpistas penetraram tanto na sua prática, quanto no seu discurso. A aliança também viria a enfrentar um erro de análise ao considerar os militares em geral como possuidores de tradições nacionalistas, democráticas e progressistas. A ilusão do “salvacionismo” militar havia adentrado nos quadros do PCB e da ANL e, com o estourar dos levantes em novembro de 1935, ficaram latentes a inexistência de condições para uma insurreição popular e, por outro lado, o êxito da “Doutrina Góis” na desmobilização dos militares. As forças populares sofreriam um duro golpe e seriam desmanteladas.

A derrota dos levantes antifascistas de 1935 iria obrigar à rearticulação interna do PCB e da ANL. Porém, num primeiro momento, esses não vão alterar suas táticas de “derrubada de Vargas”. Em 1937, iniciam-se as primeiras mudanças de planos em

---

<sup>35</sup> PRESTES, Anita Leocádia. 1998. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2ª Ed. Pág. 122.



direção a uma aliança com Vargas contra o fascismo, por parte do Secretariado Nacional (SN) dos comunistas. O Comitê Regional (CR) de São Paulo, por sua vez, mostrava-se contrário a essa aliança por perceber que Vargas não estava contra o integralismo, mas era seu principal aliado e sustentáculo. Embora detectasse essa aproximação momentânea, a posição dos comunistas paulistas cometia o erro de igualar o governo Vargas ao fascismo, sendo necessário derrubá-lo segundo essa perspectiva.

A dificuldade maior para o partido, no entanto, residia no fato de que a onda de perseguições e repressões aos militantes comunistas, aliancistas e operários urbanos, iniciada pelo governo, havia desconfigurado e desorganizado as forças de caráter popular. Já estava encaminhado o golpe de Estado que consolidaria o bloco de poder varguista e não havia forças políticas de cunho popular preparadas para evitá-lo. O próprio movimento integralista, que não recebera o mesmo tratamento governamental dado aos comunistas e aliancistas, não foi capaz de perceber que estava sendo usado para a efetivação do golpe.

Getúlio Vargas, após a decretação do Estado Novo, abandonaria os integralistas e os passaria a perseguir, efetuando prisões, apreensões de armas e fechamentos de jornais, medidas que provocam a ira da AIB e, junto com isso, a tentativa de um golpe em 1938. As contradições entre Vargas e Hitler começavam a se agravar, com a ala germanófila perdendo poder frente a uma ala americanófila no governo brasileiro. Um dos elementos desta última ala é Osvaldo Aranha, que toma posse do cargo de ministro das Relações Exteriores em 1938. Nessa época, Vargas decide fechar diversos focos de atividades nazi-fascistas, como foi o caso das estações de rádio, assim como proibir atividades políticas de organizações estrangeiras. O governo nazista alemão já havia feito um esforço agressivo na criação de células nazistas no país, o que obrigaria o governo Vargas a agir. Nesse ponto, a atividade da ANL, que havia sido decisiva na difusão de um sentimento antifascista no país, contribuiu para pressionar Getúlio a tomar essas medidas.

No lado dos trabalhadores, o PCB passaria a defender a consigna da “União Nacional” contra o nazi-fascismo a partir de 1938. Parte dos integrantes do partido iria propor o apoio incondicional a Getúlio, posição da qual Prestes discordava por considerar que o apoio ao governo deveria vir junto das liberdades, restritas durante o Estado Novo. Uma terceira posição mostrava-se fora da realidade ao propor uma revolta dos trabalhadores contra o governo. Mas a questão mais importante, que no momento trazia esse fato novo da União Nacional é a da defesa nacional como uma nova forma de



nacionalismo. Voltaremos a essa questão do nacionalismo no próximo capítulo, mas cabe antes ressaltar que os perigos externos assustavam a população de tal modo que permitiram o ressurgimento do nacionalismo sob uma forma diferente das então existentes no país, dessa vez gestada no interior das camadas populares, com uma força extremamente presente, que ganhará eco por todo o país, principalmente nos centros urbanos.

A decisão de apoiar os aliados na guerra contribuiria para a projeção e apoio da opinião pública à idéia de fortalecer a nação. A política de União Nacional ganhou adeptos também em virtude do ataque alemão aos navios brasileiros, o que gerou grande comoção nacional. Nesse aspecto, cabe ressaltar a independência do projeto político do PCB frente à IC (Internacional Comunista), que durante dois anos manteve-se neutra, enquanto no Brasil a orientação foi claramente antifascista, buscando a união das forças patrióticas contra um inimigo comum para toda a nação.

Em agosto de 1941, em meio à iminência da participação brasileira no conflito mundial, entrava no ar o mais importante noticiário feito especialmente para o rádio, o *Repórter Esso*. Sendo inicialmente transmitido apenas pela Rádio Nacional, e posteriormente, pelas rádios Record de São Paulo, Inconfidência de Belo Horizonte, Farroupilha de Porto Alegre e Rádio Clube de Pernambuco, o programa fazia parte da política de boa vizinhança dos Estados Unidos com os países da América Latina<sup>36</sup>. A segunda Guerra Mundial seria acompanhada de perto pelo *Repórter Esso*, irradiado pela Rádio Nacional para todo o Brasil por seus transmissores de ondas curtas até o desfecho do conflito, em 1945. Curiosamente, apesar de a Rádio Tupi ter sido a primeira emissora a informar o fim da guerra, a população somente comemorou a notícia após a validação da notícia pelo locutor do *Repórter Esso*, Heron Domingues, tamanha a credibilidade de seu jornal<sup>37</sup>.

A declaração de guerra ao Eixo em agosto de 1942 repercute nas ruas com manifestações cada vez mais violentas. O Estado, a partir de então, passa a diminuir seu grau de autoritarismo, arrefecendo seu tino repressor num primeiro momento, que posteriormente iria em direção a um governo mais democrático. Isso pode ser considerado uma vitória das forças democráticas, embora seja sempre necessário relativizar a força e influência efetiva do movimento popular, além de que é preciso

---

<sup>36</sup> In: SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Págs. 77-78.

<sup>37</sup> Para mais informações, consultar: AGUIAR, Ronaldo Conde. 2007. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

ressaltar que naquele momento a questão nacional se fazia muito mais forte do que a democrática. A guerra era o acontecimento político mais importante para todo o mundo àquela altura, o que fica claro no tratamento dado pelo rádio ao conflito.

Cabe salientar que a forte adesão de militantes comunistas ao projeto trabalhista de Vargas em construção, assim como de boa parte da massa trabalhadora em geral, advém do reflexo da desarticulação de seus quadros, duramente golpeados após os acontecimentos de novembro de 1935. Devido a essa fraqueza interna, nas palavras de Anita Prestes, os comunistas “não tiveram condições de manter uma postura ideologicamente independente”<sup>38</sup>. Essa existência clandestina do partido também dificultou o contato com a Internacional Comunista (IC), daí vindo em parte a sua insubordinação a esse organismo. A tática da União Nacional, entretanto, não foi uma proposta isolada, encontrando ampla aceitação internacional.

Ao longo de sua história, o PCB foi um partido que obteve êxitos principalmente com propostas democrático-nacionalistas, em parte pela sua incapacidade de compreender adequadamente a realidade do país e empreender uma política que, se por um lado era voltada para o fim da repressão, da ditadura estado-novista e até, em alguns momentos, para a democratização do país, como no caso das lutas antifascistas e pela constituinte, por outro ambicionava a construção de forças sociais e políticas capazes de emancipar econômica e socialmente o país, e, em parte, também relacionada à primeira, pela suscetibilidade de seus membros à influência das idéias nacionalistas. Estas idéias naquele momento se tornariam hegemônicas no interior sociedade brasileira, de forma que parte dos militantes comunistas acabaria também aderindo ao ideário varguista.

O projeto trabalhista levado a cabo pelo governo Vargas faria uso contínuo de programas de rádio, publicações em jornais e revistas, cartazes, discos, concursos e manifestações públicas destinadas aos trabalhadores com o intuito de difundir sua ideologia e garantir o consenso em torno do bloco político hegemônico. A música popular, transmitida principalmente pelo rádio, aparecia como um instrumento de propaganda política de grande valor e o governo, através do DIP, viria a adquirir total controle em relação a ela. Foram esses os casos do carnaval e dos desfiles das escolas de samba cariocas, que se transferiram para o asfalto no final dos anos 1920 e a partir de 1935 foram oficializados pelo governo (ainda antes da criação do DIP), dos concursos e espetáculos. Embora fosse um projeto voltado principalmente para as classes

---

<sup>38</sup> PRESTES, Anita Leocádia. 2001. **Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945); a virada tática na política do PCB**. SP; Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pág. 92.

trabalhadoras, acabava por atingir toda a sociedade, contribuindo decisivamente para a definição de idéias e valores em torno do trabalhismo.

O Estado, nesse momento crítico e conturbado, possuía a necessidade de combater em duas frentes: por um lado, o inimigo externo, aquele considerado estrangeiro não somente no que diz respeito à sua pátria, mas sim o subversivo no tocante às idéias. Desse lado, os elementos a serem combatidos seriam principalmente o nazi-fascismo, num extremo, e o comunismo, em outro. A outra vertente de enfrentamentos, por sua vez, focalizava-se no inimigo interno, representado pela figura do malandro, avessa ao trabalho, à lei e à ordem constituída. Ambos os inimigos (interno e externo) ameaçavam o ideal trabalhista de disciplinamento do trabalhador. Nesse sentido, o Estado buscará vincular-se com e dirigir o movimento sindical, dando-lhe concessões que atrelavam e acalmavam os trabalhadores.

A partir do aumento das pressões por democratização dos instrumentos políticos de ação do Estado, torna-se inevitável a criação de partidos políticos que viriam a disputar as eleições democráticas após a oficialização do fim do Estado Novo. O trabalhismo viria a ter seu representante partidário no PTB e seu sucesso seria muito em decorrência de seu vínculo com o movimento sindical e, principalmente, com Vargas, ao contrário dos partidos baseados em grandes nomes e força estaduais, como o PSD e a UDN. Sua concorrência direta pelos votos dos trabalhadores, portanto, seria o PCB, partido que como já dissemos vinha progressivamente conquistando forte apelo entre as massas. A eficácia de seu poder ao longo dos anos, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, se associava “à força da representação que construía para ele mesmo; e a construção dessa representação estava associada à fixação de idéias que demandavam variados e modernos meios de comunicação”<sup>39</sup>, o que, como vimos, seria realizado ainda durante o Estado Novo, embora sem essa preocupação com a democracia.

Logo após o fim da guerra, há uma progressiva desintegração do Estado Novo. Na verdade, desde a entrada do país no conflito mundial, progressivamente foram afrouxados os mecanismos de repressão e censura, sendo acentuado após conflito, o rumo a uma democratização e ao encerramento do Estado Novo. Todavia, as forças conservadoras, principalmente dos liberais ligados ao capital estrangeiro, sentiram-se ameaçadas com a aproximação do governo Vargas com os trabalhadores. O PCB oficialmente defendia a continuidade da União Nacional para assegurar a completude da

---

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Trabalhismo e Democracia: o PTB sem Vargas”. In: GOMES; CORRÊA [et. al.]. 1994. Op. Cit.

democratização brasileira, convocando uma Constituinte, sem Getúlio à frente. Embora muitos de seus militantes prestigiassem Vargas, a bandeira do “queremismo” não foi levantada pelo partido, que mantinha sua aliança com ele até a convocação de uma Constituinte que permitisse a proclamação de uma Constituição efetivamente democrática. O golpe seria dado com o apoio inclusive de setores intelectuais do PCB, que se mostravam contrários à ditadura que já estava em muito enfraquecida, e Getúlio sairia do poder, enquanto os comunistas seriam alvo de repressão policial. As lideranças e forças trabalhadoras foram o alvo do golpe de 1945, sendo vítimas das mesmas instituições que os promotores deste golpe diziam combater durante o Estado Novo. Este golpe de 1945 só não foi totalmente bem sucedido devido à pressão do movimento pró-democratização, de grande apelo popular.

No decorrer dos anos de 1945 até 1947 vai ser provocada uma ambigüidade na ação do PCB<sup>40</sup>. Se por um lado intencionava-se evitar o golpe, não estimulando greves, buscando “apertar os cintos” em função das recentes conquistas (anistia dos presos políticos, fim da censura e repressão), o que, como foi dito, não se conseguiu, por outro, não conseguindo evitar as greves, passariam a apoiá-las e até dirigi-las. A vitória dos aliados trouxera uma onda crescente de demandas da classe operária e de otimismo na luta comunista pela democratização, interrompida parcialmente pela tentativa de golpe e pelo início da guerra-fria, quando mundialmente será iniciado o avanço anticomunista. No plano nacional, a prática mostrou a impossibilidade de diálogo com setores do governo Dutra, de tal modo que o registro do partido seria cassado em 1946 e logo em seguida seriam os mandatos dos parlamentares eleitos, após um satisfatório resultado nas eleições anteriores. O partido não havia percebido a mudança de atitude do governo Vargas para o de Dutra.

A sistemática repressão às forças progressistas e populares da sociedade levada a cabo pelo governo Dutra resultaria na radicalização do movimento comunista, que o definiria como um governo de “traição nacional”. De fato, o Brasil passou a se subordinar como nunca antes, política e economicamente, à nova potência norte-americana. O PCB, no entanto, não alteraria sua política frente ao segundo governo Vargas e buscaria ainda uma revolução nacional-libertadora, aliando-se, nessa nova diretiva, inclusive com a burguesia nacional para a derrubada de seu governo. Anos depois, o partido mudaria radicalmente sua proposta, agora enormemente influenciada

---

<sup>40</sup> Para maiores informações, consultar SANTANA, Marco Aurélio. 2001. **Homens Partidos; comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro e São Paulo: UniRio e Ed. Boitempo.

pelo nacional-desenvolvimentismo. A aliança com a suposta burguesia nacional permitiria a emancipação nacional frente ao imperialismo, outro erro de avaliação recorrente na história da luta popular.

Após a explosão da crise do comunismo, em 1956, com a divulgação e denúncia dos crimes de Stalin e com a intervenção militar soviética na Hungria, os PC's do mundo todo foram afetados. No Brasil, serviu de pretexto para elementos desiludidos e insatisfeitos se afastarem do PCB. Para evitar a desagregação total do partido, aderiu-se a um reformismo, influenciado pela hegemonia da ideologia nacional-desenvolvimentista e conseqüentemente, ainda que sem perceber, à ideologia da democracia burguesa. O PCB, partido que se tornou a principal voz realmente representativa das camadas trabalhadoras, ao longo de suas diversas diretivas, não conseguiu escapar da influência dos nacionalismos dominantes, que caminhavam contrários às suas idéias propostas. A inexistência de condições ideais de liberdade de ação para seus dirigentes e militantes e a dificuldade em se conseguir uma formação teórica adequada para os mesmos comprometeu a efetiva avaliação dos seus erros e da conjuntura social, econômica, política e cultural nas quais estavam inseridos.

### **1.5- Considerações Finais**

Podemos constatar ao longo desse capítulo que o único grupo social capaz de conquistar a hegemonia política no país, no período estudado, foi justamente o bloco histórico vencedor dos movimentos de 1930 e 1932. A classe trabalhadora, apesar de já nos anos 1950 alcançar um poder de reivindicações superior à sua histórica e característica incipiência enquanto classe organizada, ainda possuía uma limitada capacidade efetiva de mobilização e de transformação, além do fato de tornar-se bastante satisfeita com as concessões dadas pelo poder central aos seus membros. A grande adesão dos trabalhadores à proposta trabalhista representa a conquista da hegemonia pelo Estado, o consenso preconizado em torno de suas idéias estava garantido.

Por outro lado, a classe burguesa também se daria por satisfeita. Segundo Octávio Ianni, logo após a chamada “Revolução de 1930” começam a ser criadas as

condições para o Estado burguês. Nesse sentido, todo um complexo de instituições políticas e econômicas, assim como novos padrões e valores sociais e culturais de tipo burguês vão sendo elaborados<sup>41</sup>. De acordo com Eli Diniz, a burguesia foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do regime vitorioso<sup>42</sup>. Todavia, o bloco político dominante, a fim de garantir sua hegemonia, iria ditar os setores aos quais seriam destinados os investimentos para a industrialização. A burguesia revelaria “sua adesão ao regime, independente de seu teor ideológico, em nome da primazia dos interesses ligados à consolidação do capitalismo industrial no país<sup>43</sup>”.

A consolidação do bloco político hegemônico buscou estabelecer o consenso em torno do novo governo por meio da conciliação entre as classes, portanto. O bloco dominante após os movimentos de 1930 e 1932 “recebe” em suas mãos a agenda política do que necessitava ser feito no país para reverter a situação de crise nas suas diversas esferas. Eram necessárias mudanças que implicavam em varrer as concepções liberais e os grupos sociais defensores dessa política para fora do círculo do poder. Fazia-se prioritário o fim da democracia nos moldes liberais e, não por acaso, a classe dominante emergente e sua elite intelectual traziam concepções típicas do pensamento autoritário e antiliberal. Dentre elas, podemos destacar a visão elitista da participação política, a qual se opunha à incorporação das classes populares na cena política nacional e valorizava o controle dos movimentos operário e sindical; a valorização de quadros técnicos frente aos políticos; e a crença da primazia do espírito público sobre os interesses particulares de facções ou grupos.

A hegemonia que o novo governo buscava construir deveria passar obrigatoriamente pela negação do cosmopolitismo liberal e, como veremos no próximo capítulo, a saída encontrada para isso foi o nacionalismo como proposta para a criação de novas instituições e aparelhos de Estado. A PRE-8 Rádio Nacional do Rio de Janeiro, na medida em que foi incorporada ao patrimônio da União em 1940, passou a preencher desde então esse papel de Aparelho Ideológico de Estado, ainda que houvesse em sua organização, forma de trabalho e programação, uma independência e autonomia frente ao poder central.

---

<sup>41</sup> Mais informações, consultar: IANNI, Octávio, 1971. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

<sup>42</sup> DINIZ, Eli. 1978. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930- 1945**. *Rio de Janeiro*: Editora Paz e Terra.

<sup>43</sup> Idem. Pág. 107.

O desenvolvimento tecnológico do rádio no país e no mundo permitiria à Rádio Nacional cumprir o papel estratégico à hegemonia que se formava ao contribuir para a formação de um consenso que daria certa coesão social à massa da população ouvinte. Levando em consideração as transformações tecnológicas sofridas pela emissora, as quais permitiram a ampliação de seu alcance para todo o território nacional e para o mundo inteiro, foi possível à rádio contribuir para a construção de uma política cultural de abrangência nacional, ao contrário do típico regionalismo liberal praticado pela elite oligárquica, que trazia ainda um viés cosmopolita. Uma política cultural que, como veremos a seguir, traria um viés nacionalista e uma ênfase na soberania nacional num momento crítico de guerra que teria efeitos mundiais.

## Capítulo 2

### O Nacionalismo Hegemônico e a Identidade Nacional

Conforme vimos no capítulo anterior, o grupo vencedor do movimento de 1930 e consolidado a partir de sua vitória em 1932 buscou a construção de sua hegemonia política através do fortalecimento do poder de Estado. Interessa-nos agora apresentar, primeiramente, a justificativa ideológica que daria a base necessária à perpetuação deste novo bloco político hegemônico. A resposta trazida para a garantia da hegemonia conquistada viria com o nacionalismo em contraposição aos ideais liberais-oligárquicos, dominantes no período precedente e que gradualmente perderiam sua capacidade de influenciar os quadros mais altos do governo.

No entanto, a perda do status de grupo hegemônico na sociedade não cessaria as tentativas de retomada do controle do Estado por este grupo liberal-oligárquico. Como já foi apresentado no primeiro capítulo, estes setores inicialmente perderam boa parte de sua força e buscariam se reorganizar. Todavia, terão algumas de suas expectativas frustradas em decorrência da ascensão das idéias nacionalistas e da necessidade de garantia da soberania nacional no momento crítico da história mundial com a Segunda Guerra. Observaremos nesse capítulo, ainda, a conseqüente necessidade de refundação de valores em torno da construção de uma nova identidade nacional, a fim de concretizar o projeto hegemônico de Estado em curso. Para isso será preciso examinar as propostas geradas pela intelectualidade da época, que terão como conseqüência a criação e a reapropriação das instituições estatais e de políticas inscritas nesse marco teórico do nacionalismo, iniciativas que propiciaram a ampliação da base social popular de apoio ao governo Vargas em nível nacional.

Nesse sentido, será possível realizar a ponte entre essas medidas e o papel fundamental desempenhado pela Rádio Nacional na esfera cultural, tendo em vista nossa definição prévia da mesma enquanto um Aparelho Ideológico de Estado. A partir da criação do decreto – lei no. 2073, de 8 de março de 1940, dentre outras empresas pertencentes à Brazil Railway Company, do capitalista Percival Farquhar, a Rádio Nacional torna-se incorporada ao patrimônio da União. Até este momento, apesar de ser esta a intenção da direção da Rádio desde a data de sua fundação em 12 de setembro de 1936, a emissora ainda não havia alcançado a liderança na audiência. Somente em 1942



a PRE-8 conseguiria tornar-se campeã frente à concorrência com as demais emissoras, posição em que se perpetuaria por mais de duas décadas.

O incentivo estatal, conforme já mencionamos anteriormente, não se daria por meio de intervenções diretas na programação e nos projetos da estação, mas sim pela liberdade dada à direção da emissora (Gilberto de Andrade, é nomeado diretor da Rádio Nacional logo após sua incorporação ao patrimônio da União, nomeação a qual, todavia, havia sido realizada pela presidência da República) em levar adiante suas propostas e também pela não economia de recursos nesses aspectos. Daí foram possíveis a ampliação da potência dos seus transmissores de ondas médias na frequência de 980 KHz (uma das poucas faixas de frequências exclusivas dentre as brasileiras, o que significava ausência de interferências de outras estações por todo o mundo), a implantação de emissoras de ondas curtas que alcançavam além de todo o território nacional, o mundo inteiro, a construção de um moderno auditório com capacidade para 486 pessoas sentadas, a implantação da mais alta tecnologia da época em seus estúdios e a contratação dos melhores quadros de profissionais técnicos e artísticos do país.

No entanto, consideramos simplistas as explicações dessas transformações somente baseadas na liberdade de ação da diretoria da rádio e na sua não contenção de recursos. Essas mudanças que levariam a emissora a um novo patamar no âmbito da radiodifusão estão inscritas na nova orientação, no novo projeto de país que se construía pelo bloco histórico hegemônico. Este grupo, para garantir sua sustentação, irá basear-se numa doutrina ideológica de ênfase nacionalista em contraposição à da elite anteriormente dominante, basicamente cosmopolita e regionalista. Nesse sentido, será possível pela primeira vez no Brasil pensar em uma rádio efetivamente nacional, a qual, além de seu alcance atingir a todo o território brasileiro, falasse para toda a população brasileira, apresentando suas diferenças, mas principalmente salientando os traços que garantissem sua unidade enquanto povo, enquanto nação.

Faz-se necessário, portanto, para examinarmos esses aspectos que definirão o nacionalismo brasileiro e a identidade nacional do período em questão, identificar conceitualmente o que tratamos por ideologia.

## 2.1- Ideologia

É importante lembrar que, para a definição o mais precisa possível do que se pretende considerar como ideologia e nacionalismo, serão feitas outras apreciações acerca de conceitos e autores. O debate e a relação entre essas diversificadas definições certamente serão de grande serventia e contribuirão para a consolidação dessa tarefa.

Assim sendo, convém começar a demonstrar o que será tratado por ideologia nesse trabalho a partir de uma breve lembrança dos seus primórdios na sociedade. Podemos dizer que o conceito de ideologia tem seu nascimento e suas raízes junto às da concepção de razão. A razão, por sua própria condição, permite a compreensão das características ideológicas de uma realidade justamente por não estar fora dela, ou seja, por participar, junto com a ideologia, da mesma realidade. Dessa forma, podemos dizer que o conceito de ideologia surgiu no ponto histórico em que, pela primeira vez, os sistemas de idéias perceberam sua parcialidade. A ideologia, que de início pretende ser um estudo das idéias, vai nascer como uma crítica a quem está no poder. Nenhuma forma de dominação social existe sem algum grau de resistência e a ideologia surge nesse quadro como um confronto ao que está dominando numa época de transformações sociais crescentes, como foi o caso do século XVIII.

Desnaturalizar uma lógica de poder não é tarefa simples, no entanto, as contradições inerentes aos regimes absolutistas europeus tornavam latentes, no processo em curso, as aspirações por mudança, levadas a cabo pela então revolucionária classe burguesa. A inspiração iluminista de um mundo transparente à razão, que se libertasse dos preconceitos, dogmas e irracionalidade da sociedade tradicional levaram abaixo o Antigo Regime. Sendo assim, é possível afirmar que a ideologia nasceu como uma crítica. No entanto, essa crítica possuía, ela mesma um caráter ideológico, no caso, era a ideologia burguesa em construção. Assim como esta, em sua análise, Marx percebe a razão como uma construção histórica de tal forma que o atributo “científico” será utilizado para invalidar todas as demais explicações que fujam dessa caracterização. Todavia, a ideologia burguesa, assim como o fora a do Antigo Regime, também se mostrará incapaz de atingir certos limites da sociedade burguesa, em outras palavras, não enxergará além da lógica de seu sistema.

A origem do conceito de ideologia, nesse sentido, está em relação íntima com a luta revolucionária e aparecerá como poderoso instrumento na luta de classes. A partir desse ponto, podemos delimitar o que será tratado por nós como ideologia. Se considerarmos enquanto um campo, um espaço ideológico será aquele das lutas de classes, o espaço em que os homens tomam consciência de seus conflitos e contradições com a estrutura. Trazendo uma definição mais concisa acerca do conceito, ideologia será tratada enquanto a sistematização dos interesses de classe. Esta sistematização não pode também ser pensada como um todo já concretizado, na medida em que determinada classe, ao derrubar sua predecessora, assume o poder. Pelo contrário, os interesses de classe também vão sendo sistematizados historicamente, a partir de suas práticas e revisões de formulações anteriores, consolidando- se ou não aos poucos.

Dessa maneira, é possível afirmar que o conceito de ideologia não deve se restringir apenas à sua esfera idealista, isto é, ao campo das idéias. As idéias da classe dominante em determinada época, por certo deverão ser as idéias dominantes, com o controle da produção material correspondendo conjuntamente com a dominância da produção intelectual (das idéias), senão em número, ao menos em alcance. Foi nesse sentido que Marx, ao discutir a “ideologia alemã”, estabeleceu a ideologia como *falsa consciência*<sup>44</sup>. Do ponto de vista utilitário, a classe dominante daria à ideologia a função política de obscurecer (alienar) as relações de expropriação e dominação que permitiriam a possível naturalização do sistema burguês e a conformação das classes subalternas. Sintetizando de outra forma, a ideologia se fundamentaria nas práticas materiais da classe dominante. O ideológico, poderíamos acrescentar, agiria sempre no sentido de ocultar a totalidade, tornando os sujeitos sem consciência daquilo que causa seu assujeitamento, tornando- os alienados, em suma.

Do ponto de vista da *falsa consciência*, portanto, a alienação, será sempre mais desfavorável à classe ou segmento de classe que se encontrar nas posições subalternas. Do outro lado, a classe dominante se aproveitará para garantir a consolidação de sua hegemonia, minando continuamente, através da reificação de características próprias de sua dominação, a resistência das possíveis forças contra- hegemônicas existentes no interior da sociedade. A naturalização das construções sociais, por sinal, é uma forma de se garantir a perpetuação da dominação de uma classe sobre a outra.

---

<sup>44</sup> MARX, Karl. 1999. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec.

Por outro lado, dentro do próprio universo marxista, Karl Marx na “Introdução à crítica da economia política” proporrá que é no campo da ideologia que os homens tomam consciência dos seus conflitos e contradições ao nível da estrutura, conforme já dissemos<sup>45</sup>. Tomado desse ponto de vista, o “ideológico” é entendido como um espaço em que se realiza a luta de classes, a luta contra a *falsa consciência* e para a construção da verdadeira consciência de classe (aquela que transforma a percepção da posição social de classe na estrutura, na sistematização das estratégias e dos meios para a resistência contra a dominação e para a consecução dos legítimos interesses inerentes à realização dos anseios e dos objetivos sociais das classes dominadas).

Desse ponto de vista, isto é, enquanto espaço de luta político- ideológica, o “ideológico” é entendido como espaço de conscientização, como lugar de desvelamento da alienação, ou seja, como espaço de síntese da consciência de classe de consciência *em si* para consciência *para si*. Assim, para os fins que nos interessam discutir, podemos apresentar, numa primeira aproximação, que a luta que se trava no campo da ideologia trabalha com a produção e com a crítica de um discurso de classe que tem por sentido trazer forma e coesão a uma auto-consciência propositiva dos interesses de uma classe ou fração de classe, com o objetivo da conquista como manutenção da hegemonia e a prevalência dos interesses nesse discurso contidos. Será, portanto, neste sentido que buscaremos analisar a ideologia nacionalista na conformação do bloco histórico vencedor.

## 2.2- A Construção da Identidade Nacional pelos Intelectuais

Dessa forma, dentre as diversas facetas possíveis de nacionalismo, no caso brasileiro podemos destacar algumas das tendências mais importantes às quais já viemos trabalhando. O nacionalismo que viria a vingar como projeto hegemônico seria levado a cabo pelo bloco histórico vencedor do movimento de 1930 e consolidado em 1932 com a vitória sobre a chamada “revolução constitucionalista”, em São Paulo. Seria

---

<sup>45</sup> Mais informações consultar MARX, Karl. 1974. **Introdução à Crítica da Economia Política**. In: Os Pensadores. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural.

a primeira vez no Brasil que o nacionalismo viria a ocupar o posto de ideário predominante, tendo em vista que, desde sua inicial formulação em fins do século XIX, ele havia ficado restrito a pequenos círculos da elite intelectual. O país mantivera-se, desde a sua independência, unificado em um território contínuo, mas ainda faltava um atributo comum, uma “cara” especificamente nacional.

Se formos buscar as raízes da problemática da construção de uma identidade nacional, teremos de voltar aos fins do século XIX e início do XX, quando, ainda restrita às elites e trazendo um contorno claramente racista, levanta-se a questão racial pós-abolição dos escravos em 1888. A temática que trata da figura do mestiço, segundo Ortiz, “concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira”<sup>46</sup>. Nesse sentido, o mestiço é uma categoria que expressa a necessidade de elaboração de uma identidade nacional. Os estigmas das chamadas “raças inferiores” seriam eliminados a partir do branqueamento processual da sociedade brasileira, “o que politicamente coloca a construção do Estado nacional como meta e não como realidade presente”<sup>47</sup>.

Anos mais tarde, a temática da mestiçagem das raças ganharia uma outra conotação com Gilberto Freyre. O autor viria a ressaltar de maneira positiva o ambiente social brasileiro, caracterizado mais vivamente pela reciprocidade entre as culturas de modo a permitir intensa mobilidade social<sup>48</sup>. Em seu esforço de retrabalhar a problemática da cultura brasileira na transição de uma sociedade patriarcal- rural para uma sociedade urbano-industrial, sabendo-se que o autor era representante da camada de classe superada pelos acontecimentos de 1930, criavam-se as possibilidades para sua definição. Gilberto Freyre, portanto, também seria influente quanto ao tema do nacionalismo, contribuindo para enraizar a noção de identidade na cultura brasileira.

O nacionalismo, tal como as diversas expressões e manifestações culturais existentes na sociedade, não poderia, desse modo, se apresentar imediatamente como o projeto político calcificado, embora a dimensão do político seja algo imanente à vida social e as relações de poder penetrem o domínio da cultura. Foi necessária a sua construção com base em diversas perspectivas nem sempre complementares, a sua remodelagem processual pelas mãos dos intelectuais orgânicos dos diversos regimes

---

<sup>46</sup> ORTIZ, Renato. 2006. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. SP: Brasiliense, 5ª. Ed. Pág. 21.

<sup>47</sup> Idem. Pág. 21.

<sup>48</sup> Consultar FREYRE, Gilberto. 2003. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Ed. Global; 2003. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Ed. Global.

políticos que tiveram lugar no país até o momento em que o desenvolvimento da concepção de nação e nacionalidade tornou-se uma necessidade histórica, como no caso do período que estamos estudando.

Cabe neste momento salientar que, apesar de ter se constituído um bloco político hegemônico no poder, esta hegemonia de maneira alguma pode ser interpretada como existência de um pensamento único, monolítico. Esta dominância de um pensamento homogêneo em uma sociedade que cada vez mais se tornava complexa e diversificada, aliás, é algo que me parece impossível mesmo nos sistemas políticos mais autoritários. A pluralidade de pensamentos com poder de voz relevante no governo vitorioso pós-1930 e 1932 era de tamanha heterogeneidade que não se pode dizer nem mesmo que o Estado Novo, momento histórico de maior grau de autoritarismo no período em questão, conseguiu produzir uma única doutrina que se afirmasse oficial, foi um período onde houve um intenso debate e circulação de idéias. Nas palavras de Lucia Lippi Oliveira, “a ideologia política do Estado Novo teve vários e diferentes porta-vozes. Os intelectuais se destacaram nesse trabalho de interpretar o regime e se transformaram em doutrinadores da nova ordem”<sup>49</sup>.

Neste ponto merece ser levantado um atributo importante: o de que a produção intelectual brasileira do período não era estritamente acadêmica. Pelo contrário, em um país onde a quantidade e a proporção de acadêmicos era relativamente pequena, a elite letrada brasileira assumia um importante papel intelectual nas esferas crítica e de apresentação de projetos e propostas, contribuindo decisivamente para o esforço de reconstrução de um planejamento nacional. Serão esses os casos da manutenção da tradição das escolas de medicina como centros de cultura, por parte dos médicos, e no caso dos engenheiros em contato com o exterior, que vão sugerir o desenvolvimento dos meios de comunicação como premissa para a unificação nacional<sup>50</sup>, assim como não podemos nos esquecer da forte atuação dos bacharéis de direito no âmbito cultural do país. A expansão no campo da produção editorial seria um fator determinante para a profissionalização e autonomia do trabalho intelectual frente às instâncias de poder.

O Estado, no entanto, buscava agrupar e centralizar em seu entorno todo o debate intelectual do período, especialmente durante o Estado Novo, quando busca restringir o núcleo decisório ao mesmo tempo em que procura ampliar suas bases de

---

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Autoridade e política: O pensamento de Azevedo Amaral*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). 1982. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar. Pág. 48.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. 1980. **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. Pág. 34.

sustentação, incorporando algumas das principais demandas das camadas populares urbanas. Segundo Mônica Pimenta Velloso, “a questão da cultura passa a ser concebida em termos de *organização* política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para toda a sociedade”<sup>51</sup>. Será nesse sentido que poderemos examinar a existência de duas das principais publicações do regime, de um lado, a revista *Cultura Política*, publicada pelo DIP, a qual se propõe a definir e esclarecer o rumo das transformações político-sociais que o país atravessava e, de outro lado a revista *Ciência Política*, cujo alvo principal era a difusão dos ensinamentos do Estado Novo.

Também será nesse sentido que será pensada a Rádio Nacional após a sua incorporação ao patrimônio da União. Ainda que não houvesse esse caráter explícito - e realmente, conforme viemos afirmando, a programação da emissora possuía grande autonomia - a rádio não escapará da transmissão obrigatória de diversas cerimônias envolvendo autoridades públicas ou não, como o caso das irradiações das sessões comemorativas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), nem da realização do noticiário oficial “A Hora do Brasil” em seus estúdios, assim como teria que conviver rotineiramente - mas, nesse caso, não seria privilégio algum da Rádio Nacional, tendo em vista que isso era algo de praxe para todas as emissoras - com a fiscalização de suas programações por agentes do DIP, enquanto esse existiu.

As preocupações centrais dessa nova geração da elite intelectual brasileira, de papel ascendente na sociedade, se fundamentavam na compreensão dos novos desafios que surgiam no mundo e também no modo de ação em sua prática política, ou seja, esta elite viria a elaborar um projeto nacional buscando definir seu papel no processo político. Uma das conclusões a que chegam esses elementos da nova elite intelectual é a da necessidade de trazer as camadas populares para o interior da estrutura de participação social nas mudanças necessárias, porém sem trazê-las para o núcleo decisório dessas transformações, e isso é facilmente perceptível pela origem social dos membros dessa elite. Composta por homens de posse de bens culturais e com níveis de estudo acima da média nacional à época, estes membros da elite intelectual possuíam todas as prerrogativas para tornarem-se lideranças e exercerem um domínio sobre a massa. Dessa maneira, surge entre eles a idéia de civilizar “por cima”, a elite seria a

---

<sup>51</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). 1982. Op. Cit. Pág. 72. (grifos da autora).

grande responsável por trazer às camadas subalternas o tema do nacionalismo e a consciência da nacionalidade.

Para o autor Renato Ortiz, “as classes dominantes não governam simplesmente porque detêm o poder, mas, sobretudo porque conseguem estabelecer uma hegemonia ideológico-cultural junto às classes subalternas”<sup>52</sup>. Como veremos mais adiante, a cultura popular não existe de forma “pura”, ou seja, completamente autônoma, pois é reapropriada pelos valores dominantes e os reproduz no interior de sua própria concepção e produção cultural. Sob este ponto de vista, a cultura popular é extremamente heterogênea, cabendo aos intelectuais orgânicos “trabalharem” esse aspecto fragmentado, transformando-a em uma totalidade, de forma a tornar-se um elemento de combate integrado na ordem sistêmica do discurso cultural e político.

Gramsci, ao definir “serviços intelectuais” como “elemento de hegemonia”<sup>53</sup>, vai tratar a formação dos intelectuais orgânicos da seguinte forma:

“cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”<sup>54</sup>.

Cada grupo de intelectuais, por ter seu surgimento vinculado à estrutura sócio-econômica precedente na história, apresentaria “categorias intelectuais preexistentes, as quais apareceriam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”<sup>55</sup>.

De acordo com Marx, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”<sup>56</sup>. Sendo assim, podemos definir os intelectuais do novo regime como uma camada social diferenciada, ligada historicamente à estrutura do país e “encarregada de elaborar e gerir a

---

<sup>52</sup> ORTIZ, Renato. Cultura popular e memória nacional. In: RODRIGUES, Leôncio Martins et alli. 1981. **Trabalho e Cultura no Brasil**. Recife, Brasília: ANPPCS/CNPq. Série Ciências Sociais Hoje, N. 1. Pág. 289.

<sup>53</sup> GRAMSCI, Antonio. 1982. *Op. Cit.* Pág. 153

<sup>54</sup> Idem. Pág. 3

<sup>55</sup> Idem. Pág. 5.

<sup>56</sup> MARX, Karl. 1974. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Os Pensadores. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural. Pág. 335.



superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico”<sup>57</sup>. Daí o caráter dialético do vínculo orgânico entre essa camada de classe e as classes proletária e burguesa em seu todo. Em outras palavras, os elaboradores da nova proposta de Estado e nação que se buscava construir, possuem certa autonomia frente ao bloco histórico no poder e às classes, mas não escapam das limitações de sua época nos âmbitos estrutural e do desenvolvimento do pensamento sobre o tema.

Essa existência de uma ampla variedade de correntes de pensamento autônomas, essa quantidade diversificada de intelectuais orgânicos trabalhando em torno de um projeto de país, contudo, não impossibilitaria a formação de uma hegemonia, conforme vimos no capítulo anterior. Isso porque, embora a realização da hegemonia seja altamente dependente “de um projeto integrador que possa articular, em diferentes níveis, classes dominantes, camadas intermediárias, intelectuais, classes subalternas – o todo social”<sup>58</sup>, em suma -, as diferentes aspirações das diversas camadas da sociedade encontrarão um ponto de apoio comum, o qual permitirá essas articulações, em variados níveis sob a égide do Estado, órgão máximo de controle e poder político: o ideário nacionalista e de construção da identidade nacional.

A conformação das idéias nacionalistas ao redor do Estado, por meio de novas ou modificadas instituições, nos permitirá pensar o caso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro comparativamente de forma diferente de boa parte da máquina estatal. Remetome, neste momento, à possibilidade de pensar a Rádio Nacional como um aparelho ideológico de Estado não possuidor de uma “relação unívoca entre controle do Estado e controle das agências especializadas na produção de valores”<sup>59</sup>. Apesar de sua incorporação à União ter se dado no auge do autoritarismo do Estado Novo, a Rádio Nacional não era unicamente direcionada em sua programação pelo Estado, muito pelo contrário. Essa liberdade dada à direção para definir os rumos da emissora é significativa e representa o fato de que o poder na Rádio era também exercido por fora da esfera governamental e foi justamente essa característica que possibilitou à PRE-8 alcançar e manter-se na liderança da audiência, a partir de toda estrutura concreta e ideológica fornecida pelo poder central.

Essa afirmação acima, nos permite tratar a questão do poder exercido no controle da rádio não de uma forma unívoca e maciça por parte do Estado, que embora

<sup>57</sup> PORTELLI, Hugues. 1977. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Paz e Terra. Pág. 84.

<sup>58</sup> VIANNA, Luís Werneck. 1989. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª Ed. Pág. 25.

<sup>59</sup> Idem. Pág. 26.

hegemônico, vimos que também não se faz homogêneo e condensado em uma única força. Embora reconheçamos o papel dominante e determinante estatal na estruturação do aparelho ideológico de Estado em questão, pretendemos abrir espaço para as ramificações do poder no interior da rádio, ou seja, a diretoria e os responsáveis pela criação e execução da programação da emissora detinham grande autonomia na elaboração de seus projetos, o que a priori pareceria óbvio, não fosse a conjuntura autoritária dominante por trás desse fato, que perdurou por alguns anos mesmo após o fim do Estado Novo.

A questão do poder deve, ainda, ser analisada de outra forma: a de como ele era exercido pela Rádio Nacional no contexto da difusão do ideário nacionalista. Ao ser utilizada enquanto aparelho de Estado, a Rádio Nacional contribuiu nesta definição da identidade nacional por ser um meio que expressa por palavras, através de suas ondas, para um público potencialmente vasto, dada sua capacidade de alcance para todo o território nacional e além dele, sem distinções de classe, gênero, idade, raça, ou quaisquer outras. Acrescente-se a isso o fato de que os ouvintes nem sempre são conscientes da sua própria absorção das idéias divulgadas pelo rádio. De acordo com Foucault:

“o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.<sup>60</sup>

A chegada do rádio, e especialmente da Rádio Nacional, aos mais diversos e afastados territórios vai propiciar a intensificação da circulação de idéias e o surgimento e crescimento da consciência política da população, na medida em que estes elos de transmissão mencionados acima se ampliam. É importante ressaltar nesse momento que a utilização estratégica do rádio como mecanismo de poder não se completava em si mesmo (e nem poderia). Isso porque o poder não poderia se centralizar numa instituição ou aparelho de Estado, como é o caso da Rádio Nacional, tendo em vista que o conteúdo da mensagem divulgada pela emissora de rádio se forma e se transforma em todos os níveis da sociedade, seja na esfera familiar, no Estado, na produção, na esfera religiosa, individual, entre outras, ganhando força na sua atuação conjunta nesses diversos espaços.

---

<sup>60</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pág. 183.

Será, portanto, nesse sentido que a elite intelectual emergente do período buscará atuar organicamente moldando o pensamento da sociedade em torno do nacionalismo. Buscará construir instituições e regulamentos que permitiriam ampliar os mecanismos disciplinares, visando assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. Dessa forma, as relações de poder na trama dessa multiplicidade nacional, teriam sua eficácia ampliada. Foucault trata a disciplina como o processo técnico pelo qual a força de cada corpo individual, com o mínimo ônus, é reduzida como força política e maximizada como força útil <sup>61</sup>. A redução ao máximo possível das forças contrárias ao regime, por meio da repressão e da cooptação, baseada na disciplina especialmente das camadas subalternas, permitiria ao grupo hegemônico tocar adiante seu projeto de nacionalismo. Mas antes disso, convém ainda compreender alguns traços da crise que levou à derrocada da elite política precedente e, conseqüentemente, à ascensão desse novo grupo ao poder.

### **2.3- A Crise do Modelo Liberal**

A reformulação do projeto nacionalista brasileiro necessitava da alteração de diversos traços marcantes da sociedade, alguns dos quais já se encontravam bastante enraizados na população. Todavia, essa transformação parecia inevitável. No plano econômico, o modelo liberal aparecia mundialmente esgotado e a economia agroexportadora brasileira entrara em colapso. Para a retomada do crescimento econômico do país, tornara-se imprescindível a redefinição do modelo econômico nacional. Para tanto, aos poucos, foi sendo levado a cabo o esvaziamento do modelo centrado na agro-exportação e crescente importância fora dada aos interesses dos ainda incipientes capitais urbano- industriais, o que futuramente permitiria o fortalecimento de uma indústria nacional de produções diversificadas. É nesse sentido que podemos compreender o fim da política de queima da produção excedente de café, já na segunda metade dos anos 1930 e a busca pela manutenção e ampliação das condições externas durante o Estado Novo, visando à compra da maquinaria necessária para a promoção da substituição de importações nos anos vindouros.

Politicamente, a oligarquia rural já se encontrava em crise desde os anos 1920, como já dissemos, e os episódios do acirramento das dissidências no interior dessas

---

<sup>61</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2006.

oligarquias, das rebeliões da juventude militar tenentista contra a ordem vigente, fatos esses que culminariam na chamada revolução de 1930, são representativos desse aspecto em crise no modelo liberal. O novo bloco hegemônico buscava, dessa forma, a exclusão política dessa oligarquia agro-exportadora, através da centralização administrativa, com a criação de novos órgãos, e com o aumento do controle sobre as interventorias estaduais.

Essa última questão culminaria em São Paulo com o estourar da chamada Revolução constitucionalista em 1932, fruto da insatisfação da camada liberal-oligárquica com a perda de sua capacidade diretiva dos rumos do país. A campanha contrária ao interventor paulista Waldomiro Lima, escolhido pelo governo central, seria incensada após o lançamento da campanha “Por São Paulo Unido”, de autoria de Antônio Carlos de Abreu Sodré, pela Rádio Record<sup>62</sup>. As elites oligárquicas conseguiriam, dessa forma, agrupar grande apoio da massa da população em torno de sua chapa única constitucionalista, a qual seria derrotada. Em seu esforço de restauração do poder oligárquico, “os paulistas serão vencidos, mas não convencidos”<sup>63</sup>, nas palavras de Ângela de Castro Gomes. Para eles, não havia outra democracia possível, além da conseguida através do modelo liberal. Contudo, estaria em curso o abandono desse modelo pelo poder central, ainda que fossem dadas algumas concessões a estes oligarcas e em 1934, a democracia constitucional viesse a ser reimplementada em semelhantes moldes.

No plano social, cabe mais uma vez ressaltar que desde fins da década de 1910 as camadas trabalhadoras urbanas passariam a exigir leis sociais que realmente dessem conta de suas necessidades, vindo nos anos seguintes a se organizarem política e ideologicamente. Concomitantemente a isso, no campo, a estrutura coronelística perde muito da sua capacidade de controle sobre a população rural. Um autor que estudou esse fenômeno transitório do poder político dos coronéis é Victor Nunes Leal<sup>64</sup>. No século XIX, devido à ausência do Estado imperial no meio rural, os chamados coronéis possuíam um grau de influência muito alto sobre a massa camponesa. Seu poder tornava-se reduzido à medida que o Estado se fortalece, pois passam a depender de sua estrutura cada vez mais racionalizada. Durante a República, outro fator que acrescia a

---

<sup>62</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). 1980. **Regionalismo e Centralização política: partidos e constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Pág. 279.

<sup>63</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). 1980. Op. Cit.. Págs. 447-448.

<sup>64</sup> LEAL, Victor Nunes. 1948. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

dependência do coronelato frente ao governo central era a necessidade de barganhar os votos em troca de apoio e recursos para suas regiões de domínio.

Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>65</sup> também irá analisar o processo progressivo e irregular de enfraquecimento da estrutura coronelista no Brasil. O prestígio dos coronéis lhes advinha de sua capacidade de prestar favores e para isso era necessário, além da posse de terras, obterem condições financeiras. Para tanto, o mandonismo local sempre buscou desenvolver um centro urbano dependente deles e, ao mesmo tempo, gestor central de suas atividades, o que era perfeitamente possível em uma sociedade não industrializada, onde o núcleo urbano figurava como mero elemento organizador do meio rural circundante, atendendo a seus interesses imediatos. No entanto, ainda que o processo de organização das cidades fosse dirigido por esses líderes locais/ regionais, a urbanização crescente acarretou o acréscimo das relações impessoais em detrimento daquelas de caráter pessoal e afetivo, base desse sistema coronelista.

Podemos, ainda, juntar a industrialização, embora bastante desigual em todo o território nacional, sendo inclusive incipiente em determinadas regiões, a esse adensamento das cidades, na medida em que ela torna obrigatória a criação de novos cargos, especializações e atribuições dos poderes da máquina administrativa, entre outros. Os coronéis locais, em princípio, até poderiam contornar essas mudanças, mas a tendência de toda instituição, nova ou reformulada, de criar uma vida própria, independente dos quadros de mandonismos locais, em muito ampliava os abismos entre a cidade e o campo.

Outra questão social que representa essa crise do modelo regionalista é o crescimento do banditismo rural. A redução da capacidade de influência dos líderes locais sobre a população camponesa resultou num incremento dos mecanismos coercitivos para a realização de seus interesses. Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>66</sup> levanta a hipótese do reforço da coerção e da violência eleitoral como probabilidade em decorrência do incremento da dificuldade de barganha trazido pela universalização do voto<sup>67</sup>. Aqueles com maior capacidade de negociação foram justamente os que melhor se adaptaram à nova estrutura sócio-econômica que se formava a partir do crescimento das cidades, de modo que conseguiram se manter nas camadas superiores e continuaram

---

<sup>65</sup> QUEIROZ, M. I. P. 1976. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa- Omega.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> O Sufrágio Universal apareceria no Brasil primeiramente na Constituição de 1891.

a ser dominantes na sociedade, através do controle do grande comércio e da grande indústria que se desenvolviam.

Outra razão que podemos levantar para a crise liberal no Brasil, a qual se relaciona com e sintetiza todas as demais, reside no fato de que o modelo cosmopolita, então vigente, foi o responsável por criar dialeticamente os elementos que iriam negá-lo. Os oligarcas rurais, enfrentando grandes dificuldades financeiras, necessitavam de condições para negociar preços e créditos com o capital externo, condições estas altamente dependentes da concentração de mão-de-obra e do aumento da produção das cidades. Nesse sentido, a sobrevivência da ordem de prevalência da economia agro-exportadora dialeticamente acabou por construir uma infraestrutura voltada para as cidades, o que implicava, ainda que indiretamente, na negação do campo e do Brasil enquanto país rural. Dessa forma, podemos afirmar que no decorrer do processo histórico, a ordem industrial se impõe a partir de um papel predominante do Estado que, ao construir essa base industrial da nação, buscava incluir as reivindicações das emergentes classes urbanas.

Nesse aspecto, a cidade do Rio de Janeiro é um caso emblemático das transformações em curso. Façamos uma linha histórica no tempo para verificar as raízes desse processo. Transformada em capital da colônia em 1763, a cidade passaria por alterações em sua paisagem natural e em sua infra-estrutura com a finalidade de torná-la um local cosmopolita, principalmente a partir da chegada da família real portuguesa em 1808. Tendo se tornado sede provisória do reino e posteriormente capital do Império e da República era inadmissível ao Rio de Janeiro apresentar os problemas de transporte, habitação, iluminação, segurança, água e esgoto. A questão do saneamento básico representava o tom dramático das dificuldades na inserção comercial do país, assim como na sua inserção na divisão do trabalho internacional capitalista, em decorrência da alta mortalidade dos trabalhadores, o que também não era interessante economicamente para as elites dirigentes.

Sendo assim, pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro ter se tornado a representação simbólica do país, justamente por ser a expressão dos poderes políticos, local e regional, as camadas da elite nacional buscariam transformar a cidade em um local com melhores condições de habitação e, ao mesmo tempo, criar uma imagem simbólica do Rio de Janeiro com o lema “Cidade Maravilhosa”, de Coelho Netto<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Ver nota de rodapé n. 10 na Pág. 10 da Introdução deste texto.

Anos mais tarde, em 1935, seria acrescida a esse papel simbólico, a imagem de “Coração do Brasil”, em marcha de André Filho<sup>69</sup>, representando a condensação da idéia da cidade do Rio de Janeiro como principal cidade do país, local chave para as ações centralizadas do poder estatal em mãos de um emergente bloco político hegemônico e para a realização de seus interesses político – econômicos e culturais nos níveis nacional e internacional.

A imagem da “Cidade Maravilhosa” enquanto “Coração do Brasil” traria ainda outro marco simbólico à capital da República: o de síntese da nacionalidade. Sendo assim, o papel desempenhado pela cidade do Rio de Janeiro, na medida em que se apresentava como uma das principais metrópoles do país, abarcaria todas as condições sociais, políticas e culturais para a construção do ideário nacionalista e do Brasil enquanto povo, enquanto nação integrada. Após a vitória do grupo de Vargas em 1930, o Brasil já apresentava diversos pré-requisitos para a consolidação definitiva de sua unidade nacional. As demais condições viriam através das demandas sociais da população das cidades e da compreensão pelo grupo político hegemônico no poder, da necessidade de ruptura definitiva com o padrão liberal, cosmopolita, por um lado, e regionalista, por outro, da primeira República. O projeto em curso de constituição de uma identidade nacional, calcada na soberania do Estado e no nacionalismo enquanto ideologia, não poderia prescindir do apoio de boa parcela da crescente classe trabalhadora urbana e dos demais grupos em ascensão nas cidades, tais como as camadas médias.

## 2.4- Os Tipos de Nacionalismo em Disputa Hegemônica

Nesse sentido, o nacionalismo hegemônico pós- 1930 buscou, com maior eficiência do que as tentativas anteriores, estabelecer o que seria a identidade nacional como um projeto de nação. A compreensão da essência da brasilidade permitiria o fortalecimento da unidade nacional<sup>70</sup>. Outra importante característica deste paradigma hegemônico foi a centralização do poder e, conseqüentemente, combate ao regionalismo

---

<sup>69</sup> A marcha carnavalesca “Cidade Maravilhosa”, de 1935.

<sup>70</sup> Para maiores informações, ver LAUERHASS JÚNIOR, L. 1986. In: **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. Itatiaia, Belo Horizonte e São Paulo, EDUSP.

oligárquico visando extinguir a extrema fragmentação social brasileira. A partir de sua decadência político-econômica, como vimos acima, a elite liberal, baseada no cosmopolitismo e anteriormente dominante, perderia seu espaço na cena política para o novo bloco no poder. No que podemos considerar uma forma de nacional-estatismo, o Estado passaria a investir em seus mecanismos institucionais, com o capital estatal (nacional) vindo a ocupar os postos-chave da economia. É possível dizer que foi esta a forma de nacionalismo predominante e hegemônica até 1954, quando “sofre” um duro golpe com o suicídio de Vargas.

A título de melhor compreensão do panorama do país, cabe abrir um pequeno parêntese e salientar que este nacional-estatismo seria substituído economicamente pelo que ficou conhecido como nacional- desenvolvimentismo. Como já vimos no capítulo anterior, este se tornará o pensamento hegemônico, muitas vezes a partir de um caráter extremamente sedutor para as forças progressistas brasileiras, como foi o caso do PCB, no qual muitos de seus militantes se iludiram com o tema do desenvolvimento, não levando em consideração a ampla subordinação nacional ao capital estrangeiro que estava por trás desse discurso.

O que estava em jogo para essa doutrina era o desenvolvimento, porém este veio com ampla influência exercida pelo capital estrangeiro. A idéia central é o desenvolvimento da economia, da indústria, não importando se o capital estrangeiro fosse dominante e o nacional aparecesse somente como associado, ou seja, o nacionalismo perde espaço para a luta contra o subdesenvolvimento, sem ser dada muita importância sob qual bandeira estaria o capital que vinha a contribuir para o desenvolvimento do país. De acordo com Francisco de Oliveira, em sua análise político-econômica sobre o período:

“é inegável que se o capital estrangeiro entrou sobretudo nos ramos chamados ‘dinâmicos’ e se esses ramos são os motores da expansão, o capital estrangeiro de certo modo ‘controla’ o processo dessa expansão; por oposição, o capital nacional ‘controla’ menos a economia brasileira que há vinte anos”<sup>71</sup>.

O Estado desenvolvimentista de JK, dessa forma, procuraria legitimar-se ideologicamente junto ao grupo de intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No entanto, as teses desses intelectuais caminhariam no sentido

---

<sup>71</sup> OLIVEIRA, Francisco de. “Crítica à Razão Dualista”. 2003. In: **Crítica à Razão dualista. O Ornitórrinco**, SP: Boitempo Editorial. Pág. 77.



oposto do Estado brasileiro, pois, ao mesmo tempo em que este se internacionalizava economicamente, os intelectuais procuraram “‘fabricar’ um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais”<sup>72</sup>. Essas propostas levadas a cabo no “sentido oposto” traçado pelos intelectuais isebianos, todavia, seriam satisfatórias na legitimação ideológica do desenvolvimentismo ao atender aos anseios da elite econômica dominante, mas seriam abrupta e autoritariamente encerradas com o fim das atividades destes intelectuais postas em prática pelo golpe de 1964.

A necessidade de construção de uma consciência nacional, até então ausente, trazem à tona o tema do nacionalismo. O seu crescimento enquanto ideologia esteve intimamente ligado à necessidade de trazer uma crítica ao ideário liberal, que, como já vimos, apresentava sua mais profunda crise. Além da já citada forma hegemônica de nacionalismo, outras duas formas merecem destaque. A primeira delas, que até chegou a se aliar com o governo Vargas em determinado momento, foi o Integralismo (o qual teve seu auge logo antes do golpe do Estado Novo, quando meses depois o governo passaria a combatê-lo). Para estes, a idéia de nacionalismo envolveria a tarefa de “criação da nação”. Esta tarefa de criar a nação brasileira deveria ser baseada em valores- síntese presentes no lema Deus, Pátria e Família, valores conservadores muito comuns e atrativos em um país de fortes tradições católicas. Sua aproximação com a revista católica “A Ordem” é representante desse fato, de modo que o nacionalismo seria buscado pelos integralistas nas tradições no seu componente básico e em suas maiores qualidades, o que nessa ótica remeteria ao catolicismo. No entanto, o nacionalismo integralista, por se caracterizar como um braço do nazi- fascismo no país, como já foi dito, passou a ser duramente combatido pela forma de nacionalismo que buscava a defesa nacional.

As forças integralistas tiveram como líder Plínio Salgado, que se tornaria o presidente da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em São Paulo em outubro de 1932, poucos dias após a rendição da “revolução constitucionalista”. Seu crescimento esteve muito ligado ao das forças da direita em geral do país, às quais sempre foram muito dependentes da oligarquia rural. A direita brasileira possui uma de suas raízes históricas na pequena burguesia ligada à oligarquia rural. Desse modo, a parcela pequeno-burguesa basicamente era encarregada de transportar a grande produção rural da oligarquia. Por serem os produtores rurais os únicos a utilizarem a maioria das

---

<sup>72</sup> ORTIZ, Renato. 2006. Op. Cit.. Pág. 47.

ferrovias do país, principal meio de transporte escoador das produções à época, os pequeno-burgueses encontravam-se bastante subordinados à camada agrária dominante. O custo de utilização do transporte pago por estes acabava sendo muito baixo, mas não restava outra alternativa senão aceitar aqueles preços. A oligarquia os tinha “em suas mãos”, em suma. Com a falência dessas oligarquias em virtude da crise mundial de 1929, muitos desses pequeno-burgueses, sem um horizonte político à frente, viriam a se aliar com os integralistas, cujo líder, Plínio Salgado, morava na cidade de Rio Claro, no interior paulista.

Na ausência de uma classe oligárquica para lhe dar apoio, o movimento integralista vai buscá-lo nas cidades, juntamente com a busca pelo apoio do poder central. O Estado viria a se aliar com os integralistas para a efetivação do golpe do Estado Novo, mas depois os abandonaria, pois não mais lhe interessava uma aliança com um grupo de projeto fascista naquele momento. Os “camisas verdes” ainda tentariam dar um golpe contra o governo de Getúlio, mas sairiam derrotados e deixariam a cena política após dura repressão, já iniciada anteriormente. O consenso propagado pelos militantes antifascistas começava a alcançar grande receptividade, e, no entanto, já vinha fazendo efeito anos antes, a partir de 1934, gerando uma ampla desmoralização do nazi-fascismo e de sua vertente brasileira acima mencionada, o integralismo, cujos membros vinham sendo ironicamente chamados pelo povo de “galinhas verdes”<sup>73</sup>.

O outro tipo de nacionalismo que apresentava o componente da defesa nacional será assumido pela segunda forma que aqui merece destaque. Remeto-me nesse ponto ao “nacionalismo antifascista”, conceito proposto por Hobsbawn<sup>74</sup> que traz uma novidade, tendo em vista a tradicional posição internacionalista da esquerda mundial. A questão nacional já havia sido levantada por Engels, Lenin (que dirá haver nacionalismos e nacionalismos, sendo necessário combater os das potências, como, por exemplo, é o caso dos Czares russos, e por outro lado, preciso apoiar os dos povos que buscam a libertação nacional), Rosa Luxemburgo (que se oporá às lutas nacionais), Kautski e Bauer, por exemplo. Os perigos externos assustavam a tal ponto o país que esse nacionalismo antifascista encontrará grande apoio no interior da sociedade, de

---

<sup>73</sup> Os integralistas, após fugirem amedrontados dos militantes partidários da luta antifascista em confronto na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 7 de outubro de 1934, receberam esse apelido irônico. Essa designação foi também reflexo da perda de prestígio do movimento frente à população.

<sup>74</sup> In: HOBSEBAWN, Eric J. 2002. **Nações e nacionalismo desde 1870**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

modo que a União Nacional seria a tática utilizada para atacar mundialmente o nazi-fascismo e, em nosso caso, seria buscado o apoio do governo brasileiro nessa luta.

A ANL e o PCB serão as principais organizações a lutar por essa já mencionada União Nacional, criando uma ampla consciência antifascista, que obteve sucesso e capacidade de mobilização das massas. No entanto, para tornar-se uma diretriz dominante nesses movimentos e no país, o discurso da luta contra o fascismo teve que conquistar primeiramente sua hegemonia interna. A existência de diversas correntes de pensamento é algo comum e até positivo nos movimentos que se propõem a possuir muitos e heterogêneos adeptos, tendo em vista que essa variedade de opiniões pode propiciar o incremento qualitativo do debate. Todavia, deve-se buscar tornar-se hegemônico entre os militantes, garantindo o consenso no entorno das posições fundamentais do partido. O PCB, originário de uma dissidência anarco-sindical, será palco dessa disputa ao longo de sua história, na qual visando atrair às massas trabalhadoras, adotou posturas de alinhamento e isolamento com outras frentes até propor as idéias de “frente antifascista” e, posteriormente, “União Nacional” contra o nazi-fascismo, que viriam a trazer muitos adeptos.

Um quadro que conquistaria muitos elementos para as causas do PCB e da ANL, em virtude do forte apelo que trazia sua figura de herói nacional dos tempos da Coluna, foi Luiz Carlos Prestes. Não obstante sua imagem perante a sociedade, Prestes seria o principal nome de dentro dos dois movimentos. O PCB entra na aliança sob a perspectiva de manter separadas as posições do partido daquelas da ANL. Isso visava garantir sua autonomia de ação, não repetindo os erros da experiência de formação do Bloco Operário (BO) e Bloco Operário Camponês (BOC) - alianças político-eleitorais do partido com demais forças do operariado e dos camponeses nos anos de 1927 e 1928, respectivamente - embora a linha programática de ambos fosse muito semelhante. A ANL também não pode ser confundida com uma mera extensão do PCB, visto que seus quadros eram compostos, além dos comunistas, por setores militares, entusiasmados com a liderança de Prestes e inconformados com as modificações efetuadas por Góis Monteiro nas Forças Armadas, além de diversos outros segmentos da sociedade. O PCB, no entanto, por causa de seu esforço em conquistar lideranças entre os trabalhadores e em razão do forte apelo popular de Prestes, tornar-se-ia hegemônico no interior da ANL.

Quanto à disputa pela hegemonia no interior do PCB em virtude da diretriz de União Nacional, também podemos ressaltar sua peculiaridade. Embora defendida por

todas as correntes, a questão da União Nacional não se encerrava por si própria, havendo três diferentes posições no partido. A primeira, de menos adeptos, se mostrava a favor da dissolução do PCB, resultante de uma avaliação que estendia ao âmbito nacional a autodissolução provocada pela IC. Esta se fazia necessária para que fosse possível alcançar uma ampla unidade na luta contra o nazi-fascismo. O segundo grupo, paulista e liderado por Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima, se mostra contrário ao apoio a Vargas, sendo necessário combater seu governo mesmo no momento crítico do esforço de guerra. A terceira posição, que conquistou mais adeptos e se tornaria majoritária, defendida pelos grupos baiano e carioca, além de contar também com a liderança de Prestes, preconizava a União Nacional contra o inimigo externo, sendo preciso apoiar o governo já constituído de Vargas e lutar para a efetivação das ações em torno dessa União.

Diante do crescimento da aprovação da opinião pública a esse nacionalismo antifascista, o grupo no poder, representado pela figura de Getúlio Vargas, já durante o Estado Novo vai assumir também esse formato nacionalista, contribuindo para sua projeção e apoio crescente. É importante ressaltar que o proletariado já se encontrava bastante simpático a Vargas, o consenso preconizado por seu bloco no poder, no qual as leis sociais apareciam sob um caráter concessivo, já surtia seus efeitos, apesar da intensa repressão característica do Estado Novo, especialmente em seu início. Não apenas os proletários já demonstravam seu apreço ao governo Vargas, mas também uma considerável parcela das camadas médias do país, muitas das quais, em 1932, haviam se levantado contra o governante, assim como não podemos nos esquecer de mencionar a militância estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE), apoiadora da tática de “União Nacional” antifascista. A hegemonia política do grupo hegemônico neste momento estava assegurada.

Essa posição hegemônica em torno da União Nacional, como já vimos, viria a ser “encampada” pelo poder central. Os setores populares de esquerda que fizeram a configuração de um parâmetro nacionalista, baseado no fortalecimento da nacionalidade, da soberania e integração nacional, com um viés nacional-libertador e socialista, não possuíam condições suficientes de organização da população em torno da causa. O Estado, por seu lado, por ser o poder político dotado de forças, possuía os meios coercitivos e concessivos suficientes para gerir um projeto com esse tino unificador ao redor da luta antifascista. O apelo ao nacionalismo foi um elemento chave para dar sustentação ao bloco histórico que se encontrava no poder, pois atraía o apoio

tanto da classe trabalhadora, quanto da burguesia em uma visão de conciliação de classes, tendo em vista que alguns dos anseios de ambas eram atendidos e havia, ainda, um inimigo em comum, o já citado nazi-fascismo, que colocava em risco a nação.

Nesse sentido, de certa forma, o discurso que se tornara hegemônico no interior das forças progressistas e populares brasileiras, consegue atravessar inclusive o poder estatal, vindo a tornar-se hegemônico no país. Isso significa que, embora não devamos superestimar a capacidade de pressão das forças trabalhadoras, ela também não deve ser ignorada, pois encontrará eco no governo central. Todavia, se fôssemos considerar o grau de influência relativa desse projeto popular frente ao Estado, chegaríamos à conclusão que as fileiras populares mais foram influenciadas do que influenciaram a este. Em outras palavras, podemos dizer que o projeto nacionalista do Estado, embora tenha incorporado elementos das reivindicações de origem popular, influenciou intensamente vastas camadas de trabalhadores, inclusive daqueles meios mais independentes, como o caso dos militantes do PCB e aliancistas, preconizando dessa forma um consenso que garantiria a hegemonia de seu grupo.

Ainda que essa parcela de trabalhadores que não queriam ser cooptados pelo regime, como foi o caso dos comunistas e aliancistas, lutasse por uma proposta nacionalista que não se atrelasse ao Estado, ao contrário dos pelegos, que desde cedo aderiram a Vargas e ao projeto nacionalista em gestão, na medida em que esse ator inicia uma onda de ações em torno de um projeto de União Nacional, ela viria a apoiá-lo e lutar ao seu lado pela continuidade das transformações em curso. Seria bom relembrar que a busca da colaboração entre setores do aparelho de Estado e parcelas do movimento operário, não foi uma novidade colocada em prática apenas pelo Estado varguista. Relembre-se que já na República Velha (de 1912-1917/18) tinha havido tentativas neste sentido. Posições operárias sindicalistas, reformistas e não-revolucionárias, como as que se vinculavam à II Internacional e outros agentes operários de viés reformista que visavam à colaboração de classe e com o Estado, conhecidos como sindicalistas “amarelos”, estariam predispostos a apoiar a política de colaboração de classes que veio a ser implementada pelo governo Vargas.

Houve à época a percepção dos trabalhadores de que o Estado era o agente social mais adequado para se buscar uma aliança. Naquele momento, a pressão dos trabalhadores pela União Nacional contra o nazi-fascismo acabou por forçar o governo de Getúlio Vargas a adotar uma série de posições que ele não adotaria se estivesse

contrário a esses e aliado a outros setores. Buscando conciliar os interesses, não serão poucas as ações governamentais que se tornarão atrativas aos trabalhadores.

Muitos dos militantes do PCB e da ANL ficariam ludibriados com as realizações propostas por Vargas e esse seria um difícil problema de combate interno (para garantir a hegemonia de seu projeto). No entanto, a experiência recente de 1935 da tática insurrecional ainda se fazia muito presente na memória, sendo melhor para o país e para os trabalhadores correr esse risco de ver seus elementos cooptados para o varguismo em decorrência da União Nacional do que buscar o enfrentamento com o governo em plena vigência do Estado Novo. Cabe neste momento uma crítica à crítica do chamado populismo, preconizado pelo varguismo e o trabalhismo, na qual trata-se os trabalhadores como subordinados ao governo. Essa pura e simples subordinação à esfera governamental não ocorreu. Os trabalhadores não aderiram sem a existência de uma contrapartida, pois essa aliança, de certa forma, atendia à conjuntura política das suas necessidades. Estar alinhado com o Estado foi também uma forma de conseguir ampliar a força política da classe proletária, ainda que não fosse a proposta ideal das forças populares e progressistas em luta.

O momento histórico crítico de guerra exigia aos governos do mundo todo o fortalecimento do papel do Estado para garantir sua soberania diante das ameaças externas e internas. No caso do Brasil, o governo fortalece o Estado gradativamente, até seu auge, na implantação autoritária do Estado Novo. Embora possuísse no seu interior elementos pró-fascistas e germanófilos, os quais foram em grande parte responsáveis pelo golpe, como é o caso dos generais Góis Monteiro, Eurico Dutra e do chefe da Polícia Política, Filinto Müller, não é correto considerar o governo Vargas como sendo fascista.

Cabe considerar que uma grande parte desses setores pró-fascistas acima citados que apoiaram o golpe do Estado Novo, também apoiaram em 1938 o enfrentamento do governo à AIB. Não é menos verdade dizer que o governo Vargas, através das prisões e/ou deportações de intelectuais, estrangeiros e militantes de esquerda, tais como os casos célebres do comunista Gregório Bezerra e seu irmão José Lourenço Bezerra, os professores universitários Edgardo de Castro Rabelo, Leônidas Rezende, Hermes Lima, Gilberto Freyre e Carpenter Ferreira, este com 80 anos de idade, Harry Berger, Olga Benário, Luís Carlos Prestes, Carlos Marighela e o escritor e jornalista Graciliano

Ramos, entre tantos outros <sup>75</sup>, fortaleceu o discurso que os liberais e oligarcas da oposição faziam sob seu governo, desde que havia virtualmente levantado os dispositivos constitucionais aprovados em 1934, tentando caracterizá-los como uma ditadura pró- fascista.

No entanto, ressalte-se que a ação truculenta da Polícia Política e da polícia especial do Distrito Federal, parecia representar bem mais o viés pró-fascista de elementos como Filinto Müller - que nunca suportou o fato de Prestes tê-lo expulsado sob a acusação de ladrão dos recursos financeiros da Coluna - e o beneplácito quase que ostensivo comandado por Góis Monteiro - este sim, que claramente desejava o alinhamento do governo brasileiro com o eixo -, do que uma política de Estado do próprio governo como um todo.

A aproximação de Vargas com os alemães se deu em termos de negociações por vantagens no projeto de industrialização do país. A própria hegemonia germanófila nos quadros do poder central não se sustenta, perdendo espaço no seu interior para um grupo americanófilo na execução dos projetos de Estado. É importante lembrar que a relação de Vargas com setores da classe média urbana e da pequena burguesia vinha se deteriorando desde a derrota da tentativa de golpe em 1932 e da ação violenta contra a ANL em 1935, movimentos que, embora de orientações distintas, possuíram ampla participação da classe média e apelo popular.

No entanto, a existência do fator da ameaça externa ao país, fortaleceu o discurso da frente nacional antifascista e posteriormente, da frente pelo ingresso do Brasil na guerra, a partir de 1940. Movimentos centrados no fortalecimento da União Nacional contra as nações do eixo explodiram liderados pela União Nacional dos Estudantes, que se constituiu neste período e liderou grandes movimentos de rua antifascistas e pelo apoio aos aliados na guerra. Esse movimento era composto por estudantes de classe média da capital da República, estudantes de direito de São Paulo e de Salvador, e que levaram consigo e carregaram no seu rastro o apoio de uma grande parcela da classe média para o governo Vargas, dando ao presidente as condições políticas para escolher o lado em que alinharia o Brasil neste período pré-guerra. O caráter autoritário do regime, a partir da entrada na guerra, nesse sentido vai se amainando ao longo dos anos. O Estado Novo acabou por formar uma base de posição política trabalhista (e certamente, varguista), portanto, mas não fascista.

---

<sup>75</sup> CAMARGO, Aspásia et al. 1989. **O golpe silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo.



Como já foi levantado no capítulo anterior, o fortalecimento do Estado criaria as condições para o desenvolvimento capitalista no país. Caio Prado Júnior, em sua análise sobre a burguesia industrial antes de 1930, fala de sua posição intersticial na ordem agrário-exportadora, da qual seria parte funcional necessária, ao constatar sua falta de ímpeto revolucionário e submissão no plano da política <sup>76</sup>. No mesmo sentido, podemos enquadrar o estudo de Florestan Fernandes que vai identificar a histórica acomodação do empresário industrial brasileiro no âmbito da política nesse mesmo período, prejudicando o desenvolvimento da ordem social competitiva <sup>77</sup>. De acordo com Skidmore, ao falar do projeto nacionalista no plano da economia, seu efeito prático foi o de “criar condições de apoio às medidas para a industrialização, da mesma forma que incrementou a intervenção estatal na economia” <sup>78</sup>.

A liderança industrial nacional defendia um estilo de desenvolvimento associado entre os capitais nacionais e estrangeiros, os quais participaram em igualdade de condições para a implementação do capitalismo industrial no país. Nessa perspectiva, o nacionalismo viria anteriormente na questão da nacionalização da produção do que na origem dos capitais em si. O Estado, todavia, não adotaria todas as reivindicações dos industriais, tendo em vista que do lado oposto muitas serão as contestações a essa diretiva, especialmente das lideranças defensoras do ruralismo, como Alberto Torres, por exemplo. Porém, como já fora demonstrado no primeiro capítulo, as iniciativas estatais, ao tomarem as rédeas do processo, seriam do agrado da burguesia, sem capacidade para fazer o mesmo àquele momento. O governo Vargas, durante o período da segunda guerra buscaria financiamentos estrangeiros a fim de introduzir a industrialização em setores estratégicos nacionais, tais como o da indústria pesada. Os interesses estatais e da burguesia não eram antagônicos, portanto. Segundo Otávio Velho, “no Brasil, uma forma descentralizada e centralizada de autoritarismo presta-se melhor para descrever certas ocorrências do que uma oposição absoluta entre poder privado e Estado” <sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. 1963. **História Econômica do Brasil**, SP: Brasiliense, 8ª ed.

<sup>77</sup> FERNANDES, Florestan. 1975. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar.

<sup>78</sup> SKIDMORE, Thomas. 1975. **Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pág. 69.

<sup>79</sup> VELHO, Otávio Guilherme. 1976. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: DIFEL. Pág. 123.



No que tange às camadas trabalhadoras, a necessidade de reorientação dos rumos do Estado Novo levará à concreta efetivação e implementação do projeto trabalhista. Havia urgência em se reorganizar a questão do trabalho e na redefinição do sindicato, visando-se principalmente o estreitamento de laços entre o Estado e o movimento operário. Nesse sentido, é possível pensar a ação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado anos antes, em 1930, pois passava-se, a partir deste momento, a reconhecer a questão social como algo a ser tratado como política de Estado. O reconhecimento e enfrentamento da questão social foi a forma encontrada pelo Estado Novo para legitimar o regime autoritário frente à população, especialmente aquela em estado de necessidades.

Como vimos anteriormente, o Estado Novo não possuía uma doutrina oficial homogênea e compacta; todavia, o ecletismo das propostas não significava a ausência de um conjunto central de idéias definidoras do projeto político que se buscava construir. Havia em comum, entre os intelectuais orgânicos do novo regime, a vontade de reescrever a história do país. A proposta nacionalista almejava recuperar o povo brasileiro ao reconhecer sua realidade, suas necessidades e potencialidades, adotando uma perspectiva oposta à liberal, a qual trazia valores europeizantes que tratavam os aspectos da cultura nacional como sendo de caráter e raça inferiores. Dessa maneira, o governo Vargas finalmente romperia com o modelo anterior e poderia levar à frente o projeto de seu bloco histórico.

Seria a primeira vez na história do Brasil em que Estado e Nação poderiam ser pensados conjuntamente. De acordo com Ângela de Castro Gomes “a identificação entre Estado e Nação eliminava a necessidade de corpos intermediários entre o povo e o governante”<sup>80</sup>, tais como partidos políticos ou assembleias. Estes seriam substituídos por novos mecanismos de organização da vida econômica brasileira, as corporações e os órgãos técnicos. Os laços entre Estado e movimento operário seriam estreitados por meio da representação sindical. Porém, como já vimos, para isso se dar efetivamente, foi preciso, por um lado, ampliar o controle do recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o movimento sindical e, por outro, tornar o movimento sindical representativo da massa operária.

Será nesse sentido, portanto, que em janeiro de 1942, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, passaria a ocupar semanalmente

---

<sup>80</sup> GOMES. 1994. Op. Cit. Pág. 190.

(todas as 5as feiras), durante 10 minutos, os microfones do programa a “Hora do Brasil”, produzido pelo DIP e irradiado nos estúdios da Rádio Nacional, até julho de 1945, pronunciamento este que era publicado no dia seguinte pelo jornal oficial do Estado Novo “A Manhã”. A partir de 1944, suas aparições no rádio seriam ampliadas para pronunciamentos diários na Rádio Mauá, a “Rádio dos Trabalhadores”<sup>81</sup>. Os programas de rádio contribuíram decisivamente para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional, na medida em que boa parte da população habitante de regiões afastadas dos grandes centros urbanos passou a ter pela primeira vez, contato com as leis recentemente criadas.

O governo Vargas institucionalizou a aproximação entre poder público e povo com a série de comemorações oficiais iniciadas no Estado Novo, e que envolviam a população em um calendário festivo. Durante as comemorações de primeiro de maio, tradicionalmente eram esperadas novas leis que garantissem a ampliação dos direitos trabalhistas, por exemplo. A construção da figura mitológica de Vargas como o “pai dos pobres” coincide com esses anos da ditadura estado-novista. A contrapartida à feição dura e repressiva do regime estava na projeção de Vargas como grande e indiscutível líder nacional, preocupado com a resolução da questão social brasileira. Essa mencionada questão social não seria tratada pelo Estado como uma questão operária, mas sim como de todos os homens e classes.

A preocupação do governo com o tema da sindicalização era de extrema importância, tendo em vista que servia de elo articulador do tripé que agrupava ainda as questões da justiça do trabalho e da previdência social. Seria, portanto, pela vida sindical, o meio pelo qual a nacionalidade se mobilizaria. O ministro Marcondes Filho, ao conduzir as alterações da estrutura sindical, se aproveitará do legado deixado pelas administrações anteriores, como a de Waldemar Falcão, que criara um corpo de líderes “pelegos”. O sindicalismo corporativo seria edificado com base num grande esforço pedagógico mais do que por ações repressivas. No entanto, não deve ser deixado de lado o fato de que “os benefícios da legislação do trabalho e o acesso ao emprego estavam sendo claramente condicionados à condição de trabalhador sindicalizado”<sup>82</sup>.

O sindicalismo corporativista reestruturado por Vargas, de início, existiu apenas formalmente através das leis. Sua concreta implementação seria levada a cabo somente

---

<sup>81</sup> A Rádio ganhou essa denominação por pertencer ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e possuir programação voltada para os trabalhadores.

<sup>82</sup> GOMES. 1994. Op. Cit. Pág. 236.

após 1942 com o arrefecimento do autoritarismo estado-novista. A questão da mobilização social e a busca por apoio político tornou necessária a transformação do regime e a preparação de lideranças e de seguidores mobilizados para difundir, com isso, uma ideologia. Deve-se recordar que a nova política social de Vargas intencionava demonstrar o ideário liberal, nesse sentido, não se buscava a proteção do trabalhador como indivíduo submetido ao livre mercado, mas sim de uma pessoa que se realizava pelo e no trabalho através de sua relação com os outros homens e o Estado. A legislação social trazia um caráter humanitário e cristão de reabilitação integral do trabalhador sem esmagá-lo pela coletividade. O corporativismo brasileiro foi implementado para conviver com outras formas de representação próprias aos regimes liberais, como por exemplo, os partidos políticos.

A adesão dos trabalhadores ao trabalhismo, e não apenas uma submissão ou manipulação, sancionou um pacto pelo qual Estado e classe trabalhadora, segundo palavras de Gomes, “se reconheciam como termos interessados na consecução de um novo sistema de ordem não mais autoritário”<sup>83</sup>. A construção do Estado e da nação, por sua vez, foram levados ao primeiro plano com a autoridade pública sendo capaz de expandir sua margem de autonomia. A centralização do poder levada adiante pelo Estado o capacitaria a “agir como o guardião do interesse nacional, impedindo a fragmentação social”<sup>84</sup>. A vasta reforma administrativa visava neutralizar a estrutura patrimonialista herdada do passado, assim como incrementar a racionalidade do serviço público. A posição do Estado como empregador, além de reforçar este papel central estatal, permitiu a incorporação política da classe média através do emprego. A legislação social varguista permaneceria, mesmo após sua derrubada em 1945, até 1964, como o mais avançado instrumento de afirmação da cidadania brasileira.

A conformação do Estado nacionalista que veio a construir a ideologia trabalhista, não se deu pela presença de elementos autoritários e de repressão às camadas populares trabalhadoras, que obviamente havia no interior do Estado, mas sim como reflexo das lutas e pela presença de intelectuais orgânicos participantes dos movimentos populares, tais como a ANL, ou apenas possuidores de uma consciência mais próxima da popular, em importantes funções e cargos da máquina estatal. A intenção do Estado de manter isolados os interesses antagônicos das forças populares e

---

<sup>83</sup> Idem. Pág. 285

<sup>84</sup> REIS, Elisa P. In: O Estado Nacional como ideologia. In: **Estudos Históricos**. 1988. Rio de Janeiro, vol.1, no. 2, Pág. 195.

da elite se efetivava ao conciliá-las no interior de um mesmo projeto, na medida em que havia espaço para ambas na máquina estatal, desde que subordinados em última instância ao poder do Estado.

## **2.5- Instituições Inscritas no Projeto Nacional**

Será nesse sentido que poderemos identificar o grande esforço pedagógico despendido pelo regime na construção de uma nova sociedade baseada na criação de uma identidade nacional sob os valores trabalhistas. Nessa época, encontraremos o projeto educacional, baseado nos “escolões”, de Anísio Teixeira, o qual buscava a formação de um cidadão brasileiro com as aptidões básicas escolares, necessárias para entrar no mercado de trabalho de um país em início do processo de industrialização. Anísio Teixeira passou os anos das décadas de 1920 e 1930 visando difundir os preceitos da Escola Nova, baseados no desenvolvimento do intelecto e da capacidade de julgamento dos homens. Inserindo seu projeto nesse novo contexto de industrialização, a garantia de uma qualificação mínima da população seria uma das condições primeiras para a formação e melhoria das aptidões de trabalho da mão-de-obra, pré-requisitos necessários à inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho industrial, especialmente após a importação tecnológica que possibilitaria a posterior substituição de importações. O projeto educacional abarcava, ainda, uma dimensão simbólica na ampliação do ensino básico, na medida em que intencionava a construção de uma nação forte e moderna.

Pautando seus planos de governo no binômio educação e saúde, o ex-prefeito do Distrito Federal (DF), Pedro Ernesto, também gozou de prestígio durante parte do primeiro governo Vargas. Seria ele o responsável pela montagem do sistema de hospitais gerais e de pronto-socorro que até hoje existem na cidade. Seria um dos primeiros políticos a fazer uso do rádio como instrumento de propaganda política, o que tornaria seu estilo de atuação bastante popular frente às massas e culminaria em sua prisão pelo regime. Sua postura de simpatias manifestas pela luta antifascista, pela ANL e por outros movimentos populares, no entanto, seriam atitudes agravantes em sua prisão, as quais implicariam na sua associação ao comunismo, pelos membros da polícia

política do regime. Outro aspecto decisivo para sua prisão, de acordo com Camargo, estava no fato de que “com seu afastamento eliminava-se uma liderança que poderia vir a concorrer com o prestígio de Vargas e preparava-se o terreno para a implantação de um regime de exceção”<sup>85</sup>.

Outro personagem que teria espaço no bloco político hegemônico, embora fosse também adepto da doutrina liberal, seria o mineiro Gustavo Capanema. À frente do Ministério da Educação e Saúde, Capanema procurou não restringir suas ações somente à educação, assistência social e saúde, abrangendo nesse sentido a cultura brasileira em suas mais amplas dimensões. Para se pensar sua entrada nos altos quadros do governo deve-se, portanto, levar em conta que “como administrador cultural, ideólogo e mecenas, Capanema era acima de tudo um nacionalista. Com a cultura brasileira sempre em mira, seu cosmopolitismo nunca se tornou um internacionalismo”<sup>86</sup>, o nacional ocupou sempre o primeiro plano.

Conjuntamente com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, responsável pelo Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Ministério da Educação e Saúde passou “a atuar em várias frentes, regulamentando e patrocinando iniciativas nas áreas da cultura erudita, das emergentes indústrias culturais de massa (rádio, cinema e imprensa) e até da cultura popular com a finalidade de desenvolver e moralizar de modo racional e sistemático a cultura nacional”<sup>87</sup>. A administração da cultura foi sendo processualmente implantada com a institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), da Comissão do Teatro Nacional, do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Instituto Cairu, que precedeu o Instituto Nacional do Livro e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), além da implantação da Universidade do Brasil (UB). Na mesma toada, Capanema também seria o responsável pela redefinição dos encargos da Biblioteca Nacional, do Observatório Nacional, da Casa de Rui Barbosa e do Museu Histórico Nacional.

Será dessa época a crescente preocupação com a proteção da memória nacional, condição sine qua non para o soerguimento de qualquer nacionalidade, preocupação esta que, como vimos, resultaria na criação do SPHAN. No que se refere à política museológica do período, pode-se dizer que esta não foi o tema central dos governos

<sup>85</sup> CAMARGO et al. 1989. Op. Cit. Pág. 64.

<sup>86</sup> WILLIAMS, Daryle “Gustavo Capanema, ministro da cultura”. In: GOMES, Ângela M. de Castro (org.) 2000. **Capanema: o ministro e seu ministério**, RJ: FGV Editora. Pág. 268.

<sup>87</sup> Idem pág. 254.

Vargas e subseqüentes, apesar dessas citadas criações e reformulações dos museus. No entanto, as iniciativas do SPHAN possibilitaram o nascimento de uma cultura museológica no país, por trazer a marca da ruptura com as experiências anteriores. Em termos gerais, o SPHAN buscou definir uma nova matriz histórica que rompesse com o ideário cosmopolita-liberal para definir a nacionalidade brasileira. Não por acaso essa linha de atuação, iniciada na gestão do diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade, perduraria por mais de trinta anos, baseando-se no “imaginário de uma cultura e arte das Minas (Gerais) setecentista como expressões de um espírito autóctone, por isso mesmo germe da nacionalidade”<sup>88</sup>.

É nesse contexto, portanto, que se buscará validar o barroco como estilo nacional e preservar as cidades históricas mineiras como, por exemplo, Ouro Preto, deixando para segundo plano o patrimônio e as obras do período imperial e da República liberal-oligárquica. O barroco será pensado como algo nacional de grande originalidade, pois, tendo sido herança européia trazida por Portugal, seria retrabalhado em terras brasileiras, através da conciliação e condensação das mais diversas influências, o que daria sua cara genuinamente brasileira segundo esta visão. O fato de ser o barroco, também um estilo artístico de grande refinamento e sua obra trazer identificação com o bom gosto e eruditismo dos “povos cultos”, caminharia em consonância com o projeto de Estado de construção de uma nação forte, permitindo “a produção de um discurso baseado na premissa de que, na conformação do fenômeno urbano e nos seus desdobramentos culturais, encerrava-se o grande legado das Minas (Gerais) para o país”<sup>89</sup>.

Ao mesmo tempo, o SPHAN buscou projetar a imagem cultural do patrimônio brasileiro no cenário internacional através de exposições, publicações e divulgações em reuniões e conferências de organismos internacionais. Isso porque, se formos analisar comparativamente grande parte das iniciativas das instituições estatais do período, veremos que elas atuam em consonância e complementaridade umas às outras. A construção da identidade nacional, nesse sentido, deve ser vista, também, a partir de uma esfera relacional, ou seja, não existe nacionalismo sem a existência do outro, do estrangeiro em contraposição ao que se quer considerar nacional. Podemos concluir, portanto, que interessava ao projeto de Estado e ao projeto de nação, não apenas

---

<sup>88</sup> JULIÃO, Letícia. 2009. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. In: **Estudos Históricos**, jan-jun, RJ, vol.22, no. 43, pág. 153.

<sup>89</sup> Idem. Pág. 149.

difundir internamente a ideologia de um país forte em construção, mas também para todo o mundo.

No que diz respeito à construção dos novos prédios públicos, necessários face à criação e reorganização dos órgãos administrativos do Estado, estas ações encaixavam perfeitamente no ideário simbólico de ascensão do país, juntamente com o movimento de edificar a nação. Segundo Lissovsky e Sá:

“O edifício do Ministério da Educação e Saúde é fruto do desejo irreprimível de construir de uma administração de uma época. O Brasil Novo funda-se num projeto construtivo: assentar as bases da nacionalidade, edificar a pátria, forjar a brasilidade. O Brasil se eleva em seu ‘futuro ascensional’ e, junto com ele, o ministério ergue seu monumento na Esplanada do Castelo, no centro da capital da República”<sup>90</sup>.

O exemplo do edifício do Ministério da Educação e Saúde é bastante sugestivo no que se refere ao propósito edificante do nacionalismo hegemônico brasileiro do período: o governo promoveu um concurso em 1940, para escolher o projeto arquitetônico do palácio que sediaría o ministério – hoje em dia chamado Palácio Gustavo Capanema, em homenagem ao então ministro –, vencido pelo arquiteto Arquimedes Memória. O projeto, no entanto, não saiu do papel, sendo vetado pelo governo. Um dos fatores para não ter sido escolhido, foi o fato de sua concepção de modernismo nacionalista possuir um grande vínculo com o passado, através de referências indígenas, quando o que se ambicionava eram a construção do novo e a possibilidade de se trazer uma visão do país futuro.

Outra razão de extrema importância para a recusa do projeto vencedor, diz respeito à sua inspiração na arquitetura do regime fascista italiano, de edifícios grandiosos e “aura” opressora. Alguns dos edifícios construídos pelo regime de Vargas, inclusive, traziam este estilo arquitetônico inspirado nos edifícios fascistas, tais como o do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o do Ministério da Fazenda, construídos nos anos 1930. No entanto, para este novo prédio, não se intencionava mais adotar este estilo arquitetônico. O projeto escolhido, criado especialmente para abarcar o ministério, seria o de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Machado Moreira e Ernani Vasconcelos, inspirado no arquiteto francês Le

---

<sup>90</sup> LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. “O novo em construção: O Edifício- sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930”. In: GOMES (org.). 2000. Op. Cit. Pág. 62.

Corbusier, projeto este que, além de mais bonito e funcional do que o vencedor, trazendo em si a desejada concepção futurista, era mais adequado para a ocasião de iminência de guerra contra países nazi-fascistas. O projeto contaria ainda, com a colaboração de Roberto Burle- Marx, no seu aspecto paisagístico, e de Cândido Portinari, responsável pelos painéis e azulejos do prédio. O arquiteto Arquimedes Memória, tentando impedir a concretização desse novo projeto, denunciaria seu antigo aluno Lúcio Costa e Oscar Niemeyer aos quadros políticos do governo, sob a acusação de serem eles comunistas, mas não obteria sucesso, pois o edifício viria a ser construído e o governo não levaria adiante as denúncias.

Este ponto nos remete novamente à questão do nacionalismo e da nacionalidade, em conjunção com o tema da consciência antifascista criada no país. A ANL, nesse sentido, teve grande influência, principalmente no Rio de Janeiro (DF), no Norte, Nordeste e setores urbanos do Brasil em geral. Por outro lado, as circunstâncias que fizeram com que o Estado se fortalecesse, permitiram que este dirigisse um projeto de país contrabalançando as reivindicações da ainda fraca burguesia ascendente e dos trabalhadores e forças populares, que apesar de enfraquecidos em decorrência dos acontecimentos de 1935, conseguirão influenciar algumas instâncias estatais na execução desse projeto. Será dessa forma que poderemos compreender, por exemplo, a presença de Carlos Drummond de Andrade, escritor comunista, na diretoria de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Havia, portanto, ainda que limitado, algum espaço para os quadros ligados às forças populares, sendo que muitas dessas forças viriam a ser influenciadas e passariam inclusive a apoiar o Estado varguista.

A proposta nacionalista de criação e recriação das instituições de Estado possibilitará também o alicerçamento de outras vertentes do trabalhismo, algumas das quais tiveram início desde a tomada do poder em 1930. São estas: a instituição do voto secreto; do voto feminino; da justiça eleitoral; do tribunal do trabalho, que apesar de subordinado ao Estado, será um avanço no qual a questão do trabalho deixaria de ser um “caso de polícia”; além das leis trabalhistas, às quais, se compararmos com as legislações preexistentes na República oligárquica, serão muito menos uma forma de instrumentalizar o controle, do que uma efetiva conquista dos trabalhadores, entre outras. As leis sindicais também devem ser mencionadas, por seus dois lados: elas garantiam a existência dos sindicatos, a sua unicidade por categoria, a sua liberdade, o seu financiamento, desde que aceitas as condições do Estado de controle e subordinação



(cabe lembrar que os sindicatos de trabalhadores comunistas, anarquistas e anarcosindicalistas, historicamente sofriam represálias por não se vincularem ao Estado, aos sindicatos oficiais).

Por outro lado, também seriam criados os organismos coercitivos do Estado. As forças conservadoras no poder, muitas delas pró-fascistas, especialmente no início do Estado Novo, ficarão responsáveis por esses aparelhos repressores, tais como o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), a polícia especial do regime (a tropa de choque da repressão do governo), que juntos aterrorizariam as militâncias políticas opositoras, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este possuía as divisões de divulgação, radiodifusão, imprensa, cinema e teatro, turismos e serviços auxiliares. Seu papel no interior do regime era o de, por um lado, ser instrumento de educação e formação, e por outro, de propaganda e difusão. O discurso visual que buscava transmitir, nesse sentido, teria o intuito de atualizar e valorizar “a imagem de Vargas ao iconizar os produtos das atividades de seu governo (ferro, legumes, munições), as obras construídas pela ação do poder público (edifícios, navios, rodovias), os personagens que representam a organização corporativa do Estado (estudantes, militares, trabalhadores)”<sup>91</sup>.

Dentro dos próprios instrumentos de repressão e censura haverá espaço, ainda que bastante limitado, para essa nacionalidade popular mencionada anteriormente. No caso do DIP, ainda que fosse um instrumento de censura e propaganda do Estado, era um órgão que abria espaço para a criação e divulgação de uma cultura popular, mostrando acontecimentos do país (sob a ótica do Estado) através de cartazes, folhetos impressos e jornais cinematográficos, e ao se encarregar de certa promoção cultural que objetivava sempre o reforço de valores e idéias nacionais, tais como a grande importância dada ao reavivamento do folclore brasileiro.

Esse esforço de resgate cultural brasileiro esteve presente na proposta de Heitor Villa-Lobos, que assume em 1932 a direção da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), fundada por Anísio Teixeira, que realizaria um projeto inovador no interior das escolas na área musical, tornando, por exemplo, obrigatório o ensino de canto orfeônico, proposta que trazia incorporadas as compreensões de patriotismo e do folclore nacional. Villa-Lobos seria também, juntamente com Getúlio, o responsável

---

<sup>91</sup> LACERDA, Aline Lopes. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial. In: GOMES (org.). 2000. Op. Cit. Pág. 136.

pelo contato entre os cantores populares e o DIP, por meio de convites presidenciais para apresentações e visitas ao Palácio do Catete.

O programa a “Hora do Brasil” também desempenhará uma função importante, no sentido de integração nacional e de formação de uma nacionalidade brasileira comum. Transmitido pelo principal meio de comunicação da época, o rádio, embora apresentasse o noticiário oficial do governo, terá um papel fundamental para amplas camadas, nos mais diferentes afastados grotões do país, que não terão alcance a outras fontes de informação, sendo o único meio de comunicação ao qual terão acesso, devido ao seu caráter popular. A criação da “Hora do Brasil” propiciou ao conjunto da população brasileira, um acesso mais livre e melhor à informação do que aquele que possibilitava os meios de comunicação privados, notoriamente parciais e comprometidos com vários interesses inclusive internacionais, razão pela qual o noticiário a “Voz do Brasil” é combatido até hoje.

Nesse sentido, podemos afirmar que o projeto nacionalista de Estado, levado a cabo a partir do governo Vargas, vai formar as instituições que vão gerar o que podemos considerar o primeiro projeto de Estado brasileiro. Estaria em formação um tipo de Estado diferente do anterior, no qual os oligarcas rurais liberais foram o segmento dominante hegemônico no país; seria agora um Estado de caráter republicano, sob a hegemonia de um poder central. Dessa forma, os intelectuais orgânicos que moldariam essa nova proposta, não poderiam estar vinculados aos interesses cosmopolitas dos liberais. A presença de elementos oriundos, vinculados ou apenas possuidores de inspirações populares na formação desse projeto, ainda que atuando sob um limite de ação, satisfazia aos interesses estatais na medida em que seria elaborada uma voz para se contrapor ao discurso liberal- oligárquico.

No que diz respeito às legislações sindical e trabalhista, citadas anteriormente, estas também serão criadas e apresentadas sob um caráter de concessão aos trabalhadores em contraposição à desregulamentação liberal. Todavia, as duas possuirão um caráter diferente. A legislação sindical obriga o sindicalismo atrelado ao Estado intencionando amenizar os conflitos entre as classes, principalmente, através da domesticação das classes trabalhadoras. Dessa forma, será combatida pelos movimentos progressistas da sociedade, tais como o PCB e a ANL, na luta por uma maior autonomia dos trabalhadores e por mais liberdade na gestão dessas instituições. Esse traço conservador não aparecerá, por sua vez, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), medida que não agradará aos setores da burguesia, mas que, devido aos grandes lucros

que estes vinham obtendo, não gerará pressões tão contundentes quanto às das massas populares que buscarão a efetivação dessa proposta.

O projeto trabalhista, dessa maneira, obterá êxito. Entretanto, após o fim da guerra, dos governos Dutra e Vargas em diante, os interesses do capital estrangeiro e de brasileiros ligados a esse capital se farão cada vez mais incisivos e pressionarão por um espaço no projeto de industrialização brasileira em construção. A aproximação com os trabalhadores também não agrada a esses setores. A concessão de direitos às camadas urbanas, que só mais tarde viriam a ser estendidos aos moradores do campo, fruto das pressões crescentes ao governo, mostram que os trabalhadores, embora não possuíssem uma capacidade efetiva para comandar as transformações exigidas, possuíam algum retorno nas suas reivindicações. Nos governos autoritários ou de democracia incompleta, portanto, apesar de haver um poder coercitivo atuando, há sempre um espaço para concessão, de modo que sem esta, o governo não conseguiria se sustentar. No Estado Novo, as consígnias democráticas não eram condições de viabilização do projeto político de Estado. Seriam, no máximo, um resultado possível da constituição da soberania nacional.

O nacionalismo, nesse sentido, aparecia como possibilidade de união dessas múltiplas vozes em um único discurso, o discurso do Estado. Para Bakhtin <sup>92</sup>, no discurso autoritário não se percebe sua polifonia, ou seja, não se percebe suas diversas vozes. Este discurso apresenta-se como monofônico, quando na realidade há por trás dele todo um diálogo que o produz, há uma pressão que contribui na sua formação, mas que parece abafada por um discurso que se faz único. O sujeito, no caso o Estado, se constitui através do diálogo, há um outro sujeito que dialoga com ele. Na própria fala existem outras vozes, as mais variadas que podem se complementar, responder, polemizar ou até mesmo se apropriar do discurso para torná-lo plausível para determinada finalidade.

Sendo assim, podemos concluir que o discurso nunca é monolítico, nem mesmo o autoritário conseguindo escapar dessa afirmação. Este, no caso em questão, cristalizou-se para criar um fato político: a construção da soberania nacional respaldado na ideologia do nacionalismo, dirigida hegemonicamente pelo bloco histórico vencedor de 1930 e 1932. O discurso autoritário, no entanto, para perpetuar-se no poder deve

---

<sup>92</sup>BAKHTIN, Mikhail. 1988. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec; BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). 1994. **Dialogismo, Polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP.

corresponder aos interesses da classe dominante. A elite intelectual dos anos 30 havia elaborado um projeto nacional que estava preocupado em definir seu papel no processo político do país. A partir do momento em que Getúlio passa a atuar contrário aos interesses dominantes, tomando medidas progressistas e populares, obrigou às forças conservadoras do país a se articularem para derrubá-lo em 1945.

Vargas viria a ser derrubado após a pressão dos oligarcas derrotados em 1932 e dos proprietários ligados ao capital comercial, ambos setores ligados ao capital estrangeiro. A burguesia industrial paulista nesse momento (1945) já se postava ao lado do presidente, devido ao seu favorecimento nas compras de máquinas, financiamento de matérias primas e aumento do mercado consumidor em decorrência das leis trabalhistas. Parte da burguesia nacional, todavia, não ficaria satisfeita com o reaparelhamento das indústrias que estavam na mão do Estado. Seu interesse estava focalizado nos excedentes advindos da guerra, que estavam nas mãos do Estado, credor das potências mundiais, esgotadas com o esforço de guerra.

O discurso de Vargas, durante seu governo autoritário, e posteriormente com a progressiva abertura democrática, não possuiria condições para se sustentar se fosse somente baseado nos mecanismos de coerção, ou seja, toda hegemonia tem a necessidade de buscar uma maioria, um consenso possível. Nesse sentido, sempre há um espaço para a concessão, por mais autoritário que seja o poder. Esse caráter concessivo pode ser percebido na leitura feita por Vargas dos interesses dos trabalhadores. O discurso correspondente aos interesses político- ideológicos das classes trabalhadoras seria apreendido pelo governo e conseqüentemente, modificado de acordo com sua finalidade própria, tendo em vista que sempre que se faz a utilização de um discurso, perde-se sua visão enquanto totalidade.

Sendo assim, alguns dos anseios dos trabalhadores seriam atendidos sob um caráter de dádiva, como é o caso dos direitos sociais, ou atrelados ao Estado, como ocorreu com os sindicatos pelegos. O mesmo ocorreu com os interesses da emergente burguesia nacional, com o Estado possibilitando o desenvolvimento industrial, mas favorecendo principalmente à indústria que correspondesse aos interesses estatais (indústria pesada, caso da Companhia Siderúrgica Nacional, e mineração, com a Companhia Vale do Rio Doce).

Nesse sentido, a ideologia do nacionalismo aparecerá também por trás dessas concessões. O discurso de atendimento dos anseios e necessidades das classes trabalhadora e burguesa, sempre atreladas ou dependentes do Estado, possibilitará a

execução do projeto hegemônico do bloco vitorioso no poder. A partir de então, a construção e difusão de uma identidade nacional se dará com base no poder centralizado, que tentará naturalizar a sua predominância frente aos demais setores. Usando os termos de Bourdieu, pode-se dizer que o governo central conseguiu realizar a construção de um poder simbólico<sup>93</sup> naquele período, por meio de sua ampla aceitação, de seu amplo consenso gerado tanto no interior das classes dominantes, quanto com relação às camadas subalternas da população.

A esfera política é o lugar, por excelência, da luta e eficácia simbólica. Desse modo, o poder central ao falar em nome dos trabalhadores, institui e amplia o espaço desse grupo na sociedade, ocorrendo o mesmo com a voz das classes dominantes. Em outras palavras, na medida em que o grupo hegemônico sente-se autorizado a falar em nome das classes, estas passam a existir como uma força real e mais poderosa na vida política do país. A possibilidade de constituição do bloco político que, em nome da União Nacional, produziu um discurso e uma ideologia que pôs em andamento o projeto varguista durante o Estado Novo foi o nacionalismo. No entanto, esse poder simbólico conquistado produz simultaneamente uma reificação principalmente para as classes subordinadas, pois ainda que a força das camadas de trabalhadores apresentasse um considerável crescimento, continuariam a ser agentes subordinados na política, visto que suas conquistas em sua maior parte seriam dependentes da ação do Estado, existindo uma conformação da classe trabalhadora na medida em que alguns dos objetivos de parte dos trabalhadores eram alcançados.

É importante ressaltar que não havia um projeto de Estado pronto, os diversos grupos existentes na máquina estatal não possuíam uma linha fechada para o país e buscaram disputar a hegemonia interna para que suas propostas fossem levadas adiante. A cultura brasileira que estava em jogo transmitir foi alvo dessa disputa, anteriormente, de seu alcance à massa da população. Um dos instrumentos que permitirão a difusão dos diversos discursos será o rádio. Este é um meio de comunicação que trabalha com palavras e música, portanto, com a transmissão de idéias, é um meio que trabalha e se processa com a difusão da cultura. Nesse sentido, o rádio viria a ser utilizado por diversos setores da sociedade com o intuito de alcançar ou recuperar a hegemonia política no país, como foi o caso da oligarquia cafeeira paulista, que fez uso das rádios

---

<sup>93</sup> Para mais informações, consultar BOURDIEU, Pierre. 2005. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

locais de seu estado (Record e Difusora) para aumentar o clima de revolta na sua tentativa de volta ao poder, frustrada em 1932.

O Estado também viria a fazer uso do rádio, ainda que indiretamente. Por ter se tornado, a partir de 1940, propriedade da União, a PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro atuaria na direção de difundir o ideário nacionalista e, conseqüentemente, o discurso que permeava essa ideologia. É importante lembrar que a rádio não seria meramente reprodutora da doutrina oficial, possuindo grande liberdade em sua programação, mas ainda assim seria um imprescindível aparelho ideológico de Estado. O programa a “Hora do Brasil”, embora independente da rádio, seria transmitido de seus estúdios, por exemplo. A aproximação de Getúlio Vargas com a Rádio Nacional é sintoma dessa afirmação<sup>94</sup>, assim como o início das transmissões por ondas curtas, que permitiriam a divulgação do país, não só para todo o território nacional, mas também para o exterior, possibilitando a definição e difusão da identidade brasileira para todo o mundo.

Ainda que as condições para o desenvolvimento do rádio não fossem as melhores em seu início, com o passar do tempo seriam introduzidas novas tecnologias e o público ouvinte aumentaria. Não podemos ignorar o aspecto integrador do rádio, o qual permite que uma família inteira, ou até mesmo diversas pessoas em um mesmo ambiente escutem aos programas em um único aparelho. Ainda assim, de acordo com Renato Ortiz, ao citar Juarez Brandão Lopes, a “teia de comunicação por rádio era bastante fraca em grande parte do território nacional”<sup>95</sup>, nos anos 1940 e 1950, o que excluía grande parte da população. Mas a instalação da estação de ondas curtas pela Rádio Nacional em 1942, por sua vez, iniciaria o processo de reversão desse quadro, visto que teria potência para alcançar o mundo inteiro e se tornaria a maior emissora da América Latina e do Brasil, o que era representado pelo número de correspondências que chegavam à emissora, de todas as partes do país.

Se, por um lado, toda discussão acerca da integração nacional centralizava-se no Estado, por outro, no caso da Rádio Nacional não foi exatamente assim que se sucedeu. O governo viria a escolher o superintendente responsável por comandar a rádio, que certamente atuaria como um intelectual orgânico inserido e participante na construção

---

<sup>94</sup> Em virtude da questão que fazia de se aproximar dos cantores e compositores da rádio, Getúlio ficaria conhecido como o “Padrinho do Rádio”.

<sup>95</sup> LOPES, Juarez Brandão. 1976. Desenvolvimento e mudança social, São Paulo: Cia. Ed. Nacional. Pág. 170. Apud ORTIZ, Renato. 1989. **A Moderna Tradição Brasileira; cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense. Pág. 47.

do projeto de nação em desenvolvimento pelo Estado, mas a rádio não seria utilizada meramente como veículo estatal, e sim como veículo comercial. Essa situação propiciaria um aparente paradoxo, tendo em vista que solucionaria o principal problema da radiodifusão brasileira, a indústria cultural incipiente. O desenvolvimento comercial e publicitário da Rádio Nacional (e que se refletiu nas demais estações), na medida em que não implicou em maiores despesas para o Estado e permitiu a organização do sistema de rádio do país, atendeu às necessidades governamentais de integração. As finalidades educativas e culturais do Estado, também poderiam ser atendidas com esse modelo de rádio que favoreceria, ainda, aos interesses burgueses de ampliação do mercado consumidor, por meio do desenvolvimento da indústria cultural e das técnicas de publicidade.

A consolidação do rádio como meio de comunicação no país permitiria alcançar às parcelas mais pobres da população, onde boa parte ainda permanecia analfabeta nos ambientes urbano e rural. Será, portanto, um importante aparelho de Estado para a propagação de discursos. Para concretizar o projeto nacionalista em construção, Vargas tinha a necessidade de difundir um discurso contrário ao liberal, ao oligárquico paulista, para todo o país. O rádio na cidade de São Paulo, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, possuía características tipicamente locais, pois as frequências das rádios da cidade dificultavam a transmissão das ondas da Rádio Nacional e de outras rádios de fora. Para impedir que esse caráter regionalista se tornasse a tônica do sistema de rádio brasileiro, o governo se empenhou na formação de uma radiofonia de abrangência nacional e internacional, centralizada na capital da República, o que permitiria estabelecer uma unidade nacional entre as diversas regiões do país e ainda divulgar essa “brasildade” para o exterior.

Sendo assim, podemos ainda destacar alguns aspectos sobre o discurso presente na Rádio Nacional. Como era conveniente produzir e divulgar um discurso em contraposição ao ideário liberal, havia um certo espaço para indivíduos pertencentes e possuidores de uma consciência popular no interior da rádio. Essa possibilidade de setores de esquerda se inserirem na máquina estatal, que foi discutida neste capítulo, justificaria a presença de comunistas e elementos progressistas no interior da Rádio Nacional, como foi o caso de Mario Lago e, posteriormente, Gerdal dos Santos, entre diversos outros, apesar das perseguições e repressões comuns no período. Apesar de haver um limite na sua ação, a presença de uma intelectualidade que conseguisse de forma articulada, organizada, elaborar um projeto com um viés popular e, ainda, mais



próximo à esquerda, permitiria a execução de um projeto político a ser realizado pela Rádio Nacional enquanto aparelho de Estado.

O discurso que divulgasse os aspectos da nacionalidade, contrapondo-se ao ideário liberal seria muito bem aceito pelos setores governantes. Claramente havia um limite aceitável para a criação e atuação desses intelectuais orgânicos nesse espaço. A divulgação, por exemplo, do discurso comunista na rádio, certamente poderia custar o emprego e a integridade física de um desses funcionários, mas em termos gerais, se limitado, esse discurso popular interessava ao Estado. A consolidação de sua hegemonia será conseguida, através da presença de diversos quadros que, ao construírem conjuntamente seus projetos políticos, serão reapropriados e utilizados em um discurso que se faz único, tendo como principal agente, o Estado. É sob essa perspectiva que se conformará o ideal trabalhista, baseado no nacionalismo de Estado.

Nesse sentido, podemos afirmar que no interior do projeto hegemônico varguista em construção haveria um projeto de nação para os diversos planos da sociedade brasileira, embora não para todos, como o caso da população do campo, que, apesar de não ser ignorada, não teria inicialmente um projeto próprio de inclusão em todos os níveis da sociedade, complementado anos depois, porém sem ser efetivamente implementado, com a tentativa de reforma agrária de João Goulart. A formação dos diversos setores da indústria (de base, de bens de capital e de bens de consumo duráveis e não-duráveis), por sua vez, seria complementada somente com o projeto desenvolvimentista de Juscelino, que apesar da abertura ao capital estrangeiro, discutida anteriormente, seria, nesse aspecto de implementação da indústria no país, uma continuidade da política iniciada por Vargas. Buscava-se construir uma nação moderna, voltada para a urbanização e industrialização do país, onde seriam atendidos tanto os interesses burgueses, quanto dos trabalhadores urbanos, sob a ótica não-conflitualista entre as classes.

De acordo com esse ponto de vista do trabalho, preconizava-se transformar os padrões da população brasileira, tornando-a disciplinada, ordeira, pacífica e calcada em valores ético-morais conservadores, padrões esses que evitariam ou reduziriam contestações, revoltas e radicalizações das exigências populares. Além disso, o projeto de nação que se construía tinha em si um viés nacionalista e integrado, ou seja, intencionava-se difundir essa brasilidade para todas as regiões do país. Conforme veremos a seguir, o rádio e, principalmente, a Rádio Nacional, ao atuar como aparelho ideológico de Estado, será determinante para a execução deste projeto.



## Capítulo 3

### **A Rádio Nacional como Instituição Difusora de Cultura Popular no Projeto Nacionalista e de Integração Nacional**

Ao longo deste capítulo buscaremos tratar mais de perto a PRE- 8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Visaremos analisar como seria a atuação da emissora, enquanto aparelho ideológico de Estado atuante no meio cultural, inserida no projeto nacionalista do grupo hegemônico no poder. Investigaremos ainda sua atuação enquanto emissora pública em contraposição aos interesses dos grupos privados que falavam em nome dos oligarcas, do modelo derrotado. Para isso, será necessário examinar como se deu o aparelhamento da emissora nos níveis material, ideológico e cultural para tornar-se um broadcast nacional e internacional atuante em consonância com as demais instituições inseridas no projeto de reedificação nacional, uma emissora comprometida com a construção do presente e do futuro da nação representados no desenvolvimento tecnológico da rádio e em sua programação. Pensaremos, nesse sentido, na Rádio Nacional como instituição inserida num projeto de difusão e propagadora da cultura brasileira em suas diversas dimensões.

A história da radiodifusão no Brasil tem início no ano de 1922, no dia sete de setembro, data do centenário da independência, quando um transmissor de 500 watts foi instalado pela empresa norte-americana Westinghouse Electric Co. no alto do morro do Corcovado. Esta empresa, aliás, havia sido a primeira difusora comercial do mundo, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. O fim do conflito levou à comercialização dos aparelhos não enviados às tropas que retornavam do combate, visando não deixá-los “encalhados”<sup>96</sup>. A cerimônia pioneira da transmissão radiofônica em questão fazia parte da Exposição Internacional do Centenário da Independência, quando diversos visitantes, nacionais ou estrangeiros, compareceram para verificar as transformações urbanas da capital da República e ouvir a voz do presidente Epitácio Pessoa saudando a todos. Para captar a transmissão, alto-falantes foram instalados em pontos estratégicos da exposição

---

<sup>96</sup> Esses primeiros aparelhos transmissores de rádio possuíam a função de informar e levantar a auto-estima dos combatentes através de mensagens de apoio.

e aparelhos de rádio foram distribuídos pelo governo em São Paulo, Petrópolis e Niterói<sup>97</sup>.

Em termos mundiais, deve-se levar em conta o profundo impulso que os avanços tecnológicos de fins do século XIX e início do Século XX vinham causando na sociedade como um todo, inclusive na própria forma de sociabilização da humanidade. De acordo com Jambeiro,

“o rádio chega numa época em que as pessoas ainda não haviam se acostumado a uma convivência tão próxima com desconhecidos dos seus grupos familiar e social que passam a fazer parte de suas vidas, com o aparecimento dos transportes de massa e até mesmo do elevador”<sup>98</sup>.

Nesse sentido, o rádio apresentaria um novo aspecto nessas transformações em curso. Sua característica de ser um veículo que trabalha primordialmente através da difusão de ondas sonoras tem a necessidade de que seus ouvintes, num espectro próximo, se encontrem em um mesmo ambiente (fechado ou não) para que consigam ouvir a mensagem transmitida por um mesmo aparelho. Isso implica, ao mesmo tempo, na reunião de pessoas num determinado local (em suas casas, locais de trabalho, etc.) e, conseqüentemente, no isolamento destas pessoas frente a outras. No entanto, por outro lado, o rádio as deixa em contato com a realidade exterior, nas palavras de Sevchenko, “o rádio religa o que a tecnologia havia separado”<sup>99</sup>.

Em 20 de abril de 1923 é instalado o aparelho transmissor da primeira emissora de radiodifusão do Brasil, por Edgard Roquette Pinto e Henry Morize, no anfiteatro de física da escola Politécnica do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco de Paula, edifício onde hoje tem lugar o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É então fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que depois mudaria para seu endereço definitivo na Esplanada do Castelo e iniciaria suas transmissões regulares em sete de setembro de 1923. Até 1932, as estações mantiveram seu aspecto de rádio “clubes”, sendo financiadas por contribuições de seus sócios e ouvintes. Somente após a liberação da veiculação de publicidades pelas ondas do rádio, por meio de decreto do presidente Vargas, é que o rádio comercial recebeu seu primeiro forte impulso.

---

<sup>97</sup> SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Págs. 15-16.

<sup>98</sup> JAMBEIRO, Othon et alli. 2004. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA. Pág. 64.

<sup>99</sup> SEVCENKO, 1998:586. Apud JAMBEIRO et alli. 2004. Op. Cit. Pág. 64.

A proposta inicial de Roquette Pinto para o rádio brasileiro previa que ele fosse utilizado para fins meramente educativos e de elevação cultural do público ouvinte, o que rapidamente perderia espaço para o rádio como um instrumento com fins artísticos (diversão e entretenimento), de benefício público, científicos, além da idéia original educativa. A isso se acresceu a prática comercial, visando à sobrevivência econômica do nascente meio de comunicação. Todavia, o desenvolvimento do rádio brasileiro somente ganharia força com a regulamentação da legislação por parte do governo, controlador da difusão de propagandas e do serviço de radiodifusão brasileiro em geral. A intervenção direta do Estado no surgimento dessa forma de telecomunicação no Brasil, nasce da idéia de que estes serviços utilizam um bem público – no caso, o espaço eletromagnético – sendo necessário o controle pelo Estado ou por uma instituição estatal designada para esse fim. Em outras palavras, a regulação da radiodifusão tornou-se um processo de responsabilidade do Estado, visto como de interesse público.

No entanto, deve-se salientar o fato de que, apesar do controle estatal sobre a prática da atividade radiodifusora, não houve, no período em questão, uma estação que pudesse representar a radiodifusão estritamente oficial do governo dentre as emissoras de caráter mais claramente comercial. Talvez essa classificação de “oficial” se aproximasse mais das rádios Mauá, pertencente ao Ministério do Trabalho, e MEC, pertencente ao Ministério da Educação e Cultura, justamente devido a essa ligação direta e a seus propósitos específicos, mas, ainda assim, havia alguma variedade em sua programação. A propagação dos ideais de Estado, como já vimos, ficava mesmo com o noticiário “Hora do Brasil”. A própria existência de diversos projetos idealizados para o meio, dentro do grupo hegemônico, e das disputas que essas propostas geraram, contribuiu para a feição heterogênea que o rádio brasileiro ganharia como marca.

O empurrão dado ao sistema radiofônico brasileiro a partir da permissão à veiculação de propagandas nas rádios pode ser mais bem compreendido se verificarmos o número de estações existentes no Brasil ao longo dos anos. Na década de 1920, apenas 19 emissoras de rádio haviam sido criadas; em 1936, ano da fundação da PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro, quatro anos após a referida legislação impulsionadora do meio de comunicação aqui tratado, já havia 65 emissoras; dez anos mais tarde, em 1946, o total de emissoras existentes saltava para 117 no país, representando a consolidação do rádio no cenário nacional. A autora Maria Elvira

Federico definirá o modelo brasileiro como um “sistema misto”<sup>100</sup> de radiodifusão justamente por esse aspecto congregador tanto de entidades públicas, quanto privadas, as quais levariam a efeito os serviços de transmissão radiofônica no país. Segundo pesquisa do IBGE, em 1944, das 106 estações existentes, 95 pertenciam a particulares, 9 ao governo e 2 não declararam<sup>101</sup>.

Dessa maneira, é possível afirmar que a regulamentação das regras de radiodifusão por parte do Estado se fazia mais por uma questão de necessidade de garantir a soberania num meio de interesse público onde circulam idéias, do que por um controle mais rígido do conteúdo da programação, função que o DIP passaria a desempenhar durante o Estado Novo, até porque o Estado não possuía condições materiais para essa função. A própria censura levada a cabo pelo DIP viria a sofrer desta carência, priorizando com isso, a verificação do tema em detrimento da forma da produção radiofônica. Os principais, senão únicos, alvos dos censores foram, nesse sentido, as questões políticas e relacionadas à conduta moral.

Dentre as estações pertencentes à União, antes de falar propriamente da Rádio Nacional, tema deste trabalho, convém ainda apresentar sinteticamente a programação de duas delas, a fim de se ampliar o leque comparativo do estudo. A primeira delas é a Rádio do Ministério da Educação e Cultura (Rádio MEC). Criada com propósitos educativos, a Rádio MEC se aproximava da proposta original de Roquette Pinto, na qual ao Rádio não deveriam ficar restritos apenas os anseios da audiência, sendo preciso dar ao povo o que ele necessitava. Não por acaso, os seus níveis de audiência seriam baixos. Em sua programação não havia espaço para as músicas populares, tais como o samba, as marchas e os boleros, por exemplo. Era uma estação voltada, principalmente, para a música clássica e erudita, ao contrário da Nacional, que abria espaço para ambas, mas dava clara preferência ao popular. Essa postura da Rádio MEC não significava a negação da cultura popular, mas sim a restrição a um tipo de produção cultural que se utilizava de uma linguagem mais identificada com o carnaval, a malandragem e a subversão.

A outra emissora que merece uma breve descrição é a Rádio Mauá. Esta foi criada em 1944, fruto da encampação da Rádio Ipanema, a qual vinha sendo anteriormente controlada por alemães. Após a declaração de guerra ao Eixo, o governo

---

<sup>100</sup> FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da Comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes. 1982. Apud D’ELIA, Mirella Carvalho. 2004. **Novos rumos, uma velha fórmula: a mudança do perfil do rádio no rádio**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social.

<sup>101</sup> Fonte: IBGE. Anuário estatístico. V. 1941-1945 pág. 451.

brasileiro viria a confiscar ou fechar todas as estações privadas em posse de alemães, visto que muitas delas vinham sendo utilizadas para fazer campanha pró-nazista. O intuito da Rádio Mauá era de educar no sentido cívico, e não escolar, em uma ação direta do Estado e viria a contribuir juntamente com as falas semanais do Ministro Marcondes Filho na “Hora do Brasil”, para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da nação.

A programação da Rádio Mauá possuía uma peculiaridade se comparada às demais, justamente por ser direcionada aos trabalhadores. Havia uma concentração de programas na faixa matinal das 5h às 7 horas, horário em que os trabalhadores geralmente se preparam para sair de casa, e, durante a parte da tarde, se mantinha fora do ar, por ser horário de trabalho. Os jornais destinados aos trabalhadores teriam seu lugar entre 21h30 e 22h30, sendo o restante da programação preenchido por outros noticiários, programas educativos e musicais. De acordo com Lia Calabre, “grande parte da programação de música apresentada pela emissora do Ministério do Trabalho tem origem nos discos do acervo da Rádio Nacional”<sup>102</sup>. Alguns dos artistas da própria Rádio Nacional eram tomados emprestados pela Rádio Mauá, para fazer participações nestes programas musicais. Essa preocupação em alternar programas de interesse dos trabalhadores que, ao mesmo tempo, buscava sua educação cívica, com outros de entretenimento, garantiria à emissora bons índices de audiência nas suas principais atrações.

Por sua vez, a Rádio Nacional dentre as emissoras pertencentes à União, seria aquela de programação mais variada, o que aliado à qualidade de seus artistas, funcionários e aparatos tecnológicos, resultaria na liderança de audiência por duas décadas. Ela não seria a transmissora da ideologia oficial do Estado. No entanto, por ser a principal emissora do país, isto se faria de forma mediatizada, pois ela atuaria como principal veículo do sistema na produção radiofônica. Seria um valioso instrumento de difusão do ideário nacionalista, contribuindo na construção da idéia do Brasil enquanto nação, apesar da grande variedade cultural do país em suas diversas regiões e, portanto, teria também importância na criação da noção de defesa da soberania nacional. Nesse sentido, a PRE- 8 seria um veículo estratégico no novo projeto de país que se desenhava, um país que abandonaria o modelo agrário, visto como atrasado, sob o

---

<sup>102</sup> CALABRE, Lia. 2006. **O Rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940/1946)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Pág. 68.

comando de uma decadente elite oligárquica, rumo à industrialização, à urbanização e à modernidade sob o comando de uma nova elite hegemônica no poder.

### **3.1- Aparelhamento Tecnológico e Reorganização Estrutural da Emissora**

A PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro foi fundada no dia 12 de setembro de 1936 já com grandes expectativas de tornar-se uma das principais emissoras do país. Após adquirir transmissores da extinta Rádio Philips, a Nacional passaria a irradiar sua programação com a potência de 22 Kilowatts. A estação líder de audiência naquele momento era a Rádio Mayrink Veiga, também situada no Rio de Janeiro. Apesar do crescimento inicial, que levaria a Rádio Nacional à liderança de audiência em alguns horários de transmissão, esta não conseguiria superar sua concorrente em termos gerais. O acontecimento que seria crucial para a definitiva arrancada rumo à liderança entre os ouvintes, no entanto, viria apenas três anos e meio após sua inauguração. Em 8 de março de 1940 seria instituído o decreto-lei no. 2.073, criador das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. A partir desse momento, toda a rede ferroviária da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, as terras da mesma Companhia nos estados do Paraná e Santa Catarina e todo o acervo de “A Noite”, “Rio Editora” e “Rádio Nacional” passariam para as mãos do Estado em função de suas dívidas.

A percepção do governo Vargas sobre a importância do uso do rádio como aparelho de Estado se fazia presente. Atento à utilização do veículo mundo afora, com os casos do uso político do rádio por Roosevelt nos Estados Unidos e Hitler na Alemanha, e também internamente, com a vasta utilização da militância paulista na já definida “Revolução Constitucionalista”, estava latente a necessidade de uma emissora poderosa nas mãos do Estado. Porém, a Nacional não seria diretamente utilizada para fins oficiais do Estado. Logo após a posse do superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, coronel Costa Netto, e do diretor da Rádio Nacional, Gilberto de Andrade, ficaria clara a liberdade de atuação dada aos profissionais da emissora. Se houve alguma intervenção governamental, essa se deu na não contenção de recursos para o crescimento da emissora, que entrava num círculo

virtuoso, pois, na medida em que crescia e se consolidava, aumentavam também as verbas vindas dos patrocinadores de suas atrações, dinheiro este constantemente investido no aperfeiçoamento da qualidade técnica e artística da emissora.

O momento da incorporação da Rádio Nacional e da opção de torná-la a maior do país por meio da manutenção de seu modelo comercial também teve caráter decisivo. A eclosão da guerra, um ano antes, viria a reforçar a importância do decreto-lei no. 2.073 para o intuito de se criar uma emissora devidamente nacional. Foi o início da chamada “Era de ouro” do rádio. Segundo recenseamento de 1940, 46,2% dos domicílios visitados já possuía aparelhos de rádio, sendo que 5,8% das residências possuíam mais de um<sup>103</sup>. Esse número viria a aumentar, pois na virada da década de 1940 para 1950, a título de comparação, a aquisição de bens de consumo, tais como geladeiras e outros eletrodomésticos, era menor do que a de rádios. No ano de 1960, por exemplo, o total de domicílios com aparelhos de rádio (4.776.300) era mais de três vezes maior do que o total do número de domicílios com geladeiras (1.570.924), chegando próximo ao total de domicílios com iluminação elétrica (5.201.521)<sup>104</sup>.

Afirmar que a atuação do Estado teve papel determinante no crescimento da emissora rumo à liderança no país e ao status de maior da América Latina não significa, de forma alguma, esvaziar a importância do trabalho e dedicação despendidos por seus funcionários, sendo, isto sim, apenas a constatação donexo causal entre a incorporação da Nacional à União e as espetaculares e radicais transformações tecnológicas em sua estrutura interna e em seu parque radiante, alterações estas que permitiram o pleno exercício da atividade profissional do quadro de empregados da emissora. Durante o Estado novo, época da incorporação da Rádio Nacional, eram comuns, nas diversas estações existentes, homenagens a membros do governo durante a programação, além da constante presença de censores do DIP. O Estado fazia-se presente não apenas nas emissoras a ele pertencentes, portanto.

Todavia, a PRE-8, por suas características estatais, vivia uma situação particular que contribuiu diretamente na construção de sua liderança. Era necessário à Rádio Nacional, ao final de cada ano, prestar contas ao Ministério da Fazenda, de modo que os lucros deveriam ser recolhidos aos cofres da União. Sobre isso, nas palavras de

---

<sup>103</sup> CALABRE. 2006. Op. Cit. Pág. 28.

<sup>104</sup> IBGE VII Recenseamento Geral – 1960. In CALABRE, Lia. S.d. **A Participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960)**. Casa de Rui Barbosa. Texto disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB\\_LiaCalabre\\_Participacao\\_radio\\_cotidiano\\_sociedade\\_brasileira.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Participacao_radio_cotidiano_sociedade_brasileira.pdf). Pág. 8.

Lia Calabre “a tática utilizada pela direção da emissora era a de reinvestir todo o lucro obtido, visando alcançar os melhores níveis técnicos e artísticos possíveis”<sup>105</sup>. Dessa maneira, “a autonomia financeira” frente ao Estado “permitia à Nacional pagar salários diferenciados e negociar comissões”<sup>106</sup> de adicionais para seus funcionários, como foi o caso de Victor Costa ao alterar seu contrato com a Rádio, após transformar a estrutura interna da emissora na busca por patrocinadores. Em pouco tempo, a Rádio Nacional tornava-se um pólo de atração das figuras de destaque do meio artístico e radiofônico. Acima da questão dos salários, que viriam a aumentar a partir dessas mudanças, mas que comumente podem ser encontradas afirmações em depoimentos, de que “não eram tão altos assim”<sup>107</sup>, trabalhar na Nacional trazia um status diferencial, dada sua abrangência.

O desenvolvimento tecnológico que permitiria essa ampliação do alcance das ondas da emissora pode ser dividido de duas formas, no que se refere à transformação de sua estrutura interna e externa. Internamente, foi realizada a expansão da emissora com a incorporação do 21º andar do Edifício “A Noite” (anteriormente funcionava apenas no 22º andar), local onde seriam instalados o Departamento Musical e o novo auditório, agora com 486 poltronas para as pessoas se sentarem e mais de 100 lugares em pé, muito mais espaçoso do que o antigo. As inovações tecnológicas também se encontrariam nos seus sete estúdios, nas três cabines de controle que a estes serviam e em seus equipamentos. Externamente, o transmissor da estação seria transferido de Campinho para Parada de Lucas, fortalecendo sua qualidade sonora. A partir do ano de 1942, a Rádio Nacional passaria também a transmitir em ondas curtas através da instalação do transmissor RCA Victor de 50 KW e oito antenas, das quais cinco seriam direcionais e três não-direcionais<sup>108</sup>. Passaria a irradiar programas selecionados em português, espanhol e inglês, destinados principalmente a Portugal, América Latina, Estados Unidos e Canadá.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro receberia uma das faixas de ondas curtas ociosas do Brasil. Após a realização de acordos internacionais para distribuição de faixas das ondas curtas, o Brasil receberia sua cota, porém não estava fazendo uso de uma dessas faixas. Com a aproximação do prazo limite para o início da utilização da

---

<sup>105</sup> Idem. Pág. 100.

<sup>106</sup> Idem Pág. 101.

<sup>107</sup> Ver por exemplo o depoimento de Violeta Cavalcante no Documentário de 2008 “Cantoras do Rádio”, de Gil Baroni.

<sup>108</sup> Jornal A Noite, “O Rádio no Brasil”, 31/08/1945.



mesma, o que faria o país perder o seu direito de uso, a doação serviu tanto ao projeto de Estado, quanto à própria emissora. Passaria, nesse sentido, a transmitir internacionalmente para a América inteira e para a Europa, os programas do governo nos departamentos cultural, político, e econômico, de modo que seria formada uma emissora dentro da própria emissora com essa finalidade. Por outro lado, a programação da própria Nacional seria transmitida em ondas curtas para todo o país. Através de horários e programas estrategicamente escolhidos, geralmente sua programação de maior audiência, concentrada nos musicais, no emblemático noticiário “Repórter Esso” e na maioria das radiodramatizações, o transmissor de ondas curtas serviria, ao mesmo tempo, para integrar a emissora ao resto do Brasil, e para integrar a própria diversidade do país em seus diversos aspectos, na medida em que teria contato com essas diferentes realidades, num plano interno e, externamente, para divulgar a Rádio Nacional, por um lado, e a cultura brasileira ao mundo, por outro.

Não se pode esquecer também o papel da cidade do Rio de Janeiro. Capital da República, síntese da nacionalidade em construção, como decorrência da grande diversidade de sua população e do fato de que sua elite dominante, ciente desta condição da cidade, tomou para si e difundiu esta característica do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro possuía (e ainda possui) um grande poder de aglutinação, dadas suas belezas naturais e seu aspecto sedutor. De acordo com o crítico José Ramos Tinhorão havia ainda um outro fator. O fascínio causado pela Rádio Nacional estava não apenas em sua programação, mas também na capacidade de atração que o Rio de Janeiro “exercia sobre as pessoas em processo de ascensão social nas áreas menos desenvolvidas do Brasil”<sup>109</sup>. O Rio de Janeiro era a única cidade do país capaz de se fazer nacional e o fato de a Rádio Nacional, situada na cidade, ter crescido e se tornado a mais bem munida tecnológica e artisticamente, não se deu por acaso. A existência de uma rádio de abrangência nacional, mesmo sem intervenções diretas do governo, está inserida num projeto de Estado que buscava construir e transformar a nacionalidade brasileira.

Conforme já fora enunciado anteriormente, além das melhorias tecnológicas, a estrutura de funcionamento interno da emissora também seria reorganizada. Uma das primeiras medidas do diretor Gilberto de Andrade foi instituir a Seção Estatística da Nacional, com o intuito de medir a popularidade dos programas e artistas. A partir de

---

<sup>109</sup> TINHORÃO, J. R. “Nos anos de ouro dos auditórios”. *Jornal do Brasil*, 1 maio de 1977. Revista. In: CALABRE. 2006. Op. Cit. Pág.30.

dados exatos sobre suas atrações seria possível oferecê-las como um produto confiável aos anunciantes e patrocinadores. Esta medida foi um sucesso, atraindo patrocínios e rapidamente consolidando a Rádio Nacional no primeiro lugar. O sistema de seleção de novos artistas também se tornaria marca da Nacional. Buscando um mecanismo que aliasse eficiência e imparcialidade, a fim de evitar os chamados “pistolões”, a solução encontrada foi a exigência de realização de provas práticas, por meio de testes gravados. Um arquivo também seria montado para guardar as valiosas partituras de músicas apresentadas em programas como “Um Milhão de Melodias”, um marco da história musical do rádio brasileiro.

Dentro dessa nova política administrativa posta em prática haveria espaço para a execução de programas de alto custo, mas que, por outro lado, seriam fundamentais na consolidação da emissora, criando a imagem de excelência e prestígio em suas realizações. Será o caso de diversos programas, os quais, por sua grandiosidade na produção, exigiam muitos artistas e técnicos em ação. Nesse sentido, a PRE-8 viria a se diferenciar das demais rádios privadas, cuja principal preocupação estava com o lucro e não com a qualidade, embora não se possa dizer que a programação das concorrentes fosse toda de baixa qualidade. O que acontecia, na realidade, era o aumento do grau de exigência do público ouvinte, o qual, cada vez mais acostumado com a elaboração e sofisticação crescente dos programas da emissora, passaria a escolhê-los em detrimento das demais existentes.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro soube se aproveitar da grande liberdade que possuía com relação ao aumento dos gastos necessários ao incremento da qualidade de seus programas, para garantir o aumento de sua audiência. Mais do que isso, apesar de o público ouvinte de rádio, em geral, apresentar um crescimento ao longo dos anos, em decorrência dos avanços tecnológicos e do espraiamento dos aparelhos pelo país, através do barateamento com a introdução dos rádios de válvula desde a década de 1930, ainda não havia o costume de ouvir transmissões radiofônicas, aquilo que Calabre chamou de “Tradição radiofônica”<sup>110</sup>. O cinema, por exemplo, já havia conquistado seu espaço e viria a se tornar um bem de consumo presente na sociedade brasileira nas décadas de 1940 e 1950, principalmente com a entrada dos filmes norte-americanos no pós-guerra e com a criação das companhias brasileiras Atlântida, em 1941, e Vera Cruz, em 1949. Ainda que com um público bastante menor, podemos considerar também a

---

<sup>110</sup> CALABRE. 2006. Op. Cit.

existência de uma tradição teatral na época. Muitos profissionais de teatro, inclusive, viriam a ser absorvidos pelo mercado de trabalho radiofônico no país, garantindo a possibilidade de sobrevivência de seus atores, autores e demais profissionais nos momentos de crise financeira.

Os investimentos realizados pela PRE-8 para melhoria e ampliação da emissora, portanto, não podem ser vistos como mera adequação às normas de mercado. Nas palavras de Saroldi e Moreira, essa expansão:

“por um lado, confirma a prioridade conferida à missão do rádio no Estado Novo de Vargas; por outro, reflete a urgência da ação governamental diante do agravamento das tensões internacionais na época, definidos os campos em conflito no mundo”<sup>111</sup>.

Assim sendo, dentro dessa missão do rádio estava inserida a necessidade de integrar a nação e construir a nacionalidade. Estava em jogo o projeto de nação do bloco hegemônico no poder e o rádio, mais especificamente a Rádio Nacional, seria o instrumento difusor da cultura brasileira nos locais em que as demais estatais não alcançavam, seria o elemento integrador do país no âmbito cultural e, ao mesmo tempo, visaria definir sua posição ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

### **3.2- O Rádio Comercial como Projeto de Estado**

Diferentemente das emissoras de caráter privado, a preocupação da PRE-8 não será com o lucro, como já vimos, buscando sempre reinvesti-los em melhores condições para a emissora. Esse total apoio da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União às iniciativas da diretoria nos permite estabelecer uma relação comparativa entre os interesses de uma rádio pública e aqueles das rádios privadas. Enquanto para estas a necessidade de bons índices de audiência ocorre para fins basicamente mercadológicos, visando principalmente o lucro, para a emissora da Praça Mauá, a questão da audiência abrangia também a um projeto de Estado. O modelo de rádio comercial levado a cabo pela Nacional, repleto de programas variados, os quais

---

<sup>111</sup> SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Pág. 72.

buscariam entreter e distrair sua audiência, teria por objetivo a criação de um público ouvinte, a criação de um hábito em escutar o rádio e, conseqüentemente, a formação e transformação dos padrões de costumes nacionais.

Nesse sentido, a partir do momento em que se consolida a existência de um mercado ouvinte no país, é possível dar um salto gigantesco na busca por patrocinadores e para suas atrações. Seria neste cenário, juntamente com a ampliação da permissão de textos comerciais nas rádios, que se dará a enxurrada de produtos estrangeiros dentre os anunciantes da emissora, alguns casos inclusive, tornando-se famosos. A rádio- novela “Em busca da felicidade”, a primeira do país, iria ao ar em 1941, patrocinada pela Sidney Ross Company e promovida pela companhia Standard Propaganda, responsável por uma das primeiras grandes estratégias de marketing do rádio brasileiro, ao criar uma promoção na qual brindes seriam oferecidos a quem enviasse um rótulo do creme dental Colgate. Já no primeiro mês, seria alcançada a marca de 48 mil rótulos enviados e, pouco depois, a promoção teria de ser suspensa. Outro caso célebre foi o do já mencionado programa “Um milhão de melodias”, o qual marcaria a entrada da Coca Cola no país, em 1943.

Dessa forma, não podemos restringir o aumento dos lucros da Rádio Nacional à sua adequação definitiva às regras de economia de mercado, visto que a emissora seria responsável por trazer, de forma organizada, o público para o meio de comunicação, após tentativas pioneiras que anteriormente já demonstraram a eficiência da publicidade no rádio, caso de Ademar Casé, o primeiro responsável pela entrada de anunciantes na programação radiofônica. Assim como o sistema capitalista é o responsável pela criação de seu mercado, a Nacional seria responsável pela criação do mercado ouvinte, e não o contrário. A emissora já possuía e foi produzindo um modelo de programação ao mesmo tempo em que foi conquistando um público, o que se tornou atrativo para os patrocinadores. Todavia, com o crescimento do mercado publicitário no país, os próprios anunciantes viriam buscar a produção de novos programas, tornando-se também produtores de cultura.

Sob esse aspecto, convém assinalar que nos anos 1940 e 1950, ainda que estivessem em curso as transformações do país rumo à urbanização, à industrialização e à modernidade, tal como vimos ser, no capítulo anterior, o projeto de Estado do grupo hegemônico no poder, a sociedade brasileira ainda se apresentava incipiente no tocante à sua indústria cultural e ao mercado de bens simbólicos fora da esfera estatal. Sendo assim, parte da burguesia brasileira viria a atuar no meio cultural, através

principalmente de procedimentos oportunistas e aventureiros, se aproveitando bastante das condições criadas pelo Estado. Como já vimos anteriormente, o Estado será o principal condutor das políticas do país, inclusive na área cultural, ações estas que andariam em total consonância com a proposta centralizadora do Estado.

Dentro dessa proposta estatal, seriam buscadas formas de interconexão das ondas do rádio a todos os cantos do país. A sociedade brasileira tradicionalmente esteve em muito marcada pelo localismo e pelo regionalismo, o que se estendia também aos meios de radiodifusão, de modo que a Nacional teria esse papel singular de subverter essa lógica preponderante até então. Na medida em que adquire as condições materiais para extrapolar essa barreira local, a PRE-8 Rádio Nacional do Rio de Janeiro passa a atuar sob a prerrogativa de transmitir sua programação para um público efetivamente nacional, bastante heterogêneo e oriundo das diversas partes do território brasileiro, com restrições apenas aos estados de características mais marcadamente locais (São Paulo e Rio Grande do Sul) onde, por vezes, suas ondas sofriam interferências das frequências locais dominantes.

Esse modelo centralizado que se impunha no país, nos permite verificar que a radiodifusão brasileira não se deu no formato de rede, conceito no qual idealmente não haveria hierarquias e controle sobre seus elementos, mas sim por meio de uma estação principal (a Rádio Nacional) que direcionou todo o processo durante duas décadas. As demais emissoras, pertencentes a grupos privados, não conseguiriam expandir-se com o mesmo sucesso. No entanto, algumas também buscariam se reequipar. Porém, esse reequipamento era um processo muito dispendioso, de modo que até 1952, somente as rádios S.A. Mayrink Veiga, Tupi S.A. e Rádio Record S.A., além é claro da Nacional, possuíam transmissores de ondas curtas<sup>112</sup>. A supremacia da PRE-8 se fazia, portanto, estratégica para a integração do país, pelo fato de o rádio ter essa capacidade de alcançar regiões de difícil acesso ao poder público, permitindo à população local compreender a realidade além de suas fronteiras físicas e de convivência social.

Alguns autores vão ressaltar o estágio subdesenvolvido dos meios de comunicação do país, inclusive do rádio. De acordo com Juarez Brandão Lopes, a teia de comunicação por rádio ainda se apresentava bastante fraca em grande parte do território nacional durante as décadas de 1940 e 1950, o que excluía boa parte da

---

<sup>112</sup> **Rádio Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956.** 1956. Rio de Janeiro: s.ed. Tirado do arquivo André Carrazzoni, CPDOC/FGV, localização: Anc AP 1951.05.26.

população <sup>113</sup>. Em 1952, o Brasil possuía apenas 2 milhões e 500 mil aparelhos de rádio, número que 10 anos depois saltaria para 4 milhões e 700 mil aparelhos, dando uma média de 6,6 aparelhos para cada 100 habitantes e deixando o país em 13º lugar dentre os da América Latina <sup>114</sup>. Todavia, essa informação deve ser relativizada. O Brasil era naquele momento o país mais populoso do continente, com pouco mais de 50 milhões de habitantes, quase um terço do total da população latino-americana à época. Por ser o rádio um veículo transmissor, por característica, altamente aglutinador de pessoas em um mesmo ambiente, por um lado, e, por outro, sendo a população habitante de regiões longínquas da capital e dos grandes centros geralmente mais pobre, é compreensível esse baixo número de aparelhos, o que não significa um baixo número de ouvintes. Um exemplo sugestivo pode ser tirado de uma pesquisa do Ibope de julho de 1944 <sup>115</sup>, na qual foram entrevistados ouvintes das cidades de Poços de Caldas (MG), Barreiras (BA) e Boa Vista (SP), todas do interior, e onde constava uma pergunta sobre o programa oficial “Hora do Brasil”. Dos respondentes, 89,7% afirmou ouvir o programa, o que comprovaria em parte o grande alcance do rádio no país.

Segundo Ortiz, essa integração cultural promovida pelo Estado não poderia ser vista nos moldes da sociedade de massa, devido aos limites que se impunham ao desenvolvimento do capitalismo no país<sup>116</sup>. Nessa perspectiva, os meios de comunicação de massa não seriam suficientes por si sós, sendo necessário o desenvolvimento de um sistema capitalista de mercado racional no que tange as propagandas do meio radiofônico, desenvolvimento este que seria levado à frente pela Rádio Nacional. Nesse sentido, em comparação com a televisão, o impacto do rádio pode ser considerado mais profundo. A popularização do veículo e seu aspecto comercial em contínua expansão permitiram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, o que aumentou a sua capacidade de criar “modas” e de mobilizar as massas, do campo e das cidades, e as camadas médias urbanas, que passariam simbolicamente a se integrar à concepção de nação em construção e a participar ativamente da vida nacional.

Embora já sofresse os efeitos da chegada da televisão, o rádio conseguirá manter a supremacia dentre os anunciantes até o início dos anos 1960 por ser um meio no qual os patrocinadores já possuíam grande confiança, se comparado ao caráter pioneiro do

---

<sup>113</sup> LOPES. 1976. Pág. 170. Apud. ORTIZ. 1989. Op. Cit. Pág. 47.

<sup>114</sup> ORTIZ. 1989. Op. Cit. Pág. 47.

<sup>115</sup> IBOPE. Pesquisas Especiais. 1944. In: CALABRE. 2006. Op. Cit. Pág. 144.

<sup>116</sup> ORTIZ, Renato. 1989. Op. Cit. Pág. 50.

meio televisivo. As verbas aplicadas pelas agências de publicidade atingem, no ano de 1958, apenas aproximadamente 8% na televisão, contra 22% no rádio e 44% nos jornais <sup>117</sup>. Se formos levar em conta o fato de que a publicidade televisiva não possuía uma regulamentação adequada em seu princípio, chegando inclusive a utilizar, por alguns momentos, tempo maior do que a programação regular, enquanto a legislação do rádio permitia, desde 1952, um máximo de 20% de propagandas durante a programação, é possível afirmar que este último ainda era o meio de comunicação preponderante dentre os dois. Essa confiança conquistada dos patrocinadores deve-se muito à PRE-8, pois é somente “a partir da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (que) o rádio desenvolve-se organizado burocraticamente” <sup>118</sup>, o que seria decisivo na busca por novos e duradouros anunciantes.

Alguns funcionários da Nacional se especializariam na produção de *jingles* para os produtos anunciados durante a programação, numa criação que pouco dependia das agências de publicidade existentes, ou seja, baseava-se mais no esforço e talento individual de seus criadores e servia como possibilidade extra de renda. Nas palavras de Ronaldo Conde Aguiar, “o patrocinador interessava-se por um programa que lhe era oferecido. Discutia-se o melhor horário de apresentação, os custos e a propaganda do produto ou do patrocinador (às vezes, os dois coincidiam), que era encomendada a algum radialista” <sup>119</sup>. Geralmente estruturados em curtos versos e melodias de fácil memorização, os *jingles* seriam vastamente difundidos em toda a programação radiofônica por sua eficácia em tornar as marcas conhecidas do público.

A liberdade dada pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União à entrada da Rádio Nacional no ramo comercial, portanto, atendia a duas necessidades do governo nesse aspecto. Se, por um lado, o crescente prestígio e organização da emissora permitiram a consolidação da radiodifusão no país, após a criação de um público ouvinte e o surgimento de uma lógica de mercado atrativa para seus anunciantes, por outro, o Estado não despenderia um centavo sequer neste esforço, tendo em vista que este seria realizado a partir de recursos reinvestidos pela própria emissora, conseguidos através de seus patrocinadores. Dessa forma, não havia motivos para intervenções diretas do Estado nos quadros da PRE-8, pois os interesses nacionais

---

<sup>117</sup> LEITE, Geraldo. “A necessidade de uma ecologia da mídia”. Briefing, no. 2, junho de 1978, pág. 49 Apud ORTIZ. 1989. Op. Cit. Pág. 48.

<sup>118</sup> MADRID, André Casquel. Aspectos da telerradiodifusão brasileira. São Paulo, ECA/USP, 1972 Tese de Doutorado. Apud. D’ELIA. 2004. Op. Cit. Pág. 25.

<sup>119</sup> AGUIAR. 2007. Op. Cit. Pág. 134.

nos âmbitos de integração, de construção de uma idéia de nacionalidade, de garantia da soberania e de ampliação de sua inserção no sistema capitalista mundial vinham sendo realizados.

Sob estes últimos aspectos mencionados, a chamada política de boa-vizinhança teve papel decisivo. Sob o pano de fundo da Segunda Guerra Mundial, as pressões internas e externas pela declaração de guerra ao Eixo se faziam cada vez mais presentes. No plano cultural, significou a intensificação das relações entre Brasil e Estados Unidos. Seria o momento da ida de Carmem Miranda, acompanhada do Bando da Lua, para fazer carreira na América do Norte, Ary Barroso seria convidado a escrever trilhas para o cinema de lá, a bailarina Eros Volúcia se apresentaria no aniversário do presidente Franklin Roosevelt, na Casa Branca. Em contrapartida, bolsas de estudos seriam dadas para brasileiros, seria lançado o personagem Zé Carioca no filme “Alô amigos”, de Walt Disney, o radialista e cineasta Orson Welles desembarcaria no país para as filmagens de seu documentário “É tudo verdade”<sup>120</sup>, as rádios brasileiras sofreriam uma avalanche de músicas e ritmos estrangeiros, diversos arranjos musicais seriam inspirados nas “Big Bands” norte-americanas e o país veria a entrada maciça de produtos estrangeiros por meio do patrocínio aos programas radiofônicos.

Na Rádio Nacional, um dos maiores expoentes da política de boa vizinhança foi o Repórter Esso. Entraria no ar “em 28 de agosto de 1941, mesmo dia em que o Brasil juntou-se às forças aliadas para combater o exército alemão na Segunda Guerra Mundial”<sup>121</sup>. Seria o primeiro noticiário com matérias preparadas especificamente para o rádio e se tornaria um símbolo de credibilidade no jornalismo na voz do locutor Heron Domingues. Em 1948, dentro da Nacional seria criada a Seção de Jornais Falados e Reportagens, a primeira redação para radiojornalismo no país, posteriormente ampliada como Departamento de Jornais Falados (1951) e Divisão de Radiojornalismo (1954)<sup>122</sup>.

A aproximação entre os governos brasileiro e norte-americano também se estendeu ao modelo de radiodifusão adotado. Vargas, que desde antes de assumir o poder sempre se preocupou com o rádio, esteve atento ao desempenho do então candidato Franklin Roosevelt, baseado no fato de que “o que é dito no rádio vale mais pelas qualidades sensíveis da elocução da voz do que pelo conteúdo do que é

---

<sup>120</sup> Para maiores informações, ver SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit.

<sup>121</sup> Idem. Pág. 77.

<sup>122</sup> Idem. Pág. 79.



comunicado”<sup>123</sup>. Nesse sentido, criar-se-á um padrão de voz entre os locutores brasileiros, no qual será exaltada a dicção perfeita como principal atributo. Havia um traço educativo na valorização da perfeita dicção de seus locutores no sentido de que, de alguma forma, ensinava-se a falar direito na medida em que os ouvintes se acostumavam com o som correto das palavras. Era comum também a pronúncia exagerada de algumas letras, tais como o “erre”.

O modelo dos Estados Unidos se baseava nas agências de publicidade, “cujo interesse em explorar recursos para conquistar audiência permitiu o desenvolvimento de técnicas de administração, edição, locução e distribuição e controle de mercados”<sup>124</sup>. A opção brasileira por adotar um modelo semelhante a este para o país, pode ser vista também como uma escolha política, pois significava concomitantemente uma recusa ao modelo europeu e, especificamente, ao modelo nazi-fascista, muito mais baseado em grandes discursos, com pouco espaço para atrações artísticas. Dessa maneira, a programação baseada em shows de variedades, musicais, novelas, noticiários, comédias, entre outras, permitiria a consolidação do veículo e abriria espaço para o desenvolvimento de seu aspecto comercial, atuando, portanto, na defesa dos interesses nacionais.

A presença crescente dos filmes de Hollywood no Brasil também pode ser vista como um sintoma dessa aproximação entre os dois países. Encontrando dificuldades de expansão em seu mercado interno em decorrência da grande depressão econômica, a América Latina apareceria como ótima saída para a indústria cinematográfica dos Estados Unidos e faria grande sucesso, inclusive, no Brasil. A receptividade fora tanta que, como já dissemos anteriormente, seriam criadas companhias nacionais de cinema (Atlântida e Vera Cruz) para explorar o mercado nacional, embora sem o mesmo caráter industrial norte-americano. Ainda assim, assistiremos no país a uma produção constante e considerável de películas e à consagração do gênero das “chanchadas” (especialmente no caso da Atlântida). Os artistas viriam, por um lado, do teatro e, por outro, do rádio, visando aproveitar sua popularidade e transferi-la para o meio cinematográfico.

No entanto, esta estratégia de aproveitamento de atores e cantores populares do país possuía raízes em 1931 com o musical “Coisas Nossas”, marco inaugural da associação do cinema com o rádio. O elenco da Rádio Nacional seria amplamente

---

<sup>123</sup> SEVCENKO. 1998:584. Apud JAMBEIRO et alli. 2004. Op. Cit. Pág. 112.

<sup>124</sup> Idem. Pág. 112.

utilizado por essa nascente indústria cinematográfica brasileira, o que contribuiria para reforçar sua popularidade, na medida em que apresentaria um atributo novo dos artistas, impossível de ser mostrado pelo rádio: a imagem. Papéis semelhantes teriam as diversas revistas especializadas sobre o tema, divulgando não apenas os rostos dos principais expoentes do meio, mas também fatos e histórias de suas vidas, complementando o rádio nesse sentido e contribuindo para a exploração comercial de suas atrações.

### 3.3- O Embate Entre as Rádios Pública e Privada

A relação entre a atuação da Rádio Nacional em contraposição aos grupos privados de radiotransmissão pode também ser pensada por outro prisma. Apesar de ambos os modelos de radiodifusão usufruírem largamente do caráter comercial de seu meio, majoritariamente composto de patrocinadores de origem estrangeira, os sistemas público e privado de rádio atendiam a interesses diametralmente opostos. Enquanto a Rádio Nacional se inseria num projeto estatal, uma rádio pública atuante no âmbito cultural com o intuito de fazer-se nacionalmente ouvida - e daí vem sua ampla variedade de programas e atrações -, suas concorrentes privadas geralmente representavam os ideários das oligarquias e dos liberais, ligados a alguns interesses conflituosos aos do grupo hegemônico no poder.

A PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro, desde os tempos de sua fundação, já pensava em conquistar a liderança na audiência. Vimos anteriormente que, após sua incorporação à propriedade da União, são dadas as condições para seu aparelhamento, visando tornar-se um *broadcast* nacional, através de sua organização burocrática, seu crescimento interno e externo, sua liberdade na busca por dinheiro e no seu livre investimento, e também na sua programação diversificada e seu quadro de talento. Apesar de todas estas principais transformações estruturais terem se dado no contexto autoritário do Estado Novo, em seu interior permeavam diversas tendências, diversas concepções que confluíam exatamente no caráter integrador do rádio, na “missão” fundamental de se construir a nacionalidade. A popularização da emissora da Praça Mauá, número 7, traz consigo um status de “escola da imagem sonora” no país, na medida em que seu modelo de programação e organização legitima-se como o padrão a

ser buscado pelas demais emissoras, que viriam muitas delas a copiá-lo em muitos aspectos e até deturpá-lo.

O modo de fazer rádio criado pela Nacional teria grande parcela de seu sucesso devido à cidade do Rio de Janeiro. Suas características urbanas, sua população diversificada quanto à origem, classe e gostos, além do próprio fato de que a capital da República, de alguma forma, deveria ser representativa da totalidade nacional em seus variados aspectos, fariam do Rio de Janeiro a caixa de ressonância do país em suas diversas manifestações nos âmbitos social, econômico, político, cultural e em todos os demais. A chave para o sucesso da PRE-8 foi sua capacidade de conjugar toda essa heterogeneidade, típica da sociedade brasileira, dentro de uma programação diversificada e, com isso, difundir valores os quais, ainda que não fossem unânimes, dada a complexidade da população, faziam-se hegemônicos e permitiam a integração e a construção de uma unidade nacional.

Todavia, os seguidos acertos da emissora não podem ser pensados isolados da situação política nacional e internacional. Com o fim da guerra não haveria somente a entrada de grandes patrocinadores, oriundos em sua maioria de companhias norte-americanas, mas também seria o momento de mudança na direção da Nacional. A pressão pela saída de Vargas da presidência, que culminaria no golpe de sua derrubada, levaria Gilberto de Andrade a pedir demissão de seu cargo de diretor da Rádio Nacional. Seu substituto na emissora seria o coronel Hermenegildo Portocarrero, enquanto, meses depois, convidado por Assis Chateaubriand, Gilberto de Andrade assumiria a direção das Emissoras Associadas e traria consigo nomes importantes, até então identificados com a Nacional. A PRE-8, no entanto, resistiria a essas deserções, devido à sua estrutura montada e continuaria seu ciclo virtuoso de crescimento.

Assis Chateaubriand, por sua vez, seria por muitos anos o principal adversário político de Vargas e do trabalhismo nos meios de comunicação. Dono do império dos “Diários Associados”, “Chatô” já contaria em 1945 “com 15 emissoras de rádio, além de jornais, revistas, editora de livros e agência de notícias”<sup>125</sup>. No Rio de Janeiro, suas principais estações de rádio eram a Tupi e a Tamoio, as quais, apesar de situarem-se bem na colocação geral de sua audiência (respectivamente 2º e 4º lugares, em março de 1944<sup>126</sup>), não chegavam nem perto da audiência conquistada pela Nacional. Em

---

<sup>125</sup> Idem. Pág. 127.

<sup>126</sup> IBOPE. Serviço de Rádio. Rio de Janeiro, 1944. In: CALABRE. 2006. Op. Cit. Pág. 151.

depoimento de Paulo Tapajós, que trabalharia tanto para a Rádio Nacional, quanto para as Emissoras Associadas, é possível perceber essa discrepância:

“Já havia Ibope nessa época e os índices da Nacional eram muito engraçados. Era como se fosse uma cadeia de montanhas muito alta a linha da Nacional e as outras eram aquelas montanhas baixinhas – cerros - em relação à Nacional. Diziam até que a Nacional era um Himalaia que ninguém podia chegar lá em cima”<sup>127</sup>.

Durante alguns anos, a oposição de Chateaubriand ao governo se fez de forma sutil, em parte, pela censura do DIP aos meios de radiodifusão e, em parte, porque convinha, em alguns momentos, ao empresário, aliar-se ao governo. Este se utilizaria intensamente de seus meios de comunicação como forma de pressão, seja em assuntos políticos, seja em interesses particulares. A edição da já mencionada anteriormente “Lei Malaia”, marcaria o rompimento definitivo das “Associadas” com o governo, que buscava, em defesa dos interesses nacionais, ao menos no papel, coibir a propriedade cruzada de empresas do ramo jornalístico, a fusão de empresas e a organização associativa ou em agrupamentos sob controle único, impedindo na prática a formação de redes de comunicação. Em outros termos, o governo intencionou proibir o monopólio, o que fez Chateaubriand considerar essa lei um ataque pessoal, diretamente às suas empresas<sup>128</sup>. Meses depois, Getúlio seria derrubado, em 1945.

Após alguns anos, Chateaubriand seria eleito ao realizar arranjos políticos que contaram com a reaproximação de alguns de seus aliados com o agora democrático governo Vargas, para um curto mandato suplementar no senado, em 1952. Após tomar posse, voltar-se-ia contra os articuladores de sua eleição e instauraria uma campanha em seus veículos de imprensa (que a essa época já incluíam a incipiente TV Tupi) contra o monopólio estatal do petróleo nacional. Sairia derrotado desta campanha, mas continuaria fazendo forte oposição ao governo, ampliando seu império de telecomunicações. Rapidamente, “Chatô” seria dono de 18 canais de televisão por todo o país, além de 36 emissoras de rádio, 43 jornais, uma agência de notícias, a revista semanal “O Cruzeiro”, 10 revistas infantis, uma editora, isso somente no ramo das comunicações, pois também possuía em suas mãos laboratórios farmacêuticos e

---

<sup>127</sup> Paulo Tapajós, dpm. gravado 30 nov. 1982. In: SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Pág. 109.

<sup>128</sup> JAMBEIRO et alli. 2004. Op. Cit. Pág. 126.

investimentos agropecuários <sup>129</sup>. Seu poder de pressão tornava-se tão avassalador que, segundo Mario Lago, em conversa com o presidente Juscelino Kubitschek durante uma viagem, após afirmativa deste de que tiraria a tão sonhada “TV Nacional” do papel, Chateaubriand ameaçou colocar toda sua rede contra o governo <sup>130</sup>. De fato, a TV Nacional nunca sairia do papel apesar dos equipamentos terem sido inclusive comprados.

Além dos Diários e Emissoras Associadas, outros grupos privados fariam oposição ao governo, tais como os jornais “A Tribuna da Imprensa”, de Carlos Lacerda, e “O Estado de São Paulo”, da família Mesquita, assim como as ainda não tão fortes organizações “Globo”, de Roberto Marinho. A crise envolvendo o jornalista Samuel Wainer, defensor de Vargas e ex-funcionário dos Diários Associados, após denúncia de Lacerda sobre a origem do dinheiro que financiara o jornal “Última Hora”, de Wainer, provocaria uma guerra sem precedentes nos veículos de comunicação do país. A aliança de Lacerda com Chateaubriand e com Roberto Marinho, a qual contaria com aparições de Lacerda em canais de televisão, em programas de rádio e artigos de jornal, terminaria por obrigar a venda do jornal “Última Hora”, após decisão do Congresso, tamanha a pressão política instaurada. Quanto ao episódio da crise que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, “a capacidade do rádio atingir os ouvintes, somada ao poder de oratória de Carlos Lacerda foi um importante fator de interferência na crise do governo Vargas” <sup>131</sup>. Seus discursos inflamados diariamente na Rádio Globo, os quais davam a impressão de serem proferidos para multidões, foram decisivos na instauração do clima de turbulência política da época.

É importante assinalar que os grupos privados de radiodifusão estavam vinculados aos interesses da oligarquia agro-exportadora, justamente quem havia sido derrotado pelo bloco político hegemônico pós-1930. Conforme já discutimos acima, o modelo liberal não se contentaria com essa perda hegemônica e buscaria sua retomada através de intensa campanha contrária ao regime. Apesar da audiência das rádios em posse desses grupos privados não chegar perto dos altos índices alcançados pela Nacional, sua pressão alcançará níveis bastante elevados, inclusive porque não se restringirá ao rádio, estendendo-se pelos outros veículos da imprensa e pelas relações políticas nas quais seus donos se envolviam e desenvolviam.

---

<sup>129</sup> SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Pág. 145.

<sup>130</sup> LAGO, Mário. Bagaço de beira- estrada, pág. 226. In: SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Pág. 146.

<sup>131</sup> CALABRE, Lia. S.d. “A Rádio Globo e o governo Vargas (1953-1954)”. Trabalho apresentado ao NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Pág. 9.

Nesse sentido, esses grupos privados não possuíam o interesse em desenvolver um sistema de rádio nacional, mas sim o de formar um sistema o qual, ainda que interligasse o país, tivesse como aspecto preponderante o desenvolvimento de um *broadcast* vinculado aos capitais estrangeiros e ao livre mercado. A partir do recrudescimento da prática nacionalista do governo, mesmo anos após a segunda grande guerra, já, portanto, durante a guerra fria, os grupos liberais oligárquicos pressionarão por aberturas econômicas, algumas das quais seriam adotadas devido ao seu interesse nacional (como o caso da entrada de produtos e propagandas estrangeiras, que servirá de impulso para o desenvolvimento de um mercado efetivamente nacional), enquanto outras, também devido ao interesse nacional do Estado, não seriam levadas adiante (por exemplo, a presença de capital estrangeiro nas emissoras de radiodifusão). Dessa maneira, enquanto a Rádio Nacional atuava como um veículo do sistema onde o Estado-nação se fazia forte, as emissoras privadas, principalmente as Associadas, as organizações Globo e as emissoras paulistas estreitamente vinculadas à oligarquia agro-exportadora, intencionavam a construção de um sistema onde o mercado prevalecesse sobre o Estado.

### **3.4- O Rádio e a Música Popular Inseridos na Proposta Nacionalista**

O caráter popular que a Rádio Nacional constrói ao longo dos anos também deve ser relacionado às outras realizações de cunho popular do período, em especial ao trabalhismo, proposta que se inseria no nacionalismo e no projeto de nação que se buscava construir, conforme já vimos. A própria reconfiguração da emissora, cujas transformações pautavam-se na criação de um quadro técnico e artístico desenvolvido, se deu em consonância com a proposta trabalhista de criação de um corpo de funcionários técnicos qualificados nas repartições públicas. O desenvolvimento da rádio atenderia às demandas do trabalhismo, na medida em que seria possível difundir as concessões dos direitos sociais aos trabalhadores em todo o território nacional e possibilitaria o espraiamento da concepção não-conflituosa entre as classes, tal como ambicionava o Estado.

Se formos analisar a produção e difusão musical nas rádios brasileiras, poderemos perceber sua estreita relação com a ideologia trabalhista. Considerado um gênero marginal na sociedade, o samba seria alvo permanente de censura, especialmente durante o Estado Novo. Somente no ano de 1940, por exemplo, 373 letras de música foram vetadas pelo DIP <sup>132</sup>. Eduardo Vicente identifica três preocupações principais do regime estado- novista ao atuarem nessa direção:

“

1. Constituição de uma ‘cultura nacional’ capaz de unificar o país sob a égide do Estado;
2. Elevação do nível estético da cultura popular, de modo a permitir que o país alcançasse um novo patamar de ‘civilização’;
3. Incorporação à cultura popular dos conteúdos ideológicos propugnados pelo Estado, bem como a eliminação de seus aspectos indesejáveis. ”<sup>133</sup>

Sob o primeiro ponto dentre os listados acima não convém dar maiores explicações, tendo em vista que já foi anteriormente discutido. Gostaria, no entanto, de tratar conjuntamente dos segundo e último itens, em parte também já discutidos, com o intuito de tornar mais fluido o presente debate. Getúlio Vargas foi um político sempre atento à importância da música popular no rádio. Quando ainda deputado, em 1926, “fizera aprovar o decreto legislativo 5.492, de sua autoria, determinando o ‘pagamento de direitos autorais por todas as empresas que lidassem com músicas’” <sup>134</sup>. Em 1934, aumentaria esses direitos nas transmissões radiofônicas de 90 mil réis para 500 mil réis por cada música transmitida <sup>135</sup>, além de comumente fazer questão de se aproximar de cantores e compositores, convidando-os para se apresentarem no Palácio do Catete ou indo ele próprio assisti-los no rádio, de onde ganharia a denominação de “padrinho” do veículo.

Dentre as preocupações centrais de Vargas e seu governo, ao possibilitarem a regulamentação e melhoria de condições dos cantores e compositores do rádio, por um lado, estavam a grande acessibilidade da música no imaginário popular e sua capacidade de moldar diferentes concepções de mundo. A outra preocupação, por sua vez, também

---

<sup>132</sup> MATOS, Claudia Neiva de. 1982. **Acertei no Milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pág. 90.

<sup>133</sup> VICENTE, Eduardo. 2006. “A música popular sob o Estado Novo (1937-1945)”. Versão revisada do relatório final de pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq realizado na Unicamp, 1994. São Paulo. Pág. 8.

<sup>134</sup> MATOS, Claudia Neiva de. 1982. Op. Cit. Pág. 88.

<sup>135</sup> Idem. Pág. 88.

relacionada à primeira, diz respeito à possibilidade da música tornar-se “elemento catalisador das potencialidades transgressivas das camadas subalternas da população”<sup>136</sup>. Nesse sentido, a música popular brasileira e, particularmente, o samba seriam controlados de perto pelos órgãos de repressão e censura estatais, com as ações centrando-se principalmente contra sua vertente “malandra”, altamente desestimuladora do trabalho, e contra o carnaval, potencialmente transgressor dos bons costumes, da ordem e da moral, ainda que durante poucos dias.

Ainda de acordo com Eduardo Vicente “os malandros tiveram suas composições fortemente censuradas e/ou foram cooptados a reproduzir os conteúdos ideológicos preconizados pelo Estado”<sup>137</sup>. O caso mais emblemático que dá veracidade a essa afirmação está na música “Bonde São Januário”, de Wilson Batista e Ataulfo Alves, cuja primeira versão tratava o trabalho como algo negativo e o trabalhador como “otário”, enquanto o malandro seria o “esperto” justamente por se negar a trabalhar. Após o veto do DIP, a letra teve de ser refeita para ser gravada, dessa vez com um sentido completamente oposto (“Quem trabalha é quem tem razão/ eu digo e não tenho medo de errar/ o bonde São Januário leva mais um operário/ sou eu que vou trabalhar”). Cito apenas um exemplo, mas essas reelaborações das músicas tornaram-se fato corriqueiro, pois com o Estado Novo, a figura do malandro cai em desgraça e esse é obrigado a “se regenerar” através do trabalho. No entanto, essa “regeneração” é na maior parte das vezes “um subterfúgio para continuar ‘no jogo’, uma estratégia de sobrevivência”<sup>138</sup>. O caráter ambíguo do discurso malandro e do próprio aspecto sincopado da melodia dos sambas, portanto, não nos permite inferir sobre alguma contribuição na divulgação dos projetos ideológicos do Estado, embora seja certo que muitos desses artistas se tornaram simpatizantes da figura de Getúlio e aderiram ao consenso preconizado por este e por seu bloco hegemônico.

Com o fim do Estado Novo, as músicas que traziam sentidos consonantes com o trabalhismo se escasseariam, ao contrário das composições de exaltação a Vargas, que permaneceria no imaginário popular. No entanto, a temática da malandragem também entraria em declínio, como reflexo da crescente urbanização e industrialização, especialmente da capital federal. A figura do malandro se origina com a abolição da escravidão e a não incorporação de grande parcela dos negros ex-escravos ao mercado

---

<sup>136</sup> VICENTE, Eduardo. 2006. Op. Cit. Pág. 9.

<sup>137</sup> MATOS. 1982. Op. Cit. Apud VICENTE. 2006. Op. Cit. Pág. 9.

<sup>138</sup> MATOS. 1982. Op. Cit. Pág. 120.



de trabalho formal. Deixados de lado pelas políticas de Estado, esses negros passam a atuar na informalidade e/ou ingressam no mundo do trabalho sendo superexplorados econômica e fisicamente. Dessa forma, o malandro surge como elemento simbólico de resistência e transgressão da ordem, atingindo seu auge no início dos anos 1930. Nas décadas de 1940 e 1950, o malandro já se apresentava como uma figura em muito decadente e marginalizado, com suas referências nas canções ganhando um caráter nostálgico sobre as proporções quase heróicas de outrora, quando, inclusive pela maneira de se vestir (ternos e sapatos, dando a impressão de “boa aparência”) e pela “boa vida” que levavam ou aparentavam levar, negavam as limitações de seu meio sócio-econômico.

No que se refere ao carnaval, este seria fortemente atrelado à estrutura governamental, tendo início ainda em 1930, antes mesmo da Revolução, as primeiras determinações que buscariam controlá-lo e discipliná-lo. Nesse ano, as autoridades determinariam os locais dos bailes e desfiles, tendo início dois anos depois a organização dos desfiles carnavalescos em sua forma competitiva. Visando potencializar o interesse turístico existente pelo carnaval, nos anos seguintes a Prefeitura do Distrito Federal oficializaria a manifestação, criaria o concurso para eleição do Rei Momo e, em 1936, por decreto, as escolas de samba se tornariam obrigadas a imprimir aos seus enredos um caráter patriótico, histórico e extremamente didático<sup>139</sup>, o que seria mantido até fins da ditadura de 1964. As obras de construção da Avenida Presidente Vargas, onde as escolas passariam a desfilar, e a conseqüente destruição da tradicional Praça Onze, um dos berços do samba de “partido alto”, também revelam essa intensa preocupação do Estado em controlar o carnaval e de torná-lo mais palatável às elites e aos turistas estrangeiros.

Todas essas transformações visando trazer um atributo mais civilizado à música popular brasileira evidenciam a preocupação em elevar esteticamente a cultura nacional e de encaixá-la nos moldes de uma sociedade que procurava se fazer moderna, urbana e industrializada. O samba “malandro” e o samba “carnavalesco” necessitavam adaptar-se, sofisticar-se, além de abandonar suas temáticas inconseqüentes e caricaturais alusivas ao amor e à vida fácil. A vertente do samba que traria em si essas qualidades e que teve seu auge nos anos 1940 foi o “samba-exaltação”. Embora seu surgimento não decorresse necessariamente de um controle estatal, o samba-exaltação revela “a enorme

---

<sup>139</sup> VICENTE. 2006. Op. Cit. Pág. 24.

capacidade do Estado Novo em impor seu projeto ideológico ao conjunto da sociedade”<sup>140</sup> e os meios de comunicação controlados pelo Estado seriam fundamentais na popularização do gênero.

Outro atributo que diferenciava este estilo dos demais ritmos populares merece ser destacado. Ao falar das belezas naturais e da população do Brasil como um todo, através de uma linguagem sem gírias ou traços facilmente identificáveis de determinada região, o gênero musical em questão rompe com os limites locais e regionais, adquirindo um caráter nacional. Esse caráter integrador contribuiria decisivamente na definição do samba como ritmo nacional por excelência, tanto internamente, quanto além das fronteiras do país. Dessa forma, será um importante produto de exportação na política de intercâmbio cultural com os demais países desenvolvidos e, particularmente, na política de boa vizinhança com os norte-americanos, aqui já mencionada. Muitos desses traços harmônicos e orquestrais sofisticados foram largamente influenciados pelos estilos trazidos dos Estados Unidos, tais como os arranjos de Jazz das Big Bands, os quais influenciariam também os maestros brasileiros que trabalhavam nos meios de radiodifusão.

O rádio beberia desta fonte orquestral trazida de fora, mas a reapropriaria de acordo com a cultura brasileira existente e que se buscava difundir. Neste sentido, a Rádio Nacional realizou importante papel sob a batuta do maestro Radamés Gnattali e sob estreita colaboração do baterista Luciano Perrone e do cantor e apresentador Almirante (Henrique Foreis Domingues). Inicialmente, seriam pensados arranjos para pequenos conjuntos, trios e quartetos de samba. Dada a crescente estruturação da PRE-8, não demoraria muito para a ampliação desses arranjos, buscando grandes orquestrações para as músicas nacionais. Com o intuito de trazer uma sonoridade tipicamente brasileira, o padrão de orquestração e de instrumentos jazzísticos seria substituído por outro mais comum e familiar aos ritmos brasileiros, como é o caso da utilização de violões e cavaquinhos dentre os instrumentos de corda, e na parte percussiva, além da bateria, seriam utilizados pandeiros, ganzás, caixetas e pratos, rompendo com a rigidez exigida pelos defensores da sofisticação e trazendo muito da originalidade necessária à interpretação das músicas.

Cabe neste momento ressaltar que o desenvolvimento nos arranjos e composições não se fez somente nos sambas. A Rádio Nacional, enquanto emissora

---

<sup>140</sup> Idem. Pág. 19.

pública inserida num projeto de Estado e de nação “não apenas desempenhou o papel de irradiar a produção musical da metrópole a todos os pontos do Brasil, como também absorveu e irradiou a música produzida nos diferentes centros regionais”<sup>141</sup>. A grande importância dada às músicas regionais pode ser percebida desde o tema do prefixo da rádio, a canção “Luar do Sertão”, de João Pernambuco e Catulo da Paixão Cearense, até a variedade existente de programas com músicos e cantores regionais. A Rádio Nacional, portanto, foi decisiva no desenvolvimento da música popular brasileira ao tomar a frente do processo. Nas palavras de Ronaldo Conde Aguiar, “muitos musicais da Rádio Nacional entraram para a história do rádio brasileiro, não só por sua qualidade artística, mas por suas características inovadoras”<sup>142</sup>.

A chegada dessas inovações artísticas e musicais a todos os pontos do país, como vimos anteriormente, só foi possível graças ao contínuo desenvolvimento tecnológico, por um lado, interno e externo da emissora e, por outro, da própria radiofonia em geral. À ampliação interna e externa da Nacional, somava-se a regulamentação dos contratos com seus artistas, medida pioneira tomada pela emissora no Brasil. Essa decisão estaria plenamente de acordo com a ideologia trabalhista levada a cabo pelo Estado e aparecia como um resultado natural do crescimento das empresas radiodifusoras. Por outro lado, a necessidade de contratos seria também de grande utilidade no combate ao ideário da malandragem, pois muitos dos compositores tradicionalmente identificados com esse meio, ao trabalharem nas rádios, necessariamente deveriam se enquadrar às obrigações e direitos trabalhistas, tornando-se, dessa forma, trabalhadores comuns, despidos de sua verve transgressora. Foi, portanto, uma eficiente maneira de se garantir a disciplina no mercado de trabalho radiofônico.

Dentre as inovações tecnológicas na radiodifusão mundial, não devemos esquecer-nos do surgimento em 1947 do rádio a transistor, o qual chegaria ao país na década de 1950. Com este dispositivo, os receptores ganharam mobilidade, compactação, e seu custo tornou-se mais baixo, o que permitiu a multiplicação de seus usuários. Seria uma revolução tecnológica de extrema importância para as populações do campo, somada ao desenvolvimento do rádio de pilha, tendo em vista que dessa forma seria ampliada a possibilidade da informação chegar aos lugares mais inóspitos e distantes dos grandes centros. A título de exemplificação, em 1960, o número de

---

<sup>141</sup> Idem. Págs. 32-33.

<sup>142</sup> AGUIAR. 2007. Op. Cit. Pág. 40.

domicílios rurais possuidores de rádio (864.062), será maior do que os possuidores de energia elétrica (597.464) <sup>143</sup>. Essas tecnologias permitiram a chegada da informação ao interior do Brasil, contribuindo com movimentos sociais, tais como os sindicatos rurais e o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à igreja católica, de modo que o rádio tornou-se um importante instrumento na conscientização do povo brasileiro.

A maior acessibilidade do rádio à população levou a outro fenômeno importante: o perfil do público radiofônico se modificou, aumentando a relevância da presença das camadas de baixo poder aquisitivo. Conforme vimos anteriormente, acirrou-se a disputa por anunciantes em processo também identificado por Olga Von Simson. Nas palavras da autora:

“o rádio (principalmente o rádio transistorizado) e a televisão, a serviço do sistema capitalista, se expandem continuamente nesse período, atingindo a totalidade dos centros urbanos brasileiros e boa parte da zona rural. Sob a ação desses novos meios de comunicação vemos os fatos culturais serem transformados em mercadorias passíveis de serem comercializadas” <sup>144</sup>.

Processo este que vimos acontecer com o samba e o carnaval.

### 3.5- O Nacionalismo da Regulação da Radiodifusão Brasileira

Embora não seja possível afirmar que a indústria cultural brasileira na época já estivesse desenvolvida nos moldes da sociedade de massa, ou seja, a indústria cultural enquanto “prolongamento das técnicas utilizadas na indústria fabril” <sup>145</sup> visando quase única e exclusivamente à venda de produtos, podemos dizer que se inicia a produção de atrações com a intenção de trazer esse público em potencial para o rádio. Frente à iminente popularização da programação radiofônica como um todo, a Rádio Nacional novamente se fez pioneira e, diante da iniciativa de produção de Almirante, foi ao ar o

<sup>143</sup> IBGE VII Recenseamento Geral – 1960. In: CALABRE. S.d. Op. Cit. Texto disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB\\_LiaCalabre\\_Participacao\\_radio\\_cotidiano\\_sociedade\\_brasileira.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Participacao_radio_cotidiano_sociedade_brasileira.pdf). Pág. 8.

<sup>144</sup> VON SIMSON, Olga R. de Moraes. “Transformações culturais, criatividade popular e cultura de massa: o carnaval brasileiro ao longo do tempo”. In: RODRIGUES Et. Alli. 1981. Op. Cit. Pág. 309.

<sup>145</sup> ORTIZ. 1989. Op. Cit. Pág. 55.

primeiro programa de auditório da história radiofônica brasileira: “Caixa de Perguntas”. O sucesso do programa foi tão grande que rapidamente a prática se espalharia para outras emissoras concorrentes e, na própria Nacional, outros programas de formatos parecidos seriam criados.

Todavia, não demoraria muito para que o caráter educativo da programação das rádios se transformasse, como já vimos. No rádio brasileiro em geral e, no caso específico dos programas de auditório, seriam abandonadas as propostas meramente educativas, abrindo espaço para uma programação que buscasse distrair e divertir o público. Os auditórios, nessa concepção do rádio como entretenimento, terão uma importante função de “termômetro” das atrações, em outras palavras, as diferentes formas de receptividade do público (mais ou menos empolgadas) para cada artista ou apresentação serão valiosas formas de julgar a popularidade e até mesmo, ainda que relativamente, a qualidade das programações. Outro papel desempenhado pelos auditórios que também deve ser mencionado é o de realizar uma ponte entre o público ouvinte (em suas casas, ambientes de trabalho, etc.) e o público *in loco* para assistir de perto às atrações, na medida em que este seria de alguma forma representativo daquele, permitindo às emissoras traçarem estratégias de elaboração ou alteração de sua grade horária. Não por acaso, uma das realizações da Rádio Nacional em sua busca bem sucedida pela liderança na audiência, como já dissemos, foi a construção de um novo auditório com capacidade para quase 500 pessoas sentadas, mais o espaço para o público em pé.

Durante o Estado Novo, a crescente popularização do rádio desagradaria às elites de duas formas: primeiramente, as críticas se voltariam contra a suposta degradação dos conteúdos dos programas transmitidos. Por seu turno, as demais críticas teriam como alvo a possibilidade dessas manifestações dos auditórios criarem uma cultura de animosidades e perturbações da ordem na população, principalmente se extrapolassem os limites físicos das emissoras. O fato de os programas de auditório serem realizados ao vivo criaria uma dificuldade de ordem técnica aos organismos de repressão e censura dada a falta de pessoal suficiente: não era possível censurar previamente toda a programação, tendo em vista que nesse tipo de programa os distúrbios geralmente se deviam à espontaneidade dos artistas e da platéia. A solução encontrada pelo DIP foi a colocação de um censor nos auditórios das principais emissoras para assistir à programação, no entanto, essa medida só foi realmente eficiente nas principais capitais do país, em virtude de sua maior estrutura do quadro de funcionários.

Se, por um lado, a popularização da radiodifusão no Brasil era vista com maus olhos pela elite e pelos órgãos de repressão e censura, por outro, era um fenômeno irreversível de criação de uma cultura ouvinte da radiofonia e seu desenvolvimento se mostraria altamente vantajoso para o projeto de nação que se buscava construir. Dessa maneira, não haveria maiores intervenções públicas quanto ao formato das programações radiofônicas, pois cada vez mais se tornavam atrativas às agências de publicidade, e com isso, incentivava-se o desenvolvimento do rádio e dos mercados nacionalmente. Sob esta ótica é possível afirmar que o rádio brasileiro seria regulado pelo governo visando atender aos seus interesses:

- 1- Nacionalistas, ao promover a integração e garantia da soberania, desenvolvendo-se assim uma identidade nacional;
- 2- Trabalhistas, ao criar uma mão-de-obra disciplinada e em aliança com seus empregadores, num país que se procurava industrializar; e
- 3- De modernização do país que buscava superar seu atraso e tornar-se forte política, econômica, social e culturalmente.

Othon Jambeiro et alli identificam o alto grau de nacionalismo nas leis regulatórias do país, datadas de 1931 e 1932. Nestas, o rádio e a televisão (que existia experimentalmente nos Estados Unidos e Europa) são vistos como de interesse nacional, de modo que sua utilização reserva-se unicamente a brasileiros. Dentre os dispositivos principais, podem ser destacados os seguintes:

“

- Na decisão presidencial sobre quem deve receber a concessão a preferência é do concorrente que apresente a mais alta taxa de uso do equipamento fabricado no país em sua emissora.
- No mesmo processo decisório, também tem preferência o concorrente que prometa a mais alta percentagem de tempo dedicado a assuntos, autores e artistas brasileiros.
- Os concessionários são proibidos de:
  - A- firmar contratos com companhias estrangeiras;
  - B- aceitar a presença de entidades estrangeiras nas atividades administrativas da emissora;
  - C- ter empregados, sócios, diretores e gerentes estrangeiros”<sup>146</sup>.

Outra característica do rádio brasileiro que merece ser salientada diz respeito à sua definição enquanto *interesse público*, ou seja, a radiodifusão passou, a partir de sua

---

<sup>146</sup> JAMBEIRO et alli. 2004. Op. Cit. Pág. 183.

regulação, a ser tratada como um serviço público protegido e regulado pelo Estado. É nesse sentido que a PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro deve ser pensada enquanto um aparelho ideológico de Estado difusor de um projeto de nação. Ainda que as pretensões regulatórias do bloco hegemônico pós-1930 intencionassem inicialmente a disseminação de um veículo com finalidades preponderantemente educativas, na prática o que se viu foi o desenvolvimento do rádio comercial baseado no modelo dos Estados Unidos. À Rádio Nacional coube o papel de desmistificar a imagem do rádio-entretenimento como sendo de baixa qualidade, tamanha a sofisticação e a complexidade da elaboração de muitos de seus programas, consolidando assim o veículo no país.

O fato de ser a radiodifusão um serviço de exclusiva competência da União nos permite traçar outro paralelo com o projeto de Estado em construção. O grupo hegemônico vitorioso em 1930 vai promover a centralização das múltiplas esferas estatais, de modo que o processo de concessão e renovação dos serviços de concessão das telecomunicações era levado adiante primordialmente pelo governo federal, derrubando a descentralização até então vigente, de inspiração liberal. Não se pode perder de vista que tais medidas se relacionem intimamente com o intuito de garantir a soberania nacional em um período de crise econômica mundial, o qual culminaria num conflito de proporções nunca antes vistas. O rádio, ao trabalhar no âmbito cultural, aparecia como um importante mecanismo de definição da força e da unidade do país, o que não passou despercebido pelos governantes à hora de sua regulamentação.

No entanto, a centralização das concessões e suas renovações nas mãos do Estado não significaram de modo algum o abandono da promoção do desenvolvimento da radiodifusão por grupos privados. Ao contrário, o que se viu foram incentivos e facilidades às empresas privadas concessionárias, tendo em vista que estava em pauta a criação de um público ouvinte e um mercado consumidor. O Estado, ainda que centralizado e fortalecido, mostrava-se aberto ao capital privado e, inclusive, forneceria condições para que este se desenvolvesse nacionalmente. Segundo Jambeyro et alli, isto:

“estabeleceu um dos mais importantes fundamentos da indústria de radiodifusão no Brasil, ainda hoje em vigor: o Estado como poder concedente e, (...) o interesse privado como executor e beneficiário da atividade”<sup>147</sup>.

Também nesse sentido a Rádio Nacional desempenharia um papel pioneiro ao revolucionar no país as formas de busca por patrocínios e, desse modo, consolidar o modelo comercial da radiodifusão brasileira.

Dessa maneira, as leis de regulamentação do veículo radiofônico podem ser consideradas bastante sólidas, na medida em que, somadas a todas as alterações sofridas durante seu desenvolvimento, se adaptaram sem maiores dificuldades à realidade brasileira e permitiram a consolidação de uma cultura ouvinte na população. A chamada “missão” do rádio, no que se refere à sua possibilidade de alcançar os locais mais distantes, onde o poder público não possuía capacidade de chegar, estava sendo cumprida. O rádio se fortaleceria através da ampliação de seus serviços para todo o país, tendo aparecido a Rádio Nacional como elemento chave, por ser ela a única que se buscava eminentemente nacional. Ao fazer-se nacional, ainda que sem intervenções diretas do Estado (limitando-se ao determinante papel de escolha do diretor da rádio, escolha esta geralmente baseada em critérios que comprovariam, de um lado, a capacidade do escolhido de exercer a função e, de outro, seu pensamento de acordo com o projeto em questão), a emissora trabalha com a cultura de acordo com a política do Estado para a nação.

### **3.6- A Eficácia Simbólica da Programação Rádio Nacional**

A programação veiculada pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro seria o melhor retrato da proposta de radiofonia-entretenimento. No entanto, esta não pode ser simplesmente enquadrada num esquema de cultura de mercado, cujos resultados seriam estritamente a formação de uma sociedade de massa, por um lado, e nos termos de Dufour, a “proletarização dos consumidores”<sup>148</sup>, entendida como a maximização do

---

<sup>147</sup> Idem. Pág. 185.

<sup>148</sup> DUFOUR, Dany-Robert. 2009. **O Divino Mercado: a revolução cultural liberal**. Rio de Janeiro: Ed. Companhia de Freud. Pág. 36



consumo do público, por outro. Por certo, a ampliação do público das rádios no Brasil levará à homogeneização de diversos comportamentos da população, mas, ao mesmo tempo, ao menos no caso específico da Nacional, deixará seu público ouvinte em contato com sua própria realidade regional, reforçando os laços culturais destes com seus meios e permitindo o conhecimento e compreensão das diferenças, num país variado e de proporções continentais, algo fundamental para os países no contexto de guerra mundial, aonde diversas formas de intolerância vinham sendo combatidas.

A programação da PRE-8 também não seria unicamente voltada para a maximização de sua rentabilidade, tal como as emissoras privadas, cuja razão de ser é o lucro, embora as verbas de patrocínio fossem uma de suas principais necessidades, ao estar inserida num modelo de rádio comercial. O diferencial da Nacional frente às outras era a maior atenção voltada a programas que pudessem ser até deficitários, mas que por outro lado serviam para aumentar o prestígio da emissora, atraindo público, patrocinadores e artistas. O crescimento da emissora esteve bastante ligado a este fato, tendo em vista que os próprios artistas, se por um lado, como é comum em seus depoimentos, não recebiam salários tão altos como se possa imaginar, por outro, possuíam por trás, a melhor estrutura da época, na qual poderiam desenvolver plenamente suas capacidades, e como consequência almejar melhores contratos em suas apresentações ou turnês fora da rádio.

O sucesso da programação da Nacional também pode ser pensado sob outro prisma. A produção radiofônica, assim como toda produção cultural voltada para grandes públicos, ou seja, para a massa, ao mesmo tempo em que busca a produção de um padrão, deve evitar tornar-se repetitiva, naquilo que Edgar Morin chamou de dialética “inovação-repetição”<sup>149</sup>. Essa forma de produção, para não sair da grade horária da emissora e continuar sendo vista como um produto atraente ao público e, conseqüentemente, aos patrocinadores, “não poderia prescindir de uma dose de criatividade”<sup>150</sup>. Nesse sentido, é sempre necessário o incentivo à renovação de suas atrações, prática adotada pela Rádio Nacional por meio da não contenção de despesas. Esse estímulo contínuo permitiu aos criadores e produtores da emissora não se limitarem em seus projetos e, dessa forma, darem vida a programas elaborados e de realização complexa.

---

<sup>149</sup> MORIN, Edgar. 1972. A cultura de massas no século XX (o espírito do tempo), Rio de Janeiro: Forense Universitária Apud GOLDFEDER, Miriam. 1981. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pág. 27.

<sup>150</sup> GOLDFEDER. 1981. Op. Cit. Pág. 27.

Há ainda outro aspecto importante na moldagem da programação que não deve ser esquecido. Todo e qualquer programa, especialmente aqueles que são realizados tendo como meta a liderança na audiência, precisa agradar a seu público, não bastando somente impô-lo sob o risco de ser rejeitado por seus ouvintes. Dessa forma, há na produção radiofônica um mecanismo constante de “adaptação ao público e de adaptação do público a ela. É sua vitalidade”<sup>151</sup>, em outras palavras, ao mesmo tempo em que o rádio tem de se adaptar ao gosto do público, realizando as alterações necessárias e corrigindo eventuais falhas, o rádio possui essa capacidade de moldar os gostos e ressignificar diversas concepções de mundo de seus ouvintes. Dessa maneira, o rádio seria utilizado para veicular em suas transmissões os valores ético-morais para a nação que se buscava construir, além da pronúncia perfeita de seus locutores, num esforço educativo de ensino da língua portuguesa à população.

De acordo com a autora Miriam Goldfeder, “um moralismo difuso e predominantemente conservador caracterizava a produção ligada à Rádio Nacional”<sup>152</sup>. Essa afirmação, no entanto, deve ser relativizada, pois múltiplas vozes possuíam lugar na emissora, abrindo espaço inclusive para críticas sociais. O tom não monolítico de seu discurso deve-se à liberdade de seus funcionários em trabalhar as mensagens veiculadas em sua programação. No entanto, havia limites, como por exemplo, a proibição da palavra “amante” nos textos, de modo que, internamente organizava-se um consenso para que esses limites não fossem superados. A criação de ídolos no rádio também seria importante instrumento de transmissão, ainda que indireta, de padrões de comportamento. As principais camadas da sociedade “atingidas” por esses padrões serão a classe trabalhadora mais pobre e a chamada baixa classe média. Visando um alento às suas frustrações e necessidades cotidianas, muitos desses padrões comportamentais, geralmente típicos das classes médias urbanas, serão imitados com o intuito de elevar, de alguma forma, o status dessa camada mais baixa da população.

Os meios de comunicação da época contribuiriam decisivamente para que os padrões supostamente adotados pelos ídolos ganhassem uma aura mitológica, ou seja, os próprios ídolos apareceriam como figuras inalcançáveis. Todavia, por outro lado, esse patamar inatingível poderia ser superado pelo fato de serem os artistas, naturalmente, pessoas comuns, muitos vindos de camadas pobres. No caso da Nacional, a inexistência de um elevador exclusivo para artistas no Edifício A Noite reforçava essa

---

<sup>151</sup> MORIN. 1972. Op. Cit. Apud GOLDFEDER. 1981. Op. Cit. Pág. 27.

<sup>152</sup> GOLDFEDER. 1981. Op. Cit. Pág. 48.

aparente proximidade da população para com estes, tendo em vista que todos deveriam entrar numa mesma fila para chegar à emissora. A proximidade física entre ídolos e fãs permite simbolicamente que esses setores mais populares, geralmente excluídos deste mercado consumidor, participem ativamente de suas vidas, compartilhando, num plano imaginário de suas frustrações e alegrias, e contribuindo para seu sucesso ou infortúnio na carreira. Não é possível, portanto, reduzir a eficácia simbólica do papel mitológico desempenhado pelos ídolos às leis de mercado, embora estas também exerçam um papel importante.

Dessa maneira, devemos novamente tratar da questão dos auditórios, mas dessa vez sob outro aspecto. Além da possibilidade, mencionada anteriormente, de o público, geralmente oriundo das camadas subalternas da sociedade, psicologicamente equilibrar sua relação com os produtores e criadores dos programas, devido à possibilidade de rejeição e conseqüente alteração dos quadros do espetáculo, é na situação de encontro com o ídolo “ao vivo” que se extravasam espontaneamente as emoções. A autora Miriam Goldfeder vai destacar esse ambiente “como um dos espaços básicos de manifestação espontânea e autônoma de anseios e expectativas dos setores sociais que dele se utilizam, seja como meio de evasão, seja como expressão de valores estéticos”<sup>153</sup>. A preferência por determinado artista estaria relacionada a esses valores expressos nesse duplo movimento de moldagem por parte de produtores e público, valores estes que seriam disseminados para todo o país.

No entanto, deve-se salientar que o vasto alcance da Rádio Nacional não atuava sozinho, a disseminação desses padrões não pode ser resumida aos veículos de mídia, estando presente nas relações sociais como um todo. Muitas dessas se desenvolveriam, também, através do contato com outros meios de comunicação. As revistas especializadas sobre o rádio e as colunas escritas pelos próprios artistas desempenhariam esse papel complementar (como é o caso da cantora Emilinha Borba, escritora da coluna “O Diário”, e da famosa coluna de fofocas “Mexericos da Candinha”, precursora das diversas existentes na atualidade ao contar fatos da vida pessoal dos artistas). Porém, provavelmente os maiores responsáveis pelo espraiamento da idolatria sejam os fãs-clubes. Sua participação ativa, além de contribuir para a penetração dos ídolos em locais e territórios variados, seria, inclusive, fundamental na

---

<sup>153</sup> Idem. Pág. 141.

escolha dos rumos a serem tomados nas carreiras dos artistas, pois estas seriam baseadas nos gostos e preferências dos fãs.

Embora a programação desenvolvida pela Rádio Nacional fosse bastante diversificada, permitindo a heterogeneidade de seu público, faz-se necessário novamente ressaltar que sua produção tinha como principal alvo a parcela da classe média (especialmente média-baixa) e dos setores populares, em termos sócio-econômicos, e, quanto ao gênero, o público feminino. Isso é facilmente compreensível se levarmos em conta as características da sociedade brasileira da época, especialmente a urbana. Em muitas famílias, o homem passava boa parte do dia fora de casa trabalhando, enquanto a mulher se dedicava às tarefas domésticas. Dessa forma, o rádio servia de companhia durante boa parte do dia, por sua característica própria de não ser necessário estar parado em frente ao aparelho para ouvir às suas mensagens. Nesta perspectiva, também cabia às mulheres a tarefa de educar as crianças da família, que teriam um horário apropriado para ouvir ao rádio, geralmente após os horários escolares, definindo-lhes valores ético-morais, normas de conduta e regras de sociabilidade, por exemplo.

Esse principal público alvo das produções da emissora seria determinante no “caráter desta produção, impondo um padrão de consumo e de legitimidade simbólicos”<sup>154</sup>. Se formos pensar essa criação de um mercado consumidor inserida no projeto modernizante e nacionalista de Estado, conforme anteriormente discutimos, podemos considerar as discussões de Guy Debord acerca da sociedade do espetáculo. Em sua perspectiva, não se deve separar o espetáculo dos instrumentos de dominação de classe, ou seja, não há dominação somente pelas esferas econômica, política e social, há o espetáculo que representa a dominação cultural. Em suas próprias palavras, “a cultura é a esfera geral do conhecimento e das representações do vivido, na sociedade histórica dividida em classes”<sup>155</sup>. A cultura desenvolve-se e se transforma historicamente, assim como os conhecimentos da sociedade, num movimento sem retorno, de tal maneira que não é possível recriar os mesmos elementos culturais de uma sociedade, tendo em vista que esta se apresenta em constante transformação.

Sob esta perspectiva, Miriam Goldfeder, ao tratar do declínio da Rádio Nacional, identifica como uma das principais razões o fato dela ter quebrado sua eficácia simbólica ao longo do tempo. A PRE-8 “teria deixado, gradativamente de responder às

---

<sup>154</sup> Idem. Pág. 166.

<sup>155</sup> DEBORD, Guy. 1997. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. Pág. 119.

necessidades psicológicas e culturais do público para o qual se dirigia”<sup>156</sup>. Esse traço é claramente perceptível na análise das transformações sofridas pelos programas de auditório, os quais seriam estruturalmente modificados ao longo dos anos para solucionar problemas ocorridos no contato dos artistas com o público, mas que, por outro lado, dariam início a novos dilemas. Refiro-me, neste ponto, à cobrança de ingressos para assistir aos espetáculos produzidos nos auditórios das rádios, medida que teve por intuito selecionar um público dito mais civilizado e, com isso, evitar tumultos.

Esta medida, se por um lado fazia parte de uma tentativa de organização e moralização da participação popular dentro da emissora, por outro, era o reflexo do incentivo promovido pela própria emissora e pelos patrocinadores à criação de padrões de comportamento e consumo baseados na idolatria de um ou outro artista, mais identificado com determinada parcela da população. Portanto, se por um lado foi importante para a promoção de seus artistas, incrementando as demonstrações de carinho do público para com estes, por outro, promoveu a exacerbação de rivalidades e gerou, inclusive, conflitos entre seus fãs. Nas palavras de Goldfeder,

“quando os setores subalternos da população abrem seu espaço de participação, criando símbolos próprios, através dos quais se manifestam (a vaia, o grito, o contato direto e forçado com o ídolo manifestado na tentativa de puxar-lhe os cabelos ou rasgar suas roupas), quando sua espontaneidade parece representar um perigo, escapar ao controle dos meios de produção simbólica, são acionados os mecanismos punitivos e excludentes”<sup>157</sup>.

É importante ressaltar que esses problemas relativos ao acirramento dos ânimos dos espectadores ocorreram somente no final da década de 1950, portanto, quase vinte anos após a incorporação da emissora à União, de modo que a sociedade brasileira em muito diferia daquela dos anos anteriores. No ano de 1951, após cinco anos de revezamento do controle administrativo da Nacional por três diretores e dois superintendentes, seria nomeado Victor Costa diretor-geral da emissora, o qual ficaria no cargo até logo após a morte de Getúlio. Funcionário da casa há anos, cujo progresso individual até sua promoção ao cargo máximo atendia à política de evitar “a contratação de profissionais alheios à estrutura montada na PRE-8” dentre os alto-funcionários, Victor Costa desfrutaria de intensa liberdade e irrestrito apoio político, visto que devido à sua grande sociabilidade tornar-se-ia amigo de pessoas inclusive dos altos escalões do

---

<sup>156</sup> GOLDFEDER, Miriam. 1981. Op. Cit. Pág. 46.

<sup>157</sup> Idem. Pág. 117.

governo para desenvolver o aspecto comercial da emissora e implementar, em continuidade aos projetos anteriores, uma programação voltada para séries, novelas e outros programas de gosto popular, tais como musicais e programas de auditório.

Nessa época, apesar do sucesso de audiência das radionovelas, os programas de auditório tornam-se a marca da emissora. A idolatria atinge níveis nunca antes vistos e, em nome de um bom gosto representativo dos valores da classe média em ascensão, surgem as primeiras críticas ao modelo de programas de auditório, as quais culminariam na já mencionada cobrança e, posteriormente, aumento do preço dos ingressos, selecionando socialmente seus frequentadores. No mesmo sentido, viriam as tentativas de disciplinar o comportamento excessivo do público. Os fãs-clubes, surgidos a partir da década de 1940 e já mais organizados nos anos 1950, seriam particularmente visados por essa nova política interna, tendo em vista que suas manifestações durante os programas, como por exemplo, os especiais de eleição do rei e da rainha do rádio, extrapolavam os limites pacíficos e de ordem permitidos no interior da emissora e chegavam até a desembocar, vez por outra, em embates físicos dessas fãs nas ruas, como no caso das fãs de Emilinha e Marlene, ou no caso de Cauby Peixoto, cujas roupas eram rasgadas por suas fãs, em uma curiosa estratégia de marketing, cujos ternos traziam fracas costuras a fim de facilitar o desmonte da vestimenta e, dessa maneira, trazer um aspecto mítico a essas ações.

Por outro lado, também se fazia necessária a moralização dos próprios artistas. Ser artista de rádio, de início, apesar da identificação do público com os cantores e personagens do meio, era algo mal-visto na sociedade, diferentemente da imagem passada pelos artistas teatrais. Geralmente ligados à vida fácil, desregrada e boêmia, foi necessária sua transformação, sua ressignificação, agora associados aos ideais trabalhistas, conforme já discutimos, e ético-morais preconizados pelo Estado. Houve, portanto, a moralização do meio artístico, na qual a meritocracia desempenharia papel importante dentro da racionalização do sistema de seleção de novos valores, impedindo a entrada de novos artistas e funcionários por meios parciais de escolha, conforme os casos de “pistolão” e “beleza física” dos artistas, em detrimento de critérios que julgassem principalmente a qualidade e utilidade dos mesmos para os quadros da emissora.

O público das rádios psicologicamente também se sente responsável pelo julgamento meritocrático dos artistas, mas esse papel deve ser relativizado. A recepção espontânea do público, positiva ou negativamente, só é capaz de discriminar os

verdadeiros dos falsos valores, não mais que isso. Não é responsável, por exemplo, pelo sucesso de sua carreira, pois outras questões estão aí envolvidas, ou seja, o sucesso ou estrelato, por um lado, é uma conquista realizada por meio de esforços e méritos individuais, mas, por outro, depende da qualidade de seu trabalho em termos técnicos da emissora e do pessoal envolvido, de sua inspiração em realizá-lo e, às vezes, inclusive, do acaso ou sorte.

As fãs também se inserem nessa definição da qualidade de seus ídolos por dois meios. Um destes está na capacidade dos fãs de mostrar o quanto admiram o seu trabalho, por meio de cartas, cartazes e demais formas de demonstrar seu apreço, chegando inclusive ao ponto de tentar mostrarem-se íntimos de seus artistas, sem na realidade o serem. A outra forma, ligada à primeira, diz respeito à constante vigilância e, conseqüentemente controle de sua vida pessoal. Em outras palavras, isto quer dizer que, sob a ótica do público, há uma continuidade entre a vida pública e a vida privada da estrela, ambas são tratadas como uma unidade. Alguns casos se tornaram emblemáticos, como por exemplo, o polêmico relacionamento de Dalva de Oliveira e Herivelto Martins, no qual as próprias letras de suas músicas (autorais ou interpretadas) remetiam ao seu conturbado casamento.

A vida dupla do artista é geralmente reprovada por seu público. Esta reprovação da duplicidade da vida do artista, da máscara social que este utiliza é a reprovação da esfera de sua vida pública, na diferença que sua imagem apresenta, por um lado, para o público e, por outro, para a vida pessoal. Nas palavras de Alberto Costa, “é na medida em que se duplica a vida da estrela, que se distingue quem ela realmente é de quem ela representa ser”<sup>158</sup>. Nesse sentido, as qualidades necessárias a uma estrela, de acordo com essa ótica de seu público, deveriam ser a conduta ordeira e moral elevada, a simpatia e o carinho com o público (o que indica a dependência do ídolo para com seus fãs), a perseverança, o talento (voz, dicção e, no caso dos cantores, afinação perfeitas) e a personalidade (ser “diferente” e “única” frente aos demais).

No entanto, os artistas brasileiros, especialmente no ramo musical, nem sempre foram os preferidos da sociedade brasileira, especialmente fora do rádio. De acordo com Alcir Lenharo:

---

<sup>158</sup> COSTA, Alberto. 1984. **Cantoras do rádio: estudos sobre a imagem pública da estrela e sua autenticidade** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro. Museu Nacional, UFRJ. Pág. 170.

“na era do nacionalismo oficial, o prestígio ficava mesmo com os artistas estrangeiros. Os nacionais recebiam pouco, e pouco eram prestigiados pelos cassinos. Depois do seu fechamento as boates começaram a aparecer e a tendência se inverteu: os artistas estrangeiros, mais caros, começaram a escassear e o artista nacional ficou mais valorizado”<sup>159</sup>.

Conforme já vimos, no imediato pós-guerra, as emissoras de radiodifusão sofreriam uma avalanche de músicas estrangeiras e pela primeira vez no país veríamos a produção em massa de versões para essas músicas. Se, por um lado, esse movimento poderia ser visto como uma descaracterização da música popular brasileira, que por certo houve, abria espaço, por outro lado, para uma forma de resistência, baseada no nacionalismo, na atuação profissional dos artistas, como já foi, por exemplo, o caso de Jorge Goulart, cantor altamente identificado por sua postura esquerdizante.

A própria Rádio Nacional teria seu auge somente após o fim da guerra e se aproveitaria do maior espaço dado a artistas brasileiros pelas boates para divulgar seu variado elenco. Chegou, inclusive, a irradiar diariamente um programa da boate Midnight, também chamada nos anos 1950 de boate Meia-noite, do Copacabana Palace (o programa “Ritmos da Panair”). O rádio, de papel mais abrangente e concentrador, formaria, junto com o teatro de revista e com as chanchadas cinematográficas, o tripé da produção cultural de massa do país. Segundo Lenharo:

“Ao redor desse tripé gravitavam a indústria do disco, as editoras de músicas, as revistas especializadas, a publicidade. A vida musical do Rio e das capitais tinha nesse tripé o ponto de referência de suas atividades. Cantores, compositores, músicos, artistas de teatro, radioatores, de uma forma ou de outra, transitavam por um desses espaços culturais”<sup>160</sup>.

Uma das características da produção cultural de massa é a sua dinâmica. Ela constantemente pede novidades, redescobre, recria e consome valores, atuando como um permanente vir-a-ser de possibilidades de bens simbólicos para quem os consome.

A eficácia simbólica da Rádio Nacional se reduz drasticamente ainda durante o governo de Juscelino Kubistchek, quando este retira as ondas curtas de trinta e cinco metros do Rio de Janeiro e as transfere para a nova capital Federal, Brasília. Por um lado, o declínio da Nacional se explica pela falta de interesse do governo de Juscelino

---

<sup>159</sup> LENHARO, Alcir. 1995. **Cantores do Rádio. A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo**. Campinas: Ed. Unicamp. Pág. 24.

<sup>160</sup> Idem. Pág. 135.



em continuar a implementar tais práticas simbólicas, preferindo perspectivas mais concretas, de acordo com seu nacional-desenvolvimentismo e seu projeto como um todo, onde se incluem a repetição dos mesmos esquemas e programas, o desgaste gradual das imagens propagadas pela emissora e a lenta abolição dos canais abertos à participação popular (conforme o caso dos programas de auditório). Nas palavras de Miriam Goldfeder, a Rádio Nacional “não teve mais condições infra ou superestruturais de readaptar-se às novas exigências do mercado consumidor”<sup>161</sup>.

Perspectiva semelhante adota Dóris Fagundes Haussen ao identificar as causas das dificuldades enfrentadas pela Nacional a partir de fins dos anos 1950. Segundo a autora, estas foram:

“

- A rotatividade de diretores após o apogeu da emissora na primeira metade nos anos 50, período em que foi dirigida por Victor Costa;
- a diminuição das verbas publicitárias, um reflexo do deslocamento dos anunciantes para a televisão;
- a repetição dos mesmos tipos de programas;
- a demissão de radialistas após o golpe de 1964”<sup>162</sup>.

Sob este último ponto, o acontecimento ficou conhecido como o “caso César de Alencar”, no qual este, um dos maiores, senão o maior apresentador de programas de auditório da Rádio Nacional, teria, ao lado Celso Teixeira e Hamilton Frazão, delatado à Ditadura militar 36 colegas da emissora, dentre eles Mario Lago, Nora Ney, Jorge Goulart, Marion, Dias Gomes, João Saldanha, Heitor dos Prazeres, Oduvaldo Viana, Gracindo Júnior, Paulo Roberto e Gerdal dos Santos. Este último, juntamente com Mario Lago e Dias Gomes retornariam à Rádio Nacional após a anistia de 1978<sup>163</sup>. A partir de então estaria esgotada a possibilidade de ser retomado o projeto nacionalista que trazia a emissora como aparelho ideológico de Estado no âmbito cultural nos mesmos moldes do antigo bloco hegemônico pós-1930.

---

<sup>161</sup> GOLDFEDER, Miriam. 1981. Op. Cit. Pág. 46.

<sup>162</sup> HAUSSEN, Dóris Fagundes. 1997. **Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS. Pág. 114.

<sup>163</sup> LENHARO. 1995. Op. Cit. Pág. 247.

### **3.7- A Importância das Demais Programações Principais na Proposta Nacionalista da Emissora**

Neste momento, antes de concluir o capítulo, cabe examinar brevemente as demais programações, pouco ou ainda não citadas. No ano de 1945, a programação da Rádio Nacional se dividia principalmente em música (sendo 26,9% do total de música variada, 11% de música popular brasileira e 4,4% de música clássica e semi-clássica, totalizando 42,3% da programação somente baseada em musicais), seguidos pelo radioteatro e radionovelas (14,3%), cultura física (9,9%), programas educativos (4,4%) e programas de auditório (4%). Com a crescente comercialização dos horários e desenvolvimento das publicidades no veículo, esse quadro se alteraria, especialmente a posse do diretor geral Victor Costa, dotado de grande habilidade na negociação de contratos publicitários, quando seriam explorados mais ainda os potenciais comerciais dos programas de auditório e das radionovelas, aproveitando-se das inovações postas em prática por seus antecessores.

Os programas musicais da Rádio Nacional, conforme discutimos anteriormente, tornam-se pioneiros em termos de elaboração. Serão os grandes responsáveis pelo prestígio adquirido pela PRE-8 frente ao seu público, com programas de arranjos complexos que atestavam a qualidade de seus músicos e técnicos de som. Iriam de acordo com a proposta do rádio como veículo de distração e lazer, no caso específico da Nacional, sem se preocupar com as despesas para a realização destes programas, as quais seriam cobertas pelas outras atrações, tamanha a visibilidade da emissora. Juntamente com os programas de auditório, seriam responsáveis pela mistificação das figuras dos ídolos, de modo que, se fosse possível considerar o grau de popularidade comparativo entre os cantores e os rádio-atores, aqueles certamente atingiriam patamares mais elevados. A figura do ator passa a ganhar mais destaque com a televisão, quando a imagem suplanta a voz, o principal instrumento e forma de expressão dos cantores.

No entanto, se os musicais contribuíram para a consolidação da emissora e para a difusão do projeto cultural hegemônico de criação de um público ouvinte através do prestígio e do surgimento de ídolos, como foi o caso das acirradas disputas de “rei e rainha do rádio”, por outro lado, as radionovelas seriam também determinantes nessa

consolidação da emissora e do público por seu forte apelo comercial, tornando-se a maior fonte de faturamento da rádio. Não por acaso, após o início da veiculação da primeira novela transmitida no Brasil, “Em busca da felicidade”, muitas foram as propostas de patrocinadores para que novos horários fossem designados para a transmissão de radionovelas, o que seria prontamente atendido. O *cast* da emissora, somente no que tange às radionovelas, chegou a possuir mais de 150 integrantes. Segundo Ronaldo Conde Aguiar, “há quem assegure que, na década de 1950, as novelas correspondiam à metade da programação da emissora”<sup>164</sup>. Embora esta não seja uma afirmação baseada em dados concretos, é sugestiva do impacto do crescimento das novelas dentro da programação da PRE-8.

Um fato curioso diz respeito à resistência encontrada para a implantação destas no interior das emissoras, tanto por parte de membros da diretoria, quanto por parte dos atores do rádio-teatro, preocupados com a vinculação de sua imagem e nome com um gênero considerado artisticamente menor. Porém, o sucesso foi tamanho que ambos se renderam às radionovelas. De início, a produção cultural das novelas ainda não havia sido rigidamente estabelecida, ou seja, os profissionais circulavam por todo o espaço de produção das mesmas sem fronteiras delimitadas para o exercício de cada função. O número de novelistas colaboradores da Rádio Nacional, por exemplo, era grande. A atuação de muitos se dava por meio de contratos pelas agências de propaganda, que costumavam enviar os scripts já prontos para as emissoras. Com o tempo, as estações radiodifusoras foram se organizando e, no caso da Nacional, muitos desses colaboradores foram posteriormente contratados. A Nacional se tornaria uma fundamental escola de rádio-teatro para atores e atrizes, muitos dos quais futuramente seriam absorvidos pela televisão.

Os horários de suas transmissões, primeiramente escolhidos de forma aleatória, tal como verdadeiras apostas frente ao seu possível público, consolidar-se-iam ao longo do tempo de forma organizada. Sob este aspecto, Lia Calabre afirma que “em 1944, as novelas já integram plenamente o cotidiano das emissoras cariocas. Podemos tomar este ano como uma espécie de padrão para os seguintes”<sup>165</sup>. Entre os anos de 1944 e 1946, o horário da tarde seria modificado, com as novelas abrindo espaço para séries diárias, voltadas para o público jovem, das 16 às 18 horas. Os gêneros dessas radionovelas gravitavam em torno de romances de amor, suspenses policiais, dramas, mistérios e até

---

<sup>164</sup> AGUIAR. 2007. Op. Cit. Pág. 87.

<sup>165</sup> CALABRE. 2006. Op. Cit. Pág. 142.

aventuras, não havendo espaço para novelas preponderantemente de comédias ou sátiras, pois estes temas serão objetos de outros tipos de programas. O enredo evoluía de acordo com os índices de audiência que alcançavam, tal como ocorre hoje, e os finais eram sempre previsíveis, com os personagens de boa índole e moral correta tendo o final feliz.

A simplicidade e previsibilidade das novelas radiofônicas as transformaram em produtos de fácil acesso e consumo, sendo sua razão de sucesso a grande aceitação popular. Tornaram-se um gênero literário de características particulares ao buscar primeiramente o entretenimento pelo grau de emoção que produzem nos ouvintes. Por trabalhar apenas com as palavras do texto, a interpretação dos atores e outros tipos de sons que ambientavam a trama, despertavam a imaginação de seu público e liberavam suas fantasias. Nesse sentido, pode-se afirmar que as novelas não tinham o papel de fazer seus ouvintes pensarem ou questionarem politicamente. Se elas permitiam a reflexão, e de fato permitiam, esta se dava principalmente em termos ético-morais. Daí também talvez venha seu caráter descartável, em outras palavras, sua curta duração em termos de capítulos, com algumas exceções, casos das novelas “O Direito de nascer” e “Em busca da felicidade”, que tiveram longa duração, seu prazo determinado de validade, a fim de não se fomentar discussões mais aprofundadas sobre determinados temas. Ao fim de uma história, portanto, muda-se rapidamente o foco, pois em seguida inicia-se outra.

Além desse importante aspecto de cunho ideológico trazido pelo conteúdo das novelas, onde se enaltecia a retidão de caráter e os demais valores ético-morais, a programação novelística cumpria outro importante papel ideológico. O horário da novela vespertina era geralmente a hora de o trabalhador voltar para casa e se reunir com sua família, não era mais o momento de ficar nas ruas de vadiagem ou sem rumos definidos. Havia essa característica extremamente disciplinadora do trabalhismo que atuava em consonância com o horário das novelas no inconsciente da população, passasse a haver um controle mais rígido quanto ao tempo e sua relação com o comportamento das pessoas. Se, por um lado, a programação radiofônica durante o dia “seguraria” as mulheres donas de casa no lar para a realização de seus afazeres de uma forma submissa, esperando pelo retorno de seus maridos, por outro, à noite “traria de volta” os homens para o convívio familiar após um dia de trabalho.

A imensa maioria dos textos novelísticos falava sobre a época contemporânea, havendo uma sempre presente ligação entre a cidade e o campo, embora o ambiente

urbano geralmente prevalecesse. Os protagonistas pertenciam quase todos às classes média e alta, dentre os personagens do universo masculino, e, no feminino, uma das características mais marcantes está no fato das mulheres não exercerem atividades remuneradas, exceção aos casos explícitos de busca por trabalho em situações de problemas familiares ou financeiros das protagonistas. Todas as novelas possuem também seus personagens de apoio, que trazem equilíbrio entre os planos da realidade e o idealizado da trama, de tal forma que estes “ajudam a aumentar a dose de realismo e a tirar os protagonistas do patamar de semideuses”<sup>166</sup>, tendo em vista que este equilíbrio entre real e imaginário é uma das fórmulas de atração do público.

Os temas das radionovelas eram os mais variados. A autora Lia Calabre examinou diversas novelas transmitidas pela Rádio Nacional nos anos de 1940 a 1946<sup>167</sup> e algumas constatações podem ser feitas. A primeira delas diz respeito ao modo como é tratada a questão do trabalho, mais especificamente, o trabalho operário. As produções que remetiam às fábricas e ao ambiente operário como um todo buscavam amenizar a possibilidade do conflito de classes, pois este era visto sempre como uma má opção de ação dos trabalhadores. Em seu texto, geralmente pregava-se a união entre capital e trabalho, tal como o ideário varguista/trabalhista. No entanto, há de curioso o fato de que apesar do incentivo estatal ao trabalho e repressão ao não-trabalho, não havia a preocupação dos autores em encaixar todos seus personagens em algum patamar da escala produtiva; não interessava apresentar a ocupação de alguns, se esta não influísse no desenvolvimento da trama. Bastante recorrente nos textos era também a união entre cidade e campo como representante da união entre o moderno e o tradicional, também de acordo com a proposta de promoção de um país moderno e voltado para o futuro.

Todavia, não era costume dos autores das radionovelas mencionar questões políticas ligadas ao regime. Temas relacionados à repressão policial e censura não apareciam nos enredos das novelas, isso mesmo após o fim do DIP, que certamente proibiria a veiculação destas produções durante sua existência. De fato, não era costume do rádio da época retratar cenas de violência e sensacionalismo que se tornaram mais comuns no rádio e, principalmente, na televisão atual. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial serviu de inspiração para muitos novelistas, os quais retratavam o acontecimento como motivo de orgulho, ressaltando o cumprimento da obrigação de cidadãos daqueles que lutam em defesa da liberdade. Por sua vez, “a caracterização

---

<sup>166</sup> Idem. Pág. 161

<sup>167</sup> Idem.

tanto do nazismo como do fascismo nos textos radiofônicos é a de vilões da humanidade, inimigos que têm que ser perseguidos”<sup>168</sup>. Dentre os episódios dos seriados vespertinos de aventura, direcionados aos jovens, era possível ainda, encontrar argumentos de valorização da democracia em detrimento dos governos autoritários, reflexo da política de boa vizinhança com os Estados Unidos.

Nesse sentido, é possível afirmar que as temáticas apresentadas pelas radionovelas geravam reflexões e reações por interagir o tempo todo com questões vigentes do comportamento humano, tal como acontece com as novelas televisivas, ainda que estas reflexões não se aprofundassem muito. O texto radiofônico tem a capacidade de se interpenetrar no cotidiano, se espalhando pela sociedade e difundindo valores e concepções de mundo. Ainda nas palavras de Calabre, “os radioautores não se pretendiam doutrinadores, mas mantinham em seus discursos a preocupação com a moral vigente na época. Buscavam transmitir através dos textos o máximo possível do senso comum. A ordem era divertir e não revolucionar”<sup>169</sup>. Ao apresentarem-se como atração cujos fins eram meramente a distração, as novelas radiofônicas configuram-se como importante instrumento de difusão da ideologia dominante e de consolidação de valores ético-morais na sociedade brasileira.

Os programas humorísticos da Rádio Nacional também seriam de grande importância na consolidação da emissora e do gênero como um dos favoritos de seus ouvintes, alcançando elevados índices de audiência. Não haveria uma única fórmula para esses programas, havendo espaço para desde as duplas caipiras musicais “Jararaca e Ratinho” e “Alvarenga e Ranchinho”, por exemplo, até os modelos que se tornariam marca da emissora com os humorísticos “PRK-30” e “Balança mas não cai”.

A dupla Jararaca e Ratinho, que, entre idas e vindas, até a demissão de Jararaca em 1964 por suas ligações com o PCB, fez parte do elenco da Nacional, baseava suas apresentações na mistura do improviso com a capacidade musical, geralmente levando ao público uma forma de humor ingênuo, típico das populações do campo. A outra dupla que fez muito sucesso e chegou a possuir seu próprio programa, foi Alvarenga e Ranchinho. Notabilizaram-se pelo seu fino humor e por suas sátiras políticas, as quais renderam à dupla problemas com a censura e quatro prisões durante o Estado Novo. Curiosamente, após uma apresentação no Palácio do Catete para o próprio Presidente

---

<sup>168</sup> Idem. Pág. 199.

<sup>169</sup> Idem. Pág. 212.

Getúlio Vargas na data de seu aniversário, onde sátiras políticas foram cantadas, receberam liberação do Presidente para cantar o que quisessem sem censura.

O principal programa humorístico da Rádio Nacional e do Rádio brasileiro, entretanto, seria “PRK-30”, prefixo de uma suposta estação clandestina de rádio, apresentado por Lauro Borges (no papel principal do locutor Otelio Trigueiro, entre tantos outros) e Castro Barbosa (no papel principal do português Megatério Nababo D’Alicerce, entre outros), baseado na grande capacidade de seus apresentadores para fazer imitações e trocadilhos <sup>170</sup>. O programa, que ingressou na Nacional em 1946 e lá ficou até 1961, reproduziria uma programação normal de emissora, com músicas, shows de calouros, noticiários, novelas, publicidades, hora da ginástica e o momento de se dar um boa noite de despedida, típicos das estações prestes a sair do ar ao final do dia, sempre por meio de sátiras e paródias, de modo que se tornaria líder de audiência. O humor refinado de seus apresentadores serviria de inspiração para os maiores comediantes brasileiros e, apesar da aparente desorganização dos quadros do programa, tudo era cuidadosamente ensaiado e revisto antes de ir ao ar. Faria tanto sucesso que seria transmitido em São Paulo no ano de 1950, pela Rádio Record paulista, com o nome de PRK-15 e, posteriormente, chegaria à televisão, mesmo sendo um programa criado especificamente para o rádio.

Outro programa que alcançaria imenso sucesso em suas transmissões pela PRE-8 foi “Balança mas não cai”. Surgido em substituição ao unânime “PRK-30” e escrito por Max Nunes e Haroldo Barbosa, este programa trazia uma inovação em seu formato. O fato de se passar num mesmo prédio fictício era a única ligação entre cada um dos quadros, inaugurando o estilo tipicamente carioca de humor por esquetes e que, conseqüentemente, se fazia brasileiro dada a capacidade de influência da cidade nacionalmente. Seu enredo, ao longo de quadros isolados, dessa forma, apresentava-se como uma crônica do cotidiano do edifício no qual viviam, ou se encontravam os personagens, alguns dos quais marcaram época no humorismo brasileiro, não apenas do rádio, como por exemplo, o quadro “Primo rico e primo pobre”, interpretado por Paulo Gracindo e Brandão Filho.

Alguns desses programas seriam nos anos seguintes transpostos para a televisão, mas perderiam ao longo do tempo muito do prestígio popular que desfrutaram em sua época do rádio, embora ainda hoje existam atrações televisivas de formatos

---

<sup>170</sup> Mais informações ver: PERDIGÃO, Paulo. 2003. **No ar: PRK-30! O mais famoso programa de humor da era do rádio**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2ª. Ed.

semelhantes. A Rádio Nacional se tornaria uma verdadeira escola de talentos também no humor, e muitos de seus humoristas viriam a trabalhar em outros meios e se tornariam ícones. Nas palavras de Aguiar, “muitos se tornaram não apenas uma referência do humorismo radiofônico, como do próprio humor como categoria e gênero de expressão humana”<sup>171</sup>. A Rádio Nacional seria pioneira, nesse sentido, ao criar formas típicas de humor que, por serem originadas na cidade do Rio de Janeiro, trariam consigo muitos aspectos da personalidade do povo carioca, o qual, por sua peculiaridade seria representativo da população brasileira como um todo. Estas formas de humor seriam uma espécie de crônica da vida cotidiana do povo e difeririam, por exemplo, do humor produzido pelas emissoras paulistas à época, mais carregados de aspectos melancólicos, especialmente nos quadros envolvendo personagens das camadas pobres.

O humorismo produzido pela Nacional também possuía seus traços de crítica social, mas sua principal característica estava na sua capacidade de divertir, alegrar e distrair seus ouvintes. Aliando problemas contemporâneos com o humor, havia espaço para conteúdos críticos em diversos quadros apresentados nos programas humorísticos. “Primo rico e primo pobre”, por exemplo, chamava atenção para a desigualdade social; “Tancredo e Trancado”, por sua vez, levantava diversos temas, tais como a questão da moradia, a carestia de vida e até mesmo a corrupção na política. Nesse sentido, o conteúdo da programação da Rádio Nacional não se reduzia ao conformismo e à mera aceitação do regime então vigente. Outro exemplo sugestivo estava no personagem vivido pelo comediante Silvino Neto, o “Recruta vinte e três”, com um discurso imbuído de uma crítica à guerra e aos militares, durante o período do conflito mundial.

Assim como as radionovelas, o humorismo desempenharia uma importante função social que estaria de acordo com o projeto levado adiante pelo grupo hegemônico. Transmitido geralmente no horário da noite, seria uma forma de permitir que seus ouvintes relaxassem após um dia de trabalho. Seu conteúdo de fácil captação não exigiria maiores esforços de compreensão, de maneira que, ainda que houvesse alguma forma de crítica social presente não propiciaria discussões aprofundadas sobre os temas, tratados superficialmente apenas para contextualizar as piadas. Seria uma programação nacionalista, na medida em que seus personagens e problemas sociais diziam respeito às mais variadas regiões do país, e trabalhista/varguista por ter em seu

---

<sup>171</sup> AGUIAR. 2007. Op. Cit. Pág. 108.



conteúdo esses traços disciplinadores e de limitada discussão dos conflitos de classes e demais questões sociais .

O jornalismo da Rádio Nacional, por seu turno, teve seu pioneirismo a partir do programa “Repórter Esso”, o qual, ao longo dos anos adotaria os *slogans* “O primeiro a dar as últimas” e “Testemunha ocular da história”. Fruto da política de boa vizinhança, sendo patrocinado exclusivamente pela petrolífera norte-americana, vai ao ar no mesmo dia da entrada do Brasil na Segunda Guerra. Seu principal locutor, Heron Domingues, viria do Rio Grande do Sul para concorrer à vaga em 1944, onde ficaria até 1962 e instituiria um estilo próprio de leitura dos textos jornalísticos, repletos de emoção de acordo com o teor da notícia. Nada parecido com as leituras frias, mecânicas e objetivas que se tornaram regra posteriormente.

O objetivo era simples: a vivacidade e empolgação da leitura trariam aos ouvintes a dimensão real do acontecimento narrado. A voz e a personalidade de Heron Domingues no Repórter Esso foram ainda determinantes para inaugurar um estilo de jornalismo radiofônico pautado pela síntese. Uma das inovações jornalísticas consistia no emprego da técnica da “manchete” na abertura dos textos para chamar a atenção dos espectadores. De acordo com Aguiar, “os textos lidos eram objetivos, ligeiros, as frases curtas, o que facilitava a leitura e a assimilação do seu conteúdo. Nenhuma notícia podia se exceder em demasia, a não ser quando a cobertura de um acontecimento assim o exigia”<sup>172</sup>. Não demoraria muito para que as demais emissoras de rádio e, anos depois, as de televisão, passassem a adotar procedimentos semelhantes nas transmissões radiojornalísticas.

A credibilidade do jornalismo da Nacional seria conquistada durante a Segunda Guerra, quando as notícias relacionadas ao conflito tornaram-se assunto prioritário das quatro edições diárias do Repórter Esso e de suas edições extraordinárias. Durante a guerra, também seriam importantes as campanhas radiofônicas por todo o Brasil pela União Nacional antifascista e pelo alistamento e apoio financeiro às forças armadas brasileiras. A campanha “O Petróleo é nosso”, mais tarde, à época da criação da Petrobrás, também seria marcante aos microfones da PRE-8, pois o rádio sempre se mostrou o veículo mais importante na divulgação das campanhas nacionais em geral até aquele momento, devido à sua capacidade de arrebanhar a opinião pública de todo o país na defesa dessas causas.

---

<sup>172</sup> Idem. Pág. 115.

O desempenho marcante de seu locutor à frente dos microfones da Nacional, cujas ondas curtas alcançavam todo o país, levaria a direção da emissora a fundar a já mencionada Seção de Jornais Falados e Reportagens da PRE-8, em 1948. Esta seria a primeira redação montada exclusivamente para radiojornalismo no país, ampliada mais tarde para Departamento de Jornais Falados, em 1951, e para Divisão de Radiojornalismo, 1954. Essa crescente estruturação permitiria a “expansão e diversificação da notícia na programação da Nacional”<sup>173</sup>, com novos informativos e programas de debates das notícias. O auge seria a criação da Rede Nacional de Notícias, em meados da década de 1950, “um serviço de transmissão em ondas curtas de 17 boletins produzidos diariamente pela PRE-8 e distribuídos por centenas de emissoras e serviços de alto-falantes em 14 estados brasileiros”<sup>174</sup>.

Algumas notícias marcantes seriam irradiadas pelo Repórter Esso na rádio, tais como o fim da Segunda Guerra, o suicídio de Getúlio Vargas, o lançamento do primeiro satélite artificial em órbita da terra e a conquista pelo Brasil da Copa do Mundo de 1958. A programação esportiva, por seu turno, nunca foi motivo de destaques durante o período de ouro da Rádio Nacional se comparada às demais programações, que ocupavam mais tempo na grade horária. Entretanto, ainda assim viria a se tornar uma escola de narradores esportivos, sem precedentes no país. Possuía espaço no domingo, espremido entre as atrações do dia, para a transmissão dos jogos de futebol, já transformado em paixão nacional, para o programa “Resenha Esportiva Superball”, e para o programa diário “No Mundo da Bola”<sup>175</sup>, recordista de audiência. A PRE-8 desfrutava de tanto prestígio que podia se dar ao luxo de não dar tanta ênfase ao esporte favorito dos brasileiros em sua grade horária.

No entanto, além de inovar com debates dominicais após a rodada e diariamente conforme os programas mencionados acima, a Nacional revolucionaria as transmissões de futebol, com a implantação do “sistema duplo”, o qual dividia o campo em dois setores, cada qual ocupado por um locutor, disposto em ângulo oposto ao parceiro de narração e voltado para um dos lados do campo. Foi um sistema adotado por muitos anos, com o intuito de reduzir as dificuldades de transmissão, tendo sido utilizado inclusive na narração da traumática final da Copa do Mundo de 1950, perdida para o Uruguai. A transmissão dos jogos da copa de 1938, da qual a Nacional não participou,

---

<sup>173</sup> SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Pág. 80

<sup>174</sup> Idem. Pág. 80.

<sup>175</sup> AGUIAR. 2007. Op. Cit. Pág. 125.

fora a primeira vez na história do rádio brasileiro que a massa da população, de diversos pontos do país, parou para acompanhar a um evento por meio da radiodifusão. A população das principais cidades do Brasil se aglomerava perto dos radiofalantes distribuídos em espaços públicos e galerias. A cadeia de emissoras Buynngton, formada por cinco emissoras (rádio Clube do Brasil e Cruzeiro do Sul, do Rio de Janeiro, Cosmos e Cruzeiro do Sul, de São Paulo e pela Rádio Clube, de Santos), transmitiu o evento, sob o apoio dos jornais O Globo e Jornal dos Sports e sob patrocínio do Cassino da Urca <sup>176</sup>, narrado unicamente no Brasil por Leonardo Gagliano Neto, que depois passaria a integrar o quadro da Nacional do Rio de Janeiro. Curiosamente, ficaria negativamente marcado por narrar, com igual intensidade dada aos gols brasileiros, o gol italiano que selaria a eliminação brasileira da competição, na derrota por 2x1, algo inaceitável ao público nacional, mas ainda assim sua presença na emissora interessaria aos diretores da emissora da Praça Mauá. A direção da PRE-8 certamente percebeu o poder que teria em mãos se passasse a transmitir também a esses jogos de futebol.

Contaria ainda em seu *cast* esportivo com a presença de locutores como Oduvaldo Cozzi, Jorge Cury, e Antonio Cordeiro, este também responsável pelo Departamento de Esportes da Nacional, para o desenvolvimento de seu setor esportivo. Um concurso realizado pelo programa “No Mundo da Bola” para eleger o melhor jogador brasileiro, nos anos 1940, recebeu nada menos do que 19.105.856 envelopes do patrocinador, o analgésico “Melhoral”. O eleito foi Ademir Menezes (Queixada), atleta do Vasco da Gama e Seleção brasileira, com 5.304.935 votos, mais do que o somatório dos candidatos Eurico Dutra (3.251.507 votos) e Eduardo Gomes (2.030.342 votos) e mais do que os votos do próprio Getúlio Vargas anos depois, em 1950 (3.849.040 votos). Por ser uma rádio carioca, em uma época em que não se transmitiam os jogos de times de outros estados, a Nacional “ensinou” seu público ouvinte a torcer pelos clubes do Rio de Janeiro. A capacidade de alcance e alastramento da mensagem da PRE-8 por todo o Brasil pode ser atestada também pelo fenômeno de popularidade desses clubes, em especial, do Flamengo, detentor da maior torcida do país.

Essa influência não se dava somente nas transmissões esportivas, como foi o caso de um dos personagens do humorístico “Balança mas não cai” interpretado pelo comediante Germano (“Peladinho”), ardoroso torcedor do Flamengo, cujos bordões

---

<sup>176</sup> ORTRIWANO, Gisela Swetlana. S.d. “França 1938, III copa do mundo. O rádio brasileiro estava lá”. Pág. 2.

relacionavam-se ao clube (por exemplo, “Mengo, tu é o maior!”<sup>177</sup>). Em síntese, “A Rádio Nacional é responsável pela existência, em todos os estados brasileiros, de grandes torcidas dos clubes do Rio de Janeiro, que, na maioria dos casos, superam, em número, os torcedores dos clubes locais”<sup>178</sup>. Cabe, por fim, ressaltar o porquê da cidade escolhida para elevar o futebol ao status de paixão nacional por meio do rádio ser o Rio de Janeiro. Por ser a capital da República, síntese da nacionalidade que se construía e por possuir grande apelo popular, já tendo se tornado um fenômeno de massa e sucesso de público (não por acaso o maior estádio de futebol do Brasil e do mundo, o Maracanã, seria construído na cidade por iniciativa do Estado), principalmente na cidade em questão, era natural que os times cariocas de futebol fossem os elementos responsáveis por divulgar e espalhar a paixão pelo esporte e, conseqüentemente, por seus clubes, para todo o país. Seu futebol de estilo vistoso e bem jogado era tido como uma boa oportunidade para se promover o esporte e o país nacional e internacionalmente.

Todos esses exemplos de programação mencionados acima são, portanto, representantes da capacidade aglutinadora e integradora da PRE-8 Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Em sua programação diversificada haveria espaço ainda para programas meramente educativos, sobre conhecimentos gerais, conhecimentos escolares, saúde, cultura física e higiene pessoal (por exemplo, cuidados com o corpo), geralmente no período matinal, e para demais informativos. Em suma, não havia apenas a preocupação com o lazer e entretenimento, mas também com a cidadania e com a formação de uma unidade nacional, em torno do projeto varguista/trabalhista de Estado e nação, levado a cabo pelo bloco hegemônico pós-1930, projeto este que perderia parte de sua eficácia simbólica ao decorrer de duas décadas e seria abandonado pelos novos grupos dominantes no país.

---

<sup>177</sup> AGUIAR. 2007. Op. Cit. Pág. 141.

<sup>178</sup> Idem. Pág. 129.

## Conclusão

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que a Rádio Nacional se transforma, ganhando corpo a partir de alguns condicionantes históricos, políticos e ideológicos, tais como a derrota do liberalismo clássico após a chegada ao poder do grupo vencedor da Revolução de 1930; a derrota da oligarquia cafeeira em seu levante de caráter regressista e reacionário de 1932; o desmantelamento das forças populares de esquerda, em 1935, e das forças de viés pró-fascista, em 1938; e, finalmente, a implantação do golpe do Estado Novo, em 1937. A partir de então, o bloco hegemônico torna-se capaz de consolidar-se à frente do Estado, adotando um nacionalismo populista. Dessa forma, o Rádio, em desenvolvimento, surge como elemento capaz de organizar, divulgar e difundir seu projeto político-ideológico nacionalista e de viés moderadamente popular - em contraposição à sua outra feição coercitiva, também existente - sob controle do Estado.

No interior desse projeto de Estado e nação em construção, a emissora da Praça Mauá teria função preponderante. O Estado varguista e o trabalhismo não teriam existido em toda sua dimensão e eficácia se não existisse o *broadcasting* de alcance nacional e internacional da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. A própria emissora não teria se viabilizado se não estivesse situada na capital da República, mas principalmente pelo fato de ser esta uma cidade, desde os tempos da chamada República Velha, considerada por sua elite e seu povo um modelo para as demais do país em termos políticos e sociais. A força da Rádio Nacional correspondia à preponderância do Rio de Janeiro como expressão cultural do Brasil.

A principal razão para o esvaziamento e, conseqüentemente, para a perda de importância da Rádio Nacional do Rio de Janeiro deve-se a não-continuidade do modelo nacionalista por muitos anos adotado para o país e para o rádio, enquanto meio de comunicação. Se, por um lado, o constante desenvolvimento tecnológico, o qual, ao mesmo tempo em que proporcionaria maiores alcance e qualidade das ondas radiofônicas, desenvolveria a televisão, veículo absorvente de grande parte da programação radiofônica e de suas verbas publicitárias, em detrimento desta, por outro, o abandono não só da emissora, como da proposta de emissoras públicas, até então

norteadoras da radiodifusão brasileira, alteraria completamente o quadro construído para a radiofonia ao longo de mais de vinte anos.

Mais do que o simples abandono do rádio como principal veículo das telecomunicações, tendo em vista que a chegada de novas tecnologias nos sistemas de difusão viria necessariamente a exigir a readaptação do conteúdo das produções radiofônicas, como por exemplo, o caso da televisão que terá a imagem como maior atrativo, estava sendo deixado de lado o sonho de construção de uma nação soberana, assim como desconfigurava-se o projeto popular de cultura e de país, por maiores que possam ser as ressalvas feitas a este. A PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro era a principal representação deste projeto de cultura popular levado adiante, autônomo frente às interferências diretas estatais, mas inserido nas políticas de Estado e nação do grupo político dominante. Seu declínio possui, portanto, relação direta com a ruptura do projeto de nação realizada pela nova elite política no poder pós- 1964.

O surgimento da televisão acenderia um sinal de alerta para o rádio, no sentido de que esse novo veículo, possuidor do atributo da imagem, da qual o rádio não dispunha, tornar-se-ia bastante atrativo ao público, aos artistas e até aos profissionais radiofônicos. Esse fato obrigou à reestruturação e à readaptação dos formatos da programação do veículo radiofônico, tendo em vista que boa parte da audiência e das verbas publicitárias migrariam para as atrações televisivas. O rádio, no entanto, não teria seu fim decretado, conforme os mais pessimistas previam, mas seria em muito transformado. Grande parte de sua transformação, todavia, seria devido ao fato de ter sido deixado de lado pelo poder público justamente neste momento em que se faziam latentes as necessidades de se repensar o modelo de radiodifusão para o país, onde ao mesmo tempo, paradoxalmente, o rádio alcançava seu grau máximo de desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, de possíveis ouvintes, por um lado, enquanto, por outro, desenvolvia-se a televisão, de grande influência em seu declínio, devido aos motivos mencionados acima.

O primeiro momento em que é possível identificar um sinal de abandono do projeto nacionalista popular pelo governo federal deu-se com a decisão de não levar adiante a criação da TV Nacional, no Rio de Janeiro, apesar dos os equipamentos já estarem inclusive comprados. Fruto das pressões políticas de grupos privados, ligados ao capital estrangeiro, não seria o primeiro golpe sentido pela Nacional, que pouco antes, em 1947, já havia sido, em parte, ceifada, por alguns anos, da iniciativa que dava a possibilidade de montar uma gravadora própria, a qual garantiria o monopólio da

produção de seus artistas, com a proibição da importação dos equipamentos necessários para fins comerciais. Somente em 1951 a Nacional lançaria seu selo de gravadora, já não mais com um caráter pioneiro, pois outras gravadoras se instalavam pelo país. No entanto, este atraso não traria maiores problemas ao desenvolvimento da emissora, que se perfilaria por longos anos na liderança da audiência. O canal de televisão, por seu turno, seria lançado primeiramente em Brasília, no dia 21 de abril de 1960, data da inauguração da cidade, enquanto, no Rio de Janeiro, o canal originalmente destinado à emissora ficaria nas mãos de Roberto Marinho.

A PRE-8 havia escapado dos efeitos das diversas turbulências pelas quais o país atravessara, incluindo aí até a tentativa de venda de parte dos bens de “A Noite”, após a deposição de Getúlio, em 1945, sofrendo com a alta rotatividade de diretores após o pedido de exoneração do cargo por Victor Costa, em 1954, mas sofreria seu maior golpe com o governo militar, em 1964. Além da demissão de 36 funcionários, sob a denúncia de que estes realizavam atividades subversivas, a própria estrutura organizacional da PRE-8 seria gradativamente desmontada. Em um contexto internacional de auge da guerra-fria, internamente no Brasil institucionalizava-se a caça aos comunistas e aos militantes e simpatizantes de esquerda. Sob essa ótica, não haveria mais a possibilidade de se levar adiante uma proposta de rádio popular, em outras palavras, as atrações que eventualmente pudessem mobilizar as massas não eram de forma alguma vistas com bons olhos pela elite política conservadora que tomara o poder.

Nesse sentido, uma nova ênfase seria dada à radiofonia brasileira. O regime militar daria clara preferência nas concessões às emissoras da iniciativa privada, de tal modo que o aspecto comercial da radiodifusão se sobreporia definitivamente face ao rádio-arte. Progressivamente assistiríamos ao desmantelamento da programação da Rádio Nacional, à redução de seu elenco, à perda de sua audiência, à falta de manutenção de seus equipamentos e ao abandono de seu acervo e de sua história. Em situação pior ficaria a Rádio Mayrink Veiga, então controlada por Leonel Brizola, seguidor da proposta nacionalista popular, tal qual João Goulart. Esta teria sua concessão cassada de maneira definitiva em 1964 e sua frequência de trânsito livre internacional ocupada pela Rádio Globo.

Em 1964 mudam-se as condições políticas, as instituições e o próprio modelo de país. Embora mantendo um aspecto nacionalista, o projeto de país levado adiante pelos governos militares abandona completamente o viés popular, sustentando-se nos aparelhos repressivos do regime antidemocrático. Este projeto, alinhado com os Estados

Unidos, economicamente adota uma política recessiva e impopular, a qual acaba por gerar falências, arrochos salariais, demissões e perda de seu respaldo na classe média. Nessa perspectiva, movimentos populares contrários à Ditadura, tais como o movimento estudantil e movimentos ligados às alas mais progressistas da Igreja católica, ascendem e passam a pressionar politicamente o governo, sendo duramente reprimidos.

As divergências e contradições internas levaram a disputas no interior dos altos escalões do poder, disputas que nortearam basicamente todo o período de duração do governo militar. O declínio da Rádio Nacional, portanto, deve ser situado historicamente nesse período conturbado de grandes embates tanto dentro do sistema, quanto contrários a este. A perda de prestígio da Nacional tem como causa principal o abandono do projeto nacionalista popular. Dentro do projeto de “Brasil grande potência”, preconizado pelos militares, a emissora não possuiria mais razão de existir, visto que o governo golpista não fazia questão de legitimar-se frente à população. Esta seria a razão para a crescente insustentabilidade do regime, que, anos depois gradativamente promoveria uma abertura, até sua extinção em meados dos anos 1980.

A criação, em 1975, da Radiobrás também evidenciou o descaso do poder público quanto à emissora da Praça Mauá. Nos anos subseqüentes a esta ação do governo, cujo intuito foi o de centralizar num único organismo o controle às emissoras de rádio e televisão, seus funcionários afastados seriam anistiados, dentre estes, apenas 12 reintegrados e boa parte da estrutura da empresa estatal seria privatizada sob os argumentos de que gerava prejuízos e seus custos eram muito altos. Seu acervo, ameaçado de ser jogado ao mar, abandonado nos corredores, nas salas e até nos banheiros da emissora, desde 1972 haviam sido transportados para o Museu da Imagem e do Som, cuja restauração iniciou-se somente em 1976. No entanto, a latente falta “de uma clara política de recursos humanos na emissora carioca revela indisfarçável má vontade da Radiobrás para com a Nacional do Rio de Janeiro”<sup>179</sup>. Também nessa época, a Nacional perderia seu lugar privilegiado no *dial* (980 kHz), até então exclusivo, para uma nova faixa não dotada dessa exclusividade, o que acarretava em piora da qualidade de suas ondas sonoras.

Dessa forma, uma das conclusões que podemos chegar diz respeito ao fato de que, se o golpe de 1964 rompeu com o projeto iniciado em 1930 pelo bloco político então hegemônico no poder de criação de instituições de Estado, todas de caráter

---

<sup>179</sup> SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit. Pág. 186.



nacionalista e buscando a integração do território e da população, assim como sua inclusão, essa ruptura foi levada adiante pelos governos posteriores. A falta de interesse público levou à precarização constante das condições de trabalho dos funcionários da Nacional através das falta de manutenção e não compra de novos equipamentos, além do arrocho salarial que sofreriam seus empregados. O rádio, e principalmente, a radiofonia pública de caráter popular, deixavam de ser assunto prioritário para o governo militar, especialmente devido às suas características perigosas politicamente para os grupos dominantes. Em um período de crescente repressão e censura política, que teria seu ápice após a divulgação do Ato Institucional no. 5 (AI-5), o Rádio brasileiro seria transformado em um veículo frio e distante de seus espectadores. A doutrina de Segurança Nacional passaria a ser norteadora da radiodifusão no país, se utilizando de mecanismos repressivos e de censura quando necessário, mas, principalmente, desmontando de vez a simbólica proximidade do meio com seu público ao tirar do ar qualquer tipo de programação que pudesse aflorar emoções e manifestações. O próprio auditório, expressão máxima do caráter popular da emissora, perderia suas poltronas para dar lugar ao Departamento de Radiojornalismo, um dos poucos remanescentes e, nesse momento, responsável pela principal programação da casa.

No que concerne à preferência dada às concessões de emissoras privadas de radiodifusão, estas devem ser pensadas em conjunto com as emissoras televisivas. Grande parte das principais verbas publicitárias migraria de um veículo para outro, reduzindo a importância da radiofonia brasileira na promoção de cultura, somadas à sua desconfiguração e praticamente extinção de programações com atrações diversificadas. Por sua vez, a televisão buscará consolidar-se nacionalmente aproveitando-se do mercado consumidor mais bem estruturado do que nas décadas anteriores e em crescente racionalização. A produção de cultura no país passa cada vez mais a se identificar com o consumo e o mercado, em detrimento da relação entre cultura popular e política. De acordo com Ortiz,

“a indústria cultural adquire, portanto, a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos mercadológicos; a idéia de ‘nação integrada’ passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional”<sup>180</sup>.

---

<sup>180</sup> ORTIZ. 1989. Op. Cit. Pág. 165.

Nesse sentido, não se deve deixar de lado o apoio dado por considerável parcela da burguesia nacional, especialmente aquela ligada aos capitais estrangeiros, à ação militar de primeiro de abril de 1964. Interessava-lhes a entrada de capitais privados em setores estratégicos, anteriormente restritos à sua presença, em mãos exclusivas do Estado, ou por este majoritariamente controlado. Conforme vimos no capítulo anterior, a regulação da radiodifusão e até mesmo da teledifusão possuía um caráter nacionalista de Estado, completamente diferente da política que seria levada a cabo pela elite política emergente após o golpe de 1964. O nacionalismo preconizado pelo governo militar possuirá um caráter autoritário diferente do levado adiante, inclusive durante o Estado Novo, por fechar praticamente todos os canais de participação popular por meio de intensa repressão e censura, apesar de disfarçado de democracia com eleições em algumas esferas e um bipartidarismo oficial que restringia em muito as escolhas.

Por trás dos interesses nacionalistas dos governos militares, portanto, estava a consolidação do capitalismo de mercado no país, o qual necessitava da entrada de empresas estrangeiras em setores ainda pouco desenvolvidos, o golpe de 1964 representou o início da hegemonia do capital financeiro internacional. Todavia, a doutrina de Segurança Nacional, em defesa da soberania nacional, não permitiria sua entrada maciça em diversos setores considerados estratégicos, como por exemplo, as telecomunicações e a radiodifusão, daí vindo a criação da Radiobrás, vinculada ao Ministério das Comunicações. A presença dos capitalistas ligados aos estrangeiros, no entanto, se fazia crescente, de tal modo que possibilitou sua aliança com o Estado autoritário na realização de interesses comuns a ambos, é o emblemático caso, por exemplo, das organizações Globo, favorecidas, por um lado, de maneira a permitir seu desenvolvimento nos ramos televisivo e radiofônico, enquanto por outro, especialmente com a televisão, que se tornaria mais forte ao longo dos anos, atendia a interesses de integração nacional no âmbito cultural, porém agora baseados no mercado. Não estava mais em questão a formação de cidadãos, portanto, mas apenas de consumidores.

A estrutura da Radiobrás seria ao longo dos anos reduzida, devido às privatizações de diversas emissoras até então sob seu domínio, mas seria nos anos 1990, auge da onda privatizante que tomou o país, a época onde ecoariam mais fortes os boatos sobre a venda da emissora para grupos privados, o que felizmente não aconteceu. Na realidade, estava em andamento um projeto claro, iniciado timidamente anos antes: ao anunciar o fim da “Era Vargas”, o então presidente Fernando Henrique Cardoso simbolicamente chamava atenção para um novo modelo político-econômico

que emergia no país como dominante, completamente diverso do projeto de Estado responsável por tornar a Rádio Nacional um instrumento hegemônico de divulgação da cultura popular para todo o Brasil. A intenção da elite político-econômica no poder demonstrou-se diametralmente oposta ao buscar suprimir os rastros deixados pelo projeto nacionalista e trabalhista de Vargas e por seus subseqüentes.

Este novo modelo político-econômico ficaria conhecido como neoliberalismo, uma forma que retomava diversos princípios do liberalismo clássico, mas trazia para si o patamar de verdade absoluta, em outras palavras, diferentemente de sua forma original, o neoliberalismo apresentava-se como uma ciência, dificultando seu questionamento num primeiro momento. No Brasil, assim como em diversos países da América Latina, teve como pressuposto teórico de sua instalação o “Consenso de Washington”<sup>181</sup>. Surge como uma tentativa de solucionar a crise em que o país mergulhara nos fins dos anos 1970, após o chamado “milagre econômico”, cujo crescimento econômico não foi acompanhado do crescimento da renda da população, aumentando os problemas sociais, a inflação e as dívidas do Estado.

Sendo assim, a política neoliberal imposta no Brasil não possuía um projeto político de Estado para o país, mas apenas econômico. Um dos pressupostos básicos do neoliberalismo é o princípio da liberdade de mercado, ou seja, todas as questões devem ser tratadas como primordialmente relacionadas à sua adequação ou não às necessidades de mercado. Sob esse escopo, reduz-se o espectro da discussão política à sua viabilidade frente a este mercado, de modo que a ideologia e a política aparecem casadas. Nessa mesma ótica, não haveria espaço para o Estado, à exceção da existência de dificuldades na auto-regulação do mercado, de tal maneira que aquele apareceria em sua forma diminuta, com o papel de mero regulador.

Foi sob essa perspectiva que surgiram os argumentos, vários dos quais incongruentes, de ineficiência e inchamento do Estado. Para estes, era necessário o “Estado mínimo”, de tal maneira que se levou à redução do mesmo, através da redução de investimentos, considerados “gastos” pelos cânones deste modelo de política econômica, ao arrocho salarial dos servidores públicos, à diminuição da estrutura estatal, por meio da venda, tentativa de privatização e abertura de capital de empresas anteriormente sob o monopólio do Estado, e por mudanças na legislação. O país tornou-

---

<sup>181</sup> O “Consenso de Washington” foi a expressão cunhada pelo economista inglês John Williamson e adotada pelo Fundo Monetário Internacional para a lista de medidas a serem tomadas pelos países da América Latina a fim de solucionarem suas crises econômicas.

se dependente do capital financeiro, em grande parte especulativo, atraído pelas elevadas taxas de juros e vulnerável a crises. Por sua vez, o rádio brasileiro, em geral, seria vítima dessa política de poucos e raros investimentos e a Rádio Nacional teria muitos estúdios e salas literalmente abandonados.

Outra razão para o certo descaso do poder público pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro deve-se à regionalização da radiofonia brasileira. Na visão das autoridades responsáveis pela organização da rádio e teledifusão no país, o papel de integração nacional seria mais bem representado pela televisão do que pelo rádio, de modo que ressurgiria este conceito de emissoras locais e regionais como a tônica da radiofonia brasileira, tirando a primazia dos *broadcastings* com alcance a longas distâncias por meio das ondas curtas. Este seria o momento do auge das emissoras de Frequência Modulada (FM), a partir dos fins dos anos 1970, de limitado alcance, porém de maior nitidez sonora. A regionalização da radiodifusão permanece em voga no país, representando a descentralização do poder político que trouxe uma maior autonomia aos estados e municípios, dando-lhes maiores atribuições, por um lado, mas por outro, significando também a diminuição do papel do Estado - ainda que frente às demais unidades da União, este seja preponderante -, na medida em que ele abdicou de transmitir uma programação que pudesse fazer-se efetivamente nacional, em outras palavras, que chegasse a todo o país, à exceção do remanescente noticiário, obrigatório para toda a rede, “Voz do Brasil” (anteriormente chamado “Hora do Brasil”), para que este papel integrador fosse efetivamente desempenhado por grupos privados de teledifusão. Nesse sentido, as emissoras públicas de televisão apareceriam somente como coadjuvantes no processo de definição da cultura brasileira, tendo sua programação em grande parte marcada por conteúdos educativos, sem condições de disputar pela audiência com as demais.

A progressiva perda de importância da cidade do Rio de Janeiro no cenário nacional também seria determinante para a decadência da emissora da Praça Mauá. Embora ainda seja uma cidade bastante heterogênea, representante da pluralidade da população brasileira em sua composição, e símbolo do país no exterior dentre as cidades, é inegável a diminuição de sua capacidade de influência, fruto de seu esvaziamento político. Apesar de não ser a principal causa, tendo em vista a impossibilidade de se negligenciar as políticas desenvolvidas pelo país ao longo de décadas, o início desse processo pode ser percebido com a transferência da capital para Brasília, em 1960, localizada no centro-oeste do Brasil, num esforço de se promover

uma maior integração da mesma com o país, incentivando o povoamento de regiões com baixa densidade populacional e, por outro lado, deixar a capital mais protegida de eventuais ataques externos e afastada das manifestações políticas dos grandes centros urbanos. A Radiobrás, administrada em Brasília, possuía uma visão sobre a Nacional que a considerava um mero escritório carioca da estatal, uma simples filial, sem buscar alternativas para um novo desenvolvimento da emissora e sem depositar qualquer crédito de confiança em seu futuro e no de seus funcionários <sup>182</sup>.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito à perda da primazia da Rádio Nacional ao integrar um sistema de redes. Este conceito trata as redes como pertencentes a um conjunto integrado de nós e elos, dispostos num mesmo ambiente, possuindo relações mais fortes ou mais fracas, cristalizadas ou não, constantes ou eventuais, sem, no entanto, haver uma divisão hierárquica, um nodo principal que coordene ou possua alguma interferência direta nas ações dos demais. É, portanto, um conceito dotado de um elevado grau de abstração, o qual, no entanto, foi fundamental para o desenvolvimento das novas tecnologias para as comunicações, tal como o caso da internet, inspirada neste. Todavia, já presenciamos a quebra desse paradigma, na medida em que surgem formas de controle externo de seu conteúdo e empresas altamente capitalizadas que dominam os endereços e programas de navegação na rede.

Com a Rádio Nacional, esse mecanismo de redes também existia, buscando alcançar todos os limites do país e ainda extrapolá-lo para o mundo inteiro, porém, no entanto, de maneira hierárquica. A emissora da Praça Mauá encabeçava a radiodifusão brasileira num sistema centralizado de Estado, onde a divulgação de informações e da cultura popular brasileira em âmbito nacional somente poderia ser desempenhada por uma emissora de viés nacionalista. A única que trazia estas condições, nesse sentido, era a Rádio Nacional, uma emissora pública disposta em sistema de rede, porém sendo o elemento central e hierarquicamente acima das emissoras locais que a compunham, sem o qual o mesmo sistema não existiria. As demais emissoras, posteriormente, buscarão se constituir baseadas nesse mecanismo de redes, enquanto, por outro lado, a Nacional progressivamente perderia sua centralidade e predominância no mesmo.

Apesar de tudo, a retomada de um plano para revitalizar a então abandonada e decadente Rádio Nacional veio em 2003, com a escolha feita pelo presidente Lula de nomear Eugênio Bucci para a presidência da Radiobrás. Este levou a revitalização

---

<sup>182</sup> Mais informações, ver SAROLDI; MOREIRA. 2005. Op. Cit.

adiante através da assinatura de um convênio com a Petrobras que garantiu recursos para reformar as instalações e reequipar tecnicamente a emissora, também beneficiando a Rádio MEC. Essas medidas demonstraram a preocupação em preservar a história do rádio no país, assim como de se promover uma discussão em torno do papel do veículo no futuro. A partir da reforma realizada, surgiram novos ambientes, tais como o estúdio Mário Lago, o estúdio de gravação Paulo Tapajós e a nova discoteca; o auditório, batizado de Radamés Gnattali, foi reconstruído em seu lugar original, contando com 150 poltronas estofadas na platéia e sistema de ar-refrigerado; um novo transmissor de 50 kW, apto a receber tecnologia digital, foi instalado; o parque de transmissão também foi reformado, recebendo um novo sistema irradiante; e um concurso público foi realizado para preenchimento do quadro funcional da Radiobrás<sup>183</sup>.

Grande festa de reinauguração da emissora foi realizada em 2 de julho de 2004, com a presença de diversos artistas que fizeram parte do universo da Nacional e de algumas autoridades. Recuperada sua estrutura física, restava recuperar, na medida do possível, seu prestígio e seu público. O maior desafio estava na construção de uma programação criativa e de qualidade, retomando alguns gêneros negligenciados pelo rádio comercial, tendo sempre o cuidado de não se tornarem repetitivos e completamente fora da realidade atual da sociedade brasileira em termos de linguagem e ritmo.

Nos primeiros anos dessa nova programação buscou-se a criação de atrações que pudessem se utilizar adequadamente da estrutura revitalizada da Rádio Nacional, sob a direção de Cristiano Menezes. Foi nesse período de retomada da Nacional, por exemplo, que surgiu meu interesse por esse projeto de trabalho e pesquisa, logo após a audição de um desses programas<sup>184</sup>. No entanto, a impressão que tenho é a de que esse esforço inicial de elevação da emissora foi interrompido ou teve seu ritmo reduzido após mudanças na direção e cancelamento de algumas de suas atrações. A dificuldade na busca por patrocinadores representa o tamanho do desafio para que esse trabalho de reconstrução não tenha sido de pouca eficácia ou em vão.

A perda do interesse pela radiofonia brasileira, poucos anos após a primeira iniciativa em décadas demonstrando o contrário, é a representação do movimento de

---

<sup>183</sup> SAROLDI; MOREIRA. 2005. Pág. 199. Op. Cit.

<sup>184</sup> O "Programa Época de ouro", com o grupo de mesmo nome e apresentado por Cristiano Menezes. Após a conclusão deste trabalho, este programa, que havia saído da programação da emissora, no entanto, voltaria a ser transmitido a partir do mês de junho de 2010, diretamente dos estúdios da Rádio Nacional.

constante transformação da história. Se, por um lado, as prioridades governamentais parecem ter se alterado, por outro, a história da radiofonia mundial e, em particular, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, não parecem ter chegado ao fim. Sem dúvida, os obstáculos são enormes, ainda mais se pensando em um contexto tecnológico avançado com o desenvolvimento das telecomunicações, a chegada da internet e todos seus mecanismos que permitem a circulação de informações numa velocidade praticamente instantânea e, por vezes, de forma direta, sem a necessidade de interlocutores, tal como ocorre nos demais veículos. Os hábitos e costumes da população também se alteraram bastante, de modo que é crescente a dependência quanto a esses itens de alta tecnologia. Isso gerou alterações nas relações sociais, políticas, econômicas, de consumo, visto que novas necessidades são criadas a todo instante, de trabalho, pois a qualquer momento novas tarefas podem ser delegadas mesmo fora do local e do horário de trabalho, gerando uma espécie de superexploração dos trabalhadores, entre outras tantas, na medida em que não é mais possível ou aceitável alguém estar “desconectado”, sob o risco de ficar marginalizado nessas esferas. O aparelho celular, que cada vez mais adquire as feições de um computador, além de seus atributos que permitem filmar, fotografar e até ouvir rádio, é um bom exemplo disto. A sociedade no mundo todo se acostuma com a presença de mecanismos coercitivos que dão a impressão de o tempo todo estarmos sendo vigiados, como é o caso das câmeras de trânsito das ruas e de segurança em edifícios e demais estabelecimentos.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro seria um aparelho ideológico do Estado difusor da cultura brasileira para todo o território nacional, de modo a contribuir decisivamente na formação de um mercado ouvinte, criando em seu público o costume de se ouvir rádio. Isso se caracterizava como inserido no projeto nacionalista hegemônico na medida em que a existência de um consistente percentual da população, sintonizado na emissora pública, abre a possibilidade para a formação de padrões de costumes e comportamentos no interior da mesma, padrões estes que seriam construídos e transformados com base nas características que se almejavam introduzir ou reforçar na nação. Será dessa forma que veremos a ênfase em padrões morais e éticos e também no modo de falar, trazendo ao público a língua portuguesa em sua perfeição. Nesse sentido também, buscar-se-á a disciplina e a pacificação da classe trabalhadora, agora provida de direitos sociais e trabalhistas.

Como vimos ao longo do texto, a execução deste projeto hegemônico só foi possível através do desenvolvimento e aparelhamento tecnológico da emissora ao longo



dos anos, iniciado a partir de sua incorporação ao patrimônio da União, em 1940. A PRE-8 seria rapidamente reestruturada interna e externamente, não demorando muito para que se consolidasse na liderança da audiência. Tornar-se-ia objeto de desejo para artistas e profissionais do rádio, que desempenhariam o papel de ídolos para seu público. A Rádio Nacional adquire prestígio de ambos os lados. Mais do que isso, adquire um status de escola da imagem sonora do Brasil, criando um modo específico de se fazer rádio, em todos os estilos de programação, formando radioatores, músicos, cantores, humoristas, jornalistas, narradores e comentaristas esportivos, apresentadores, e etc., criação que serviria de modelo para todas as demais radiodifusoras, o qual seria posteriormente perpetuado e deturpado pelas mesmas.

A programação da Rádio Nacional não possuía um caráter meramente conservador, de acordo com o que fora discutido anteriormente, ao contrário da visão proposta por Goldfeder<sup>185</sup>. Por certo visava difundir valores de exaltação à moral e bons costumes, exaltando o papel da família, mas possuía um traço de crítica social, especialmente quando relacionado aos valores do sistema social predominante anteriormente, isto é àqueles baseados na vida rural. Iria de acordo com a prerrogativa estatal de transformar o país eminentemente agrário em urbano-industrial, como foi o caso de algumas de suas novelas, nas quais implicitamente a solução para os problemas de seus personagens estava no abandono da vida no campo, rumo à cidade grande, trazendo a idéia de retirar a população agrária para trabalhar no meio urbano. Dessa forma, nas novelas estavam inseridas as críticas ainda bastante tímidas aos valores da vida rural, à hipocrisia e preconceitos do meio, como por exemplo, com relação ao casamento de um suposto filho de negros com uma filha de um senhor de engenho, tal como foi o enredo da novela “O direito de nascer”.

O caráter crítico e não eminentemente conservador também era facilmente perceptível nos humorísticos da emissora, especialmente com relação à questão do déficit de moradias e da carestia de vida. Nesse sentido, relacionava-se ao projeto hegemônico de Estado no que concerne à sua política de assistência social. Esta política de previdência social, pouco mencionada neste trabalho devido à sua relação indireta com o tema, fora uma das principais políticas levadas a cabo pelo trabalhismo de Vargas. No interior desse projeto de seguridade social se inseriam a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) e a política de habitação proletária,

---

<sup>185</sup> In: GOLDFEDER. 1981. Op. Cit.



conforme o programa de construção de parques proletários. Havia uma estreita ligação entre a programação da Rádio Nacional e o projeto de Nação levado adiante pelo Estado.

No entanto, esta ligação não seria meramente direcionada para estes fins, e muito menos controlada diretamente pelo Estado, havia uma independência da emissora da Praça Mauá frente ao poder político. Porém, seus funcionários e artistas conheciam os limites de sua liberdade, sem se submeterem à voz oficial, por outro lado. A Rádio Nacional, todavia, não deixaria de atender aos anseios nacionalistas do grupo hegemônico, apesar de não se submeter de maneira unívoca aos mencionados interesses estatais. É o caso, por exemplo, da música veiculada em sua programação. Embora o Estado, especialmente por meio do DIP, preconizasse a necessidade de um estilo de samba mais refinado, tal como o samba-exaltação, que fez bastante sucesso, a música efetivamente popular, que caiu no gosto das massas foi aquela apresentada por cantoras como Emilinha Borba e Marlene, e/ou imbuídas de um caráter social crítico, caso da música “Lata d’água”<sup>186</sup>, interpretada por Marlene. Nesse sentido, não se pode reduzir a programação da Nacional a um conservadorismo, pois, embora limitado, esta possuía traços críticos ao sistema e até mesmo vanguardistas.

Somente seria possível à Rádio Nacional alcançar toda sua dimensão devido ao fato dela estar situada na capital da República, uma cidade de características peculiares em relação às demais cidades do país. O Rio de Janeiro, principal porto exportador e importador do país, ao contrário das demais grandes cidades emergentes do Brasil, marcadas pelo localismo, mostrava-se aberta a concepções, tendências e demais fatos culturais vindos de todo o país e do mundo, possuía traços cosmopolitas bastante desenvolvidos, de tal modo que era a única cidade capaz de sintetizar a diversidade da população brasileira numa perspectiva nacional. O Rio de Janeiro apresentava-se como o principal centro formulador das idéias e concepções políticas do país. Mais do que a capital política brasileira, fazia-se uma capital cultural do país. Dessa forma, não foi por acaso a escolha de uma emissora carioca para desempenhar o papel de instituição cultural de Estado, mas parte de um projeto nacionalista que se subdividia em variados níveis, tais como a passividade da classe trabalhadora, a formação de uma burguesia industrializante, a reorganização e centralização da máquina burocrática estatal e a reorganização das Forças Armadas, entre outras medidas.

---

<sup>186</sup> “Lata d’água na cabeça/ lá vai Maria/ lá vai Maria/ sobe o morro e não se cansa/ pela mão leva a criança/ lá vai Maria”

Sendo assim, é preciso novamente reforçar a necessidade de rádios públicas para o país, em especial da Rádio Nacional. A estrutura da radiodifusão pública, desmontada ao longo dos anos, precisa ser refeita. É inadmissível, por exemplo, a não mais existência da Nacional FM do Rio de Janeiro, a qual, durante seu funcionamento, buscou promover uma programação de qualidade, assim como não são aceitáveis os argumentos de que o sistema público de radiodifusão se mostrava deficitário, tendo em vista que sua função primordial deveria estar baseada na difusão de cidadania, serviços e cultura para seus ouvintes. Pensar as emissoras públicas reduzidas à ótica simplista comercial de mercado é incongruente para uma instituição pública, e o abandono das mesmas representa o fechamento de um canal de participação popular na nacionalidade brasileira, dificultando a elaboração efetiva de um projeto igualitário para o país, sejam quais forem suas bases. Da mesma maneira, não se deve aceitar passivamente a perda do canal de frequência exclusiva mundial da Rádio Nacional na faixa de 980Khz, mesmo levando-se em conta que isto pode ser amenizado pelas novas tecnologias digitais e da internet mencionadas acima.

Diante desse novo cenário que o mundo apresenta é necessário novamente se pensar qual deverá ser o papel desempenhado pelo rádio. No caso em questão, deve-se buscar reconstruir o papel de uma emissora pública, seu envolvimento com as necessidades e conquistas da sociedade. Por ser ainda uma instituição pertencente à máquina estatal, a Rádio Nacional deve atuar novamente como um aparelho ideológico de Estado, onde coexistam diversas concepções e idéias de forma a se promover um debate onde sejam encontradas soluções para o uso do veículo. Nesse sentido, é mister que a Rádio Nacional atue como difusora da cidadania brasileira, envolvendo-se com a educação, a cultura e o que mais for possível relativo à população do país.

Embora seja impossível recriar a atmosfera vivida pela emissora em sua época de ouro, é plenamente viável conjugar sua faceta prestadora de serviços e de ênfase no radiojornalismo com produções de qualidade voltadas para o entretenimento. Para isso, deve-se exigir a disponibilização de recursos que sejam investidos em profissionais capazes de produzir novas propostas para o rádio e na formação e descoberta de talentos nas áreas teatral, musical, jornalística e humorística, por exemplo. É possível se pensar na formação e no incentivo de comunicadores com linguagem e interpretação mais próxima da população, rompendo, dessa forma, com a predominância de locutores distantes do público que supostamente trazem uma imparcialidade ao conteúdo narrado dos textos. Não pretendemos, dessa maneira, pensar o rádio em concorrência direta com

a televisão e a internet, pois esses dois meios já conquistaram e vem conquistando seu lugar na sociedade, mas apenas gostaríamos de melhor aproveitar o grande espaço que a radiodifusão ainda ocupa, tendo em vista, por exemplo, que é um veículo cuja audição não necessita a presença direta à frente do aparelho, permitindo a realização de outras tarefas ao mesmo tempo, deve-se ampliar, principalmente, o papel a ser desempenhado por uma emissora pública no futuro.

O contexto atual do rádio no Brasil é muito mais complexo do que o de outrora, envolvendo um número total de emissoras de ondas médias (AM) e, em maior número, de Frequência Modulada (FM), que em 2004 já ultrapassava a casa dos 3 mil, a maioria destas em concessão de emissoras comerciais e também em mãos de organizações religiosas as mais variadas que se utilizam do veículo como mero instrumento propagador de doutrinas. Há também a importante função desempenhada pelas rádios comunitárias, se utilizadas em benefício da população, no âmbito local, rádios estas em número impossível de ser mensurado pelos meios existentes. A própria Internet aparece como um lugar alternativo à transmissão das rádios, tanto para as emissoras “comuns”, quanto para aquelas que não possuem concessão nem espaço no *dial*.

É nesse cenário, portanto, que se erige a urgência da alteração nas concessões, que surge da necessidade da criação e promoção de emissoras de públicas, sob a incumbência de se propagar um projeto de país e difundir a cultura em toda sua variedade à nação. A obrigação pelo reforço às instituições de Estado como instrumentos difusores de cultura faz-se presente pelo fato deste ser atualmente o único efetivamente capaz de propor políticas e ações nacionais, rompendo com o tom monolítico do discurso neoliberal dos grupos privados. A experiência de predominância de emissoras e de interesses privados nas telecomunicações do país, sem uma contrapartida pública que pudesse fazer frente a esses interesses, privilegiou sempre a regionalização e uma determinada região em detrimento do todo nacional. O Estado perdeu muito de sua capacidade enquanto poder político a partir de fins do terceiro quartil do século XX, dando aos interesses privados liberdade e complacência para implementarem-se por todo o país. No entanto, estes não possuem compromisso em promover a nacionalidade e a integração para além de seus interesses econômicos.

Os grupos privados, diferentemente das instituições estatais, possuem como prioridade a obtenção do lucro, de tal forma que sua programação, mesmo quando de alcance nacional, encerre um conteúdo restrito a uma determinada realidade local ou regional. As identidades local e regional, por certo, não devem ser desprezadas, dada

sua importância; todavia, suas particularidades devem ser examinadas em relação ao todo, isto é, devem ser buscados os traços comuns entre estas diversidades regionais de modo a integrarem-se nacionalmente em torno de um projeto do que se deseja para o país no futuro. Ao contrário de uma emissora estatal, que poderia desempenhar este papel, as pertencentes a grupos privados geralmente focalizam sua programação em aspectos de mercado e, com isso, tentam impor determinados traços culturais e sociais de uma região como sendo representantes legítimos de toda a nação.

Esses aspectos são perceptíveis nas programações e publicidades no que tange o modo de falar, por exemplo, nos sotaques de caipiras e nordestinos, todos padronizados de modo a ignorar as sutilezas que os diferenciam em cada uma das regiões e, ao privilegiar temas, notícias e pontos de vista com base nos maiores mercados. Ao invés de serem aproveitadas as riquezas desses sotaques regionais, vemos a homogeneização dos mesmos baseada em critérios de mercado, como por exemplo, o caso cada vez mais difundido do linguajar *country*, completamente fora da realidade e sem raízes brasileiras.

Nesse sentido, a título de exemplificação, temos uma verdadeira avalanche de produções que parecem voltadas exclusivamente para a cidade São Paulo, mas sendo transmitidas para todo o Brasil, como é o caso da programação esportiva da maioria das emissoras. Cabe salientar, que apesar desta cidade ser a maior do país, heterogênea, com ampla riqueza social e importância inegável, nunca conseguiu desempenhar papel semelhante ao simbolicamente representado pelo Rio de Janeiro de síntese da nacionalidade, sendo um dos fatores para tal justamente esse pensamento regionalista de suas elites dominantes, voltado preponderantemente para si, em detrimento do todo nacional. O Rio de Janeiro, embora mergulhe em uma crise política há décadas, ainda se apresenta como a principal expressão da nacionalidade brasileira, tanto internamente, quanto aos olhos do exterior, seja por causa das suas características culturais, ou devido às suas belezas naturais. A escolha da cidade para ser o local da final da Copa do Mundo de futebol, em 2014, e sede dos jogos Olímpicos de 2016, são fatos que comprovam essa preponderância simbólica.

Embora seja tarefa difícil produzir uma programação que não privilegie determinado setor social ou região, vemos os conteúdos das informações, especialmente no caso dos noticiários, privilegiarem as concepções políticas e econômicas de setores liberal-oligárquicos - como é o caso, por exemplo, daquelas que atendem aos interesses

do agro-negócio - de maneira altamente tendenciosa, mesmo após a recente eclosão de uma grave crise que pôs em xeque esse sistema então dominante.

Em todos os meios de comunicação, mas principalmente nas rádios, essa dominação da cultura de mercado incide sobre a programação de forma particularmente avassaladora no que diz respeito às músicas veiculadas. Os artistas e as canções, nacionais e principalmente internacionais, onde há predominância da língua inglesa, tornaram-se produto de fácil e rápido consumo, criando modismos seguidamente e que meses depois já se encontram ultrapassados e suplantados por uma nova “febre”. Nesse movimento, aboliram-se completamente os arranjos complexos e as orquestras de rádio, pois é possível conseguir sons, se não semelhantes, ao menos satisfatórios para os propósitos meramente comerciais de seus produtos, devido ao contínuo desenvolvimento tecnológico que permite a execução de diversos sons de instrumentos num único aparelho. As grandes orquestrações tornaram-se por demais dispendiosas para as necessidades imediatas de consumo de ídolos, agora produzidos em massa, sem necessidade de comprovação de seu talento ao longo dos anos, pois se assim não o fizerem, podem ser facilmente descartados.

Nesse sentido, podemos afirmar que as emissoras e grandes mídias privadas não possuem compromisso algum em promover políticas de Estado por serem veículos de um sistema que nega a presença deste, ou seja, se baseiam no capitalismo de mercado e do “não-Estado”. Paradoxalmente, no momento atual, onde já se passaram cerca de 25 anos do fim de um regime autoritário, podemos perceber o número reduzido de tendências de pensamento divulgadas pelas grandes emissoras, se comparado ao período do auge da Rádio Nacional, repleto de tensões políticas. Apesar de o autoritarismo ser uma das tônicas do pensamento vigente da época, o conteúdo da PRE-8 se fazia mais frouxo, com espaço para uma gama mais variada de concepções. A possibilidade do diálogo entre diversas tendências permitiu a consolidação de uma hegemonia baseada em instituições nacionais, muitas das quais ainda existem e resistem, o que explica o comportamento raivoso adotado por boa parte da elite comprometida com o capital financeiro e baseado unicamente nas leis de mercado, nunca capazes de preconizar um consenso tão amplo.

Por certo, os tempos são outros, a história caracteriza-se por sua dinâmica, de modo que não será possível recriar as condições que fizeram com que a PRE-8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro, ao atuar enquanto um aparelho ideológico de Estado, levasse adiante no plano cultural o projeto de nação que o bloco hegemônico no poder

construía em variados níveis. A humanidade deve agir no presente através das condições e dos meios recebidos do passado, de tal maneira que não se deve buscar construir um projeto de país nos mesmos moldes do varguismo e do trabalhismo, mas sim procurar por uma “nova poesia”<sup>187</sup> que oriente em direção ao futuro, no entanto, sem ignorar a herança de luta pela soberania e pela construção da identidade de uma nação integrada em suas semelhanças e particularidades.

Atualmente, abre-se a perspectiva de um novo marco regulatório com a derrota política e econômica da concepção mínima de Estado e o ressurgimento da necessidade de instituições estatais como não mais meramente reguladoras, mas sim diretoras do processo. No tocante à Rádio Nacional, a principal instituição cultural responsável pela construção do imaginário popular brasileiro, esta se faz imprescindível quanto à reelaboração de uma política cultural pública, popular e nacional justamente pelo fato de sua história estar diretamente relacionada a esta construção. Apoiada em sua trajetória gloriosa dos anos de ouro da radiofonia, ao mesmo tempo em que poderia ser mais bem aproveitado seu potencial turístico, tendo em vista que além do auditório e dos estúdios da emissora, lá funcionou um restaurante freqüentado pelas estrelas da mesma, e que o próprio edifício A Noite, o primeiro arranha-céu do país, situa-se de frente para a baía de Guanabara, de modo que os visitantes poderiam desfrutar de sua vista, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, conjuntamente com as demais emissoras públicas, poderia voltar a tornar-se modelo para a radiofonia do país, agora tendo o desenvolvimento tecnológico novamente como aliado, calcada na difusão da cultura brasileira e da cidadania de modo popular para toda a nação. Ainda resta definir como será esse novo modelo de rádio no país passível de se aproveitar dos meios de comunicação cada vez mais desenvolvidos, mas a Rádio Nacional não pode deixar novamente de buscar imprimir um caráter pioneiro nesse processo.

---

<sup>187</sup> Ver MARX, Karl. 1974. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Os Pensadores. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural.

## Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, Ronaldo Conde. 2007. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. 1985. Porto do Rio de Janeiro: estigma e história. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n. 1, agosto, pp. 87-93.
- ALTHUSSER, Louis. 1974. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Ed. Presença.
- As emissoras brasileiras. 1936. **A Voz do Rádio**. 3 set.
- Aspectos da Rádio Nacional. 1942. **A Noite Ilustrada**. 11 ago.
- BAKHTIN, Mikhail. 1988. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Editora Hucitec.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). 1994. **Dialogismo, Polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. 1990. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
- BENDIX, Reinhard. 1996. Reavaliação dos Conceitos de Tradição e Modernidade. In **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, p.329-389.
- BENEVIDES, Maria Vitória. 1981. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945- 1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOURDIEU, Pierre. 2005. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CALABRE, Lia. 2006. **O Rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940/1946)**. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa.
- \_\_\_\_\_. s.d. A Participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). Casa de Rui Barbosa.
- \_\_\_\_\_. s.d. A Rádio Globo e o governo Vargas (1953-1954). Trabalho apresentado ao NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.
- CAMARGO, Aspásia et al. 1989. **O golpe silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo.
- CARONE, Edgard. 1978. In: **O Centro do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**, Rio de Janeiro, Ed. Cátedra.
- Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, datada de 04/01/34 (fotocópia).

- CARVALHO, José Murilo de. 1983. Forças Armadas e Política” 1930- 1945. In Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC. **A Revolução de 1930: Seminário Internacional**. Brasília: Ed. UnB, PP. 107-150.
- CORSI, Luiz Francisco. 2000. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**, S. P. Ed. UNESP: FAPESP.
- COSTA, Alberto. 1984. **Cantoras do rádio: estudos sobre a imagem pública da estrela e sua autenticidade** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro. Museu Nacional, UFRJ.
- COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.) 1985. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. 1982. **O Segundo Governo Vargas, 1951-1954**. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1986. **A Volta de Vargas ao Poder e a Polarização das Forças Políticas e Sociais, em Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea**. Campinas: Ed. UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. 1989. **A Ilusão Trabalhista: O PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- \_\_\_\_\_. s.d. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar.
- DEBORD, Guy. 1997. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- D’ELIA, Mirella Carvalho. 2004. **Novos rumos, uma velha fórmula: a mudança do perfil do rádio no rádio**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social.
- DETIENNE, M. 2000. **Comparer l’incomparable**. Paris: Seuil.
- DINIZ, Eli. 1978. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930- 1945**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. A Progressiva Subordinação das Oligarquias Regionais ao Governo Central. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e GRANZIERE, Rui (orgs.) 1986. **Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea**. Campinas: Ed. UNICAMP.
- DUFOUR, Dany-Robert. 2009. **O Divino Mercado: a revolução cultural liberal**. Rio de Janeiro: Ed. Companhia de Freud.
- EAGLETON, Terry. 1997. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.
- ENGELS, Friedrich. 1975 **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1988. **A Questão da Habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica.



- \_\_\_\_\_. s.d. **Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã.**
- FAUSTO, Boris. 1970. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1986. **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo 3, Volumes 1,2, 3 e 4, 2ª Ed. São Paulo: DIFEL.
- FERREIRA, Marieta M. 1993. A Reação Republicana e a Crise dos Anos 20. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 6, no11, pp. 9-23.
- FERNANDES, Florestan. 1975. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar.
- FREYRE, Gilberto. 2003. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Ed. Global.
- \_\_\_\_\_. 2003. **Sobrados e Mucambos.** São Paulo: Ed. Global.
- FOOTE-WHYTE, William. 2005. **Sociedade de Esquina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel. 1979. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 2006. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes.
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. 1988. **A Formação da Classe Trabalhadora: movimento anarquista no rio de Janeiro, 1888-1911.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GOLDFEDER, Miriam. 1981. **Por trás das ondas da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, Ângela M. de Castro. 1979. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social No Brasil, 1917/1937.** Rio de Janeiro: Campus.
- \_\_\_\_\_. 1980 **Regionalismo e Centralização política: partidos e constituinte dos anos 30.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. 1994. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2ª Ed.
- \_\_\_\_\_. 1998. "O Populismo". In: **Revista Tempo,** Niterói:UFF.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2000. **Capanema: o ministro e seu ministério,** Rio de Janeiro: FGV Editora.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). CORRÊA, Villas-Bôas [et. al.]. 1994. **Vargas e a Crise dos anos 50,** Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- GRAMSCI, Antonio. 1978. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1982. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed.

- HAUSSEN, Dóris Fagundes. 1997. **Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón.** Porto Alegre: EDIPUCRS.
- HOBSBAWN, Eric J. 2002. **Nações e nacionalismo desde 1870.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IANNI, Octávio. 1971. **Estado e Planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira.
- IBGE. Anuário estatístico. V. 1941-1945.
- JAMBEIRO, Othon et alli. 2004. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação.** Salvador: EDUFBA.
- JULIÃO, Letícia. 2009. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. In: **Estudos Históricos**, jan-jun, RJ, vol.22, no. 43.
- LAUERHASS Júnior, Ludwig. 1986. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro.** Itatiaia, Belo Horizonte e São Paulo, EDUSP.
- LEAL, Victor Nunes. 1948. **Coronelismo, Enxada e Voto.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- LENHARO, Alcir. 1995. **Cantores do Rádio. A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo.** Campinas: Ed. Unicamp.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. 1985. **Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural.
- \_\_\_\_\_. 1978. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Hucitec.
- LEVINE, Robert M. 1980. **O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MACCIOCHI, Maria Antonietta. 1980. **A Favor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MATOS, Cláudia Neiva de. 1982. **Acertei no Milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, Karl. 1974. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** In: Os Pensadores. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural, p.329-413.
- \_\_\_\_\_. 1974. **Introdução à Crítica da Economia Política.** In: Os Pensadores. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. 1984. **Lutas de Classes na França.** Lisboa: Avante.
- \_\_\_\_\_. 1999. Notas Sobre Feuerbach. In: **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. S.d. **O Capital.** Livros 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. 1961. **Obras Escolhidas**. Volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Ed. Vitória.
- \_\_\_\_\_. 1997. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Contraponto/ Fundação Perseu Abramo.
- MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio Sobre a Dádiva: a Forma e a Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas [1924]. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 183-314.
- MARTINS, Carlos E. & ALMEIDA, Maria Hermínia T. 1974. **Modus in Rebus: Partidos e Classes na Queda do Estado Novo**. Mimeo.
- MARTINS, Luciano. O Estado Novo, In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, CPDOC/ FGV.
- MENDES, Rogério Baptistini. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento nacional**. 2005. São Paulo: Perspectivas, 27: 123- 134.
- “Nacional” inaugura seus novos estúdios. 1942. **Carioca**. No. 342, 25 abr.
- Nove anos trabalhando pelo rádio brasileiro. 1945. **Jornal A Manhã**. 13 set.
- OLIVEIRA, Francisco de. 2003. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Crítica à Razão dualista. O Ornitorrinco**, SP, Boitempo Editorial.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). 1982. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. 1980. **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- ORTIZ, Renato. 1989. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 2006. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. SP, Brasiliense, 5ª. Ed.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. S.d. França 1938, III copa do mundo. O rádio brasileiro estava lá.
- PERDIGÃO, Paulo. 2003. **No ar: PRK-30! O mais famoso programa de humor da era do rádio**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2ª. Ed.
- PINHEIRO, Claudia. 2005. **Rádio Nacional: Alguns Momentos que Contribuíram para o Sucesso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PORTELLI, Hugues. 1977. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Paz e Terra.
- POULANTZAS, Nicos. 1972. **Poder político e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Editorial Presença.
- PRADO JÚNIOR, Caio. 1963. **História Econômica do Brasil**, SP, Brasiliense, 8ª ed.

- \_\_\_\_\_ 2000 [1966]. A Revolução Brasileira. In: **Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes: Clássicos Sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular.
- PRESTES, Anita Leocádia. 1998. In: **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2ª Ed.
- \_\_\_\_\_. 2001. In: **Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945); a virada tática na política do PCB**. SP; Paz e Terra.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1976. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. Ed Alfa- Omega. SP.
- **Rádio Nacional – 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956**. 1956. Rio de Janeiro: s.ed. Tirado do arquivo André Carrazzoni, CPDOC/FGV, localização: Anc AP 1951.05.26.
- Rádio Nacional em 800 quilociclos. 1942. **Jornal A Noite**. 4 jun.
- Rádio Nacional irradiará em ondas curtas. 1940. **A Noite Ilustrada**. 3 dez.
- Rádio no Brasil. 1945. **Jornal A Noite**. 31 ago.
- REIS, Elisa P. 1988. In: O Estado Nacional como ideologia. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.1, no. 2.
- RIBEIRO, José Augusto. 2001. **A Era Vargas**. Casa Jorge editorial.
- RODRIGUES, Leôncio Martins Et. Allí. 1981. **Trabalho e cultura no Brasil**. Recife; Brasília. ANPPCS/CNPq. Série Ciências Sociais Hoje. N.1.
- SANTANA, Marco Aurélio. 2001. In: **Homens Partidos; comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro e São Paulo, UniRio e Ed. Boitempo.
- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. 2005. **Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SEMERARO, Giovanni. 1999. **Gramsci e a Sociedade Civil; cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes.
- Seis anos servindo ao Brasil. 1942. **Jornal A Noite**. 20 set.
- SIMMEL, Georg. 1983. **Georg Simmel: Sociologia**. Org. de Evaristo de Moraes Filho. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. 2007. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SKIDMORE, Thomas. 1975. **Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SODRÉ, Nelson Werneck. 1967. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1987. **Brasil em Perspectiva**. Bertrand Brasil, 16ª edição.
- SOLIS, Sydney Sérgio F. e RIBEIRO, Marcus Venício T. 1985. O Rio onde o sol não brilha. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n. 1, agosto, pp.45-59.
- SOUZA, Maria do Carmo. 1976. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1961)**. São Paulo: Alfa-Omega.
- STEIN, Stanley J. 1979. In: **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil-1850/1950**. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- THEML, Neyde; BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. 2007. História comparada: olhares plurais. In: **Revista de História Comparada**, Vol. 1, n.1, jun.
- THOMPSON, E. P. 2001. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Organização Antonio Luigi Negro, Sergio Silva. Campinas, Ed. Unicamp.
- Uma poderosa emissora de ondas curtas. 1941. **A Noite Ilustrada**. 21 Jan.
- VELHO, Otávio Guilherme. 1976. **Capitalismo autoritário e campesinato**, DIFEL.
- VIANNA, Luís Werneck. 1989. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VICENTE, Eduardo. 2006. A música popular sob o Estado Novo (1937-1945). Versão revisada do relatório final de pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq realizado na Unicamp [1994]. São Paulo.
- Visita às novas instalações da Rádio Nacional. 1942. **Jornal A Noite**. 4 jun.
- WEBER, Max. 1974. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. In: Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural.
- WEFFORT, Francisco. 1978. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)